



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 5.442, DE 2009

(Do Sr. Dr. Ubiali)

Altera a Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Estatuto do Índio; PARECER DADO AO PL 2057/1991 E CONSIDERADO VÁLIDO PARA O PL 5442/2009, NOS TERMOS DO § 2º DO ART 105 DO RICD

DESPACHO:

DEVIDO AO ARQUIVAMENTO DO PL 2057/1991 NOS TERMOS DO ART. 105 DO RICD, DESAPENSE-SE O PL 5442/2009 DO PL 2057/1991, PERMANECENDO A MATÉRIA DISTRIBUÍDA À COMISSÃO ESPECIAL (ART. 34, II, RICD),

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

S U M Á R I O

I - Projeto inicial

II - Na Comissão Especial - PL 2057/91 :

- Emendas apresentadas (51 em 1992)
- 1º Parecer do relator
- 1º Substitutivo oferecido pelo relator
- Emendas apresentadas (177 em 1994)
- 2º Parecer do relator
- 2º Substitutivo oferecido pelo relator
- Parecer da Comissão
- Substitutivo adotado pela Comissão
- Projeto de Lei apresentado pela Comissão

III - Projetos apensados: 10631/18 e 334/19 e 4912/23

PROJETO DE LEI Nº , DE 2009
(Do Sr. Dr. Ubiali)

Altera a Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Estatuto do Índio.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Acrescente-se ao art. 56 da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, o seguinte § 2º, renumerando-se o parágrafo único para § 1º:

“Art. 56

§ 1º

§ 2º Transitada em julgado a ação penal que resultar em condenação de índio pelos crimes previstos na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, a gleba na qual foram praticados os delitos será desafetada por desvio de finalidade.” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A proteção dos recursos hídricos, minerais, da flora e da fauna é, hoje, uma preocupação de todos os brasileiros. No entanto, as políticas de proteção ambiental não são exitosas nas áreas indígenas, porque, protegidos por uma legislação branda, os índios se sentem desobrigados de respeitar as leis brasileiras.

Os jornais anunciam com frequência a exploração ilegal de recursos naturais dentro das reservas indígenas. As denúncias de atividades de garimpo não autorizado, de extração e comercialização de madeiras retiradas do interior das áreas indígenas, e várias outras práticas ilícitas passam despercebidas ou são toleradas, pois nem as autoridades públicas querem entrar em conflito com as comunidades indígenas, estas protegidas por uma poderosa rede de organizações não governamentais.

No entanto, o País, por exercer sua soberania sobre todo o território brasileiro, não pode abrir mão de impor as leis brasileiras e fazê-las respeitar inclusive em todas as terras indígenas.

Acrescente-se, ainda, que, quando a União destina uma determinada área para o usufruto indígena, centenas de agricultores, posseiros de boa-fé e proprietários são expulsos para que seja entregue e ocupada unicamente pelos índios. Assim, constatado o uso criminoso de determinada gleba, nada mais justo que ela seja desafetada e possa vir a ter nova destinação, transformando-se numa unidade de conservação da natureza, ou, se vocacionada para as atividades agropecuárias, possa ser destinada ao assentamento de trabalhadores rurais.

Neste sentido, estou apresentando o presente projeto de lei, com o único objetivo de aprimorar a legislação brasileira, certo de que, se aprovado e transformado em lei, será a sociedade brasileira, como um todo, a maior beneficiária, pois o País contará com mais um mecanismo legal para inibir as práticas ilícitas e degradantes, que são constatadas com frequência dentro das reservas indígenas.

Sala das Sessões, em de de 2009.

Deputado DR. UBIALI

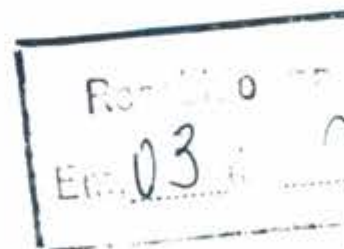
JOSÉ CARLOS SABÓIA	003/92	A
JOSÉ CARLOS SABÓIA	004/92	A
LOURIVAL FREITAS	009/92	A
LOURIVAL FREITAS	010/92	A
LOURIVAL FREITAS	011/92	A
LOURIVAL FREITAS	012/92	A
LOURIVAL FREITAS	013/92	A
LOURIVAL FREITAS	014/92	A
LOURIVAL FREITAS	015/92	A
LOURIVAL FREITAS	016/92	A
LOURIVAL FREITAS	017/92	A
LOURIVAL FREITAS	018/92	A
LOURIVAL FREITAS	019/92	A
LOURIVAL FREITAS	020/92	A
LOURIVAL FREITAS	021/92	A
LOURIVAL FREITAS	022/92	A
LOURIVAL FREITAS	023/92	A
LOURIVAL FREITAS	024/92	A
LOURIVAL FREITAS	025/92	A
LOURIVAL FREITAS	026/92	A
LOURIVAL FREITAS	027/92	A

LOURIVAL FREITAS	030/92	Ar
LOURIVAL FREITAS	031/92	Ac
LOURIVAL FREITAS	032/92	Ac
LOURIVAL FREITAS	033/92	Ac
LOURIVAL FREITAS	034/92	Ar
RICARDO MORAES	005/92	Ar
RICARDO MORAES	006/92	Ar
RICARDO MORAES	007/92	Ar
RICARDO MORAES	008/92	Ti nº
SIDNEY DE MIGUEL	035/92	Ar
SIDNEY DE MIGUEL	036/92	Ar
SIDNEY DE MIGUEL	037/92	Ac
SIDNEY DE MIGUEL	038/92	Ac
SIDNEY DE MIGUEL	039/92	Ar
SIDNEY DE MIGUEL	040/92	Ar
SIDNEY DE MIGUEL	041/92	Ac
SIDNEY DE MIGUEL	042/92	Ar
SIDNEY DE MIGUEL	043/92	Ar
SIDNEY DE MIGUEL	044/92	Ac
SIDNEY DE MIGUEL	045/92	Ar
SIDNEY DE MIGUEL	046/92	Ac

INSTRUÇÕES NO VERSO

O parágrafo 5º do Artigo 56 do Projeto regular a hipótese da autorização da exploração mineral em terra indígena ser concedida a quem não for o titular. Nesse caso, determina o referido artigo que a autorização recebida ressarça o autor dos gastos dispendidos.

Assim, a hipótese prevista no parágrafo 5º do Artigo 56 do Projeto, relacionada à ocorrência de um fato que autoriza a pessoa distinta do titular, não cabe o advérbio "não" na primeira frase, tornando sem sentido o seu inteiro teor.



03 / 06 / 92

DATA

PARLAMENTAR

deral competente não homologar a de
de acordo com o artigo 35, § 2º;

INSTRUÇÕES NO VERSO

JUSTIFICATIVA

Trata-se, com esta modificação, de
Projeto de Lei nº 2.057 com emenda aditi
ção dos parágrafos do Artigo 35.

03 / 06 / 92

DATA

PARLAMENTAR

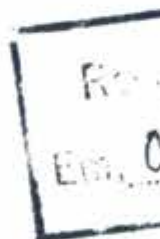
a Lei nº 6.001/73, o inciso III e o 6º do Código Civil Brasileiro.

INSTRUÇÕES NO VERSO

JUSTIFICATIVA

Impõe-se a alteração do Art. 95 do que dispõe sobre o Estatuto das Sociedades sua redação determina a revogação por inciso do Código Civil Brasileiro. Ora, o Artigo 6º definir a relativa incapacidade para a prática sobre os maiores de dezesseis e os menores (inciso I), os pródigos (inciso II) e os si

Como a intenção manifesta do Projeto dessa capitis deminutio apenas em relações indígenas, o alcance da revogação em relação àqueles mencionados pelo inciso do supracitado Artigo 6º.



03 / 06 / 92
DATA

PARLAMENTAR

indigenista promoverá audiência pública para debater o processo de demarcação.

JUSTIFICATIVA

O Artigo 35 do Projeto de Lei nº 2.000, de 1992, estabelece a realização de audiência pública antes da conclusão do procedimento final de homologação ou não das terras indígenas. A responsabilidade constitucional é da União, ou autoridade federal competente, e não do Estado, para assegurar que todos os interessados possam conhecer o processo de demarcação antes da sua conclusão na realização de audiência pública, no decorrer do processo. O caput, é instrumento adequado ao cumprimento da finalidade citada.

INSTRUÇÕES NO VERSO

03

03 / 06 / 92

DATA

PARLAMENTAR

art.50-

V- localizar-se a área em que d
ou lavra a mais de 30 quilômetro de ald
rea - não incluir sítios sagrados, curso
áreas utilizadas constantemente pelos índ
des produtivas.

JUSTIFICAÇÃO

A emenda acolhe reivindicação
manifesta em audiência pública conjunta
trata da revisão do Estatuto do Índio e,
ente, Consumidor e Minorias. Entendem es
cia mais adequada entre as aldeias e o l
zar a atividade mineral seja superior a

R
Em

PARLAMENTAR

03 / 06 / 92

DATA

INSTRUÇÕES NO VERSO

I- Homologar a demarcação pro
artigo anterior, no prazo de 30 (trinta

JUSTIFICAÇÃO

A emenda visa precisar de form
a administração pública deve praticar ac
facultada aos índios no projeto, as terr
cionalmente.

Atende também reivindicação de
festa na audiência pública conjunta da C
da revisão do Estatuto do índio, e Comi
sumidor e Minorias, realizada no dia 30

PARLAMENTAR

03 / 06 / 92

DATA

art. 61-

INSTRUÇÕES NO VERSO

III- a participação das comunidades na terra afetada pela atividade, nos
será inferior a 20% do valor do minério
pendente de outros pagamentos ajustados

JUSTIFICAÇÃO

A emenda atende reivindicação manifesta em audiência pública conjunta da Comissão da Revisão do Estatuto do Índio, e Meio Ambiente, por entenderem que o percentual maior de participação das comunidades nos resultados

PARLAMENTAR

03 / 06 / 92
DATA

Art. Nos atos praticados entre os índios soas jurídicas e naturais, lesivos ao patrimônio público Federal.

Art. É facultado aos índios a assessoria jurídica e de pessoas ou profissionais de sua

JUSTIFICAÇÃO

A emenda explicita de forma mais clara a proteção da União aos bens e interesses que estes venham a celebrar com não-índios.

Atende também a reivindicação de manifestação em audiência do dia 30 de abril que trata da revisão do Estatuto do Índio, Consumidor e Minorias.

As regras ora sugeridas visam proporcionar aos índios a devida proteção da União garantida.

PARLAMENTAR

03 / 06 / 92
DATA

INSTRUÇÕES NO VERSO

A regra contida no parágrafo único da Lei nº 1.234, de 1964, que estabelece a competência direta do Congresso Nacional para a apreciação de recursos administrativos de índole disciplinar, proposto baseia-se, por outro lado na necessidade de providências administrativas acauteladoras de direitos dos índígenas. A remessa das provas de eventuais infrações ao Conselho Federal visa orientar a ação administrativa com a instituição com atribuição constitucional dos direitos e interesses indígenas, para o Ministério Público analisar a possibilidade de providências.

Rec
Em, 0

03 / 06 / 92

DATA

PARLAMENTAR

Parágrafo único. Às sociedades indígenas e seus membros ap
condições em que se aplicam aos demais brasileiros, resguardados
crenças e tradições indígenas e as condições peculiares reconhecidas n

JUSTIFICAÇÃO

A emenda aproveita a objetividade da redação do art. 1º do
previsto no art. 1º do PL nº 2.619/91. Por outro lado, evita-se a rep
Constituição que ocorre no PL nº 2.057/91.

INSTRUÇÕES NO VERSO

Re
Em, (

PARLAMENTAR

DATA

que se considera distinto da sociedade nacional e mantém a consciência pré-colombianas;

II - índio, o indivíduo que se considera pertencente a uma comunidade como tal.

JUSTIFICAÇÃO

A nova redação proposta à matéria do art. 2º inova ao exigir das sociedades pré-colombianas ao invés de se limitar objetivamente aos fatos o consenso em torno de que sejam tais vínculos objetivamente tomados em continuidade histórica que alcance, em retrospectiva, as sociedades pré-colombianas.

Por outro lado, julga-se oportuno - embora pareça óbvio - deixar claro que, para os fins da lei, o indivíduo se define pelo coletivo. Os direitos indígenas que não podem ser reivindicados, em benefício próprio, são das comunidades.

Recebido
Em, 03

PARLAMENTAR

DATA

sobre o objeto da lei. Aqui, trata-se de estabelecer o alcance da co
Julga-se adequado preservar o encargo assinalado à União no capu
admitindo porém a competência complementar das demais unidades d
respeito aos direitos e bens indígenas.

O § 3º do art. 1º do PL nº 2.057/91 fica suprimido porque é

INSTRUÇÕES NO VERSO

Recebido
Em, 03

DATA

PARLAMENTAR

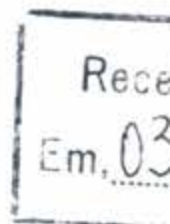
[Handwritten signature]

serão registrados de acordo com a legislação comum por serem de sua
quanto ao nome e prenome e incluindo-se a sociedade indígena de sua

JUSTIFICAÇÃO

A emenda reúne a matéria tratada nos arts. 7º e 8º do PL n.
objetivando estabelecer critérios objetivos e precisos quanto aos regis

INSTRUÇÕES NO VERSO



DATA

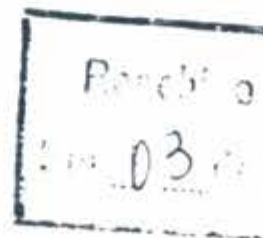
PARLAMENTAR

A handwritten signature in dark ink, likely of a legislator, written over a horizontal line.

JUSTIFICAÇÃO

A emenda toma a fórmula do art. 4º do PL nº 2.619/91 e a in
2.057/91. Trata-se de disposição a rigor contida no preceito do caput
merece explicitação devido às dificuldades reiteradas impostas aos in

INSTRUÇÕES NO VERSO



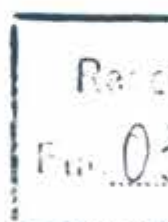
<u> / / </u> DATA	PARLAMENTAR	
-------------------------	-------------	--

§ 2º - ...
§ 3º - ...
§ 4º - ...

JUSTIFICAÇÃO

A emenda inova em relação ao projeto e às proposições decorrente do mandamento do caput do art. 231 da Constituição Federal do Código de Processo Civil. A redação proposta regula uma situação de índios de se comunicarem em português. Já há precedente jurisprudencial (Julgados do Tribunal de Alçada Civil de São Paulo, 112/176) e portos índios a faculdade de utilizarem a sua língua materna, servindo-se o índio pertencente à mesma comunidade, mais apto a se expressar em por

INSTRUÇÕES NO VERSO



PARLAMENTAR

DATA

INSTRUÇÕES NO VERSO

Contudo, o excesso de desvelo dos autores neste § 1º in negócios lesivos ao patrimônio que se quer proteger, porque pod eles não haverá prejuízo.

Não se trata, aqui, da culpa objetiva aplicável a Administração porque se o fosse, o preceito seria apenas repetitiv objetiva da União pelos atos praticados por quaisquer outros indiv

A proteção é suficiente com a cominação de nulidade prev do direito dos índios, suas comunidades e organizações e do d declaração de nulidade de tais atos lesivos. Além disso, em deco caput do art. 231 da Constituição Federal, a União igualmente de para coibir a prática de tais atos e para preservar, ou recompor,

Re
Em

PARLAMENTAR

DATA

JUSTIFICAÇÃO

A emenda adere à fórmula do art. 28 do PL nº 2.160/91 e do
também as áreas reservadas, figura tradicionalmente prevista na legisla
601) de 1850. A inclusão das áreas reservadas justifica-se em fun
recompor uma área indígena ou compensar comunidade indígena por
aplicação da cláusula de "relevante interesse público da União", pre
Federal.

A emenda, porém, não vai ao ponto de incluir como terra
comuns de aquisição - como faz o PL nº 2.160/91, no inciso II
obviamente, serão sempre de propriedade plena do índio, comunidade
submetidas ao regime comum da propriedade civil.

Por outro lado, evita-se a repetição desnecessária dos ter

INSTRUÇÕES NO VERSO

Res.
Em. 0

PARLAMENTAR

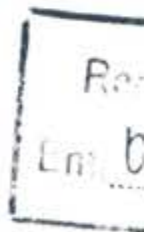
DATA

INSTRUÇÕES NO VERSO

A emenda suprime a parte final do § 2º porque agride dire ao estabelecer a data da promulgação da lei como momento inicial pleno de índios, comunidades ou sociedades indígenas sobre terra de aquisição.

Talvez os autores tenham desejado que se considerem terras civis de aquisição mas que coincidem com a definição do § 1º do caso, tais terras, por imperativo constitucional, não podem ser consideradas terras de índios.

A parte suprimida é, portanto, por um lado inócua e por outro atos jurídicos perfeitos, que a Constituição preserva do alcance



PARLAMENTAR

 / /
 DATA

precisamente de acordo com os critérios enumerados no § 1º do art.
de demarcação imperial, ainda que objetivando garantir os direitos
mais grave, arrisca relativizar de modo inaceitável o preceito con

Em seu depoimento à Comissão, o Secretário de Ciência e T
e do Desenvolvimento Agrário, Dr. Nélson Ribeiro, criticou a
somando-se os dele aos motivos desta emenda.

INSTRUÇÕES NO VERSO



____/____/____
DATA

PARLAMENTAR

Parágrafo único. A sociedade ou comunidade indígena inte-
podem requerer a abertura do processo administrativo de demarcação
federal, que deverá atender o pedido no prazo de trinta dias a par-

JUSTIFICAÇÃO

A emenda adota os termos do caput do art. 31 do PL nº 2.619/91, matéria que se estendia ao § 1º do art. 31 do Projeto.

Esta e as emendas aos dispositivos do Projeto que se se-
prevista na redação original do art. 30, por se entender que a
incentivar a União a descumprir da sua obrigação constitucional
disponível, e o Projeto não é sequer feliz ao tentar estabelecer u-

Por isso, prefere-se adotar nesta emenda e nas propostas
alterações, as fórmulas do PL nº 2.619/91 que, aliás, coincidem em
nº 22, de 4 de fevereiro de 1991, ora em vigor, que dispõe sobre o
terras indígenas.

Por outro lado, contudo, opta-se por regulamentar em lei
que lhe tem faltado - neste ponto, então, as emendas afastam-se da
ao remeter o tema a decreto do Poder Executivo.

INSTRUÇÕES NO VERSO

Rec.
Em...

PARLAMENTAR

DATA

I - um antropólogo credenciado por sua associação profissional;

III - uma pessoa facultativamente indicada pela comunidade objeto da demarcação.

§ 1º - Todos os membros da equipe técnica deverão ter, se sobre a sociedade indígena e a terra por ela ocupada.

§ 2º - A equipe técnica deverá realizar a identificação indígenas que a habitam, observando suas formas próprias de manifestação, com pleno conhecimento de causa a respeito das atividades desenvolvidas.

JUSTIFICAÇÃO

A emenda supõe que a matéria antes constante do § 1º destituído do artigo 30.

No demais, adota-se a redação dos §§ 1º a 3º do art. 231 da Constituição "judicial" e é consonante com a preocupação de garantir critério de atendimento da definição constante do § 1º do art. 231 da Constituição. A redação 2º preserva a idéia constante do art. 32 do Projeto, embora o Ministério Público Federal por se entender inadequado impor ao "pa-

PARLAMENTAR

DATA

A emenda supõe que a matéria do texto original do art. 32 para este artigo a redação do art. 32 do PL nº 2.619/91 que para indigenista federal necessitar socorrer-se da colaboração de outras

Porém não se adota a tipificação do parágrafo único do art. 32 vez que o princípio da legalidade é basilar no Direito Administrativo da Administração Pública.

INSTRUÇÕES NO VERSO

Rec
Em C

PARLAMENTAR

DATA

A emenda supõe que o tema original do art. 33 do Projeto cor
a este.

No art. 33, propõe-se redação que reproduz, mais sinteticame
PL nº 2.619/91, prevendo hipótese ausente do Projeto mas de evidente
exigida dos trabalhos de identificação das terras indígenas.

INSTRUÇÕES NO VERSO

PARLAMENTAR

DATA

JUSTIFICAÇÃO

A emenda reúne os conteúdos da redação original deste artigo no parágrafo único do art. 34 do PL nº 2.619/91. Dá-se ênfase aos parâmetros para a qualidade técnica do trabalho de identificação sob a luz do correto procedimento, objetivando-se tornar mais precisas e portanto pacíficas as atividades desenvolvidas em várias das audiências mantidas pela Comissão. Entende-se que os procedimentos adotados apresentam grande possibilidade de comprometer a qualidade técnica do trabalho, por outro dispositivo.

O prazo do § 2º do art. 34 do Projeto é inconstitucional, pois a Constituição Federal afirma que os direitos dos índios sobre suas terras são imprescritíveis e não podem ser condicionados a apenas trinta dias o prazo para a impugnação do memoriais.

INSTRUÇÕES NO VERSO

Recb
Em, 03

PARLAMENTAR

DATA

INSTRUÇÕES NO VERSO

§ 1º - Recebida a proposta, o presidente do órgão indigenista federal, em trinta dias, a demarcação física da área, através de portaria específica.

§ 2º - Caso constate o desatendimento ao disposto no § 1º, o presidente do órgão indigenista federal, em despacho fundamentado, poderá suprir a deficiência, com o prazo de trinta dias, após as quais procederá à demarcação.

JUSTIFICAÇÃO

O texto proposto adere à fórmula do artigo de mesmo número, mantendo a concepção destas emendas e evita imprecisões técnicas e jurídicas existentes.

A norma do caput do art. 35 do Projeto está contemplada no texto.

Já a matéria constante dos §§ 1º e 2º é suprimida, pois não é feliz a previsão da chamada "via judicial" como elemento incentivador da inércia da administração da parte final do caput do art. 231 da Constituição. Assim, a via judicial está sempre disponível, conforme disposto no inciso XXXV do art. 5º da mesma Constituição.

PARLAMENTAR

DATA

INSTRUÇÕES NO VERSO

naquezas do Projeto, embora se compreendam as razões que eventualmente
O recurso ao Judiciário é direito individual inalcançável pela
sente-se lesado em direito seu, pode submeter o caso à apreciação judi

Por outro lado, oferece-se à Administração a alternativa fáci
assinalou o caput do art. 231 da Constituição uma vez que se instituc
relativização de preceito constitucional.

PARLAMENTAR

DATA

ena a impressão, de todo falsa, de que se garante a celeridade do
mostra que os prazos que o Código de Processo Civil instituiu para o p

INSTRUÇÕES NO VERSO

Re
Em.

<u> / / </u> DATA	PARLAMENTAR
-------------------------	-------------

judicial para a demarcação das terras indígenas, propõe-se igualmente

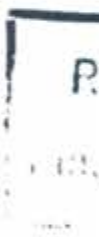
En

DATA

INSTRUÇÕES NO VERSO

____/____/____
DATA

PARLAMENTAR



[Handwritten signature]

INSTRUÇÕES NO VERSO

Recebido
em 03 de

DATA

PARLAMENTAR

A redação proposta limita-se a eliminar a expressão "judicial" que suprimem os dispositivos regulamentadores da "via judicial" prevista

INSTRUÇÕES NO VERSO

Recebido
Em. 03

PARLAMENTAR

DATA

§ 1º - Verificada a adequação dos limites demarcados p
com os constantes da identificação promovida pelo órgão
homologará a demarcação e providenciará o registro da área no
se situa e no departamento do patrimônio da União.

§ 2º - O órgão indigenista federal providenciará a coloc
ao órgão fundiário federal o levantamento relativo a eventuais
área e indenizará a comunidade ou sociedade indígena pelas dest

JUSTIFICAÇÃO

A emenda adota, com modificações importantes, a idé
2.619/91. Contudo, deixa-se claro que a atividade indígena dev
não substituindo a iniciativa da Administração Pública que é a
das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.

R
Em.

PARLAMENTAR

DATA

A emenda propõe a adoção da matéria contida no art. 41 do
precedentes na legislação brasileira desde a Lei de Terras de 1850,
emenda a artigo precedente.

INSTRUÇÕES NO VERSO

Re. 0
Em. 0

PARLAMENTAR

DATA

INSTRUÇÕES NO VERSO

§ 3º - Não cabe direito de retenção por benfeitorias aos o

O texto que se propõe adicionar inspira-se no contido n.º 1 do art. 231 da Constituição Federal, que prevê hipóteses ausentes do Projeto emendado. Estas hipóteses visam estabelecer critérios objetivos para a garantia dos direitos dos ocupantes não autorizados, em conformidade com o que se refere a parte final do § 6º do art. 231 da Constituição Federal.

Re
Em...

PARLAMENTAR

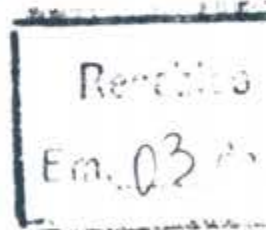
DATA

Parágrafo único. Imediatamente após o registro de que trat
federal remeterá certidão respectiva à comunidade ou sociedade indíg

JUSTIFICAÇÃO

A emenda adota a idéia deste artigo, que coincide com
corrigindo o que parece ter sido um lapso na redação original que prev
a homologação - quando, em realidade, o que se homologa é exata
atestar sua conformidade com a proposta resultante dos trabalhos de
dispositivo a matéria constante do art. 46, que prescinde de numeração

INSTRUÇÕES NO VERSO



PARLAMENTAR

DATA

república expedirá o respectivo decreto de lavra, subordinando-o à com
autorização e a comunidade indígena afetada.

§ 1º - O decreto legislativo de autorização da lavra indicará:

I - o titular da autorização, o prazo de sua duração e os limites da

II - as condições específicas exigidas para o caso, resultantes das
das comunidades indígenas afetadas;

III - as instalações mínimas, consideradas indispensáveis à realiz

§ 2º - O contrato observará as seguintes condições:

I - a negociação dos seus termos será acompanhada pelo Min
exigido para o registro referido no "caput" deste artigo;

II - a comunidade indígena afetada terá direito a fazer-se assess
de negociação do contrato, correndo os honorários destes por conta do
tabelas em vigor aprovados por suas respectivas entidades profissiona
pagamentos ajustados com a comunidade indígena;

III - a participação da comunidade indígena afetada nos result
valor do minério concentrado obtido, independentemente de outros paga

IV - do contrato deverão constar, entre outras, cláusulas sobre a
prejuízos resultantes direta ou indiretamente dos trabalhos de lavra e s
cumprimento do contrato por parte da comunidade indígena afetada, atra

JUSTIFICAÇÃO

No "caput", exige-se que o contrato seja registrado, em função
terceiros.

Nos §§, busca-se atender ao mandamento constitucional, que e
que deverão constar do decreto - elencadas em outra emenda -, e outras p

No § 2º, inciso I, esclarece-se que a função do Ministério Púb
indigenista inaugurado pela Constituição Federal de 1988 é incompatível
Por isso, exige-se o visto para registro, assim como é exigido o visto de
associações civis.

INSTRUÇÕES NO VERSO

PARLAMENTAR

3 16 1992

DATA

INSTRUÇÕES NO VERSO

Recd
Em. 03

316/92

DATA

PARLAMENTAR

[Handwritten signature]

I - plano de aproveitamento econômico da jazida;

II - estudo de viabilidade econômica do empreendimento, com retorno aceitável e critérios para seu cálculo;

III - laudo antropológico especificando as implicações sócio-afetada, medidas para seu monitoramento, e redução ou afastamento de e

IV - estudo de impacto ambiental que inclua medidas de proteção ambiente degradado;

V - mapa de situação detalhado da área pretendida, incluindo as todas as instalações mínimas, indispensáveis para a operação de lavra.

Parágrafo único. A solicitação de autorização de lavra receberá p ambiental e de assistência aos índios, e será remetida ao Congresso Nacio

JUSTIFICAÇÃO

A emenda propõe tratar à parte a autorização para lavra, adotar 55 do projeto original, de seus incisos e de seu § 1º.

Subtrai-se a referência à verificação da existência da jazida, po aquela não for constatada.

Acrescenta-se a exigência da revelação da taxa mínima de retor participação da comunidade indígena afetada nos resultados da lavra, co Federal. Também, expressamente, exige-se que figurem na proposta as ou afastamento dos efeitos negativos sobre os índios, bem como para a possível a adoção de medidas preventivas que antecedam à recuperação c

Por último, exige-se também o mapa da área sobre a qual inci áreas de servidão, para que o Congresso Nacional tenha noção exata da equipamentos e obras de infraestrutura, que considerará indispensáveis pa

3 16 1992

DATA

PARLAMENTAR

§ 1º - No caso de processamento criminal de índio, o antropológica para avaliar o grau de consciência da ilicitude do ato pa atenuação da pena.

§ 2º - No caso de condenação de índio, as penas restr regime de semi-liberdade na comunidade onde vive o índio, sal condenado, caso em que o Juiz das Execuções Criminais determi

JUSTIFICAÇÃO

A emenda reproduz concepções existentes na Lei nº 6.001/73 respeito de ilícitos penais praticados por índios.

Não há propriamente inovação, pois o art. 26 do atual Códig benefício de quem, índio ou não, era incapaz de entender o caráter de ilicitude, instituto próprio do Direito Penal, não tem nenhuma rel capacidade política.

Em

3 / 6 / 92
DATA

PARLAMENTAR



Parágrafo único. Caberá ao Ministério Público Federal zelar pelo

JUSTIFICAÇÃO

Este artigo é inovação indispensável à consistência da lei. Seu o do poder constitucionalmente atribuído ao Congresso Nacional (art. 49 partes.

A Constituição foi clara: ninguém, além do próprio Congresso, ou lavra mineral em terras indígenas. A subordinação prevista no "caput para superação de eventuais impasses, poderia gerar a inaceitável situação decisão congressional.

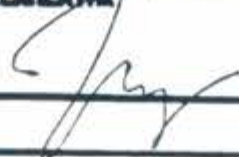
Pode-se alegar que, na prática, esta disposição é garantia maior mineral em terras indígenas; todavia, este dispositivo tem sua contrapartida mínimos de participação da comunidade indígena afetada nos resultados preservem os direitos e interesses indígenas.

Na "ratio" da lei, não se justificaria que, atendidas as prescrições minuciosas coordenado pelo Congresso Nacional e fiscalizado pelo Ministério atividades aqui regulamentadas.

3 16 1972

DATA

PARLAMENTAR



suspensão das atividades de pesquisa ou lavra, ou a cassação da auto
iniciativa própria ou a pedido do Ministério Público Federal, da com
autorização ou dos órgãos governamentais minerário, de política amb
prejuízo das medidas judiciais cabíveis.

JUSTIFICAÇÃO

A emenda propõe poucas alterações à redação original do art. 1
com a sistemática das demais emendas.

Inclui-se o descumprimento dos termos das autorizações - supor
autorização do Congresso, não subordinado às cláusulas dos editais ou c
causa de suspensão ou cassação.

Aprimora-se a redação, ao se ligar a suspensão às atividades, por
autorização, em si.

Deixa-se claro, finalmente, que a iniciativa fiscalizatória das inst
afastar as medidas judiciais eventualmente cabíveis. Pode parecer ób
governamentais, no passado ainda recente, de restringir a prestação jurisd

Re
Em 03

31/6/92

DATA

PARLAMENTAR

decreto legislativo a que se seguiu a expedição do respectivo alvará por titular da autorização:

I - o estrito cumprimento dos termos da autorização concedida aos órgãos governamentais minerário, ambiental e de assistência aos índios;

II - o acatamento às iniciativas de fiscalização por parte da comunidade membro seu ou de pessoas por ela designadas.

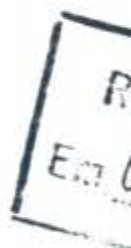
Parágrafo único. Ao decreto legislativo autorizador da pesquisa serão incluídas as disposições do art. desta lei, e nele serão incluídas as exigências e iniciativas

JUSTIFICAÇÃO

A emenda limita este novo artigo às autorizações para pesquisa diversa, devem ser tratadas à parte; e reúne, pela conexão, matérias anteriores e acréscimos e modificações.

O "caput" do artigo proposto pela emenda junta as disposições do art. 54.

Cautelarmente, enfatiza-se que o titular da autorização deve ser a comunidade indígena afeita, acatando a fiscalização por parte da comunidade indígena afeita do decreto autorizador da pesquisa, para delimitar seu universo e garantir que os deveros serão observados.



DATA

PARLAMENTAR

[Signature]

INSTRUÇÕES NO VERSO

§ 1º - A elaboração e a execução dos programas e projetos deste artigo serão realizadas conjuntamente com a comunidade

§ 2º - As equipes constituídas para a elaboração e execução estar preparadas para compreender a cultura das comunidades atuarão.

JUSTIFICAÇÃO

A emenda propõe um novo artigo que reproduz, com maior objetividade à redação, as idéias constantes do art. 60 do PL nº 2.619/91, ausentes do Projeto sob emenda.

Recebido
Em, 03 de

3 6 1992

DATA

PARLAMENTAR

[Handwritten signature]

regulamentação das hipóteses de relevante interesse público da
sobre terras indígenas - e considerando que o Projeto sob emenda
o art. 62 revela-se flagrantemente inconstitucional. Somente a lei
poderá conter dispositivo similar a este que agora se propõe supri

INSTRUÇÕES NO VERSO

Rec'd
Em 03 de

316 FZ

DATA

PARLAMENTAR

[Signature]

procedera ao levantamento das sondagens de pesquisa e de lavra e da
lavra em vigor, incidentes em terras tradicionalmente ocupadas por índios
da promulgação da Constituição Federal, tomando medidas para que se a

JUSTIFICAÇÃO

A emenda se limita a harmonizar o "caput" do artigo com as decisões da
Comissão pelo Diretor do DNPM, Dr. Elmer Prata Salomão, no sentido de
direito determinada no parágrafo único do art. 60 do Projeto, que a emenda

INSTRUÇÕES NO VERSO

Recd.
Em. 03

3 16 1992

DATA

PARLAMENTAR

[Signature]

INSTRUÇÕES NO VERSO

ocupam a terra indígena sobre a qual incide a solicitação de pesquisa ou
local em que deverão desenvolver-se as atividades solicitadas ou na al
atendidas as seguintes condições:

I - o Congresso Nacional diligenciará para que os índios tenham
audiência e de todas as implicações dele decorrentes, através de informa
acessível a eles;

II - o Congresso Nacional requisitará informações sobre os custos
afetada, para que na audiência se atenda sua forma própria de tomada de

III - os índios que, de acordo com a sua forma própria de tomada de
audiência, devem ter custeados o seu transporte para o local em que e
expensas do órgão federal de assistência aos índios.

Parágrafo único. Da audiência participará o Ministério Público
manifestação de vontade dos índios, avaliando especialmente o nível
objeto da audiência e suas consequências, e o atendimento à sua forma pr

JUSTIFICAÇÃO

A matéria tratada nos §§ do art. 54, em sua redação origi
especialidade. Com efeito, cuida-se aqui do procedimento para a audiênc
realizada pelo Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 231 da Con

Na versão original, o projeto resumia este procedimento a dua
"in loco", com a participação do Ministério Público.

Parece evidente que, sempre que o permitirem as condições d
audiência; mas isto nem sempre ocorre.

Deve-se ter em mente que o projeto visa regulamentar, no sentid
espécie requer - a mineração em terras indígenas, já admitida expressame
de regulamentar, não se pode impedir.

Por isso, impõe-se reconhecer que nem sempre será possível
circunstância não deve impedir que se realize. Por isso, a emenda prevê
Congresso Nacional a elas recorrerá somente se, de fato, não se puder ir a
realizar a audiência "in loco" haverá de ser lisamente demonstrável, sob p

Tampouco previa o projeto original uma definição de "comunidade
Constituição. Na Austrália, onde na província do Território do Norte exist
outros [Aboriginal Land Rights (Northern Territory) Act, 1976], a ausênc
discussões (ver, a respeito, Kesteven, S. "The effects on aboriginal com

Rec. Especial
Em 03. Junho 92

[Assinatura]

316192

DATA

PARLAMENTAR

[Assinatura]

INSTRUÇÕES NO VERSO

indígenas que discutiram o assunto, notadamente os Tapanape e os Ra-
Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira, q
organizações indígenas, por sua vez constituídas por representantes de m
da região. É de se observar, além disso, que são disposições que objetiva
"pleno conhecimento de causa", sem o que resultaria viciada sua manifes
pleno conhecimento de causa foi incorporada ao novo convênio da Orga
povos indígenas e tribais em países independentes (nº 169), em casos simi

Mas também o Congresso Nacional precisa ter elementos qu
indígenas de manifestação de vontade, sem o que se frustraria o mandame

Rec.
03

3 16/92

DATA

PARLAMENTAR

§ 1º - Caso o Congresso Nacional não autorize a lavra em de
comunidade indígena afetada ou para o meio ambiente, o processo se
arquivado.

§ 2º - No caso previsto no parágrafo anterior, o vencedor da licita
na licitação para pesquisa manterão a preferência, nesta ordem, para a re
motivos que a impediram.

§ 3º - Se o Congresso Nacional não autorizar a lavra por cons
solicitante, os candidatos colocados em 2º e 3º lugares na licitação para
autorização de lavra, no prazo de 90 dias a partir da publicação da decisã

§ 4º - Na hipótese do parágrafo anterior, o Congresso Nacional p
que trata da ausiência da comunidade afetada), e do art. (artigo que trata

§ 5º - Se nenhum dos solicitantes obtiver a autorização, pelas
desistência, o ministério competente poderá promover novo processo licit

§ 6º - Caso o Congresso Nacional autorize a lavra a algum dos r
o início das operações ficará condicionado ao ressarcimento, pelo titula
realizadas em função da pesquisa, à quem a tiver efetuado.

JUSTIFICAÇÃO

Em relação ao texto original do art. 56 e seus §§, a emenda apres
Retirou-se do "caput" a observação de que o Congresso Nacion
de autorização de lavra, por óbvia.

Considerando que o Congresso Nacional pode inovar, em rela
que aprecia - conforme emenda proposta a dispositivo anterior - po
hipótese contemplada neste parágrafo. Mesmo assim, prevê-se a hipó
denegação congressual, e por isso esclarece-se que os vencedores da lic
redação do § 2º supra.

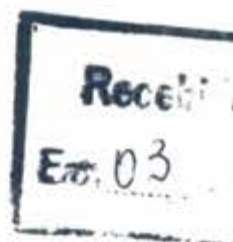
O § 3º foi harmonizado com emenda anterior. A emenda objetiv
se habilitem até três candidatos na licitação para pesquisa. Evidente que,
necessário que os colocados em 2º e 3º lugar a repitam, bastando a

3 16 1972
DATA

PARLAMENTAR

tema-se igualmente presente que, na sistemática do Projeto, o
artigo -, a segunda audiência da comunidade indígena afetada, exigível
pedido de lavra, ficará muito facilitada pela antecedência da audiência qu

INSTRUÇÕES NO VERSO



3 16 192
DATA

PARLAMENTAR

[Handwritten signature]

que couber, e de lavra em terras indígenas.

- I - ser a exploração das riquezas minerais realizada por lavra mecânica;
- II - não extraviar as águas e drenar aquelas que possam causar danos;
- III - utilizar todos os meios disponíveis, segundo a tecnologia mais avançada, para evitar a poluição do solo, do ar e das águas, decorrente direta ou indiretamente da atividade;
- IV - preservar o estado sanitário da área, mantendo os seus fundos em perfeita higiene;
- V - abster-se de transitar na terra indígena, fora dos limites da área autorizada, sem a autorização dos funcionários seus, exceto para o atendimento da comunidade indígena, nos termos ajustados no contrato firmado entre as partes;
- VI - vedar o uso de qualquer tipo de bebida alcoólica, a qualquer tempo, durante o objeto da autorização.

JUSTIFICAÇÃO

A última sentença do "caput" do art. 176 da Constituição Federal trata das atividades de pesquisa e lavra minerais em terras indígenas. A emenda proposta considera-as porém gerais porque aplicáveis a todos os casos. As condições sistemática adotada no conjunto das emendas propostas deverão constar do texto original.

O texto original, embora tenha mencionado tais condições, precisa orientar o Congresso neste tema e, com isso, deixando margem a interpretação, o proposto buscou inspiração na Portaria Funai/DNPM/01, de 18/mai/87, a qual, das comunidades indígenas aconselha.

Par. 1
Em. 03

5 de 12
DATA

PARLAMENTAR

I - constituírem hipótese de interesse nacional, de acordo através de resolução que especificará o recurso mineral e a terra indígena;

II - a inexistência, ou desconhecimento, de reservas exploradas no território nacional, em quantidade que atenda às necessidades do país;

III - estar a terra indígena, em que deverá incidir a pesquisa e a exploração;

IV - estarem os índios ocupantes da terra, em que deverá incidir a pesquisa e a exploração, pelo menos vinte anos, conforme a data que constar do laudo do respectivo laudo de demarcação da terra;

V - localizar-se a área em que deverá incidir a pesquisa ou a exploração em terras indígenas, e não incluir, tal área, sítios sagrados, cursos d'água e matas dos índios.

JUSTIFICAÇÃO

O texto original, embora preocupando-se em estabelecer critérios para a exploração e lavra de recursos minerais em terras tradicionalmente ocupadas, considerava somente o bem mineral como referência.

Entendemos que, a exemplo do anteriormente estabelecido na Portaria de 1987, que inspirou a presente emenda, devem-se acrescentar critérios para a situação afetada, e a situação jurídica de suas terras, como referência. Além disso, o interesse nacional, que é condicionante expressamente estabelecido na Constituição.

De um lado, ficam protegidas aquelas comunidades que estejam em situação de risco, no que tange à regularização de suas terras, encoraja-se o poder público a tanto.

Ficam, também, protegidos os locais de habitação e abastecimento, como os sítios sagrados, em cautela antes incluída na Portaria retro-mencionada.

Adverte-se que à época da edição de tal Portaria, funcionavam interesses das empresas de mineração; portanto, é lícito afirmar que as alterações da emenda, não causavam maior preocupação às empresas. O interesse nacional, a instância que representa a nação brasileira, e esta declaração deflagrada no texto original remete ao nuto da administração.

PARLAMENTAR

3 16 1982
DATA

INSTRUÇÕES NO VERSO

R
Em

3 16 192
DATA

PARLAMENTAR

[Signature]

antropológico e estudo prévio de impacto ambiental, que incluirão a aplicação dos incisos IV e V do § 2º do artigo anterior, visando a abertura de processo de homologação da área determinada, incidente em terra tradicionalmente ocupada por índios.

§ 1º - Publicado o edital de abertura do processo licitatório, que inclua o laudo antropológico e estudo prévio de impacto ambiental, brasileiros ou estrangeiros poderão apresentar propostas que deverão conter a programação dos trabalhos, o custo financeiro, e a especificação das técnicas a serem adotadas, bem como a metodologia ambiental e à prevenção de impactos danosos sobre as comunidades indígenas.

§ 2º - ...

JUSTIFICAÇÃO

A emenda harmoniza o texto com a emenda proposta ao art. 5º, que o processo licitatório não inclui, necessariamente, a totalidade de um lote dela.

Na parte final do § 1º, deixa-se claro que o que há a evitar são os impactos negativos, porque os impactos também podem ser positivos, e, neste caso, benvindos.

INSTRUÇÕES NO VERSO

3 16 192

DATA

PARLAMENTAR

PARLAMENTAR

Em

lugares, o órgão minerário encaminhará os autos do processo ao Ministério da Agricultura, para remeterá ao Congresso Nacional, acompanhando exposição de motivos.

§ 1º - Recebido o processo, o Presidente do Senado designará as lideranças, para a audiência da comunidade indígena afetada.

§ 2º - Após a audiência referida no § anterior, a Comissão poderá inovar em relação às exigências constantes do edital de abertura do exame, que será encaminhado inicialmente ao Senado Federal, e depois ao Congresso Nacional.

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda deve ser considerada em conjunto com a emenda apresentada nas matérias antes reguladas nos parágrafos suprimidos a este art. 54, sob o nº 1.000.

A possibilidade de que sejam indicados três propostas vencedoras, com o objetivo evitar a repetição desta, se mais de uma proposta contiver o mesmo nome, implicará em razoável economia, e incentivará os candidatos a se esforçarem, porque isto gerará a expectativa de poder realizar a lavra.

A mecânica proposta nos §§ deste artigo foi formulada a partir da discussão no Congresso Nacional, e do Regimento Comum.

Verifica-se que os Regimentos são contraditórios - o do Senado autorizando para pesquisa e lavra mineral em terras indígenas, com caráter de exclusividade (§ 1º, II, do RISF); e o da Câmara inadmitindo a hipótese, mantida sob o nome de lavra (art. 1º, do RICD, c/c arts. 68, § 1º, e 49, XVI, da Constituição Federal).

A alternativa conciliatória, portanto, consiste em atribuir a Comunidade indígena afetada, e elaborar projeto de decreto legislativo, pelo Senado, para evitar a ressalva do inc. IV do art. 91 do RISF.

Deixa-se expresso que a atividade do Congresso Nacional não será prejudicada pelas propostas, podendo inovar. Isto contribui para possibilitar a realização da atividade que deve ter o Congresso.

R.
E.M.

3 / 6 / 92
DATA

PARLAMENTAR

[Assinaturas]

§ 1º - Fica assegurado aos membros da comunidade afetada assim de Comissão em que se discuta a solicitação de pesquisa ou lavra, indumentárias e pinturas tradicionais.

§ 2º - Fica assegurado à comunidade afetada o acesso permanente pesquisa ou lavra, conforme o caso, através de pessoas indicadas a audiência a que se refere o artigo anterior.

JUSTIFICAÇÃO

Na sua versão original, o Projeto não cuida de garantir à comunidade informações sobre o processo para autorização de pesquisa ou lavra incidida.

O princípio da publicidade, na hipótese, só se garante através da publicação - pois não é lícito supor que através do Diário do Congresso Nacional fique atendido em relação a comunidades indígenas.

Em realidade, a emenda explicita, para evitar dúvidas que atenda outros mandamentos constitucionais e legais.

Em

3/6/2

DATA

PARLAMENTAR

[Signature]

Nacional esta criada pelo Projeto, de nomearem representantes de Saúde do Índio. Tal encargo, não obstante a motivação d funções, já extensas, das instituições mencionadas.

INSTRUÇÕES NO VERSO

3 16 192

DATA

PARLAMENTAR

[Handwritten signature]

Nos termos do art. 119, caput
Interno da Câmara dos Deputados, alterada
Resolução nº 10/91, o Sr. Presidente dete
e divulgação na Ordem do Dia das Comissões
apresentação de emendas ao projeto, a pa
por cinco sessões, tendo, ao seu término
recebido 51 emendas.

Sala da Comissão, em 04 de j



Edla Calheiros Bispo
Secretária

I - RELATÓRIO

O ilustre Deputado Aloizio Mercadante, em 1º de outubro de 1991 o projeto de lei nº 2.057, dispondo sobre os direitos Indígenas. Foram-lhe apensados os Projetos de Lei nºs 2.618, do Executivo, e 2.619, de 1992, do senhor Deputado Turley, sobre a mesma matéria; e o Projeto de Lei nº 4.442, de 1994, do senhor Deputado Carlos Tinoco, que altera o parágrafo único do art. 6º do Código Civil.

Estas proposições, cobrindo um amplo espectro de direitos indígenas e ao relacionamento das comunidades indígenas com o restante da sociedade, determinaram a constituição de uma Comissão Especial, fundamento no inciso II do art. 34 do Regimento Interno.

Sob a presidência do nobre Deputado Carlos Tinoco, a Comissão Especial desenvolveu um intenso calendário de audiências, ouvindo-se o Ministério Público Federal, a comunidade indígena, organizações não-governamentais de assistência social, governamentais e o Senador Jarbas Passarinho. A participação do Senador Passarinho é explicitamente mencionada porque o mesmo desempenhou papel protagônico na discussão do texto.

6.001, de 19 de dezembro de 1973, conhecida por “Estatuto do Índio”, é considerada uma legislação vanguardista em suas concepções quando promulgado há mais de 40 anos. No entanto, hoje de uma abordagem considerada ultrapassada em muitos aspectos, devido ao advento da Constituição Federal de 1988. Com a Constituição de 1988 privilegia uma abordagem mais individualista, por um lado, e a incorporação dos chamados “silvícolas” à comunhão nacional, por outro. No tempo em que mantém, e regulamenta, a tutela civil sobre os povos indígenas, no nosso tempo, pelo Código Civil de 1916.

A Constituição de 1988 suprimiu a legislação anterior e, por consequência, da própria política indígena. A Constituição de 1988 à evolução de conceitos consubstanciada, quase um ano após a adoção da Convenção nº 169, da Organização Internacional do Trabalho, sobre Povos Indígenas em Países Independentes. O objetivo de incorporar os indígenas à sociedade brasileira, sem lhes garantir o respeito por suas formas culturais próprias, é uma política que assume assumindo que a diversidade cultural protagonizada pelas diversas etnias indígenas dos patrimônios mais significativos legado ao País.

Ademais, é fato empiricamente verificado na história, se logrou a incorporação de toda uma sociedade indígena à sociedade nacional. Contudo, em nome desta finalidade legal, foram cometidas violências virtualmente caracterizáveis como etnocídio – que implicaram no desaparecimento de tantas sociedades indígenas. É necessário para reconhecer o fracasso desta concepção, que é mais

Cada uma delas possui uma implicação, se às vezes incompatíveis, no mais dos casos opções que possibilitaram ao Relator um exercício de aspectos complementares.

Assim, o projeto regimentalmente epígrafe deste Parecer, inovou radicalmente em consideração vigente por força do inciso III, e do parágrafo único, do Debruçou-se, como então indispensável, sobre a regulamentação das relações civis agora plenamente exercíveis pelos índios e suas organizações. Deteve-se no campo novo e árduo da propriedade autoral. Ensaçou um mecanismo judicial para a demarcação. Enfrentou dispor sobre a pesquisa e lavra de recursos minerais indígenas e sobre a exploração dos recursos hídricos nas

O projeto do Poder Executivo preencheu a lacuna linear da lei ordinária ao texto constitucional, mantendo o Estatuto do Índio vigente. Estendeu-se, porém, ao detalhamento do Poder Público.

Por último, o projeto de lei nº 2000, de 1991, pôs fim à polêmica de reconhecer as sociedades indígenas como povos submetidos à soberania do Estado brasileiro. Advirta-se que com tal abordagem o Relator não a está depreciando, senão que a está questionando.

Flávio Rocha; 2.193, de 1989, do Deputado Tadeu F
Deputado Juarez Marques; 4.563, de 1989, do Poder Ex
Deputado Mozarildo Cavalcanti; 5.764, de 1990, do Dep
1991, do Deputado Costa Ferreira; 692, de 1991, da Depu
de 1991, da Deputada Tereza Jucá; e 3.061, de 1992, do D

- 2.451, de 1991, do Deputado Aloizio M
indígena Yanomami e dá outras providências.

II - VOTO DO RELATOR

Nos termos do § 2º do art. 34
Comissão Especial cabe o exame da admissibilidade e
principal e respectivas emendas. O exame preliminar é
da Comissão.

Neste mister, examinadas as p
Comissão, verifica-se que preenchem os requisitos de ad
Lei nºs 2.057/91, 2.160/91, 2.619/92 e 4.442/94 e o Pro
seus apensos, relativamente:

- à competência legislativa da União (art. 22
- às atribuições do Congresso Nacional (art.
- à legitimidade da iniciativa (art. 61, **caput**
- à elaboração de lei ordinária (art. 59, incis

constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa
2.057/91, 2.160/91, 2.619/92, 4.442/94 e 4.916/90 -
inconstitucionalidade e injuridicidade do Projeto de Lei

Em relação ao mérito dos Projetos 2.160/91 e 2.619/92, destinados a substituir o Estatuto de cada qual, contribuições valiosas para a elaboração de um que têm de melhor. Esta, pelo menos, foi a intenção do por Substitutivo, dado que esta seria a única forma de proposições sob apreciação. Na identificação destes me assumiu alguns pressupostos determinantes.

O mais evidente deles é a supressão estabelecida pelo inciso III e pelo parágrafo único do art. 231, no aspecto, inevitavelmente houve afastamento do projeto do por conseguinte, deter-se sobre a regulamentação das relações suas comunidades e os não-índios. As cautelas estabelecidas nas relações não possuem a tutela como fundamento, mas, ao se garantir o respeito e proteção à especificidade cultural indígena.

A decorrência mais importante do projeto é a garantia das terras indígenas e os recursos do solo, rios e lagos nelas e os princípios participantes do ciclo produtivo, admitindo-se que possam estar no mercado. O dado é relevante porque al

possa afetar negativamente. Por isso determinou-se que o por ou com índio, tendo bens das terras indígenas como nulos sempre que lesivos às comunidades e sociedades inde-

Destinaram-se, por isso, partes significativas à regulamentação dos atos e negócios que envolvem índios, à revisão dos regulamentos existentes em suas terras, e ao detalhamento das normas economicamente mais relevantes, como a propriedade indígena e a exploração florestal madeireira.

A referência a este antecedente jurídico foi dada em preferência dada pelo Relator à denominação “sociedades indígenas”, que correta e moderna sob o prisma sociológico e jurídico representa uma evolução importante que não se compromete em discussões de terminologia, alocução “povos indígenas”.

Em outro aspecto, o Relator acolheu com satisfação a legitimidade política as críticas recorrentes acerca do processo de identificação das terras indígenas. Considerou-se fundamental dotar o processo de mecanismos aferentes de maior legitimidade política e também se guareceram alternativas à eventual inadimplência. Garantiu-se então a participação de representantes das comunidades na identificação de terras indígenas e previram-se momentos de consulta para a audiência das comunidades não-indígenas locais e Estados. A inovação foi introduzida sem prejuízo o

empresas de mineração e organizações não-governamentais.

Esta regulamentação extensiva tem traçado o único texto as balizas que cobrem praticamente todos os interesses indígenas e o das relações entre os índios, suas comunidades e o restante da sociedade brasileira.

Enfatiza-se que neste esforço regulatório traçada pela Constituição Federal. Neste momento é pouco constitucional sobre direitos indígenas restou reafirmado a medida em que foi mantido incólume.

Com relação, pois, aos projetos até aqui analisados, o Relator é **favorável**, nos termos do Substitutivo apresentado.

O Projeto de Lei nº 4.442, de 1996, recepcionado, embora com alcance ainda maior. De fato, o ilustre Deputado Avenir Rosa que a tutela sobre os direitos exceções. O Substitutivo acolhe a proposição mas declara a tutela sobre os índios, na esteira da melhor interpretação da Constituição de 1988. Em relação a esta proposição, o Relator é **favorável**, nos termos do Substitutivo.

Resta analisar a proposição relativa ao povo Yanomami.

demarcação das terras indígenas.

Por isso entendo, quanto ao Projeto que além de padecer de evidente inconstitucionalidade constitucionalmente atribuída ao Executivo Federal, por força do art. 231, *in fine*, a que se soma a redação do art. 6º das Constitucionais Transitórias, trata-se de proposição sem fundamento, uma vez que a terra indígena Yanomami está demarcada, e a demarcação já se esgotado o procedimento estabelecido pelo Decreto nº 1.074/68, além de inócua, a iniciativa criaria um precedente que poderia dar possibilidade de se suprimirem por decisão conjuntiva as terras regularmente demarcadas.

O voto do Relator quanto ao Projeto é por sua **rejeição**.

Espera-se que uma vez enriquecidas com as contribuições dos nobres membros da Comissão Especial, o Projeto possa tornar-se um diploma à altura das expectativas das sociedades indígenas.

Sala da Comissão, em 18/05


Deputado Luciano

<p>cas e privadas.</p> <p>§ 1º - A elaboração e execução de planos de defesa nacional e ordenamento do território e de desenvolvimento econômico de âmbito nacional e regional, por parte do Poder Público, não prejudicará a aplicação dos direitos reconhecidos no caput e regulados por esta lei.</p> <p>§ 2º - Nas áreas indígenas situadas em faixa de fronteira, o Poder Público Federal poderá executar as ações necessárias de controle, proteção e segurança, respeitadas as condições e direitos dos índios que as ocupam e as disposições desta lei.</p> <p>§ 3º - Os Estados e Municípios poderão colaborar com a União na proteção e na assistência às sociedades e comunidades indígenas e desenvolver ações administrativas que promovam o respeito aos bens indígenas.</p>	<p>Emenda 020/94, Dep. Tuga Angerami</p> <p>§ 2º - Nas áreas indígenas situadas em faixa de fronteira, o Poder Público Federal poderá executar as ações necessárias de controle, proteção e segurança do território nacional, respeitadas as condições e direitos dos índios que as ocupam e as disposições desta lei.</p> <p>Emenda 021/94, Dep. Tuga Angerami</p> <p>§ 3º - Os Estados e Municípios colaborarão quando solicitados com a União na proteção e na assistência às sociedades e comunidades indígenas e desenvolver ações administrativas que promovam o respeito aos bens indígenas.</p>	<p>Emenda 169/94, Dep. Aroldo Góes</p> <p>§ 2º - Nas áreas indígenas situadas em faixa de fronteira, o Poder Público Federal poderá executar as ações necessárias de controle, proteção e segurança do território nacional, respeitadas as condições e direitos dos índios que as ocupam e as disposições desta lei.</p>	
<p>Art. 4º - A política de proteção e de assistência aos índios e às sociedades ou comunidades indígenas terá como</p>			

<p>Art. 6º - Para efeito desta lei consideram-se:</p> <p>I - Sociedades indígenas, todas as coletividades que se distinguem entre si e do conjunto da sociedade por descenderem de populações de origem pré-colombiana;</p>	<p>Emenda 015/94, Dep. Tuga Angerami</p> <p>I - Povos indígenas são aqueles que se organizam social, política e culturalmente de maneira própria e diferenciada no Estado brasileiro, em razão de suas especificidades étnicas que guardam vínculos históricos com sociedades pré-colombianas.</p>	<p>Emenda 019/94, Dep. Tuga Angerami</p> <p>I - Povos indígenas, todas as coletividades que se distinguem entre si e do conjunto da sociedade por descenderem de populações de origem pré-colombiana;</p>	<p>Emenda</p> <p>I - Sociedade identificada sociedade seus vínculos pré</p>
<p>Art. 6º - Para efeito desta lei consideram-se:</p> <p>I - Sociedades indígenas, todas as coletividades que se distinguem entre si e do conjunto da sociedade por descenderem de populações de origem pré-colombiana;</p>	<p>Emenda 108/94, Dep. José C. Sabóia</p> <p>I - Sociedades indígenas, todas as coletividades que se distinguem no conjunto da sociedade por se considerarem descendentes de populações de origem pré-colombiana;</p>	<p>Emenda 111/94, Dep. José C. Sabóia</p> <p>I - Sociedades indígenas, todas as coletividades que se indentificam como tais em decorrência dos seus vínculos históricos com populações de origem pré-colombiana;</p>	
<p>Art. 9 - Os índios são brasileiros natos e a eles são assegurados todos os direitos civis, políticos, sociais e trabalhistas, bem como as garantias fundamentais estabelecidas na Constituição Federal.</p>			

<p>Art. 10 - Os nascimentos, os casamentos, as dissoluções da sociedade conjugal e os óbitos dos índios poderão ser registrados de acordo com a legislação comum, atendidas as diferenças culturais de cada sociedade ou comunidade indígena.</p> <p>Parágrafo único. No registro civil deverá constar obrigatoriamente, a sociedade ou comunidade indígena à qual pertence o registrado, respeitadas as peculiaridades quanto a qualificação do nome e prenome, e filiação .</p>	<p>Emenda 013/94, Dep. Tuga Angerami</p> <p>Art. 10 - Os nascimentos, os casamentos, as dissoluções da sociedade conjugal e os óbitos dos índios poderão ser registrados de acordo com a legislação comum, gratuitamente, atendidas as diferenças culturais de cada sociedade ou comunidade indígena.</p> <p>Emenda 012/94, Dep. Tuga Angerami</p> <p>Parágrafo único. No registro civil deverá constar obrigatoriamente, o nome do povo indígena ao qual pertence o registrado, respeitadas as peculiaridades quanto a qualificação do nome e prenome, e filiação .</p>		
	<p>Emenda 016/94, Dep. Tuga Angerami</p> <p>Art. É assegurado aos povos, comunidades e organizações indígenas o direito de participação em todas as instâncias que tratem de questões que lhes digam respeito.</p>	<p>Emenda 073/94, Dep. Heitor Franco</p> <p>Art. O órgão federal indigenista promoverá o acompanhamento e a avaliação dos programas, projetos e ações voltados para as sociedades ou comunidades indígenas.</p>	<p>Emenda 074/94, Dep. Heitor Franco</p> <p>Art. O órgão federal indigenista promoverá o acompanhamento e a avaliação dos programas, projetos e ações voltados para as sociedades ou comunidades indígenas.</p>

<p>terizam como sendo comunidades ou sociedades indígenas determinadas;</p> <p>II - a comunidade ou sociedade indígena determinada, no tocante aos bens localizados na terra indígena que ocupe, ou àqueles caracterizados como a ela pertencentes.</p> <p>...</p>	<p>Sugestão do Ministério Público Federal:</p> <p>II - a comunidade ou sociedade indígena determinada, no tocante aos bens considerados disponíveis localizados na terra indígena que ocupe, ou àqueles caracterizados como a ela pertencentes.</p>		
<p>Art. 16 - Os rendimentos auferidos através de atos negociais que envolvam o patrimônio indígena serão isentos de tributação.</p>	<p>Sugestão do Ministério Público Federal: supressão.</p>		
<p>Art. 14 - Cabe à comunidade ou sociedade titular do patrimônio indígena a administração dos bens que o constituem.</p> <p>Parágrafo único. A União, através do órgão indigenista federal, administrará os bens de que trata o inciso I do art. 13, podendo administrar também os referentes ao inciso II do mesmo artigo, por expressa delegação da co-</p>	<p>Emenda 087/94, Dep. Lourival Freitas</p> <p>Parágrafo único. O órgão indigenista federal administrará os bens de que trata o inciso I do art. 13, podendo administrar também os referentes ao inciso II do mesmo artigo, por expressa delegação da comuni-</p>		

	<p>Adicionar novo artigo, após o parágrafo único do art. 14</p> <p>Art. O órgão indigenista oficial expedirá, no prazo de 90 dias após a aprovação desta lei, normas em que disciplinará a transferência às comunidades ou sociedades indígenas dos bens de que trata o inciso II do art. 13.</p>	<p>Incluir no final do Capítulo II (Da propriedade intelectual)</p> <p>Art. Não se aplicam as exigências e restrições previstas no art. 17, §§ 1º e 2º e no art. 19 e seus §§ 1º, 2º, 3º e 4º às pesquisas ou obras científicas, de natureza acadêmica, ou a suas publicações e demais produtos derivados, ainda que comercializáveis.</p>
--	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Capítulo III - Do direito autoral

<p>Art. 32 - Para maior segurança de seus direitos autorais, as comunidades ou sociedades indígenas poderão registrar as suas obras e criações em seu nome, nos órgãos oficiais competentes, independentemente do pagamento de quaisquer taxas.</p> <p>§ 1º - Qualquer membro da comunidade ou sociedade indígena poderá requerer registro de suas obras ou criações coletivas, mas este deverá ser</p>	<p>Emenda 104/94, Dep. José C. Sabóia</p> <p>Art. 32 - Para maior segurança de seus direitos autorais, as comunidades ou sociedades indígenas poderão registrar as suas obras e criações em seu nome, no Conselho Nacional de Direito Autoral Indígena, independentemente do pagamento de quaisquer taxas.</p>	
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--

<p>justificada, podendo, em tal caso, a comunidade ou sociedade indígena, ou qualquer de seus membros, submeter o pedido de registro ao Conselho Nacional de Direito Autoral, para sua deliberação.</p>			
<p>Art. 36 - Depende de prévia e expressa autorização por escrito das comunidades ou sociedades indígenas autoras qualquer forma de reprodução, utilização ou de comunicação ao público, direta ou indireta, por qualquer forma ou processo, de suas obras ou criações coletivas, excepcionadas as limitações aos direitos autorais previstas neste Capítulo.</p> <p>§ 1º - A autorização das comunidades ou sociedades indígenas a que se refere o caput, está subordinada a contrato escrito, celebrado com a assistência do Ministério Público Federal, que estipulará as condições específicas em que será permitida a reprodução, utilização ou comunicação ao público de suas obras e criações coletivas, e fixará remuneração justa e equitativa para as comunidades ou sociedades indígenas envolvidas.</p>	<p>Emenda 106/94, Dep. José C. Sabóia</p> <p>Art. 36 - Depende de prévia e expressa autorização por escrito das comunidades ou sociedades indígenas autoras qualquer forma de reprodução, utilização ou de comunicação ao público, direta ou indireta, por qualquer forma ou processo, de suas obras ou criações coletivas, excepcionadas as hipóteses previstas no art. 39</p> <p>§ 1º - As comunidades e sociedades indígenas poderão solicitar a assessoria do Ministério Público Federal e do órgão indigenista federal, para esclarecimento de seus direitos autorais e situações de seu interesse.</p> <p><i>Obs.: ler em conjunto com dispositivos acrescentados após o art. 40.</i></p>		

sociedades indígenas titulares destes nomes.			
Emendas adicionais			
	<p>Emenda 104/94, Dep. José C. Sabóia</p> <p>Art. Fica criado o Conselho Nacional de Direito Autoral Indígena, órgão de fiscalização, consulta e assistência, no que diz respeito aos direitos autorais das comunidades, sociedades e indivíduos indígenas, com as seguintes atribuições:</p> <p>I - determinar, orientar, coordenar e fiscalizar o cumprimento das disposições contidas neste Capítulo;</p> <p>II - por solicitação dos titulares de direitos autorais, impedir ou interditar a representação, exibição, execução, transmissão ou utilização por qualquer forma de comunicação ao público, de obras indígenas, sem a respectiva autorização, quando esta for exigida por disposições deste Capítulo;</p> <p>III - impedir a destruição, danificação ou deturpação de obras indígenas, a fim de evitar prejuízos culturais, morais ou patrimoniais, tanto coletivos quanto individuais;</p> <p>IV - estabelecer normas que regulamentam o sistema de cobrança, arrecadação e distribuição dos direitos au-</p>		

proteção de direitos autorais indígenas, na ordem interna ou internacional, bem como sobre problemas a elas concernentes;

VII - gerir o Fundo de Direito Autoral Indígena, aplicando-lhe os recursos segundo as normas que estabelecer, vedada, porém, a sua utilização com despesas administrativas ou de manutenção do próprio Conselho;

VIII - manter serviço permanente de orientação, informação e assessoria às comunidades, sociedades e indivíduos indígenas sobre as normas concernentes aos seus direitos autorais;

IX - desenvolver outras atividades úteis ou necessárias ao cumprimento de suas atribuições ou que lhes sejam atribuídas por ato do Poder Executivo.

Parágrafo único. Sem prejuízo das atribuições do Conselho Nacional de Direito Autoral Indígena previstas neste artigo, as comunidades e sociedades indígenas titulares de direitos autorais poderão praticar todos os atos necessários à defesa judicial ou extrajudicial de seus direitos autorais.

dos respectivos direitos.

§ 1º - Quando se tratar de obras indígenas cuja autoria não possa ser atribuída a uma comunidade ou sociedade indígena determinada, os recursos serão recolhidos ao Fundo de Direito Autoral Indígena.

§ 2º - Além dos recursos previstos no parágrafo anterior, integrarão ainda o Fundo de Direito Autoral Indígena o produto das multas impostas pelo Conselho Nacional de Direito Autoral Indígena, doações de pessoas físicas ou jurídicas nacionais ou estrangeiras e recursos oriundos de outras fontes.

Art. O Conselho Nacional de Direito Autoral Indígena será composto de dois representantes de organizações indígenas, um representante de organização de apoio aos índios, um representante do órgão indigenista federal, um representante do Ministério Público Federal e um representante da Associação Brasileira de Antropologia.

Art. O Poder Executivo, mediante decreto, estabelecerá, no prazo de 90 (noventa) dias a partir da entrada em vigor desta lei, as normas e condições

<p>negócios formados em terras indígenas, que tenham por objeto bens das comunidades indígenas, praticados com dano a índio, comunidade ou sociedade indígena.</p> <p>§ 1º - Podem os índios, suas comunidades e organizações, bem como o Ministério Público Federal, ingressar em juízo para declarar nulos os atos e negócios a que se refere o caput deste artigo e para obter a indenização devida.</p> <p>§ 2º - A União responderá pelos danos causados a índio, comunidade ou sociedade indígena por atos ou negócios a que se refere este artigo, podendo cobrar regressivamente do terceiro causador.</p>	<p>Emenda 058/94, Dep. Tuga Angerami Suprimir o § 1º.</p> <p>Emenda 066/94, Dep. Tuga Angerami Suprimir o § 2º.</p>	<p>O Ministério Público Federal endossa a supressão do § 2º.</p>	
<p>Art. 48 - O ingresso de terceiros em terras indígenas depende de autorização das comunidades indígenas e de prévia comunicação ao órgão indigenista federal, ressalvado o disposto no § 2º do art. 3º desta Lei.</p>	<p>Emenda 070/94, Dep. Sidney de Miguel</p> <p>Art. 48 - O ingresso de terceiros em terras indígenas depende de autorização prévia das comunidades indígenas e cumprimento das normas estabelecidas pelo órgão indigenista federal, ressalvado o disposto no § 2º do</p>	<p>Emenda 170/94, Dep. Aroldo Góes</p> <p>Art. 48 - O ingresso e permanência de terceiros em terras indígenas depende de autorização das comunidades indígenas e de acompanhamento administrativo do órgão indigenista federal, ressalvado o disposto no § 2º</p>	

Capítulo II - Da proteção

<p>Art. 49 - São partes legítimas para a defesa dos direitos e interesses dos índios e das comunidades indígenas:</p> <p>I - o Ministério Público;</p> <p>...</p> <p>§ 2º - Nenhuma medida judicial será concedida liminarmente nas causas em que as sociedades ou comunidades indígenas figurem no polo passivo da relação processual, sem a sua prévia audiência e do Ministério Público Federal.</p>	<p>O Ministério Público Federal sugere que no inc. I conste:</p> <p>I - o Ministério Público Federal;</p> <p>Emenda 064/94, Dep. Tuga Angerami</p> <p>Art. 49 -</p> <p>§ 2º - Nenhuma medida judicial será concedida liminarmente nas causas em que as comunidades indígenas figurem no polo passivo da relação processual, sem a sua prévia audiência e do Ministério Público Federal.</p> <p>(suprime sociedades)</p>		
<p>Art. 50 - Compete ao órgão indigenista federal:</p> <p>I - interditar as terras indígenas para resguardo das comunidades ali ocupantes;</p>	<p>Emenda 083/94, Dep. Tuga Angerami</p> <p>Art. 50 - Compete ao órgão indigenista federal exercer o poder de polícia, dentro dos limites das terras indígenas, na defesa e proteção dos índios, suas comunidades, terras e patrimônio, podendo:</p> <p>Emenda 080/94, Dep. Tuga Angerami</p> <p>I - interditar, por prazo determinado, prorrogável, as terras indígenas para resguardo do território e proteção da integridade física e cul-</p>		

<p>de pessoas que estejam explorando o patrimônio indígena sem a devida autorização legal;</p> <p>IV - aplicar multas e penalidades.</p> <p>§ 1º - Os veículos, bens e objetos apreendidos dentro de área indígena na forma do inciso III deste artigo ficam sujeitos à pena de perdimento por dano ao patrimônio público.</p> <p>§ 2º - Sem prejuízo da ação penal cabível, os bens apreendidos nas condições do inciso III deste artigo, uma vez aplicada a pena de perdimento, serão vendidos em hasta pública, e o produto da venda será depositado em conta específica do órgão indigenista federal, para ser aplicado em benefício das comunidades indígenas.</p> <p>§ 3º - Fica o presidente do órgão indigenista federal autorizado a regulamentar o procedimento de aplicação de penas previstos neste artigo.</p>	<p>Emenda 063/94, Dep. Tuga Angerami</p> <p>§ 2º - Sem prejuízo da ação penal cabível, os bens apreendidos nas condições do inciso III deste artigo, uma vez aplicada a pena de perdimento, serão vendidos em hasta pública, e o produto da venda será depositado em conta específica da comunidade indígena prejudicada.</p> <p>Emenda 082/94, Dep. Tuga Angerami</p> <p>§ 3º - Fica o órgão indigenista federal obrigado, no prazo de 60 (sessenta) dias, a propor regulamentação do poder de polícia e os procedimentos de aplicação de penas previstos neste artigo sem prejuízo do disposto nos incisos e parágrafos anteriores.</p>	<p>Sugestão da liderança do PFL</p> <p>§ 3º - Fica o presidente do órgão indigenista federal autorizado a baixar normas relativas ao ingresso em terras indígenas e a regulamentar o procedimento de aplicação de penas previstos neste artigo.</p>
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

como tais.	63 desta lei.		
Parágrafo único. Sociedades ou comunidades indígenas isoladas são as que rara ou acidentalmente travam contato com a sociedade.	Parágrafo único. Sociedades ou comunidades indígenas isoladas são as que rara ou acidentalmente travam contato com a sociedade envolvente .		
<p style="text-align: right;">Título IV - Das terras indígenas Capítulo I - Disposições gerais Emendas adicionais</p>			
	Emenda 172/94, Dep. Aroldo Goes Incluir entre os arts. 59 e 60: Art. Aplica-se às terras de domínio indígena destinadas à posse permanente e usufruto exclusivo das sociedades ou comunidades indígenas o disposto no art. 58 e, no que couber, as ações do órgão indigenista federal definidas nesta lei para a proteção e regularização fundiária das terras tradicionalmente ocupadas ou reservadas.		
<p style="text-align: right;">Capítulo II - Da demarcação das terras indígenas</p>			
Art. 61 - As terras indígenas, por iniciativa e sob coordenação do órgão	Emenda 001/94, Dep. Francisco Rodrigues Art. 61 - As terras indígenas serão demarcadas administrativamente, por		

<p>Art. 62 - A demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios será precedida de identificação por equipe técnica que procederá aos estudos e levantamentos com o fim de atender ao disposto no § 1º do art. 56 desta lei.</p>	<p>Emenda 062/94, Dep. Tuga Angerami Acrescenta um Parágrafo único. O trabalho de identificação será concluído no prazo de 120 dias, prorrogável por mais 30 em caso de comprovada necessidade e após prévia justificativa.</p>		
<p>Art. 63 - A equipe técnica de que trata o artigo anterior será designada pelo Presidente do órgão indigenista federal para realizar estudos etno-históricos, sociológicos, ambientais, cartográficos e fundiários necessários, devendo ser composta por:</p> <p>I - um antropólogo credenciado pela Associação Brasileira de Antropologia, que a coordenará;</p>	<p>Emenda 109/94, Dep. José C. Sabóia I - um antropólogo credenciado pela Associação Brasileira de Antropologia; (suprime que a coordenará; ler em conjunto com o novo § 1º proposto)</p>		

<p>pante da terra objeto da identificação,</p> <p>IV - um técnico indicado pelo Governo do Estado de localização da comunidade indígena, ou um por Estado se envolverem áreas em mais de uma unidade da federação.</p> <p>§ 1º - Todos os membros da equipe deverão ter, sempre que possível, conhecimento específico sobre a comunidade indígena e a terra por ela ocupada.</p> <p>§ 2º - A equipe técnica deverá realizar a identificação da área com a participação das comunidades indígenas que a ocupam, observando suas formas próprias de manifestação de vontade e permitindo-lhes o pleno conhecimento de causa a respeito das atividades a serem desenvolvidas.</p> <p>§ 3º - Na falta de indicação dos membros previstos no inciso IV no prazo de 30 dias após a solicitação do órgão indigenista federal, o mesmo poderá</p>	<p>Emenda 084/94, Dep. Tuga Angerami Desloca o inciso para o art. 64.</p> <p>Emenda 109/94, Dep. José C. Sabóia Acrescenta um novo § 1º, renumerando os demais:</p> <p>§ 1º - O ato do órgão indigenista federal de criação do grupo de trabalho a que se refere este artigo designará o seu coordenador entre os membros previstos nos incisos I e II.</p> <p>Emenda 084/94, Dep. Tuga Angerami Desloca o § 3º para o art. 64.</p>	<p>Emenda 110/94, Dep. José C. Sabóia § 3º - Na falta de indicação dos membros previstos nos incisos I e IV no prazo de 30 dias após a solicitação do órgão indigenista federal, o mesmo</p>
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

<p>volvida.</p> <p>§ 5º - Por solicitação do presidente do órgão indigenista federal, a Polícia Federal deverá designar agentes para garantir segurança aos trabalhos da equipe técnica.</p>	<p>especialistas sobre a sociedade indígena envolvida.</p>		
<p>Art. 64 - A equipe técnica de identificação e delimitação, quando do levantamento fundiário, deverá se fazer acompanhar por:</p> <p>I - um ou mais técnicos ou engenheiros do órgão indigenista federal.</p> <p>II - um ou mais técnicos ou engenheiros do órgão fundiário federal, ou estadual, encarregados de coletar, em levantamento circunstanciado, informações a respeito da dimensão e qualidade das posses dos ocupantes não indígenas, de suas benfeitorias e da utilização econômica da área, obedecidas as normas específicas de levantamento do órgão indigenista federal.</p>	<p>Emenda 072/94, Dep. Sidney de Miguel</p> <p>I - um ou mais técnicos agricolas ou engenheiros agrônomos do órgão indigenista federal</p> <p>II - um ou mais técnicos agricolas ou engenheiros agrônomos do órgão fundiário federal ou estadual, encarregados de coletar, em levantamento circunstanciado, informações a respeito da dimensão e qualidade das posses dos ocupantes não-indígenas, de suas benfeitorias e da utilização econômica da área, obedecidas as normas específicas de levantamento do órgão indigenista federal.</p> <p>Emenda 084/94, Dep. Tuga Angerami Acrescenta um inciso III e um parágrafo único com a matéria deslocada do inciso IV e do § 3º do art. 63:</p>		

	ção do órgão indigenista federal, o mesmo poderá complementar a equipe com técnicos a seu critério.		
<p>Art. 65</p> <p>...</p> <p>§ 5º - O presidente do órgão indigenista federal emitirá, em até trinta dias após a conclusão dos estudos técnicos de identificação de limites, ato declaratório de ocupação, o qual servirá de base para a demarcação das terras tradicionalmente ocupadas.</p> <p>§ 6º - A demarcação das terras reservadas será feita com base na descrição dos limites contidos no ato do Poder Público que as houver estabelecido.</p>	<p>Emenda 060/94, Dep. Tuga Angerami Acrescenta um "inciso ao § 5º" – tomado como novo §, com renumeração do § 6º:</p> <p>§ 6º - Em até 30 dias após o ato de que trata o parágrafo acima, o presidente do órgão indigenista federal dará início ao processo licitatório para a demarcação da terra indígena.</p>		
<p>Art. 66 - Os trabalhos da equipe técnica e os demais atos previstos nesta lei terão seu início e conclusão, e o nome dos encarregados e responsáveis, publicados no Diário Oficial da União, garantido o acesso permanente e gratuito a todas as informações relativas</p>			

<p>informações sobre a terra indígena objeto de estudo, no prazo de 60 dias contados a partir da publicação do ato de designação da referida equipe.</p> <p>§ 2º As comunidades locais, Governos Municipais e Estaduais, entidades civis e população em geral, tomarão conhecimento das propostas da equipe técnica, em audiência pública, a ser promovida pelo órgão indigenista federal, preferencialmente na região ou Estado da proposta de demarcação, antes da entrega do relatório final da equipe técnica.</p>	<p>informações sobre a terra indígena objeto de estudo, no prazo de 60 dias contados a partir da publicação do ato de designação da referida equipe, que serão analisadas de maneira circunstanciada no laudo técnico.</p> <p>Emenda 059/94, Dep. Tuga Angerami Suprime o § 2º.</p>		
<p>Art. 67 - Simultaneamente à demarcação, o órgão fundiário federal promoverá o reassentamento dos ocupantes não índios localizados nas terras indígenas, cabendo à União Federal indenizar as benfeitorias daqueles considerados de boa fé, nos termos do § 6º do art. 231, da Constituição Federal.</p>	<p>Emenda 071/94, Dep. Sidney de Miguel Art. 67 - Simultaneamente ao procedimento de demarcação administrativo, o órgão fundiário federal promoverá o reassentamento dos ocupantes não índios localizados nas terras indígenas, cabendo à União Federal indenizar as benfeitorias daqueles considerados de boa fé, nos termos do § 6º do art. 231, da Constituição Federal.</p>		

	Parágrafo único. Concluídos os trabalhos de campo e encaminhado o competente relatório ao presidente do órgão indigenista, este remeterá, no prazo de 10 dias, os autos do procedimento demarcatório correspondente para sua homologação.		
Art. 72 - Após o registro, o órgão indigenista federal enviará uma cópia da escritura imobiliária à comunidade indígena.	Emenda 114/94, Dep. José C. Sabóia Art. 72 - Após o registro, o órgão indigenista federal enviará cópias do registro no SPU e da matrícula do imóvel à comunidade indígena.		
Art. 73 - O procedimento demarcatório será promovido por via judicial quando: I - o pedido de abertura do procedimento administrativo, previsto no art. 65 desta Lei, não for atendido dentro do prazo legal; II - ficar caracterizada negligência ou procrastinação por parte da autoridade pública competente, em qualquer fase do procedimento demarcatório. § 1º - Recebido o pedido, o juiz solicitará informações da autoridade apon-	Emenda 116/94, Dep. José C. Sabóia Art. 73 - A demarcação de terra indígena poderá ser requerida em juízo quando: I - o pedido de abertura do procedimento administrativo, previsto no art. 65 desta Lei, não for atendido dentro do prazo legal; II - ficar caracterizada negligência ou procrastinação por parte da autoridade pública competente, em qualquer fase do procedimento demarcatório. III - não houver concordância da comunidade ou da sociedade indígena sobre os limites definidos pelas autoridades competentes.		

ciência.	cia.		
	<p>Emenda 116/94, Dep. José C. Sabóia</p> <p>§ 3º - Verificada a hipótese do inciso III deste artigo, seguirá a ação nos termos dos arts. 950 e seguintes do Código de Processo Civil, sendo que os arbitradores referidos no art. 956 serão antropólogos.</p> <p>§ 4º - O juiz deverá interditar a área requerida e impedir cautelarmente, até decisão final, que obras, serviços ou ações ponham em risco a qualidade ambiental da área.</p>		
<p>Art. 76 - O órgão indigenista federal, de ofício ou por provocação da comunidade indígena interessada ou do Ministério Público, procederá a reestudo dos limites das terras indígenas consideradas insuficientes para a sobrevivência física e cultural das comunidades indígenas.</p>	<p>O Ministério Público Federal sugere que conste, expressamente:</p> <p>Art. 76 - O órgão indigenista federal, de ofício ou por provocação da comunidade indígena interessada ou do Ministério Público Federal, procederá a reestudo dos limites das terras indígenas consideradas insuficientes para a sobrevivência física e cultural das comunidades indígenas.</p>		
Emendas adicionais			
	<p>Emenda 069/94, Dep. Sidney de Miguel</p> <p>Inclui novo artigo entre os arts. 76 e 77</p> <p>Art. O órgão indigenista federal nor-</p>		

	Emenda 162/94, Dep. Tuga Angerami Suprime o Capítulo I do Título V.		
Emenda ao título			
	Emenda 117/94, Dep. José C. Sabóia Dê-se ao Capítulo a denominação Dos recursos minerais		
<p>Art. 79 - A pesquisa e a lavra de recursos minerais em terras indígenas serão efetivadas, no interesse nacional, sob os regimes de autorização de pesquisa e de concessão de lavra de que trata o Código de Mineração, por empresa legalmente constituída no Brasil, nos termos da Constituição Federal.</p> <p>Parágrafo único. O aproveitamento de recursos minerais em terras indígenas pelo regime de garimpagem é privativo dos índios, e poderá ocorrer nas áreas delimitadas para este fim por Portaria conjunta do órgão indigenista federal, do Departamento Nacional da Produção Mineral e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, dispen-</p>			

	<p>I - as hipóteses declaradas pelo Congresso Nacional;</p> <p>II - a inexistência de recurso mineral em outras partes do território nacional, em quantidade que atenda às necessidades do país, de acordo com declaração do órgão minerário federal.</p>		
Emendas adicionais			
	<p>Emenda 090/94, Dep. Lourival Freitas Incluir após o art. 79:</p> <p>Art. Não se aplica à exploração e ao aproveitamento de recursos minerais em terras indígenas, o direito de prioridade de que trata o art. 11, letra "a", do Código de Mineração.</p>		
<p>Art. 80 - Por iniciativa do Poder Executivo, de ofício ou por provocação de interessado, as áreas situadas em terras indígenas poderão ser declaradas disponíveis para fins de requerimento de autorização de pesquisa e concessão de lavra, mediante edital que estabelecerá os requisitos a serem atendidos pelos requerentes.</p> <p>§ 1º - O Edital será elaborado conjuntamente pelo órgão federal de gestão</p>	<p>Emenda 118/94, Dep. José C. Sabóia</p> <p>Art. 80 - Por iniciativa do Poder Executivo, de ofício ou por provocação de interessado, as áreas situadas em terras indígenas delimitadas poderão ser declaradas disponíveis para fins de requerimento de autorização de pesquisa e concessão de lavra, mediante edital que estabelecerá os requisitos a serem atendidos pelos requerentes.</p> <p>Emenda 127/94, Dep. José C. Sabóia</p> <p>§ 1º - O Edital será elaborado conjuntamente pelo órgão federal de gestão</p>		

normas pecuniárias a serem aplicadas no processo de disponibilidade, inclusive, se for o caso, sobre pré-qualificação de concorrentes.	Emenda 007/94, Dep. Tuga Angerami Acrescenta um parágrafo: § 3º - Não haverá mais de um empreendimento mineral em operação em terra indígena.		
<p>Art. 83 - As receitas provenientes dos pagamentos previstos no artigo anterior serão aplicadas em benefício direto e exclusivo de toda a comunidade indígena afetada, segundo plano de aplicação previamente definido, e se utilizadas no custeio de atividades de responsabilidade legal do Poder Público, a comunidade será por este integralmente ressarcida.</p> <p>§ 1º - A comunidade indígena poderá assessorar-se livremente para a elaboração do plano de aplicação referido no caput, cuja implementação será acompanhada pelo órgão indigenista federal.</p> <p>§ 2º - As receitas provenientes da ocupação do solo e da participação da comunidade indígena nos resultados da</p>	<p>Emenda 006/94, Dep. Tuga Angerami § 1º - Caberá à comunidade indígena administrar as receitas de que trata o artigo anterior, podendo assessorar-se livremente para elaboração do plano de aplicação referido no caput, cuja implementação será acompanhada pelo órgão indigenista federal.</p>	<p>Emenda 125/94, Dep. José C. Sabóia § 1º - À comunidade indígena caberá administrar as receitas, podendo assessorar-se livremente para a elaboração do plano de aplicação referido no caput, cuja implementação será acompanhada pelo órgão indigenista federal.</p>	<p>Emenda Art. 83 dos pagamentos anterior fício direto dade indígena</p> <p>§ 1º - A comunidade indígena poderá assessorar-se livremente para a elaboração do plano de aplicação referido no caput, cuja implementação será acompanhada pelo órgão indigenista federal.</p> <p>§ 2º - As receitas provenientes da ocupação do solo e da participação da comunidade indígena nos resultados da</p>

<p>poníveis após elaborado o plano de aplicação referido no caput deste artigo.</p>			<p>membro após a f a comun minerad regimen</p>
	<p>Sugestão do Dep. Elio Dalla Vecchia e Departamento Nacional da Produção Mineral: acrescente-se um § ao art. 83, nos termos seguintes: § 5º Destinar-se-á 2,5% (dois e meio por cento) da participação nos resultados da lavra para constituição de um fundo especial a ser utilizado no atendimento de comunidades indígenas carentes, a ser regulamentado pelo Poder Executivo.</p>		
<p>Art. 84 - Sem prejuízo de outras obrigações estabelecidas no Edital, as empresas concorrentes deverão satisfazer as seguintes condições:</p> <p>...</p> <p>§ 2º - Caso se comprove a manipulação de comunidades indígenas por terceiras empresas, com vistas à burla das condições estabelecidas neste artigo, com base no disposto no parágrafo anterior, o Departamento Nacional da Produção Mineral procederá ao cancelamento definitivo das licenças das referidas empresas para o exercício de</p>	<p>Emendas 107/94 e 126/94, Dep. José C. Sabóia</p> <p>§ 2º - Caso se comprove a manipulação de comunidades indígenas por terceiros, com vistas à burla das condições estabelecidas neste artigo, com base no disposto no parágrafo anterior, o Departamento Nacional da Produção Mineral os declarará inabilitados para o exercício de quaisquer atividades minerárias em terras indige-</p>		

<p>co-econômica do seu aproveitamento, o titular da autorização requererá a concessão de lavra, na forma estabelecida no Código de Mineração e legislação complementar.</p> <p>§ 1º - O requerimento de concessão de lavra deverá ser instruído com contrato firmado entre a empresa mineradora e a comunidade indígena afetada, com a assistência do órgão indigenista federal, no qual fiquem estabelecidas todas as condições para o exercício da lavra e o pagamento da participação dos índios nos seus resultados, bem como as responsabilidades das partes.</p> <p>§ 2º - Respeitado o limite mínimo estabelecido no § 2º do artigo 82 desta lei, é admitida, nesta fase, a renegociação do percentual anteriormente</p>	<p>Emenda 011/94, Dep. Tuga Angerami Acrescenta §, renumerando para § 3º o § 2º</p> <p>§ 2º - Para os fins do que dispõe o parágrafo anterior exigir-se-á a elaboração de Relatório de Impacto Ambiental - Rima e a realização de audiência pública correspondente.</p>	<p>Emenda 105/94, Dep. José C. Sabóia Acrescenta um § 1º, renumerando os demais</p> <p>§ 1º - A concessão de lavra estará condicionada à realização de relatório de impacto ambiental e à apresentação deste em audiência pública, promovida pelo órgão federal de proteção ambiental.</p>
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

<p>titular uma indenização, a ser paga pela União, em valor correspondente às despesas ou prejuízos efetivamente ocorridos.</p> <p>§ 1º - As partes estabelecerão, em comum acordo, auditoria independente para realização do levantamento das despesas e prejuízos.</p>	<p>rada ao titular uma indenização, a ser paga pela União, em valor correspondente às despesas efetivamente ocorridos.</p> <p>§ 1º - As partes estabelecerão, em comum acordo, auditoria independente para realização do levantamento das despesas.</p> <p>(suprimiu prejuízos)</p>		
Emendas adicionais			
	<p>Emenda 085/94. Dep. Lourival Freitas</p> <p>Incluir após o art. 92</p> <p>Art. Em caso de graves danos ao meio ambiente e/ou a comunidade indígena afetada, o Poder Executivo poderá suspender, temporariamente, os trabalhos de pesquisa ou de lavra, até que o Ministério Público Federal analise o encaminhamento ao Congresso Nacional do cancelamento da autorização.</p> <p>Parágrafo único. O cancelamento da autorização pelo Congresso Nacional assegurará à comunidade indígena o direito a indenização, pela empresa mineradora, de todos os prejuízos decorrentes ao seu meio ambiente, nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 91.</p>		

<p>Parágrafo único. Os trabalhos necessários aos levantamentos geológicos básicos serão executados com assistência de campo do órgão indigenista federal, que dará prévio conhecimento do trabalho à comunidade indígena.</p>	<p>Emenda 091/94, Dep. Lourival Freitas</p> <p>Parágrafo único. Os trabalhos necessários aos levantamentos geológicos básicos serão executados com assistência de campo do órgão indigenista federal.</p> <p>(suprimiu que dará prévio conhecimento do trabalho à comunidade indígena)</p>		
<p>Art. 94- O órgão indigenista federal estabelecerá através de portarias, limites provisórios para as terras indígenas cujos limites não tenham sido declarados, bem como aquelas nas quais tenha sido constatada a presença de índios isolados ou de contato recente.</p> <p>§ 1º - O Departamento Nacional da Produção Mineral determinará a suspensão da tramitação dos processos minerários que incidirem sobre as terras indígenas definidas pelas portarias mencionadas no caput, enquanto não forem declarados os seus limites.</p> <p>§ 2º - Serão indeferidos os requerimentos incidentes sobre as terras indígenas ocupadas por índios isolados ou de contato recente imediatamente após a declaração dos respectivos limites.</p>	<p>Emenda 004/94, Dep. João B. Fagundes</p> <p>§ 2º - Serão sobrestados os requerimentos incidentes sobre as terras indígenas ocupadas por índios isolados ou de contato recente imediatamente após a declaração dos</p>	<p>Emenda 088/94, Dep. Lourival Freitas</p> <p>§ 1º - O Departamento Nacional da Produção Mineral determinará a suspensão da tramitação dos processos minerários que incidirem sobre as terras indígenas definidas pelas portarias mencionadas no caput, enquanto os limites não forem oficialmente declarados.</p> <p>§ 2º - Serão indeferidos os requerimentos incidentes sobre as terras indígenas ocupadas por índios isolados ou de contato recente enquanto os limites não forem oficialmente de-</p>	

<p>Art. 95 - Não se aplicará o direito de prioridade de que trata o artigo 11, letra "a", do Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 (Código de Mineração), aos requerimentos de pesquisa incidentes em terras indígenas protocolizados junto ao Departamento Nacional da Produção Mineral após 5 de outubro de 1988.</p> <p>Parágrafo único. Os requerimentos de pesquisa protocolizados entre 5 de outubro de 1988 e a data de vigência desta Lei serão indeferidos de plano pelo Diretor do Departamento Nacional da Produção Mineral.</p>	<p>Emenda 068/94, Dep. Sidney de Miguel</p> <p>Art. 95 - Não se aplicará o direito de prioridade de que trata o artigo 11, letra "a", do Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 (Código de Mineração), aos requerimentos de pesquisa incidentes em terras indígenas protocolizados junto ao Departamento Nacional da Produção Mineral até a data da vigência desta lei.</p> <p>Parágrafo único. Os requerimentos a que se refere o caput deste artigo serão indeferidos de plano pelo diretor do Departamento Nacional da Produção Mineral.</p>	<p>Emenda 089/94, Dep. Lourival Freitas</p> <p>Art. 95 - Os requerimentos de autorização de pesquisa, de renovação de autorização de pesquisa, de permissão de lavra e de registro de licença, anteriores a esta lei, que objetivem áreas situadas em terras indígenas, serão arquivados por despachos do titular do órgão federal de gestão dos recursos minerais.</p>	
<p>Art. 96 - Os requerimentos de autorização de pesquisa e de registro de licença que objetivem áreas situadas em terras indígenas, e que tenham sido</p>	<p>Emenda 022/94, Dep. Tuga Angerami</p> <p>Suprime o dispositivo.</p>	<p>Emenda 089/94, Dep. Lourival Freitas</p> <p>Suprime o dispositivo.</p>	<p>Emenda des</p> <p>Art. 96</p> <p>zação de</p> <p>cença qu</p> <p>terras in</p>

pendentemente da declaração de disponibilidade a que se refere o art. 80, desde que atendidas as demais condições estabelecidas nesta lei.

§ 2º - O Departamento Nacional da Produção Mineral fará publicar no Diário Oficial da União as relações dos requerimentos considerados prioritários, devendo os respectivos requerentes, no prazo de 120 dias após a publicação, comprovar junto ao Departamento Nacional da Produção Mineral que atendem ao disposto no art. 84 desta lei, admitida neste período a transferência da titularidade, na forma da lei.

§ 3º - O não cumprimento do que estabelece o parágrafo anterior ensejará o indeferimento do requerimento pelo Diretor do Departamento Nacional da Produção Mineral.

§ 4º - Os requerimentos prioritários poderão ser sobrestados pelo Departamento Nacional da Produção Mineral, por proposta do órgão indigenista

pendentemente da declaração de disponibilidade a que se refere o art. 80, desde que atendidas as demais condições estabelecidas nesta lei e às **demais condições específicas que venham a ser estabelecidas em portaria conjunta do órgão indigenista federal e do Departamento Nacional da Produção Mineral.**

terido pelo Diretor do Departamento Nacional da Produção Mineral.			
Art. 96 ... § 1º - Os requerimentos prioritários poderão pleitear a concessão de pesquisa e a autorização de lavra, independentemente da declaração de disponibilidade a que se refere o art. 80, desde que atendidas as demais condições estabelecidas nesta lei.	Emenda 124/94, Dep. José C. Sabóia § 1º - Os titulares dos requerimentos prioritários poderão pleitear a concessão de pesquisa e a autorização de lavra, independentemente da declaração de disponibilidade a que se refere o art. 80, desde que atendidas as demais condições estabelecidas nesta lei.		
Art. 97 - As empresas declaradas prioritárias apresentarão proposta para o pagamento da renda pela ocupação do solo e participação nos resultados da lavra, as quais poderão ser objeto de livre negociação com a comunidade indígena, durante os procedimentos de audiência previstos no art. 86 desta Lei. Parágrafo único. Não havendo êxito na negociação entre a comunidade indígena e a empresa prioritária, poder-se-á declarar a área disponível na forma do art. 80 desta Lei, podendo a an-	Emenda 089/94, Dep. Lourival Freitas Suprime o dispositivo.	Sugestão apresentada pelo Dep. Elio Dalla Vecchia e Departamento Nacional da Produção Mineral; Art. 97 - As empresas declaradas prioritárias apresentarão proposta para o pagamento da renda pela ocupação do solo e participação nos resultados da lavra, as quais poderão ser objeto de livre negociação com a comunidade indígena, durante os procedimentos de audiência previstos no art. 86, e seus parágrafos , desta Lei.	

tes bens minerais em terras indígenas.	exploração destes bens minerais em terras indígenas.	exploração destes bens minerais em terras indígenas.	
Capítulo II - Dos recursos hídricos			
Art. 99 - O aproveitamento de recursos hídricos em terras indígenas deverá ser precedido de autorização do Congresso Nacional, observadas as mesmas condições e o procedimento estabelecidos para a mineração em terras indígenas, através dos órgãos federais responsáveis, especialmente no tocante à elaboração de laudo antropológico e relatório de impacto ambiental, ao processo licitatório e sua subordinação a contrato escrito entre a empresa interessada, pública ou privada, e a comunidade indígena.	Emenda 161/94, Dep. Tuga Angerami Art. 99 - O aproveitamento de recursos hídricos, em terras indígenas, incluídos os potenciais energéticos, deverá ser precedido de autorização do Congresso Nacional, observados, no que couber, os mesmos procedimentos estabelecidos para a mineração em terras indígenas, através dos órgãos federais responsáveis, especialmente no tocante à elaboração de laudo antropológico e relatório de impacto ambiental.		
Art. 100 - Aplicar-se-ão ao pagamento de comissão às comunidades indígenas pelo aproveitamento dos recursos hídricos e ou seus potenciais energéticos as mesmas normas aplicáveis ao pagamento aos municípios, aplicando-se, quanto à administração destes recursos, o disposto no art. 83 desta Lei.	Emenda 010/94, Dep. Tuga Angerami Substitui o "§ 1º do art. 100", aqui entendido como o caput : Art. 100 - É assegurado às comunidades indígenas o disposto no art. 82, na hipótese de exploração de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica.	Emenda 121/94, Dep. José C. Sabóia Art. 100 - Aplica-se no que couber o disposto nos arts. 82 e 83, à exploração de recursos hídricos em terras indígenas para fins de geração de energia elétrica.	Emenda Art. 100 de comissão pelo aproveitamento dos recursos hídricos e ou seus potenciais energéticos, as mesmas normas aplicáveis ao pagamento aos municípios, aplicando-se, quanto à administração destes recursos, o disposto no art. 83 desta Lei. (suprimida a administração)

afetadas com novas terras de igual tamanho, qualidade e valor ecológico.

Parágrafo único. Quando a perda for de parte da área indígena, a reposição será em terras contíguas às remanescentes.

direito a reposição com novas terras de igual tamanho, qualidade e valor ambiental, à indenização pelos impactos sofridos, além da participação nos resultados do empreendimento.

§ 1º - Quando a perda for de parte da área indígena, a reposição será em terras contíguas às remanescentes.

§ 2º - As receitas provenientes dos pagamentos previstos nos arts. 99, 100 e 101 desta lei, serão aplicadas em benefício direto e exclusivo das comunidades indígenas afetadas.

§ 3º - As receitas a que se refere o caput deste artigo, serão depositadas em contas bancárias específicas, e sua utilização vinculada a um orçamento programa.

§ 4º - Cada orçamento programa será gerido por um conselho gestor formado por representantes da comunidade indígena afetada, do órgão indigenista federal e membros da sociedade civil organizada, nomeados por ato do presidente do órgão indigenista federal.

§ 5º - O conselho de que trata o parágrafo anterior apresentará a seus

	Emenda 024/94, Dep. Tuga Angerami Suprime o capítulo.		
<p>Art. 102 - O aproveitamento dos recursos naturais florestais para exploração madeireira em terras indígenas somente poderá ser realizado através do manejo florestal em regime de rendimento sustentado, por empreendimentos integralmente coordenados e implementados por comunidades indígenas, nas respectivas áreas que ocupam, ou por suas organizações, desde que atendidas as seguintes condições:</p> <p>I - estar a terra indígena com os limites oficialmente declarados;</p> <p>II - realização de prévio zoneamento ecológico integral da terra indígena, especificando a parte a ser explorada, definindo as áreas por eles habitadas</p>	<p>Emenda 081/94, Dep. Tuga Angerami</p> <p>Art. 102 - O aproveitamento dos recursos naturais florestais para exploração madeireira em terras indígenas somente poderá ser realizado através do manejo florestal em regime de rendimento sustentado, por empreendimentos integralmente coordenados e implementados por comunidades indígenas, nas respectivas áreas que ocupam, ou por suas organizações, desde que atendidas as seguintes condições:</p> <p>I - estar a terra indígena com os limites oficialmente declarados e livre de turbacão;</p> <p>II - realização de prévio zoneamento ecológico integral da terra indígena, especificando a parte a ser explorada, definindo as áreas por eles habitadas</p>	<p>Emenda 163/94, Dep. Tuga Angerami</p> <p>Substitui todo o capítulo por:</p> <p>Art. 102 - A exploração de recursos naturais florestais, garantida pelo § 2º do art. 231 da Constituição Federal, caracteriza-se por atividade econômica que demanda adoção de estrutura técnica complexa, definida através de manejo florestal em regime de rendimento sustentável, visando manter o ecossistema útil às gerações futuras.</p> <p>Parágrafo único. Cabe ao Poder Executivo regulamentar a exploração a que se refere o caput, no prazo de 30 dias após a publicação desta lei.</p>	

<p>pológico especificando as implicações sócio-econômicas e culturais para as comunidades envolvidas e as medidas para seu monitoramento e redução ou afastamento de efeitos negativos;</p> <p>III - limitação da área objeto da exploração a no máximo 20 % (vinte por cento) do total da terra indígena;</p> <p>IV - elaboração e fiel cumprimento de um plano de manejo que contemple a conservação dos recursos naturais e inclua a caracterização da estrutura e do sítio florestal, o levantamento dos recursos existentes, o estoque remanescente do recurso de forma a garantir a produção sustentada e a definição de sistemas silviculturais adequados e de técnica de exploração que minimizem os danos sobre a floresta residual.</p>	<p>pológico, especificando as áreas necessárias à reprodução física e cultural da comunidade indígena segundo seus usos, costumes e tradição, as implicações sócio-econômicas e culturais, as medidas para seu monitoramento e a redução ou afastamento de efeitos negativos, em consonância com o disposto no inciso II;</p> <p>IV - limitação da área objeto da exploração a no máximo 20 % (vinte por cento) do total da terra indígena, segundo as orientações estabelecidas nos incisos II e III, respeitada a legislação ambiental vigente;</p> <p>V - elaboração e fiel cumprimento de um plano de manejo que contemple:</p> <p>a) a conservação dos recursos naturais incluindo a caracterização da estrutura e do sítio florestal;</p> <p>b) o levantamento dos recursos existentes;</p> <p>c) o estoque remanescente do recurso de forma a garantir a produção sustentada;</p> <p>d) definição de sistemas silviculturais adequados;</p>		
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--

<p>inventário florestal com indicação das parcelas, estudo de regeneração, índice de biodiversidade e modelo de monitoramento, avaliação e análise dos tratamentos silviculturais aplicados.</p> <p>V - apresentação do sistema de exploração ou plano de aproveitamento florestal com micro-zoneamento da área de exploração contendo inventário total a 100 %, número e localização das árvores, estimativa exata de volume, configuração do terreno, natureza do solo, planimetria, planificação de vias de acesso, detalhamento da infra-estrutura e operações de corte que comporão o plano de aproveitamento;</p> <p>VI - aprovação do zoneamento, do plano de manejo e do plano de exploração</p>	<p>h) realização de inventário, com indicação de parcelas; i) apresentação de estudos de regeneração; j) apresentação de índice de biodiversidade; k) apresentação de modelo de monitoramento, avaliação e análise dos tratamentos silviculturais adequados; l) análise e proposta de minimização dos impactos negativos; m) apresentação do plano de aproveitamento florestal.</p> <p>VI - apresentação do plano de exploração florestal, com micro-zoneamento da área de exploração que contenha:</p> <p>a) inventário; b) número e localização das árvores; c) dimensionamento real do volume; d) configuração do volume (sic); e) natureza do solo; f) planimetria; g) planificação de vias de acesso; h) detalhamento da infra-estrutura e operações de corte (suprimiu: que comporão o plano de aproveitamento)</p> <p>VII - aprovação do zoneamento, do plano de manejo e do plano de ex-</p>
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

<p>conjunta dos órgãos indigenista federal e de proteção ambiental da União;</p> <p>VII - anotação de responsabilidade técnica junto ao CREA do responsável pela elaboração e execução do plano de manejo e do plano de aproveitamento;</p> <p>X - utilização dos recursos obtidos na comercialização dos produtos florestais explorados em projetos de interesse de toda a comunidade indígena ocupante da área.</p>	<p>exploração por ação conjunta dos órgãos indigenista federal e de proteção ambiental da União;</p> <p>IX - anotação de responsabilidade técnica junto ao CREA do responsável pela elaboração e execução dos planos de manejo, aproveitamento e exploração;</p> <p>X - utilização dos recursos obtidos na comercialização</p>		
<p>Art. 102</p> <p>...</p> <p>§ 1º - As atividades de que trata este artigo não comprometerão a existência e utilização futura dos recursos naturais, bem como as demais atividades produtivas desenvolvidas pelas comunidades indígenas.</p> <p>§ 2º - O zoneamento previsto no inciso II deverá conter informações sobre a estratificação vegetal, hidrografia, banhados, solo, topografia, rede viária, área a ser manejada, localização das unidades amostrais e outras informações científicas pertinentes.</p>	<p>Art. 102</p> <p>...</p> <p>§ 1º - As atividades de que trata este artigo não comprometerão a existência e utilização futura dos recursos naturais, bem como as demais atividades produtivas desenvolvidas pelas comunidades indígenas.</p> <p>§ 2º - O zoneamento previsto no inciso II deverá conter informações sobre a estratificação vegetal, hidrografia, banhados, solo, topografia, rede viária, área a ser manejada, localização das unidades amostrais e outras informações científicas pertinentes.</p>		

§ 5º - O Ministério Público poderá determinar, a qualquer tempo, a realização de perícias para atestar o cumprimento das condições estabelecidas para as atividades previstas neste artigo.

§ 6º - Os órgãos públicos e seus dirigentes, responsáveis pela fiscalização do que trata o inciso IX, responderão civil e criminalmente em caso de omissão.

§ 7º - Os representantes de organizações ou comunidades indígenas responsáveis pelos empreendimentos previstos neste artigo responderão pelo cumprimento do disposto no inciso X e deverão ressarcir a comunidade indígena em caso de danos ou prejuízos deles decorrentes.

§ 4º - Cabe ao órgão indigenista federal acompanhar a execução dos projetos de que trata o inciso X.

§ 5º - O Ministério Público poderá determinar, a qualquer tempo, a realização de perícias para atestar o cumprimento das condições estabelecidas para as atividades previstas neste artigo.

§ 6º - Os órgãos públicos e seus dirigentes, responsáveis pela fiscalização do que trata o inciso VIII, responderão civil e criminalmente em caso de omissão.

§ 7º - Os representantes de organizações ou comunidades indígenas responsáveis pelos empreendimentos previstos neste artigo responderão pelo cumprimento do disposto no inciso X e deverão ressarcir a comunidade indígena em caso de danos ou prejuízos deles decorrentes.

§ 8º - Caso se verifique a qualquer tempo desvio de finalidade na utilização dos recursos provenientes da comercialização dos produtos florestais, o órgão indigenista federal ou qualquer membro da comunidade poderá representar ao Ministério Público Federal para que este adote

Sugestão
ral:

§ 5º - O
podrá d
a realiza
cumprim
cidas pa
neste arti

Emenda 081/94, Dep. Tuga Angerami
Art. O aproveitamento comercial de florestas plantadas, não vinculadas à reposição florestal, em áreas indígenas estará sujeito aos procedimentos estabelecidos pelo órgão de proteção ambiental da União para todo território nacional.

Emenda 081/94, Dep. Tuga Angerami
Art. A comercialização de madeira desvitalizada existente em áreas indígenas, estará condicionada a perícia técnica efetuada pelos órgãos indigenista federal e de proteção ambiental da União, que atestarão que seu abate não foi intencional.

§ 1º - comprovada em perícia, a participação da comunidade indígena em atos intencionais que resultem na desvitalização da madeira, esta deverá ser leiloada em hasta pública, sendo os recursos revertidos aos cofres públicos.

§ 2º - Os casos que não se aplicam ao disposto no parágrafo anterior (sic), terão sua comercialização sujeita aos procedimentos estabelecidos pelo órgão de proteção ambiental da União para todo território nacional.

§ 3º - Os recursos provenientes do aproveitamento da madeira desvitalizada, deverão ser revertidos em benefício de toda a comunidade, através de um plano de aplicação.

§ 4º - O plano de aplicação a que se refere o parágrafo anterior, deverá ser acompanhado pelo órgão indigenista federal.

<p>territorial e de estratégias da ocupação de regiões por projetos governamentais ou privados, sempre que haja interesses indígenas envolvidos.</p>	<p>Emenda 029/94, Dep. Tuga Angerami Parágrafo único. É assegurado às comunidades indígenas e à sociedade civil afetadas pelas políticas e estratégias a que se refere o caput do presente artigo, o direito de participação na discussão e elaboração destas ações.</p>		
<p>Art. 110 - O estabelecimento de áreas destinadas à preservação ambiental localizadas em terras indígenas dependerá de iniciativa das comunidades indígenas que as ocupam, e será formalizada em ato firmado entre elas e a instância do Poder Público interessada.</p>	<p>Emenda 018/94, Dep. Tuga Angerami Art. 110 - As comunidades indígenas poderão destinar nas terras por elas ocupadas áreas destinadas à preservação ambiental, através de ato firmado entre elas e o poder público.</p>		
<p>Art. 111 - As unidades de conservação já existentes, parcial ou totalmente incidentes em terras indígenas, deverão submeter-se ao procedimento previsto no art. 110 desta Lei no prazo de um ano após a sua promulgação, sendo que a impossibilidade de negociação ou autorização das comunidades indígenas implicará na retificação dos respectivos limites, excluindo-se a parte</p>	<p>Emenda 005/94, Dep. Tuga Angerami Art. 111 - As unidades de conservação ambiental, parcial ou totalmente incidentes em terras indígenas, deverão ter seus limites retificados pelo Poder Executivo, no prazo de um ano após a promulgação da presente lei, de modo a excluir a incidência sobre as terras indígenas, sob pena de nulidade dos atos que a criaram.</p>	<p>Emenda 122/94, Dep. José C. Sabóia Art. 111 - O órgão federal de proteção ambiental deverá submeter, no prazo de um ano a partir da promulgação desta lei, sob pena de nulidade, os atos que criaram unidades de conservação ambiental parcial ou totalmente incidentes em terras indígenas ao procedimento previsto no artigo anterior, sendo que a impossibilidade de negociação</p>	

	ceiros, de recursos biogenéticos existentes nas terras indígenas, respeitará o direito de usufruto exclusivo das comunidades indígenas, e dependerá de prévia autorização das mesmas, bem como de prévia comunicação ao órgão indigenista federal.		
<p style="text-align: right;">Título VI - Da assistência especial Capítulo I - Das disposições gerais</p>			
Art. 113 - Para os fins previstos neste título, serão promovidos entendimentos, sob a coordenação do órgão indigenista federal, com as instituições governamentais ou privadas, com ou sem fins lucrativos, cujo envolvimento se faça necessário, a fim de assegurar o suporte técnico, científico e operacional indispensável à eficiência das ações.	Emenda 056/94, Dep. Tuga Angerami Art. 113 - Para os fins previstos neste título, serão promovidos entendimentos entre o órgão indigenista federal, as organizações indígenas, entidades indigenistas, as instituições governamentais ou privadas , a fim de assegurar o suporte técnico, científico e operacional indispensável à eficiência das ações.		
<p style="text-align: right;">Emendas adicionais</p>			
	Emenda 102/94, Dep. Maria Valadão Art. Fica autorizada a criação de uma Comissão Interministerial no âmbito do Ministério da Justiça, com a participação dos órgãos governamentais envolvidos e de representantes da sociedade civil e organizações indígenas, com a finalidade de definir dire-	Emenda 103/94, Dep. Maria Valadão Art. As ações de assistência aos índios relativas à saúde, educação e apoio às atividades produtivas deverão contar com orientação e acompanhamento antropológico.	

ação para cada uma destas áreas, na proteção e assistência às comunidades indígenas.

Capítulo II - Da saúde

Art. 116 - O sistema de prevenção e assistência à saúde para as comunidades indígenas destina-se a complementar as práticas de medicina indígena, visando a redução do risco de doenças e outros agravos e o estabelecimento de condições que assegurem aos índios e às comunidades indígenas o acesso universal e igualitário às atividades e aos serviços de saúde.	Emenda 057/94, Dep. Tuga Angerami Art. 116 - É assegurado aos povos indígenas atenção integral à saúde, de forma diferenciada, determinada em função das especificidades étnico-culturais e por sua situação sanitária.		
Art. 119 - São assegurados os serviços de atendimento primário de saúde no interior das terras indígenas.	Emenda 055/94, Dep. Tuga Angerami Art. 119 - São assegurados os serviços de atendimento primário de saúde nas comunidades indígenas.		
Art. 121 - O Sistema Único de Saúde deve promover, proteger e recuperar a saúde das comunidades indígenas, atendendo as características especiais de assistência aos mesmos, através de Distritos Sanitários Indígenas.	Emenda 054/94, Dep. Tuga Angerami Art. 121 - O Sistema Único de Saúde deve promover, proteger e recuperar a saúde das comunidades indígenas, atendendo as características especiais de assistência aos mesmos, através de Distritos Sanitários Indígenas, instâncias administrativas e técnicas de	Emenda 168/94, Dep. Aroldo Goes Art. 121 - O Sistema Único de Saúde deve promover, proteger e recuperar a saúde das comunidades indígenas, atendendo as características especiais de assistência aos mesmos, através de modelo organizacional de âmbito federal, que poderá ser implemen-	

I - um representante do Ministério da Saúde;

II - um representante do órgão indigenista federal;

III - um representante do Ministério Público Federal;

IV - um representante do Congresso Nacional;

V - três representantes de organizações indígenas de âmbito nacional;

VI - dois representantes de organizações da sociedade civil de apoio ao índio;

VII - dois médicos sanitaristas indicados pelo Conselho Federal de Medicina;

VIII - um antropólogo indicado pela Associação Brasileira de Antropologia.

§ 1º - Quando da análise de projetos de saúde, a comunidade indígena interessada terá assento na Comissão através de um representante com direito a voz e voto.

§ 2º - Os representantes das organizações da sociedade civil de apoio aos índios terão mandato de três anos, permitida uma recondução, e serão indicados através de eleição entre tais organizações segundo normas estabelecidas pelo Ministério da Saúde, ad

verno federal, representantes indígenas, representantes dos profissionais de saúde e de antropologia e representantes da sociedade civil.

§ 1º - Será garantida a representação paritária entre índios e não índios na Comissão Intersetorial de que trata o caput deste artigo.

§ 2º - Quando da análise de projetos de saúde, a comunidade indígena terá assento na Comissão através de um representante com direito a voz e voto respeitada a paridade a que se refere o parágrafo anterior.

(suprime o restante do dispositivo)

<p>projetos de formação de agentes e técnicos de saúde indígena;</p> <p>VI - definir mecanismos de avaliação contínua da situação de saúde das comunidades indígenas nos seus aspectos demográficos, epidemiológicos e assistenciais;</p> <p>VII - apreciar e aprovar as normas técnicas das diversas instâncias do Sistema Único de Saúde, relativas às comunidades indígenas;</p> <p>VIII - nomear os membros dos Conselhos Distritais de que trata o art. 124 desta Lei.</p>	<p>gias e políticas destinadas ao desenvolvimento de recursos humanos específicos para a saúde indígena;</p> <p>Emenda 051/94, Dep. Tuga Angerami IX - fiscalizar a execução orçamentária dos programas e projetos específicos.</p>		
<p>Art. 124 - Para o planejamento e execução dos projetos de saúde em comunidades indígenas serão estabelecidos Distritos Especiais e Autônomos de Saúde, compreendendo as terras indígenas, com as seguintes características:</p> <p>I - configuração e delimitação dinâmica, que considera o território ocupado,</p>	<p>Emenda 167/94, Dep. Aroldo Goes Suprime o dispositivo.</p>	<p>Emenda 050/94, Dep. Tuga Angerami Art. 124 - Para o planejamento e execução dos projetos de saúde em comunidades indígenas serão estabelecidos Distritos Especiais e Autônomos de Saúde, com as seguintes características: (suprimiu compreendendo as terras indígenas)</p> <p>Emenda 049/94, Dep. Tuga Angerami I - configuração e delimitação que considera o território ocupado, a rede</p>	

<p>sariamente coincidente com as áreas municipais adjacentes;</p> <p>III - organização interna diferenciada, que considera a organização social, a situação sanitária, as necessidades, tradições e práticas de saúde de cada comunidade indígena;</p> <p>IV - programação própria, que considere as características e prioridades de cada comunidade indígena, visando a ampliação e consolidação da organização interna do Distrito, de maneira a criar condições para sua autonomia gerencial;</p> <p>V - dotação de recursos e equipamentos, segundo as necessidades de cada comunidade indígena;</p> <p>VI - metodologia autônoma de vinculação com os demais níveis do Sistema Único de Saúde.</p>			
<p>Art. 125 - A direção dos Distritos Especiais será exercida por um colegiado, que terá a participação de representantes dos órgãos prestadores de serviços e de profissionais da área de saúde, possuidores de conhecimento específico sobre as comunidades indígenas compreendidas pela área do distrito, e que sejam por elas indica-</p>	<p>Emenda 166/94, Dep. Aroldo Goes Suprime o dispositivo.</p>	<p>Emenda 047/94, Dep. Tuga Angerami Art. 125 - Os Distritos Sanitários Indígenas serão dirigidos por Conselhos Distritais compostos por representantes das comunidades indígenas, por representantes do Ministério da Saúde, do órgão indigenista federal, por profissionais de saúde lotados nos respectivos distritos e por representantes de entidades de</p>	

<p>des do Distrito;</p> <p>II - definir os mecanismos de avaliação e controle de todas as atividades desenvolvidas do distrito;</p> <p>III - coletar, centralizar, organizar e manter atualizadas as informações acerca da situação sanitária de cada comunidade indígena e sobre o desempenho das programações, instituições e equipes envolvidas remetendo-as periodicamente a direção do Ministério da Saúde;</p> <p>IV - organizar atividades que estimulem a troca de conhecimentos e a efetiva integração entre as diversas equipes e os integrantes das próprias comunidades;</p> <p>V - diligenciar junto ao Ministério da Saúde para garantir as condições necessárias ao desenvolvimento dos programas de atendimento propostos;</p> <p>VI - definir as formas de integração dos programas de saúde desenvolvidos por outras instituições nas atividades realizadas pelo Distrito.</p>		<p>cultural e a situação das áreas jurisdicionadas aos Distritos Sanitários Indígenas;</p> <p>Emenda 046/94, Dep. Tuga Angerami</p> <p>III - coletar, centralizar, organizar e manter atualizadas as informações acerca da situação sanitária de cada comunidade indígena e sobre o desempenho das programações, instituições e equipes envolvidas remetendo-as periodicamente a Comissão Intersetorial de Saúde Indígena;</p> <p>Emenda 045/94, Dep. Tuga Angerami</p> <p>Suprime o inciso V.</p>	
<p>Art. 127 - Os Distritos Especiais são</p>	<p>Emenda 044/94, Dep. Tuga Angerami</p> <p>Suprime o dispositivo.</p>	<p>Emenda 164/94, Dep. Aroldo Goes</p> <p>Suprime o dispositivo.</p>	

vadas as disposições desta Lei.	e observadas as disposições desta Lei.	vadas as normas vigentes sobre ingresso em terras indígenas.	
Capítulo III - Da educação			
<p>Art. 129 - A educação escolar destinada às comunidades indígenas terá como princípios:</p> <p>I - garantia aos índios de acesso aos conhecimentos da sociedade, com o domínio de seu funcionamento, de modo a assegurar-lhes a defesa de seus interesses e a participação na vida nacional em igualdade de condições, enquanto grupos etnicamente diferenciados;</p> <p>II - respeito aos processos educativos e de transmissão do conhecimento próprios das comunidades indígenas.</p>	<p>Emenda 042/94, Dep. Tuga Angerami</p> <p>Art. 129 - Compete ao sistema de ensino da União, através de uma Coordenação Nacional de Educação Escolar Indígena assegurar às comunidades indígenas:</p> <p>I - uma educação escolar específica e diferenciada;</p> <p>II - promover o respeito aos processos educativos e de transmissão do conhecimento próprios das comunidades indígenas;</p> <p>III - proporcionar conhecimentos necessários para que possam defender seus interesses em igualdade de condições com quem venham a se relacionar.</p> <p>Parágrafo único. As escolas desti-</p>	<p>Emenda 130/94, Dep. Fábio Feldmann</p> <p>I - garantia aos índios de acesso aos conhecimentos da sociedade nacional, com o domínio de seu funcionamento, de modo a assegurar-lhes a defesa de seus interesses e a participação na vida nacional em igualdade de condições, enquanto grupos etnicamente diferenciados;</p> <p>Emenda 131/94, Dep. Fábio Feldmann</p> <p>II - respeito aos processos educativos e de transmissão do conhecimento das comunidades indígenas.</p> <p>(suprimiu próprios).</p>	<p>Emenda</p> <p>II - respe</p> <p>de trans</p> <p>comunida</p> <p>(suprimiu</p>

	(não há modificação)	(não há modificação)	
<p>Art. 131 - O Sistema Nacional de Educação, através do Sistema de Ensino do União e com a colaboração do órgão indigenista federal e das agências federais de fomento à cultura, desenvolverá programas integrados de fomento à cultura, de ensino e pesquisa, para oferta de educação bilingüe, diferenciada e específica para cada comunidade indígena.</p> <p>§ 1º - Os programas previstos neste artigo serão formulados e implementados com a participação das comunidades indígenas.</p> <p>§ 2º - São reconhecidos os currículos das escolas indígenas e seus alunos poderão continuar os estudos subsequentes em outras escolas sem necessidade de qualquer complementação curricular.</p> <p>§ 3º - Será dada prioridade aos índios na formação de professores para atuarem nas escolas destinadas às comunidades indígenas.</p> <p>§ 4º - É obrigatória a isonomia salarial entre professores índios e não-índios.</p>	<p>(não há modificação)</p> <p>Emenda 040/94, Dep. Tuga Angerami</p> <p>Suprime o dispositivo.</p>	<p>(não há modificação)</p> <p>Emenda 100/94, Dep. Maria Valadão</p> <p>Art. 131 - O Sistema Nacional de Educação, através do Sistema de Ensino do União e com a colaboração do órgão indigenista federal e das agências federais de fomento à cultura, desenvolverá programas integrados de fomento à cultura, de ensino e pesquisa, para oferta de educação escolar, diferenciada e específica para cada comunidade indígena, de acordo com o contexto sócio-lingüístico.</p>	<p>Emenda</p> <p>Art. 13</p> <p>Educação</p> <p>sino do l</p> <p>órgão in</p> <p>as federa</p> <p>envolver</p> <p>fomento</p> <p>sa, para</p> <p>diferenci</p> <p>comunid</p> <p>o seu un</p>
	Emenda 129/94, Dep. Fábio Feldmann	Emenda 145/94, Dep. Valter Pereira	

<p>diferenciada e específica para cada comunidade indígena.</p> <p>§ 1º - Os programas previstos neste artigo serão formulados e implementados com a participação das comunidades indígenas.</p> <p>§ 2º - São reconhecidos os currículos das escolas indígenas e seus alunos poderão continuar os estudos subsequentes em outras escolas sem necessidade de qualquer complementação curricular.</p>	<p>renciada e específica para cada comunidade indígena.</p>	<p>renciada e específica para cada comunidade indígena.</p>	<p>Emenda § 2º - À assegura currículo lendário gramas zagem a nidades que ao f larização mática a gatório, de estud</p>
<p>Art. 131 ...</p> <p>§ 3º - Será dada prioridade aos índios na formação de professores para atuarem nas escolas destinadas às comunidades indígenas.</p>	<p>Emenda 147/94, Dep. Valter Pereira § 3º - Na formação de professores para atuarem nas escolas das comunidades indígenas será dada preferência ao índio.</p>	<p>Emenda 096/94, Dep. Maria Valadão Acrescenta um § 4º: § 4º - Será criado no quadro de magistério público o cargo de professor indígena.</p>	
<p>Art. 132 - As escolas destinadas às comunidades indígenas integrarão o</p>	<p>Emenda 148/94, Dep. Valter Pereira. Suprime o dispositivo; ou o modifica, conforme quadro próprio.</p>	<p>Emenda 133/94, Dep. Fábio Feldmann Art. 132 - Os sistemas de ensino da União, dos Estados e dos Municípios</p>	<p>Emenda Art. 132 União, d</p>

		mação permanente dos professores indígenas, por meio de atualização e acompanhamento regular do processo de educação escolar.	mação p indigena acompan cesso de
<p>Art. 133 - Os programas referidos no art. 131 deverão ser incluídos nos Planos Nacionais de Educação, com recursos específicos das agências de cultura e do órgão indigenista federal, além das dotações ordinárias da educação, e terão os seguintes objetivos específicos:</p> <p>...</p> <p>II - fortalecer as práticas sócio-culturais da língua indígena de cada comunidade e desenvolver metodologias específicas do processo de ensino-aprendizagem da educação escolar indígena, especialmente na aprendizagem de primeiras e segundas línguas;</p> <p>III - manter programas de formação de recursos humanos, preferencialmente índios, especializados em educação escolar indígena;</p>	<p>Emenda 078/94, Dep. Heitor Franco</p> <p>II - fortalecer as práticas sócio-culturais, a língua indígena de cada comunidade e desenvolver metodologias específicas do processo de ensino-aprendizagem da educação escolar indígena, especialmente na aprendizagem de primeiras e segundas línguas;</p> <p>Emenda 095/94, Dep. Maria Valadão</p> <p>III - manter programas de formação de recursos humanos especializados, possibilitando a condução pedagógica da educação escolar pelas próprias comunidades indígenas, preferencialmente através da formação de professores índios.</p>	<p>Emenda 134/94, Dep. Fábio Feldmann</p> <p>II - fortalecer as práticas sócio-culturais, a língua indígena de cada comunidade e desenvolver metodologias específicas do processo de ensino-aprendizagem da educação escolar indígena, especialmente na aprendizagem de primeiras e segundas línguas;</p> <p>Emenda 135/94, Dep. Fábio Feldmann</p> <p>III - manter programas de formação de recursos humanos especializados, possibilitando a condução pedagógica da educação escolar pelas próprias comunidades indígenas, preferencialmente através da formação de professores índios.</p>	<p>Emenda 134/94, Dep. Fábio Feldmann</p> <p>II - fortalecer as práticas sócio-culturais, a língua indígena de cada comunidade e desenvolver metodologias específicas do processo de ensino-aprendizagem da educação escolar indígena, especialmente na aprendizagem de primeiras e segundas línguas;</p> <p>Emenda 135/94, Dep. Fábio Feldmann</p> <p>III - manter programas de formação de recursos humanos especializados, possibilitando a condução pedagógica da educação escolar pelas próprias comunidades indígenas, preferencialmente através da formação de professores índios.</p>

<p>nas.</p> <p>Art. 134 - O Ministério da Educação criará uma Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena, composta por:</p> <p>I - dois técnicos do Ministério da Educação;</p> <p>II - dois técnicos do órgão indigenista federal;</p> <p>III - um representante do Ministério Público Federal;</p> <p>IV - um representante do Congresso Nacional;</p> <p>V - três representantes de organizações indígenas de âmbito nacional;</p> <p>VI - dois representantes de organizações da sociedade civil de apoio ao índio;</p> <p>VII - um antropólogo indicado pela Associação Brasileira de Antropologia;</p> <p>VIII - um educador indicado pela Associação Nacional de Docentes de Ensino Superior;</p> <p>IX - um lingüista indicado pela Associação Brasileira de Lingüística.</p> <p>Parágrafo único. Os representantes das organizações da sociedade civil de apoio aos índios terão mandato de três</p>	<p>Emenda 077/94, Dep. Heitor Franco</p> <p>Suprime o dispositivo.</p>	<p>Emenda 039/94, Dep. Tuga Angerami</p> <p>Art. 134 - A Coordenação Nacional de Educação Escolar Indígena será composta por representantes indígenas, representantes do governo federal, representantes dos profissionais de educação, antropologia e lingüística e de representantes das entidades da sociedade civil de apoio aos índios.</p> <p>Parágrafo único. Será garantida a representação paritária de índios e não índios na Coordenação de Educação Escolar Indígena de que trata este artigo.</p> <p>(suprime os incisos)</p>	<p>Emenda</p> <p>Art. 134 - A Coordenação Nacional de Educação Escolar Indígena será composta por representantes indígenas, representantes do governo federal, representantes dos profissionais de educação, antropologia e lingüística e de representantes das entidades da sociedade civil de apoio aos índios.</p> <p>Parágrafo único. Será garantida a representação paritária de índios e não índios na Coordenação de Educação Escolar Indígena de que trata este artigo.</p> <p>(suprime os incisos)</p>
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

<p>...</p> <p>V - três representantes de organizações indígenas de âmbito nacional;</p>	<p>Emenda 137/94, Dep. Fábio Feldmann</p> <p>V - cinco representantes de organizações de professores indígenas de cada uma das regiões do país;</p> <p>Emenda 138/94, Dep. Fábio Feldmann Acrescenta dois incisos:</p> <p>IX - um linguísta indicado pela Associação Brasileira de Linguística;</p> <p>(não inova o texto)</p> <p>X - um representante do Conselho de Secretários Estaduais de Educação</p>		
<p>Art. 135 - Caberá à Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena:</p> <p>I - coordenar, acompanhar e avaliar as ações pedagógicas da educação escolar indígena no país;</p> <p>II - investigar, registrar e sistematizar os conhecimentos e processos cognitivos de transmissão e assimilação do saber das comunidades indígenas;</p> <p>III - criar, nas circunscrições estaduais, núcleos de educação escolar indígena, com a participação das comunidades indígenas locais, de organizações não governamentais e de Universidades, com a finalidade de apoiar e assessorar</p>	<p>Emenda 076/94, Dep. Heitor Franco</p> <p>Suprime o dispositivo.</p>	<p>Emenda 041/94, Dep. Tuga Angerami</p> <p>Art. 135 - À Coordenação Nacional de Educação Escolar Indígena caberá:</p> <p>I - formular os princípios, diretrizes e estratégias da política de educação escolar dos povos indígenas;</p> <p>II - criar e dispor sobre as áreas de abrangência dos distritos de educação escolar indígena, assegurada a participação das comunidades indígenas nesta definição;</p> <p>III - coordenar, acompanhar e avaliar as ações pedagógicas da educação escolar indígena no país;</p> <p>IV - definir critérios de habilitação dos professores indígenas indicados</p>	<p>Emenda</p> <p>I - prop nacional gena;</p>

<p>ensino junto a comunidades indígenas ou que as afetem direta ou indiretamente.</p> <p>Parágrafo único. Para o desenvolvimento de suas atividades, a Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena deverá observar os estudos e as pesquisas antropológicas e lingüísticas, que contribuam para a melhoria da prática educativa dirigida às comunidades indígenas.</p>		<p>comunidade indígena,</p> <p>VII - definir as áreas geográficas de jurisdição dos Distritos de Educação Escolar Indígena;</p> <p>VIII - assegurar o desenvolvimento e a implementação de programas integrados de ensino, aprendizagem a pesquisa, diferenciada e específica para cada sociedade indígena, de acordo com seu universo sócio-lingüístico;</p> <p>IX - nomear os membros dos Conselhos Distritais de que trata o art. 131 desta lei;</p> <p>X - promover conferências nacionais e regionais de educação escolar indígena.</p>	
<p>Art. 135</p> <p>...</p> <p>II - investigar, registrar e sistematizar os conhecimentos e processos cognitivos de transmissão e assimilação do saber das comunidades indígenas;</p> <p>III - criar, nas circunscrições estaduais, núcleos de educação escolar indígena, com a participação das comunidades</p>	<p>Emenda 139/94, Dep. Fábio Feldmann</p> <p>II - criar mecanismos de apoio e incentivar a investigação, o registro e a sistematização dos conhecimentos e processos cognitivos de transmissão e assimilação do saber das comunidades indígenas;</p> <p>Emenda 141/94, Dep. Fábio Feldmann</p> <p>III - incentivar a criação, nas circunscrições estaduais, de núcleos de educação escolar indígena, com a par-</p>	<p>Emenda 154/94, Dep. Valter Pereira</p> <p>II - criar mecanismos de apoio e incentivar a investigação, o registro e a sistematização dos conhecimentos e processos cognitivos de transmissão e assimilação do saber das comunidades indígenas;</p> <p>Emenda 155/94, Dep. Valter Pereira</p> <p>III - propor e incentivar a criação, nas circunscrições estaduais, de núcleos de educação escolar indígena,</p>	

<p>rial didático para distribuição na rede de ensino, com o objetivo de divulgar informações sobre as comunidades indígenas;</p> <p>V - propor, criar e coordenar a aplicação de programas, projetos e ações de ensino junto à comunidades indígenas ou que as afetem direta ou indiretamente.</p> <p>Parágrafo único. Para o desenvolvimento de suas atividades, a Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena deverá observar os estudos e as pesquisas antropológicas e lingüísticas, que contribuam para a melhoria da prática educativa dirigida às comunidades indígenas.</p>	<p>para distribuição na rede de ensino.</p> <p>Emenda 157/94, Dep. Valter Pereira V - propor, acompanhar e avaliar programas, projetos e ações de ensino junto à comunidades indígenas ou que as afetem direta ou indiretamente.</p> <p>(suprimiu criar e coordenar)</p> <p>Emenda 158/94, Dep. Valter Pereira Parágrafo único. Para o desenvolvimento de suas atividades, a Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena deverá observar os estudos e as pesquisas antropológicas e lingüísticas, que contribuam para a melhoria da prática educativa dirigida às comunidades indígenas.</p> <p>(não inova)</p>		
<p>Art. 136 - Os Distritos de Educação Escolar Indígena são instâncias administrativas e técnicas do Sistema de Ensino da União, levando-se em conta para a definição de suas respectivas áreas de abrangência, as especi-</p>	<p>Emenda 074/94, Dep. Heitor Franco Suprime o dispositivo.</p>	<p>Emenda 159/94, Dep. Valter Pereira Suprime o dispositivo.</p>	

ganizações indígenas locais, universidades, órgãos federais, e entidades de apoio afetos à educação escolar indígena.			
<p>Art. 138 - Compete aos Distritos de Educação Escolar Indígena:</p> <p>I - definir e executar as diretrizes e políticas locais e nacionais de acordo com a Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena;</p> <p>II - coordenar, acompanhar e avaliar as ações pedagógicas desenvolvidas pelas escolas indígenas e seus currículos e regimentos;</p> <p>III - elaborar e manter programas de formação e reciclagem de professores destinados para formação escolar indígena, garantindo aos índios o acesso preferencial a estes programas;</p> <p>IV - habilitar os professores indígenas indicados por suas comunidades assegurando-lhes a preferência em caso de contratação.</p>	<p>Emenda 159/94, Dep. Valter Pereira</p> <p>Suprime o dispositivo.</p>	<p>Emenda 173/94, Dep. Aroldo Goes</p> <p>Suprime o dispositivo.</p>	<p>Emenda</p> <p>Suprime</p>
<p>Art. 138</p> <p>...</p> <p>III - elaborar e manter programas de formação e reciclagem de professores destinados para formação escolar indi-</p>	<p>Emenda 038/94, Dep. Tuga Angerami</p> <p>III - elaborar e manter programas de formação e reciclagem para professores destinados à educação escolar</p>		

<p>zadas por índios, independente de qualquer processo de seleção, observado o pré-requisito de conclusão do interessado do ensino de primeiro e segundo graus.</p> <p>Parágrafo único. Nos casos de interesse de mais de um índio para um mesmo curso, caberá a Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena estabelecer o critério de seleção entre os índios interessados.</p>		<p>gas de cursos por elas ministrados a membros de comunidades indígenas que preencham os requisitos básicos de formação e escolaridade e que tenham sido recomendados por suas comunidades ou pela organização indígena a que sua comunidade estiver associada, assegurando-lhes acompanhamento especial da instituição em razão de suas especificidades étnicas e culturais.</p> <p>Emenda 140/94, Dep. Fábio Feldmann</p> <p>Parágrafo único. Nos casos de interesse de mais de um índio para um mesmo curso caberá à Coordenação Nacional de Educação Escolar Indígena, juntamente com a instituição pública federal estabelecer o critério de seleção entre os índios interessados.</p>	<p>zadas por especifico pré-requisi sado do graus.</p>
<p style="text-align: center;">Emendas adicionais</p>			
	<p>Emenda 035/94, Dep. Tuga Angerami</p> <p>Art. É garantido aos professores, às comunidades e organizações indígenas a participação em todas as instâncias consultivas e deliberativas de órgãos públicos responsáveis pela educação escolar indígena.</p>	<p>Emenda 036/94, Dep. Tuga Angerami</p> <p>Art. As escolas indígenas terão currículos e regimentos elaborados de acordo com as especificidades étnicas e culturais de cada povo indígena.</p>	<p>Emenda Art. Os escolas i grados o pesquisa fessores e organi sessoria c</p>

<p>gão indigenista federal promover e coordenar as ações, programas e projetos voltados à produção indígena, que terão como princípios:</p> <p>I - o respeito às especificidades culturais ambientais, tecnológicas e sócio-econômicas de suas comunidades;</p> <p>II - o incentivo ao uso de tecnologias indígenas, e de outras consideradas apropriadas do ponto de vista ambiental e antropológico, respeitada a premissa de não geração de dependência tecnológica;</p> <p>§ 1º - A interferência no processo de produção das populações indígenas dar-se-á somente quando sua sobrevivência econômica estiver comprometida ou atendendo-se aos interesses manifestos pelos índios, devendo ser fundamentada em diagnóstico sócio-econômico-ambiental.</p> <p>§ 2º - Fica garantida a participação dos índios e das comunidades indígenas nas fases de elaboração, execução, avaliação e gerenciamento dos programas e objetos a serem desenvolvidas, visando alcançar a auto-gestão do seu processo produtivo.</p>	<p>órgão indigenista federal encaminhar aos órgãos federais competentes as solicitações e necessidades dos povos e comunidades indígenas para a realização de programas, ações e projetos destinados à sua sobrevivência autônoma.</p>	<p><i>Cabe à União através do órgão indigenista federal promover e coordenar...</i></p> <p>É repetição desnecessária do art. 112.</p>	
<p>Art. 142 - As ações, programas e pro-</p>	<p>Emenda 031/94, Dep. Tuga Angerami</p> <p>Art. 142 - A elaboração e a execução</p>		

na.	Emendas adicionais		
	<p>Emenda 009/94, Dep. Tuga Angerami</p> <p>Art. Fica proibida, pelo período de 03 (três) anos, a contar da promulgação desta lei, a exploração comercial de madeira em terras indígenas.</p> <p>Parágrafo único. No final do período previsto no caput deste artigo, o Poder Executivo Federal, após debate público com os interessados, apresentará projeto de lei regulamentando a matéria.</p>	<p>Emenda 032/94, Dep. Tuga Angerami</p> <p>Art. Nas ações, programas e projetos de que trata o art. 141 será incentivado o uso de tecnologias indígenas e de outras consideradas apropriadas do ponto de vista ambiental e antropológico, respeitada a premissa de não geração de dependência tecnológica.</p>	
<p align="center">Título VII - Das normas penais</p> <p align="center">Capítulo I - Dos princípios</p>			
<p>Art. 143 - Será respeitada a aplicação pelas comunidades indígenas, de sanções de natureza coerciva ou disciplinar contra os seus membros, de acordo com suas instituições, desde que não revistam caráter cruel ou infamante, proibida em qualquer caso a pena de morte.</p> <p>Parágrafo único. Na hipótese prevista no caput deste artigo a comunidade poderá optar pelo processo e julgamento da Justiça Federal.</p>	<p>Emenda 025/94, Dep. Tuga Angerami</p> <p>Art. 143. Nos crimes praticados por índios, sendo a vítima indígena, aplicar-se-ão as instituições penais indígenas da comunidade a que pertencer o autor do delito, vedado em qualquer caso a aplicação de tortura e pena de morte.</p> <p>Parágrafo único. Na hipótese prevista no caput deste artigo a comunidade poderá optar pelo processo e julgamento da Justiça Federal.</p>		
	Emenda 025/94, Dep. Tuga Angerami		

<p>minimizar o grau de consciência da ilicitude do ato praticado, para efeito da aplicação do disposto no art. 21 do Código Penal.</p> <p>§ 2º - As penas de reclusão e de detenção serão cumpridas sempre que possível, em regime aberto, no local de funcionamento da unidade administrativa do órgão indigenista federal mais próxima do domicílio do condenado.</p>	<p>pológica.</p>		
<p style="text-align: right;">Emendas adicionais</p>			
	<p>Emenda 025/94, Dep. Tuga Angerami Art. Não há crime se o agente indígena pratica o fato sem consciência do caráter delituoso de sua conduta, em razão dos valores culturais de seu povo. Parágrafo único. No caso deste artigo o curso da ação penal ficará suspenso até decisão em processo em separado, sobre a exclusão da ilicitude da conduta.</p>	<p>Emenda 025/94, Dep. Tuga Angerami Art. As penas de reclusão e de detenção serão cumpridas em regime aberto, na comunidade onde vive o índio, salvo manifestação em contrário da comunidade. Parágrafo único. Compete ao juiz da vara da execução criminal determinar o local de cumprimento da pena nos casos de decisão contrária da comunidade e se verificada a ocorrência de distúrbios e transgressões praticadas pelo condenado.</p>	<p>Emenda Art. Cor vantes, n os índios gem ma público.</p>
	<p>Emenda 025/94, Dep. Tuga Angerami Art. Nos crimes praticados contra a pessoa do índio e seu patrimônio, as penas serão agravadas pela metade, salvo as previstas nesta lei.</p>		

<p>gena:</p> <p>Pena - Reclusão de cinco a dez anos, se o ato não constituir crime mais grave.</p>	<p>outubro de 1956, aplicando-se a metade das penas previstas na referida lei.</p>		
----------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------	--	--

<p>Art. 146 - Proceder à remoção forçada de comunidade indígena de suas terras, ou à assimilação forçada de usos, costumes e tradições de outra sociedade distinta;</p> <p>Pena - Reclusão de dez a vinte anos.</p>	<p>Emenda 027/94, Dep. Tuga Angerami</p> <p>Art. 146 - Impor a uma sociedade indígena a remoção forçada de suas terras ou a assimilação forçada de usos, costumes e tradições pertencentes a uma sociedade culturalmente distinta;</p>		

	um (1) ano e multa, correspondente a vinte e cinco (25) dias-multa até cem (100) dias-multa.	Pena - multa, equivalente a duas vezes o valor da vantagem econômica auferida pelo agente, estabelecido o mínimo correspondente a 50 (cinquenta) dias-multa.
Título VIII - Das disposições finais e transitórias		
Art. 159 - A União promoverá medidas visando a proteção, a preservação e a difusão dos fundos documentais referentes aos índios e à política indígena brasileira, bem como facultará o acesso às informações neles contidas.	Emenda 028/94, Dep. Tuga Angerami Art. 159 - A União promoverá medidas visando a proteção, a preservação e a difusão dos acervos documentais referentes aos índios e à política indigenista brasileira, bem como facultará o acesso às informações neles contidas.	
Art. 162 - O órgão indigenista federal realizará, no prazo de um ano a partir da publicação desta Lei, levantamento, com diagnóstico, de todas as situações existentes de exploração ilegal das riquezas naturais em terras indígenas, visando as necessárias correções.	Emenda 002/94, Dep. Francisco Rodrigues Art. 162 - O órgão indigenista federal realizará, no prazo de um ano a partir da publicação desta Lei, levantamento, com diagnóstico, de todas as situações existentes de posses e exploração de riquezas naturais em terras indígenas, visando as necessárias correções, assegurada a participação dos Estados e Municípios onde estejam localizadas e dos demais interessados. Parágrafo único. Todos os atos de criação ou ampliação de áreas indi-	

	<p>Emenda 067/94, Dep. Sidney de Miguel</p> <p>Art. Continuarão a ser mantidos, fiscalizados e orientados pelos Municípios e pelos Estados as escolas indígenas e o atendimento à saúde, que na data de vigência desta lei se encontrem vinculados a estas unidades da federação, até a criação dos Distritos de Educação Escolar Indígena e dos Distritos Especiais e Autônomos de Saúde.</p> <p>Parágrafo único. Fica assegurada a colaboração da União, dos Estados e Municípios no estabelecimento da transição das escolas e dos atendimentos à saúde para os respectivos sistemas da União.</p>	<p>Emenda 101/94, Dep. Maria Valadão</p> <p>Art. A União promoverá pesquisa científica sobre os índios e suas sociedades ou comunidades, em todos os campos do conhecimento, especialmente o inventário e registro do saber, tecnologias e obras indígenas, de modo a garantir suporte técnico-científico à política e à ação indigenista.</p>	<p>Emenda</p> <p>Art. Fica</p> <p>97.545 e</p> <p>1989 qu</p> <p>Floresta</p> <p>resta Na</p> <p>ficados</p> <p>do Pico</p> <p>creto nº</p> <p>1979, ex</p> <p>limites o</p> <p>homolog</p> <p>ro de 25</p>
--	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

O Congresso Nacional decreta:

TÍTULO I

Dos Princípios e Definições

CAPÍTULO I

Dos Princípios

Art. 1º - Esta lei regula a situação jurídica das comunidades e de suas sociedades, com o propósito de promover a organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, os direitos das terras que tradicionalmente ocupam e todos os seus bens.

Art. 2º - Aos índios, às comunidades e sociedades indígenas, estende a proteção das leis do País, em condições de igualdade com as demais, resguardados os usos, costumes e tradições indígenas, bem como as tradições reconhecidas nesta lei.

Art. 3º - Cumpre à União proteger e promover os direitos reconhecidos pela Constituição Federal e regulados por esta Lei, com a colaboração de entidades públicas e privadas.

sociedades ou comunidades indígenas terá como finalidades:

- I - assegurar aos índios a proteção das leis;
- II - prestar assistência aos índios e às sociedades indígenas;
- III - garantir aos índios o acesso aos bens da cultura brasileira e sobre o seu funcionamento;
- IV - garantir aos índios e às sociedades indígenas os meios para sua auto-sustentação, respeitadas as suas diferenças;
- V - assegurar aos índios e às sociedades indígenas a possibilidade de livre escolha dos seus meios de vida e de subsistência;
- VI - assegurar o reconhecimento dos índios e das comunidades como grupos etnicamente diferenciados, respeitando suas tradições, usos, costumes, línguas e tradições, seus modos de vida, suas culturas e artísticas e demais formas de expressão;
- VII - executar, com anuência dos índios e das sociedades indígenas, a sua colaboração, programas e projetos que beneficiem suas sociedades;
- VIII - garantir aos índios e às sociedades indígenas a posse e a permanência nas suas terras;
- IX - garantir aos índios o pleno exercício de seus direitos políticos;
- X - proteger os bens de valor artístico, histórico, arqueológicos e as demais formas de referência à identidade das sociedades ou comunidades indígenas.

I - Sociedades indígenas, todas as coletivas, entre si e do conjunto da sociedade por descenderem de povos colombiana;

II - Comunidade indígena, o grupo humano que constitui a sociedade indígena;

III - Índio, o indivíduo que se considera integrante da sociedade ou comunidade indígena, e é por seus membros reconhecido.

Art. 7º - Nenhum índio, comunidade ou sociedade indígena é objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, opressão, e será punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

Art. 8º - As comunidades indígenas têm direito ao reconhecimento pelo direito público interno e sua existência legal independe de registro no Registro Público.

Art. 9 - Os índios são brasileiros natos e gozam de todos os direitos civis, políticos, sociais e trabalhistas, bem como das garantias estabelecidas na Constituição Federal.

Parágrafo único. Aos índios é assegurada a igualdade de condições no exercício de funções e de critérios de admissão com os demais trabalhadores, e a eles se estende o regime geral da previdência social, de condições com os demais brasileiros.

Art. 10 - Os nascimentos, os casamentos, as uniões de sociedade conjugal e os óbitos dos índios poderão ser registrados de acordo com a legislação comum, atendidas as diferenças culturais de cada comunidade indígena.

TÍTULO II

Do patrimônio e administração

CAPÍTULO I

Do patrimônio indígena

Art. 12 - Integram o patrimônio indígena:

I - os direitos originários sobre terras
pelos índios e a posse permanente dessas terras e das reservadas;

II - o usufruto exclusivo de todas as riquezas
rios e dos lagos existentes nas terras indígenas, incluídos os acessos
exercício de caça, pesca, coleta, garimpagem, faiscação e cata;

III - os bens móveis e imóveis das comunidades
a qualquer título;

IV - o direito autoral, e sobre obras artísticas
comunidades indígenas, incluídos os direitos de imagem;

V - os direitos sobre as tecnologias, obras
criação das comunidades indígenas;

VI - os bens imateriais concernentes
manifestação sócio-cultural das comunidades indígenas;

exploração do patrimônio indígena pertencem à comunidade indígena explorada, independentemente de estarem registrados em nome de membros ou representantes.

Art. 14 - Cabe à comunidade ou sociedade indígena a administração dos bens que o constituem.

Parágrafo único. A União, através do órgão indigenista federal, administrará os bens de que trata o inciso I do art. 13, podendo delegar a administração dos bens referentes ao inciso II do mesmo artigo, por expressa delegação da sociedade indígena interessada.

Art. 15 - Cabe ao órgão indigenista federal, para que a comunidade indígena exerça a administração efetiva dos bens.

Art. 16 - Os rendimentos auferidos através da exploração do patrimônio indígena serão isentos de tributação.

CAPÍTULO II

Da propriedade intelectual

Art. 17 - É assegurado às comunidades indígenas o direito fundamental de manter sob absoluto sigilo e confidencialidade o conhecimento tradicional que detenham, em especial sobre características de ecossistemas e *habitats* naturais, espécies vivas, vegetais ou animais, fármacos e essências naturais, ou quaisquer recursos ou processos.

§ 1º - O direito das comunidades indígenas inclui a faculdade de recusar, sem qualquer justificativa, o acesso a

§ 1º - As patentes ou registros a que se referem os artigos anteriores, concedidos em nome da comunidade ou sociedade indígena resguardada, invenção, modelo ou desenho industrial desenvolvidos com conhecimentos tradicionais coletivos, pertencentes a toda a comunidade, transmitidos a novas gerações de acordo com usos, costumes e tradições, nestes casos, a concessão de patente ou registro em nome individual é vedada.

§ 2º - As comunidades e sociedades indígenas não são obrigadas ao pagamento das respectivas anuidades e de quaisquer tributos, nem a renúncia de proteção à propriedade industrial, em qualquer hipótese, se não houver concessão de patente ou registro por falta de pagamento dos mesmos.

Art. 19 - O acesso, a utilização e a aplicação dos conhecimentos tradicionais indígenas em pesquisas científicas que tenham finalidade comercial só podem ser realizados mediante o consentimento prévio e por escrito da comunidade indígena, sob pena de responsabilidade criminal, definida nesta Lei.

§ 1º - O ato de consentimento das comunidades indígenas refere-se ao **caput**, está subordinado a contrato escrito, celebrado com o Ministério Público Federal, que estipule as condições específicas de acesso, a utilização ou aplicação dos conhecimentos tradicionais, a remuneração justa e equitativa para a comunidade indígena, bem como os benefícios auferidos com a utilização industrial ou comercial dos conhecimentos tradicionais indígenas.

§ 2º - Qualquer utilização ou aplicação, não prevista no ato de consentimento da comunidade indígena, a que se refere o parágrafo anterior, estão vedadas à comunidade; sendo expressamente proibida qualquer utilização industrial ou comercial não autorizada de conhecimentos tradicionais indígenas.

§ 3º - Salvo estipulação em contrário no ato de consentimento da comunidade indígena, quaisquer informações prestadas por esta comunidade indígena, sob pena de responsabilidade criminal, definida nesta Lei.

Art. 20 - As comunidades ou sociedades indígenas, se conhecimentos ou modelos tenham sido utilizados, diretos ou indiretos, no desenvolvimento de invenção, modelo de utilidade, modelo industrial ou desenho, serão sempre co-titulares das patentes ou registros industriais, independentemente de formulação de pedido por parte das mesmas.

§ 1º - Os requerentes de patentes sobre invenções, modelos de utilidade, modelos industriais ou desenhos desenvolvidos nas condições a que se refere o caput, e as comunidades ou sociedades indígenas devem constar como co-titulares, sob pena de nulidade absoluta da mesma.

§ 2º - As comunidades, sociedades indígenas ou associações de produtores poderão impugnar, administrativa ou judicialmente, a indicação de nulidade anterior.

Art. 21 - As comunidades ou sociedades indígenas são legítimas para requerer, administrativa ou judicialmente, a nulidade de patentes de invenções, e modelos ou registros de desenhos, quando indiretamente resultantes de conhecimentos tradicionais indígenas, nos termos dos dispositivos desta lei.

Parágrafo único. A nulidade a que se refere o presente artigo terá efeitos a partir da data do depósito do pedido, e obrigará o titular dos registros declarados nulos a ressarcir as comunidades ou sociedades indígenas dos danos morais e patrimoniais que lhe tenham sido causados pela violação da propriedade industrial.

Art. 22 - Nas patentes concedidas em nome de terceiros e a comunidades ou sociedades indígenas, serão estabelecidas quaisquer retribuições ou anuidades ao órgão oficial, cabendo ao titular o pagamento integral.

artigos anteriores.

Parágrafo único. Os co-titulares de registro ou concedidas, na forma dos artigos anteriores, seus herdeiros conceder licença para sua exploração a terceiros com a prévia autorização das comunidades ou sociedades indígenas, com a assistência do Ministério da Justiça.

Art. 24 - Independentemente da nacionalidade das pessoas físicas ou jurídicas envolvidas, as autoridades judiciárias brasileiras têm competência exclusiva para dirimir quaisquer litígios oriundos de negócios jurídicos que tenham por objeto direitos de propriedade das comunidades indígenas brasileiras.

Parágrafo único. Aos juizes federais competem julgar as causas a que se refere o **caput**, que poderão ser aforadas na seção judiciária localizada na área indígena envolvida ou na seção judiciária do Distrito Federal.

Art. 25 - Os direitos de propriedade intelectual das comunidades indígenas regulados nesta lei são imprescritíveis, por qualquer tempo.

Art. 26 - Aplicam-se subsidiariamente a esta lei as disposições da legislação de propriedade intelectual de comunidades e sociedades indígenas, naquilo que não contrariar o espírito e a letra desta lei, as disposições da legislação que regem a propriedade industrial.

Art. 27 - A proteção prevista neste artigo abrange conhecimentos tradicionais indígenas sobre características ou propriedades de habitats naturais, espécies vivas, vegetais ou animais, microrganismos, essências naturais, ou quaisquer recursos ou processos tecnológicos, independentemente de sua patenteabilidade.

coletivamente produzidas, e de qualquer modo exteriorizadas, ta
escritas;

I - as composições musicais, tenham c

II - as conferências, alocações e outras da

III - as coreográficas e pantomímicas, seja

IV - as obras dramáticas e dramático-mus

V - as obras artesanais, gráficas, plásticas
ilustrações, desenhos, pinturas, gravuras, litografia, esculturas e

VI - as obras arquitetônicas e cenográficas

VI - todas e quaisquer outras obras i
espírito das próprias comunidades ou sociedades indígenas, a
tradição oral, e independentemente de sua origem temporal.

Art. 30 - Os direitos morais das c
indígenas sobre as suas obras e criações intelectuais são inalienáv

Art. 31 - Os direitos morais e patrimo
sociedades indígenas sobre as suas obras e criações são in
limitados por quaisquer prazos de proteção ou duração estabele

Art. 32 - Para maior segurança de
comunidades ou sociedades indígenas poderão registrar as sua
nome, nos órgãos oficiais competentes, independentemente d
taxas.

§ 1º - Qualquer membro da comunida
poderá requerer registro de suas obras ou criações coletivas, n

§ 5º - Para identificarem-se como autoras sociedades indígenas criadoras de obras intelectuais usarem de sinal convencional.

Art. 33 - As publicações, fotografias, registros catalogados em arquivos constantes de instituições, universidades ou de particulares, constituirão prova de autoria, p
Capítulo.

Art. 34 - As obras intelectuais e comunidades ou sociedades indígenas, não passarão, em qualquer domínio público, ou à propriedade da União, Estados, Distrito, ainda que transmitidas pela tradição oral, e independentemente d

Art. 35 - Cabe às comunidades e sociedades o direito de utilizar, fruir e dispor de suas obras e criações, bem como a utilização ou fruição por terceiros, no todo ou em parte.

Art. 36 - Depende de prévia e expressa autorização das comunidades ou sociedades indígenas autoras qualquer forma de comunicação ao público, direta ou indireta, por qualquer forma de obras ou criações coletivas, excepcionadas as limitações aos direitos
Capítulo.

§ 1º - A autorização das comunidades ou sociedades indígenas, se refere o **caput**, está subordinada a contrato escrito, celebrado com o Ministério Público Federal, que estipulará as condições específicas de reprodução, utilização ou comunicação ao público de suas obras, e fixará remuneração justa e equitativa para as comunidades envolvidas.

§ 2º - A autorização das comunidades ou sociedades indígenas, se refere o **caput**, será sempre por prazo determinado, sob pena

Art. 39 - Não constituem ofensa a comunidades ou sociedades indígenas:

I - A reprodução, representação, comunicação de obra indígena ao público, por qualquer forma, finalidade didática, educativa, científica ou beneficente, sem intuito

II - A reprodução ou citação de obras em periódicos, artigos, teses, monografias acadêmicas, exposições, fins informativos, didáticos, de estudo científico, inclusive antropológico, polêmica.

Parágrafo único. Nos casos dos responsáveis deverão indicar as comunidades ou sociedades indígenas as mesmas uma cópia de quaisquer trabalhos ou publicações que envolvam obras intelectuais.

Art. 40 - Aplicam-se, subsidiariamente, as disposições patrimoniais das comunidades e sociedades indígenas autorais e intelectuais, as disposições da Lei nº 5.988, de 14 de dezembro de 1973, que regula os direitos autorais e aqueles que lhe são conexos, não conflitante com os dispositivos contidos neste Capítulo.

Art. 41 - São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos e negócios realizados entre índios e terceiros, que tenham causado danos às comunidades indígenas, praticados com dano a índio, comunidade ou sociedade indígena.

§ 1º - Podem os índios, suas comunidades ou sociedades indígenas, o Ministério Público Federal, ingressar em juízo para declarar a nulidade dos atos a que se refere o **caput** deste artigo e para obter a indenização de danos materiais e morais.

§ 2º - A União responderá pelos danos causados pelas autoridades ou sociedade indígena por atos ou negócios a que se refere o **caput** deste artigo regressivamente do terceiro causador.

Art. 42 - Não poderão ser objeto de atos de transferência de direitos originários sobre as terras tradicionalmente ocupadas pelas comunidades indígenas permanentemente dessas terras e a das reservadas e o usufruto das riquezas minerais e lagos nelas existentes.

Art. 43 - São respeitados os usos, costumes e tradições das comunidades indígenas nos atos ou negócios realizados entre indígenas, salvo se optarem pela aplicação do direito comum.

§ 1º - No regime de sucessão, havendo o falecimento de um índio falecido e membros da sua comunidade, a esta pertencerão os bens que tenham sido adquiridos com a exploração do patrimônio indígena.

§ 2º - Em todo processo de inventário que envolva bens registrados em órgãos públicos, deverá o juiz dar ciência do processo ao Ministério Público Federal, e ao Ministério Público Federal.

Art. 44 - Aplicam-se as normas do direito comum entre índios e terceiros, ressalvado o disposto nesta lei.

Art. 45 - Os contratos de qualquer natureza celebrados por comunidades indígenas com pessoas, entidades ou empresas

Art. 48 - O ingresso de terceiros em terras indígenas requer a autorização das comunidades indígenas e de prévia comunicação ao Ministério Público federal, ressalvado o disposto no § 2º do art. 3º desta Lei.

CAPÍTULO II

Da proteção

Art. 49 - São partes legítimas para a defesa dos interesses dos índios e das comunidades indígenas:

I - o Ministério Público;

II - os índios, suas comunidades e organizações;

III - o órgão indigenista federal.

§ 1º - Os índios, suas comunidades e organizações gozam das mesmas vantagens asseguradas por lei à União, quanto aos benefícios fiscais, judiciais e impenhorabilidade de seus bens, rendas e serviços.

§ 2º - Nenhuma medida judicial será decretada em causas em que as sociedades ou comunidades indígenas figurem como partes, sem a sua prévia audiência e do Ministério Público Federal.

§ 3º - Ficam os índios, suas comunidades e organizações com os direitos de propor ações reivindicatórias para reaver as terras subtraídas na posse.

§ 4º - Aos índios é assegurado o direito de acesso às escolas maternais junto ao Poder Judiciário, que providenciará tradutor.

§ 1º - Os veículos, bens e objetos a
indígena na forma do inciso III deste artigo ficam sujeitos à po
ao patrimônio público.

§ 2º - Sem prejuízo da ação penal cabív
condições do inciso III deste artigo, uma vez aplicada a pena de
em hasta pública, e o produto da venda será depositado em
indigenista federal, para ser aplicado em benefício das comunida

§ 3º - Fica o presidente do órgão indig
regulamentar o procedimento de aplicação de penas previstos ne

Art. 51 - As relações internas a uma
reguladas por seus usos, costumes e tradições.

Art. 52 - Constatada a existência de s
indígenas isoladas, o Poder Público Federal promoverá a int
encontrem, por prazo determinado, para garantir-lhes a integ
direito de permanecerem como tais.

Parágrafo único. Sociedades ou comuni
as que rara ou acidentalmente travam contato com a sociedade.

Art. 53 - A Polícia Federal prestará ao ó
Ministério Público Federal e às comunidades indígenas e s
necessário à proteção dos bens do patrimônio indígena e à int
comunidades indígenas e de seus membros.

Art. 54 - As Forças Armadas, por so
poderes constituídos federais deverão colaborar na proteção
aplicação do art. 53.

Art. 55 - Aos Juizes Federais compete pr

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Art. 56 - São terras indígenas:

I - as terras tradicionalmente ocupadas por

II - as terras reservadas pela União, destinadas
pelos índios.

§ 1º - São terras tradicionalmente ocupadas por povos indígenas habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades econômicas, imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

§ 2º - São terras reservadas aquelas estabelecidas por Estados ou Municípios, em qualquer parte do território nacional, de patrimônio da União e destinadas à posse e à ocupação permanente por povos indígenas, para que possam nelas viver e obter meios de subsistência, com direito de usufruto das riquezas naturais dos solos, dos rios e dos lagos nelas existentes.

Art. 57 - Os direitos dos índios às terras que tradicionalmente ocupam são originários e imprescritíveis, e independem de reconhecimento do Poder Público.

Art. 58 - As terras tradicionalmente ocupadas por povos indígenas, se não forem reservadas, são bens da União, inalienáveis e indisponíveis.

Da demarcação das terras indígenas

Art. 61 - As terras indígenas, por iniciativa do órgão indigenista federal, serão administrativamente demarcadas pelo procedimento e as disposições previstas nesta lei.

Art. 62 - A demarcação das terras tradicionais dos índios será precedida de identificação por equipe técnica que fará levantamentos com o fim de atender ao disposto no § 1º do Art. 61 da Constituição Federal.

Art. 63 - A equipe técnica de que trata o Art. 62 será designada pelo Presidente do órgão indigenista federal para realizar os levantamentos sociológicos, ambientais, cartográficos e fundiários necessários,

I - um antropólogo credenciado pela Comissão Nacional de Antropologia, que a coordenará;

II - um técnico do órgão indigenista federal responsável pela cartografia, do mesmo órgão, a quem caberá a elaboração do mapa da área, com seus limites;

III - uma pessoa facultativamente indicada pelo órgão indigenista federal, ocupante da terra objeto da identificação;

IV - um técnico indicado pelo Governo do Estado ou da comunidade indígena, ou um por Estado se envolverem áreas em mais de uma federação.

da comunidade científica, ou especialistas sobre a sociedade indígena.

§ 5º - Por solicitação do presidente do Conselho Nacional de Índios, a Polícia Federal deverá designar agentes para garantir segurança técnica.

Art. 64 - A equipe técnica de identificação e levantamento fundiário, deverá se fazer acompanhar por:

I - um ou mais técnicos ou engenheiros do órgão indigenista federal;

II - um ou mais técnicos ou engenheiros do órgão indigenista estadual, encarregados de coletar, em levantamento circunscrito, dados sobre a dimensão e qualidade das posses dos ocupantes, as benfeitorias e da utilização econômica da área, obedecidas as normas do levantamento do órgão indigenista federal.

Art. 65 - A comunidade indígena interessada em obter a demarcação da terra Federal podem requerer a instauração do procedimento demarcatório ao órgão indigenista federal, que deverá fazê-lo no prazo de 30 dias, contado a partir do protocolo do pedido.

§ 1º - Caso o pedido de abertura de inquérito demarcatório seja indeferido, o presidente do órgão indigenista federal deverá publicar as razões dentro do prazo estabelecido no parágrafo anterior, publicada no Diário Oficial da União.

§ 2º - A equipe técnica submeterá para apreciação do órgão indigenista federal a proposta de identificação a priori da terra indígena ocupante da terra objeto da identificação a priori, fundamentada de limites a serem demarcados.

§ 3º - O antropólogo participante da equipe técnica deverá apresentar, através de estudo etno-histórico e antropológico, para fundamentar a proposta de identificação a priori da terra indígena ocupante da terra objeto da identificação a priori.

Art. 66 - Os trabalhos da equipe técnica nesta lei terão seu início e conclusão, e o nome dos encarregados no Diário Oficial da União, garantido o acesso permanente às informações relativas ao procedimento demarcatório às comunidades e organizações, e aos demais interessados.

§ 1º Os órgãos públicos federais, estaduais e municipais, no âmbito de sua competência, e às entidades civis e demais interessados, perante a equipe técnica, informações sobre a terra indígena objeto da proposta, no prazo de 60 dias contados a partir da publicação do ato de designação da equipe.

§ 2º As comunidades locais, Governos estaduais e municipais, entidades civis e população em geral, tomarão conhecimento da proposta técnica, em audiência pública, a ser promovida pelo órgão competente, preferencialmente na região ou Estado da proposta de demarcação, e no relatório final da equipe técnica.

Art. 67 - Simultaneamente à demarcação da terra indígena, promoverá o reassentamento dos ocupantes não índios localizados na terra, cabendo à União Federal indenizar as benfeitorias daqueles ocupantes, nos termos do § 6º do art. 231, da Constituição Federal.

Parágrafo único. Não se aplica aos ocupantes não índios a terra indígena o direito de retenção por suas benfeitorias.

Art. 68 - O órgão fundiário federal promoverá o reassentamento previsto no artigo anterior, inadmitindo-se qualquer retardamento do procedimento de demarcação da terra indígena.

Art. 69 - É assegurado às comunidades indígenas o direito de participar da demarcação das terras por elas ocupadas tradicionalmente no âmbito do órgão indigenista federal de:

Art. 71 - O procedimento de demarcação concluído por ato homologatório do Presidente da República não produz efeitos a partir da data do recebimento do respectivo procedimento administrativo.

Parágrafo único. O ato homologatório das terras indígenas referidas no inciso I e II do art. 56 desta Lei, será registrado no Cartório do Registro de Imóveis da Comarca, no Departamento de Patrimônio da União - DPU, sendo título de propriedade, nos termos do art. 20, inciso XI, da Constituição Federal.

Art. 72 - Após o registro, o órgão indigenista fornecerá cópia da escritura imobiliária à comunidade indígena.

Art. 73 - O procedimento demarcatório será considerado judicial quando:

I - o pedido de abertura do procedimento demarcatório não for atendido dentro do prazo legal;

II - ficar caracterizada negligência ou omissão da autoridade pública competente, em qualquer fase do procedimento demarcatório.

§ 1º - Recebido o pedido, o juiz solicitará ao órgão indigenista apontada como coatora, que as prestará em dez dias.

§ 2º - Verificada qualquer das hipóteses previstas no inciso II, o juiz determinará à autoridade apontada como coatora que imple o devido prosseguimento ao procedimento demarcatório, sob pena de desobediência.

Art. 74 - Contra a demarcação administrativa não caberá recurso, nos termos dos artigos anteriores, não caberá a concessão de interesse.

Art. 75 - A propositura de qualquer ação para a abertura ou tramitação do procedimento demarcatório.

Art. 77 - As atividades de pesquisa e lavra em terras indígenas reger-se-ão pelo disposto nesta lei e, no que couber, pela Lei de Mineração e pela legislação ambiental.

Art. 78 - A pesquisa e a lavra de recursos minerais em terras indígenas só podem ser realizados mediante autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, sendo-lhes assegurada participação nos resultados da pesquisa.

Art. 79 - A pesquisa e a lavra de recursos minerais em terras indígenas serão efetivadas, no interesse nacional, sob os regimes de concessão ou de concessão de lavra de que trata o Código de Mineração, instituído e constituída no Brasil, nos termos da Constituição Federal.

Parágrafo único. O aproveitamento de recursos minerais em terras indígenas pelo regime de garimpagem é privativo dos índios, e as áreas a serem delimitadas para este fim por Portaria conjunta do órgão federal de administração do Departamento Nacional da Produção Mineral e do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, dispensada a edição da Portaria prevista na Lei 7.805, de 18 de julho de 1989.

Art. 80 - Por iniciativa do Poder Executivo, mediante provocação de interessado, as áreas situadas em terras indígenas e não disponíveis para fins de requerimento de autorização de pesquisa mineral serão disponibilizadas mediante edital que estabelecerá os requisitos a serem atendidos para a obtenção da autorização.

§ 1º - O Edital será elaborado conjuntamente pelo órgão de administração dos recursos minerais e pelo órgão indigenista federal, com o apoio do órgão de pesquisa, em conjunto, apoiado em laudo antropológico específico, caracterizando a área de mineração.

II - participação nos resultados da lavra.

§ 1º - A renda pela ocupação do solo é anual a ser pago por hectare ocupado e será devida por todo o tempo de pesquisa a partir da data de ingresso na área, que será a data dos trabalhos de pesquisa, podendo essa obrigação ser objeto de garantia ou caução de títulos.

§ 2º - A participação da comunidade indígena não poderá ser inferior a 2 % (dois por cento) do faturamento da comercialização do produto mineral, obtido após a última etapa de beneficiamento adotado e antes de sua transformação industrial.

§ 3º - Estende-se aos subprodutos e resíduos extraído a base de cálculo sobre a qual se define a participação nos resultados da lavra.

Art. 83 - As receitas provenientes do exercício do artigo anterior serão aplicadas em benefício direto e exclusivo da comunidade indígena afetada, segundo plano de aplicação previamente aprovado pelo custeio de atividades de responsabilidade legal do Poder Público, o qual deve ser integralmente ressarcida.

§ 1º - A comunidade indígena poderá assessorar a elaboração do plano de aplicação referido no **caput**, cuja implementação será aprovada pelo órgão indigenista federal.

§ 2º - As receitas provenientes da ocupação do solo da comunidade indígena nos resultados da lavra serão depositadas em conta bancária específica e aplicados nos fundos bancários mais rentáveis, em conformidade com o disposto no parágrafo anterior.

II) firmar carta-compromisso de apresentar seguro garantia ou caução de títulos, para sustentar os desembolsos do plano de pesquisa, a ser apresentada ao Departamento Nacional

III) apresentar termo de compromisso, com caução no montante da renda pela ocupação do solo;

IV) comprovar, diretamente ou através de capital social mínimo não inferior a 50% do valor do orçamento a ser desenvolvido na área, através do último balanço anterior à data

V) comprovar, diretamente ou através de disponibilidade financeira, medida através dos índices de liquidez, não inferior a 1,5 com o último balanço auditado anterior à data do Edital

VI) apresentar certidão negativa de tributos municipais, e comprovação de regularidade de recolhimento das

§ 1º - O Edital de que trata o artigo anterior, excepcionalmente, alterar as condições estabelecidas neste artigo, para tornar necessário viabilizar a participação de empresas de mineração em comunidades indígenas ocupantes da terra indígena objeto do Edital

§ 2º - Caso se comprove a manipulação de dados por terceiras empresas, com vistas à burla das condições estabelecidas na base no disposto no parágrafo anterior, o Departamento Nacional procederá ao cancelamento definitivo das licenças das referidas empresas de atividades de mineração em todo o território nacional.

Art. 85 - Para a outorga da autorização de lavra, serão conjuntamente apreciados os requerimentos prot

§ 2º - Definir-se-á imediatamente e por co
instituição ou pessoa para, na qualidade de árbitro, intermediar
venham a ocorrer quando da negociação do contrato previsto no

Art. 87 - Concluída a tramitação admini
encaminhará o processo ao Congresso Nacional para que este d
trabalhos de pesquisa e lavra, segundo o § 3º do artigo 231 da C
as condições peculiares à cultura e organização social das comun

Parágrafo único. A autorização a qu
formalizada por decreto legislativo, cabendo ao Departamen
Mineral a outorga do alvará de pesquisa.

Art. 88 - A União assegurará que a c
membros abster-se-ão de atos lesivos à segurança das equipes
autorização da pesquisa.

Art. 89 - Concluída, tempestivamente, a
órgão federal de gestão dos recursos minerais o relatório final c
que fiquem demonstradas a existência de jazida e a viabilidade
aproveitamento, o titular da autorização requererá a conc
estabelecida no Código de Mineração e legislação complementar

§ 1º - O requerimento de concessão de
com contrato firmado entre a empresa mineradora e a comunidade
assistência do órgão indigenista federal, no qual fiquem estabe
para o exercício da lavra e o pagamento da participação dos índi
como as responsabilidades das partes.

prejuízos efetivamente ocorridos.

§ 1º - As partes estabelecerão, em
independente para realização do levantamento das despesas e pr

§ 2º - O valor a ser pago a título de
monetariamente com base no índice oficial de correção do valor

Art. 92 - O Ministério Público Fede
procedimentos decorrentes da aplicação do disposto neste
Congresso Nacional na eventualidade de descumprimento d
condições fixadas no ato autorizativo.

Art. 93 - A União, por seu órgão
levantamento geológico básico das terras indígenas, fazendo
programas regulares de mapeamento.

Parágrafo único. Os trabalhos neces
geológicos básicos serão executados com assistência de campo d
que dará prévio conhecimento do trabalho à comunidade indigen

Art. 94- O órgão indigenista federa
portarias, limites provisórios para as terras indígenas cujos
declarados, bem como aquelas nas quais tenha sido constatada a
ou de contato recente.

§ 1º - O Departamento Nacional da Prod
suspensão da tramitação dos processos minerários que incidire
definidas pelas portarias mencionadas no **caput**, enquanto não
limites.

Parágrafo único. Os requerimentos entre 5 de outubro de 1988 e a data de vigência desta Lei serão analisados pelo Diretor do Departamento Nacional da Produção Mineral.

Art. 96 - Os requerimentos de autorização de licença que objetivem áreas situadas em terras indígenas protocolizados antes de 5 de outubro de 1988, serão analisados pelo Diretor do Departamento Nacional da Produção Mineral para fins de declaração de prioridade.

§ 1º - Os requerimentos prioritários poderão ser analisados para a pesquisa e a autorização de lavra, independentemente da declaração de prioridade que se refere o art. 80, desde que atendidas as demais condições.

§ 2º - O Departamento Nacional da Produção Mineral publicará no Diário Oficial da União as relações dos requerimentos prioritários, devendo os respectivos requerentes, no prazo de 120 dias após a publicação, apresentar ao Departamento Nacional da Produção Mineral que atenderá a esta lei, admitida neste período a transferência da titularidade, o cumprimento das condições.

§ 3º - O não cumprimento do que está estabelecido neste artigo ensejará o indeferimento do requerimento pelo Diretor do Departamento Nacional da Produção Mineral.

§ 4º - Os requerimentos prioritários poderão ser analisados pelo Departamento Nacional da Produção Mineral, por proposta do requerente, desde que a atividade minerária seja considerada prejudicial à conservação do meio ambiente com base em laudo antropológico específico.

§ 5º - Caso o Congresso Nacional não autorize a declaração de prioridade correspondente ao requerimento da empresa declarada prioritária, o requerimento será analisado pelo Diretor do Departamento Nacional da Produção Mineral.

CAPÍTULO II

Dos recursos hídricos

Art. 99 - O aproveitamento de recursos deverá ser precedido de autorização do Congresso Nacional, sob as condições e o procedimento estabelecidos para a mineração em terras indígenas, pelos órgãos federais responsáveis, especialmente no tocante à elaboração do plano de aproveitamento e relatório de impacto ambiental, ao processo licitatório e ao contrato escrito entre a empresa interessada, pública ou privada, e a comunidade indígena.

Art. 100 - Aplicar-se-ão ao pagamento das indenizações às comunidades indígenas pelo aproveitamento dos recursos hídricos e ou seu uso, as mesmas normas aplicáveis ao pagamento aos municípios e ao uso e administração destes recursos, o disposto no art. 83 desta Lei.

Art. 101 - Quando o aproveitamento de recursos hídricos em terras indígenas implicar a perda da ocupação, do domínio ou posse das terras indígenas, o Poder Público é obrigado a ressarcir as comunidades indígenas com terras de igual tamanho, qualidade e valor ecológico.

Parágrafo único. Quando a perda for total, a reposição será em terras contíguas às remanescentes.

II - realização de prévio zoneamento indígena, especificando a parte a ser explorada, definindo as áreas de caráter permanente, as imprescindíveis à preservação dos recursos e do seu bem estar, e as necessárias à sua reprodução física e cultural, e dos costumes e tradições;

III - limitação da área objeto da exploração (até 25 por cento) do total da terra indígena;

IV - elaboração e fiel cumprimento de plano de manejo que contemple a conservação dos recursos naturais e inclua a caracterização do sítio florestal, o levantamento dos recursos existentes, o estoque florestal, de forma a garantir a produção sustentada e a definição de sistemas e de técnica de exploração que minimizem os danos sobre a floresta;

V - apresentação do sistema de manejo e aproveitamento florestal com micro-zoneamento da área de exploração, total a 100 %, número e localização das árvores, estimativa exata do estoque do terreno, natureza do solo, planimetria, planificação de vias e de infraestrutura e operações de corte que comporão o plano de manejo;

VI - aprovação do zoneamento, do plano de manejo e do plano de exploração de que tratam os incisos II, IV e V, respectivamente, por representantes e constituída em ato conjunto dos órgãos ambientais da União;

VII - anotação de responsabilidade técnica do responsável pela elaboração e execução do plano de manejo e do plano de exploração;

VIII - apresentação do laudo antropométrico e das implicações sócio-econômicas e culturais para as comunidades e para o seu monitoramento e redução ou afastamento de efeitos negativos;

§ 3º - O plano de manejo previsto no artigo 1º, inciso I, deverá conter objetivos e justificativas sociais, técnicas e econômicas do manejo do meio físico, biológico e sócio-econômico, inventário florestal das parcelas, estudo de regeneração, índice de biodiversidade e avaliação e análise dos tratamentos silviculturais aplicados.

§ 4º - O descumprimento do plano de manejo e das atividades de exploração previstos nos incisos IV e V implicará na anulação do empreendimento, por ato administrativo ou judicial, sem prejuízo da ação criminal pelos danos eventualmente causados.

§ 5º - O Ministério Público poderá determinar a realização de perícias para atestar o cumprimento das condições ambientais e atividades previstas neste artigo.

§ 6º - Os órgãos públicos e seus dirigentes responsáveis pela fiscalização do que trata o inciso IX, responderão civil e criminalmente por omissão.

§ 7º - Os representantes de organizações não governamentais responsáveis pelos empreendimentos previstos neste artigo responderão civilmente pelo disposto no inciso X e deverão ressarcir a comunidade indígena pelos prejuízos deles decorrentes.

§ 8º - Não se aplica o previsto neste artigo para consumo próprio ou subsistência das comunidades.

III - controle ambiental das atividades modificadoras do meio ambiente, mesmo aquelas desenvolvidas em terras indígenas que afetam;

IV - educação ambiental, envolvendo a sociedade regional na proteção ambiental das terras indígenas e

V - identificação e difusão de tecnologias consideradas apropriadas do ponto de vista ambiental e antropo

Art. 104 - Aplicam-se as terras indígenas à proteção ao meio ambiente, naquilo que não contrariem o disposto

Art. 105 - Qualquer agente, público ou privado, que desenvolver atividades potencialmente ou efetivamente modificadoras das terras indígenas, estará obrigado a:

I - apresentar relatório de impacto ambiental do empreendimento;

II - formalizar contrato, anterior ao início das atividades, onde se estabeleça a forma de compensação às comunidades afetadas;

III - executar medidas de recuperação do meio ambiente

Parágrafo único. As atividades de que trata este artigo, quando realizadas em terras indígenas, somente se admitirão em áreas de domínio público da União, conforme previsto em lei.

Art. 106 - A elaboração de projetos de desenvolvimento em terras indígenas, envolvendo, respeitando-se sua organização social, seus costumes,

Art. 107 - Os atos não autorizados em terras indígenas de qualquer natureza às terras indígenas e seus recursos, sujeitarão o responsável à obrigação de recuperar o dano, sem prejuízo de outras compensações

compensação às comunidades indígenas pelas restrições decorrentes destas áreas e a eventual participação em receitas.

§ 2º - A compensação de que trata o art. 110 desta Lei será dada preferencialmente através da viabilização de programas de desenvolvimento econômico das comunidades indígenas.

§ 3º - O estabelecimento de áreas destinadas à conservação em terras indígenas em nenhuma hipótese prejudicará o livre uso das terras.

Art. 111 - As unidades de conservação totalmente incidentes em terras indígenas, deverão submeter-se ao disposto no art. 110 desta Lei no prazo de um ano após a sua publicação, em caso de impossibilidade de negociação ou autorização das comunidades indígenas para a retificação dos respectivos limites, excluindo-se a parte incidente não ocupada.

TÍTULO VI

Da assistência especial

CAPÍTULO I

Das disposições gerais

Art. 112 - É assegurado aos índios e às comunidades indígenas a assistência especial nas ações de saúde, educação, e de apoio à

educação e apoio às atividades produtivas dar-se-ão de forma a as de proteção ambiental e defesa das terras indígenas.

Art. 115 - Os profissionais envolvidos especial deverão possuir habilitação profissional específica para grupos indígenas.

CAPÍTULO II

Da saúde

Art. 116 - O sistema de prevenção e a comunidades indígenas destina-se a complementar as práticas de a redução do risco de doenças e outros agravos e o estabelecimento assegurem aos índios e às comunidades indígenas o acesso a atividades e aos serviços de saúde.

Art. 117 - As ações de saúde voltadas para as comunidades terão como princípio:

I - o respeito e a valorização das diferenças culturais indígenas;

II - o tratamento diferenciado para as comunidades, considerados o perfil epidemiológico, a situação sanitária, as condições ambientais e social e as formas de interação dessas comunidades com o meio;

III - a participação da comunidade e de seus representantes, na formulação da política de saúde, e em todas as ações de saúde.

Art. 121 - O Sistema Único de Saúde recuperar a saúde das comunidades indígenas, atendendo as assistência aos mesmos, através de Distritos Sanitários Indígenas.

Art. 122 - Será criada, no âmbito do Ministério da Saúde, uma Comissão Intersetorial relativa à área de saúde, composta de:

I - um representante do Ministério da Saúde;

II - um representante do órgão indigenista;

III - um representante do Ministério Público;

IV - um representante do Congresso Nacional;

V - três representantes de organizações indígenas;

VI - dois representantes de organizações indígenas;

ao índio;

VII - dois médicos sanitaristas indicados;

Medicina;

VIII - um antropólogo indicado pela

Antropologia.

§ 1º - Quando da análise de projetos de saúde indígena interessada terá assento na Comissão através de um representante indígena com voz e voto.

§ 2º - Os representantes das organizações indígenas aos índios terão mandato de três anos, permitida uma recondução de eleição entre tais organizações segundo normas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Saúde, **ad referendum** da Comissão Intersetorial.

que serão constituídos por áreas indígenas;

V - propor, aprovar, fiscalizar e avaliar agentes e técnicos de saúde indígena;

VI - definir mecanismos de avaliação com as comunidades indígenas nos seus aspectos demográficos, epidemiológicos e culturais;

VII - apreciar e aprovar as normas técnicas do Sistema Único de Saúde, relativas às comunidades indígenas;

VIII - nomear os membros dos Conselhos Indígenas de Saúde;
art. 124 desta Lei.

Art. 124 - Para o planejamento e execução das atividades de saúde das comunidades indígenas serão estabelecidos Distritos Especiais de Saúde Indígena, compreendendo as terras indígenas, com as seguintes características:

I - configuração e delimitação dinâmica, de acordo com a ocupação, a rede de relações intercomunitárias e aquelas estabelecidas com o meio envolvente por cada comunidade indígena;

II - delimitação funcional não necessariamente coincidente com as áreas municipais adjacentes;

III - organização interna diferenciada, que leve em consideração a situação social, a situação sanitária, as necessidades, tradições e peculiaridades da comunidade indígena;

IV - programação própria, que considere as prioridades de cada comunidade indígena, visando a ampliação e melhoria da organização interna do Distrito, de maneira a criar condições para

de atividades do Distrito;

II - definir os mecanismos de avaliação das atividades desenvolvidas no distrito;

III - coletar, centralizar, organizar informações acerca da situação sanitária de cada comunidade, avaliar o desempenho das programações, instituições e equipes e reportar periodicamente a direção do Ministério da Saúde;

IV - organizar atividades que estimulem a efetiva integração entre as diversas equipes e os integrantes das comunidades;

V - diligenciar junto ao Ministério da Saúde para a criação das condições necessárias ao desenvolvimento dos programas de atenção;

VI - definir as formas de integração com os serviços desenvolvidos por outras instituições nas atividades realizadas pelas comunidades.

Art. 127 - Os Distritos Especiais são unidades técnicas de âmbito federal no Sistema Único de Saúde.

Art. 128 - Outras instituições poderão atuar na atenção à saúde em áreas indígenas desde que as comunidades indígenas estejam sob as disposições desta Lei.

II - respeito aos processos educativos e ao conhecimento próprios das comunidades indígenas.

Art. 130 - É assegurada às comunidades indígenas suas línguas e processos próprios de aprendizagem no ensino escolar.

Art. 131 - O Sistema Nacional de Educação, o Ensino do União e com a colaboração do órgão indigenista federal, de fomento à cultura, desenvolverá programas integrados de formação, pesquisa, para oferta de educação bilingüe, diferenciada e específica para a comunidade indígena.

§ 1º - Os programas previstos neste artigo serão implementados com a participação das comunidades indígenas.

§ 2º - São reconhecidos os currículos das comunidades indígenas e os alunos poderão continuar os estudos subsequentes em outras escolas, com qualquer complementação curricular.

§ 3º - Será dada prioridade aos índios brasileiros para atuarem nas escolas destinadas às comunidades indígenas.

§ 4º - É obrigatória a isonomia salarial entre índios e não-índios.

Art. 132 - As escolas destinadas às comunidades indígenas integrarão o sistema de ensino da União.

Art. 133 - Os programas referidos no artigo anterior serão desenvolvidos nos Planos Nacionais de Educação, com recursos específicos do órgão indigenista federal, além das dotações ordinárias da educação, para atingir objetivos específicos:

V - publicar sistematicamente material didático em material bilíngüe, destinados a educação em cada comunidade, visando a integração dos conteúdos curriculares;

VI - incluir os conteúdos científicos e culturais da comunidade respectiva, buscando a valorização e fortalecimento da tradição tradicional das comunidades indígenas.

Art. 134 - O Ministério da Educação cria o Conselho Nacional de Educação Escolar Indígena, composta por:

I - dois técnicos do Ministério da Educação;

II - dois técnicos do órgão indigenista federal;

III - um representante do Ministério Público;

IV - um representante do Congresso Nacional;

V - três representantes de organizações indígenas;

VI - dois representantes de organizações indígenas, indicados pelo Conselho Nacional de Educação Escolar Indígena, um ao índio;

VII - um antropólogo indicado pela Associação Brasileira de Antropologia;

VIII - um educador indicado pela Associação Brasileira de Ensino Superior;

IX - um linguísta indicado pela Associação Brasileira de Linguística;

Parágrafo único. Os representantes das organizações de apoio aos índios terão mandato de três anos, permitida a recondição.

indígena, com a participação das comunidades indígenas locais, governamentais e de Universidades, com a finalidade de apoiar as atividades indígenas;

IV - coordenar a elaboração de material didático e a rede de ensino, com o objetivo de divulgar informações sobre as atividades indígenas;

V - propor, criar e coordenar a aplicação de pesquisas e atividades de ensino junto às comunidades indígenas ou que as afetem;

Parágrafo único. Para o desenvolvimento das atividades, a Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena deverá apoiar pesquisas antropológicas e lingüísticas, que contribuam para a melhoria da educação dirigida às comunidades indígenas.

Art. 136 - Os Distritos de Educação Escolar Indígena, administrativas e técnicas do Sistema de Ensino da União, terão a definição de suas respectivas áreas de abrangência, as especificidades das comunidades indígenas às quais se destinam.

Art. 137 - Os Distritos de Educação Escolar Indígena serão administrados por Conselhos Educacionais compostos por representantes das comunidades indígenas locais, universidades, órgãos federais, e à educação escolar indígena.

Art. 138 - Compete aos Distritos de Educação Escolar Indígena:

I - definir e executar as diretrizes e políticas educacionais, de acordo com a Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena;

II - coordenar, acompanhar e avaliar as atividades desenvolvidas pelas escolas indígenas e seus currículos e regimentos;

Parágrafo único. Nos casos de interesse em um mesmo curso, caberá a Comissão Nacional de Educação Específica o critério de seleção entre os índios interessados.

CAPÍTULO IV

Das atividades produtivas

Art. 141 - Cabe à União através do Ministério da Educação promover e coordenar as ações, programas e projetos voltados para a educação dos índios, tendo como princípios:

I - o respeito às especificidades culturais e socio-econômicas de suas comunidades;

II - o incentivo ao uso de tecnologias consideradas apropriadas do ponto de vista ambiental e ambiental, sob a premissa de não geração de dependência tecnológica;

§ 1º - A interferência no processo de desenvolvimento dos índios dar-se-á somente quando sua sobrevivência econômica estiver comprometida, atendendo-se aos interesses manifestos pelos índios, devendo ser realizado diagnóstico sócio-econômico-ambiental.

§ 2º - Fica garantida a participação dos índios nas fases de elaboração, execução, avaliação e gerenciamento dos projetos, visando alcançar a autogestão do desenvolvimento.

CAPÍTULO I

Dos princípios

Art. 143 - Será respeitada a aplicação por parte das autoridades competentes de sanções de natureza coerciva ou disciplinar contra os seus membros e instituições, desde que não revistam caráter cruel ou infamante, e não impliquem pena de morte.

Parágrafo único. Na hipótese prevista no art. 142, a comunidade poderá optar pelo processo e julgamento da Justiça comum.

Art. 144 - Condenado o índio por infração penal, e não não-índio, a pena será atenuada, e na aplicação o juiz considerará a condição do réu.

§ 1º - Nos processos criminais contra índios, será realizada a realização de perícia antropológica, a fim de determinar o grau de índio do ato praticado, para efeito da aplicação do disposto no art. 21.

§ 2º - As penas de reclusão e de detenção serão executadas, sempre que possível, em regime aberto, no local de funcionamento da delegacia do órgão indigenista federal mais próxima do domicílio do condenado.

distinta:

Pena - Reclusão de dez a vinte anos.

Art. 147 - Causar danos aos recursos naturais existentes nas terras indígenas, de modo a comprometer a cultura de comunidade indígena:

Pena - Reclusão de cinco a dez anos.

Art. 148 - Utilizar o índio ou comunidade indígena sem o consentimento expresso, com o objetivo de propaganda turística ou promocionais ou lucrativos:

Pena - Detenção de um a três meses e multa.

§ 1º - Se o consentimento é extraição fraudulento, a pena será agravada de dois terços.

§ 2º - Se da utilização resultar dano moral à comunidade indígena:

Pena - Detenção de três a seis meses e multa.

§ 3º - Se o crime previsto no **caput** deste artigo for de natureza lucrativa, a multa não será inferior ao benefício patrimonial a ser auferido.

Art. 149 - Fazer uso, comercial ou industrial, de recursos naturais ou biológicos existentes nas terras indígenas para o desenvolvimento de produtos biotecnológicos, sem o prévio consentimento, por escrito, da comunidade indígena que tenha a sua posse permanente.

Pena - reclusão de cinco a dez anos

Art. 150- Apropriar-se ou fazer uso, com ou sem fins lucrativos, ou indiretamente, de conhecimentos tradicionais indígenas, para fins comerciais ou industriais:

Art. 153 - Promover, sem autorização d
construção ou a manutenção de obras em terras indígenas ou o
patrimônio indígena:

Pena - Reclusão de um a três anos e multa

Parágrafo único. Se a obra é destinada a
entorpecentes ou a facilitar contrabando ou descaminho:

Pena - Reclusão de três a dez anos e multa

Art. 154 - As penas estatuídas neste Capít
terço, quando o crime for praticado por servidor do órgão indige

Art. 155 - A prática de ato de discrimina
índios constitui crime de racismo, inafiançável e imprescritível, s
Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, com as alterações introdu
21 de setembro de 1990.

Art. 156 - O não cumprimento do art. 4
sujeitando-se o infrator às penas do art. 320 do Código Penal.

Art. 157 - Na estipulação das multas o ju
econômica do réu.

Parágrafo único. As multas reverterão d
índio ou da comunidade indígena ofendida.

medidas de caráter educativo que visem despertar o interesse indígena, bem como eliminar preconceitos em relação aos índios

Art. 161 - A União, por meio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, promoverá junto às comunidades indígenas a divulgação de seus trabalhos, especialmente o disposto nesta Lei, utilizando-se todos os meios, incluindo as línguas indígenas.

Art. 162 - O órgão indigenista federal re a partir da publicação desta Lei, levantamento, com diagnóst existentes de exploração ilegal das riquezas naturais em te necessárias correções.

Art. 163 - O órgão indigenista federal terá, a partir da publicação desta Lei, para regularizar a situação de ocupação tradicional, e que por qualquer razão tenham índio, comunidade indígena ou de terceiros.

Art. 164 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 165 - Revogam-se as disposições em
inciso III e o parágrafo único, do art. 6º da Lei nº 3.071, de 1º de
II e o parágrafo único do art. 1º, e o art. 3º, todos da Lei nº 5
1967, e a Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973.

Sala da Comissão, em 18 de m

Deputado Luciano Piz
Relator

Deputado Aroldo Góes	168	Art. 121
Deputado Aroldo Góes	169	Art. 3º, § 2º
Deputado Aroldo Góes	170	Art. 48
Deputado Fábio Feldmann	128	Título VIII
Deputado Fábio Feldmann	129	Art. 131, capu
Deputado Fábio Feldmann	130	Art. 129, I
Deputado Fábio Feldmann	131	Art. 129, II
Deputado Fábio Feldmann	132	Art. 130
Deputado Fábio Feldmann	133	Art. 132
Deputado Fábio Feldmann	134	Art. 133, III
Deputado Fábio Feldmann	135	Art. 133, III
Deputado Fábio Feldmann	136	Art. 133, VI
Deputado Fábio Feldmann	137	Art. 134, V
Deputado Fábio Feldmann	138	Art. 134, VI
Deputado Fábio Feldmann	139	Art. 135, II
Deputado Fábio Feldmann	140	Art. 40, par
Deputado Fábio Feldmann	141	Art. 135, III
Deputado Fábio Feldmann	142	Art. 131, cap
Deputado Fábio Feldmann	177	Título VI - Cap
Deputado Francisco Rodrigues	001	Art. 61

Deputado João Fagundes	003	Art. 96, caput
Deputado João Fagundes	004	Art. 94, § 2º
Deputado José Carlos Sabóia	104	Art. 89
Deputado José Carlos Sabóia	105	Título II, Cap
Deputado José Carlos Sabóia	106	Art. 36
Deputado José Carlos Sabóia	107	Art. 84, § 2º
Deputado José Carlos Sabóia	108	Art. 6º, I
Deputado José Carlos Sabóia	109	Art. 6º, I
Deputado José Carlos Sabóia	110	Art. 6º, § 3º
Deputado José Carlos Sabóia	111	Art. 6º, I
Deputado José Carlos Sabóia	112	Art. 37
Deputado José Carlos Sabóia	113	Após o art. 70
Deputado José Carlos Sabóia	114	Art. 72
Deputado José Carlos Sabóia	115	Art. 79, § 2º
Deputado José Carlos Sabóia	116	Art. 125
Deputado José Carlos Sabóia	117	Título V - Cap
Deputado José Carlos Sabóia	118	Art. 80, caput
Deputado José Carlos Sabóia	119	Título II - Cap
Deputado José Carlos Sabóia	120	Art. Título V
Deputado José Carlos Sabóia	121	Art. 100
Deputado José Carlos Sabóia	122	Art. 111

Deputado Lourival Freitas	088	Art. 94, §§ 1º
Deputado Lourival Freitas	089	Arts. 95, 96 e
Deputado Lourival Freitas	090	Título V - Cap
Deputado Lourival Freitas	091	Art. 93, parág
Deputado Lourival Freitas	092	Art. 93, caput
Deputado Lourival Freitas	093	Art. 91, caput
Deputada Maria Valadão	094	Art. 140, capu
Deputada Maria Valadão	095	Art. 133, III
Deputada Maria Valadão	096	Art. 131
Deputada Maria Valadão	097	Onde couber
Deputada Maria Valadão	098	Art. 128
Deputada Maria Valadão	099	Art. 6º, I
Deputada Maria Valadão	100	Art. 131, capu
Deputada Maria Valadão	101	Título III
Deputada Maria Valadão	102	Título VI - Cap
Deputada Maria Valadão	103	Título VI - Cap
Deputado Sidney de Miguel	067	Título VIII
Deputado Sidney de Miguel	068	Art. 95
Deputado Sidney de Miguel	069	Título IV - Cap
Deputado Sidney de Miguel	070	Art. 48
Deputado Sidney de Miguel	071	Art. 67
Deputado Sidney de Miguel	072	Art. 64, I, II

Deputado	Tuga Angerami	016	Título I
Deputado	Tuga Angerami	017	Art. 4º, VII
Deputado	Tuga Angerami	018	Art. 110, caput
Deputado	Tuga Angerami	019	Art. 6º, I
Deputado	Tuga Angerami	020	Art. 3º, § 2º
Deputado	Tuga Angerami	021	Art. 3º, § 3º
Deputado	Tuga Angerami	022	Art. 96
Deputado	Tuga Angerami	023	Art. 98
Deputado	Tuga Angerami	024	Título V - Cap
Deputado	Tuga Angerami	025	Título VII - Ca
Deputado	Tuga Angerami	026	Art. 145
Deputado	Tuga Angerami	027	Art. 146
Deputado	Tuga Angerami	028	Art. 159
Deputado	Tuga Angerami	029	Art. 109, parág
Deputado	Tuga Angerami	030	Art. 126, caput
Deputado	Tuga Angerami	031	Art. 142
Deputado	Tuga Angerami	032	Título VI - Cap
Deputado	Tuga Angerami	033	Art. 141
Deputado	Tuga Angerami	034	Art. 140
Deputado	Tuga Angerami	035	Título VI - Cap
Deputado	Tuga Angerami	036	Título V - Cap
Deputado	Tuga Angerami	037	Título VI - Cap
Deputado	Tuga Angerami	038	Art. 138, III
Deputado	Tuga Angerami	039	Art. 134
Deputado	Tuga Angerami	040	Art. 131
Deputado	Tuga Angerami	041	Art. 135
Deputado	Tuga Angerami	042	Art. 129
Deputado	Tuga Angerami	043	Art. 128

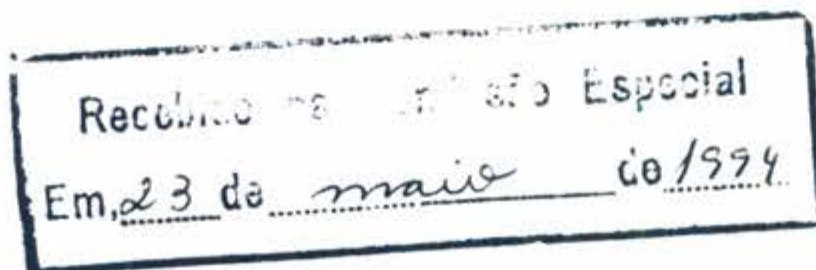
Deputado Tuga Angerami	056	Art. 113
Deputado Tuga Angerami	057	Art. 116
Deputado Tuga Angerami	058	Art. 41, § 1º
Deputado Tuga Angerami	059	Art. 66, § 2º
Deputado Tuga Angerami	060	Art. 65, § 5º, I
Deputado Tuga Angerami	061	Art. 63, § 4º
Deputado Tuga Angerami	062	Art. 62
Deputado Tuga Angerami	063	Art. 50, § 2º
Deputado Tuga Angerami	064	Art. 49, § 2º
Deputado Tuga Angerami	065	Art. 66, § 1º
Deputado Tuga Angerami	066	Art. 41,, § 2º
Deputado Tuga Angerami	079	Art. 63, II
Deputado Tuga Angerami	080	Art. 50, I
Deputado Tuga Angerami	081	Título V - Cap
Deputado Tuga Angerami	082	Art. 50, § 3º
Deputado Tuga Angerami	083	Art. 50, caput
Deputado Tuga Angerami	084	Art. 63, IV
Deputado Tuga Angerami	161	Título V - Cap
Deputado Tuga Angerami	162	Título V - Cap
Deputado Tuga Angerami	163	Título V - Cap
Deputado Tuga Angerami	174	Título VI - Cap
Deputado Tuga Angerami	175	Art. 141
Deputado Valter Pereira	143	Art. 129, II
Deputado Valter Pereira	144	Art. 130, capu
Deputado Valter Pereira	145	Art. 131, capu
Deputado Valter Pereira	146	Art. 131, § 2º
Deputado Valter Pereira	147	Art. 131, § 3º
Deputado Valter Pereira	148	Art. 132

JUSTIFICATIVA

A matéria envolve interesse
vérias de grande relevância sócio-político
apenas quanto aos territórios dos Estados
também quanto aos direitos coletivos e in
pela demarcação de áreas indígenas, sem a
ção, jurídica e política, da satisfação pl
constitucionais cumulativas expressas no

O processo demarcatório de á
dece ao rito estabelecido pelo Decreto nº
assemelha a um ato de exceção, já que não
o contraditório, nem prevê a sua publicid
o devido processo legal, ensejando, assim
em nada favorecem os indígenas, mas consp
do de Direito, a unidade e a soberania na
Federação.

Justifica-se, pois, esta eme
no processo de demarcação de áreas indíge
aos preceitos constitucionais do contradi
dade e do devido processo legal.



Sala de Reuniões,

Winnipeg
Francisco Lou

CÂMARA
COMISSÃO

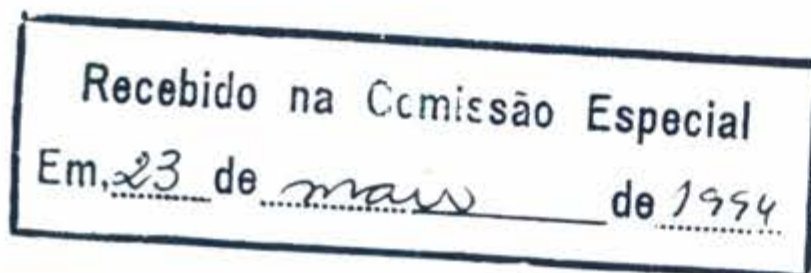
Recebido na Comissão Especial
Em, 23 de maio de 1954

Parágrafo único. Todos os a
pliação de áreas indígenas, editados na
tituição, serão revistos pelo órgão indi
prazo de um ano da publicação desta lei,
pação dos Estados e Municípios onde este
demais interessados.

JUSTIFICATIVA

Após a vigência da Constitu
reservas indígenas foram criadas. Outras
tados da Amazônia, principalmente, criar
nimo " sui generis". Milhares de pessoas
terras, mansa e pacificamente, e que, com
mantinham o seu sustento e o de suas fam
neros alimentícios para consumo nas cidad
ram-se, repentina e abruptamente, transfo
dores honestos, ordeiros e pacíficos, em
invasores de áreas consideradas indígenas
não o eram.

Ao declarar como de posse pe
quer através da criação de novas áreas, c



Eulgi

mitir um diagnóstico sério e isento das s
ali existentes, restabelecendo-se, assim,
da Justiça.

Sala de Reuniões,

Mina
Francisco

Recebido na Comissão Especial
Em, 23 de maio de 1994



Guil

bro de 1988, são válidos e serão analisados pelo Conselho Nacional da Produção Mineral para fins de declaração

JUSTIFICATIVA

É preciso deixar bem claro que os documentos protocolizados antes de 5 de outubro de 1988, são tão de elementar reconhecimento do direito do minerador não fique expresso, poderemos ter interpretações das autoridades administrativas, com evidentes desgastes



Recebido na Comissão Especial

Em, 24 de maio de 1994

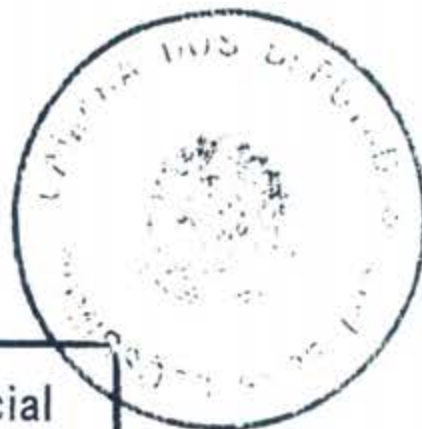
PARLAMENTAR

contato recente imediatamente após a declaração
mites.

JUSTIFICATIVA

Os requerimentos, no direito
traordinária importância pela data em que são
direitos de preferência. Assim, na hipótese t
art. 94, não deve ocorrer o indeferimento das
sobrestamento. Quando deixarem de ocorrer aqu
necerá o direito de prioridade. Isto inclusiv
próxima a declaração (a ser feita pelo órgão
de não mais existirem aquelas condições restr
zar de informação privilegiada para oferecer
evidentemente é uma forma de corrupção.

INSTRUÇÕES NO VERSO



Recebido na Comissão Especial
Em, 24 de maio de 1954

PARLAMENTAR

ASSI

as terras indígenas, sob pena de nulidade dos atos que a c

Justificação

As terras indígenas por disposição constitucio
permanente e ao usufruto exclusivo dos índios, e por ess
outra destinação.

INSTRUÇÕES NO VERSO

Recebido
Em, 26 de

26/05 /94

PARLAMENTAR

Antônio

trata o artigo anterior, podendo assessorar-se livremente para
de aplicação referido no caput, cuja implementação será ac
indigenista federal".

Justificação

Por coerência, a proposição visa assegurar
indígenas a administração de bens dos quais é titular, co
inciso II do artigo 13 do substitutivo.

INSTRUÇÕES NO VERSO



26 / 05 / 94

PARLAMENTAR

Antônio

Justificação

A modificação visa proteger as comunidades e permitir que ocorra simultaneamente diversos empreendimentos de uma mesma área indígena.

INSTRUÇÕES NO VERSO

Recebido
Em, 26

26 / 05 / 94

PARLAMENTAR

Ass. O...

nacional, em quantidade que atenda às necessidades de
declaração do órgão minerário federal".

Justificação

A mineração em terras indígenas deve ocorrer
se tratar de atividade que acarreta graves consequências
ambiente. Só se justifica por razões e interesses maiores do



Recebido
Em, 26 de...

26 / 05 / 94

PARLAMENTAR

Antônio Carlos

INSTRUÇÕES NO VERSO

Parágrafo Único - No final do período previsto no
Poder Executivo Federal, após debate público com os interessados,
projeto de lei regulamentando a matéria".

Justificação

A moratória proposta permitirá ao Poder
brasileira e aos próprios povos indígenas aprofundar o estudo do
assunto, período durante o qual esse patrimônio natural deve



Recebido

Em, 26 de...

26 / 05 / 94

PARLAMENTAR

Ami O...

Justificação

A redação ora proposta exprime mais adequa-
compensação devida aos índios, afastando interpretação
modificado suscita, quanto a sua constitucionalidade.

INSTRUÇÕES NO VERSO



Recebido n.
Em, 26 de /

26 / 05 / 94

PARLAMENTAR

Ami Or

Justificação

A emenda visa suprir lacuna do substitutivo de elaboração de Rima, que se justifica uma vez que só se dá a realização de pesquisa.

De outro modo, a realização de audiência pública da sociedade civil apresentar elementos importantes a serem considerados na concessão de lavra.



Recebido
Em, 26 de ...

26/05/94

PARLAMENTAR

Frei Ot

INSTRUÇÕES NO VERSO

étnica.

A comunidade indígena é o domicílio, o lugar



Recebido
Em, 26 de

26 / 05 / 94

PARLAMENTAR

Assinatura

A modificação visa facilitar aos índios os registos
caput do citado artigo.

INSTRUÇÕES NO VERSO



Recebido
Em, 26

26 / 05 / 94

PARLAMENTAR

Antônio Carlos

A modificação visa assegurar aos índios igual
relação aos demais trabalhadores brasileiros.

INSTRUÇÕES NO VERSO

Recebido
Em, 26 de

26/05 /94

PARLAMENTAR

Ar. Ov.

históricos com sociedades pré-colombianas".

Justificação

A definição apresentada é mais completa. Os identificados pelas suas especificidades étnicas e culturais históricos que mantêm com sociedades pré-colombianas.

INSTRUÇÕES NO VERSO

Recebido
Em, 26 de

26 / 05 / 94

PARLAMENTAR

Frederico

respeito".

Justificação

O acréscimo ora proposto é necessário a cidadania indígena, inclusive quanto co-responsabilidade nas povos indígenas.

INSTRUÇÕES NO VERSO



Recebido
Em, 26 de

26 / 05 / 94

PARLAMENTAR

Araceli

Qualquer projeto a ser executado no interesse indígena deve supor não a mera colaboração, mas sim a participação dos índios.

INSTRUÇÕES NO VERSO

Recebido
Em, 26 de

26 / 05 / 94

PARLAMENTAR

Frederico

A modificação visa explicitar que a destinação ambiental em terras indígenas depende da iniciativa das com

INSTRUÇÕES NO VERSO

Recebido na
Em, 26 de m

26 / 05 / 94

PARLAMENTAR

Antônio

A denominação "sociedade" não corresponde à Expressão estranha aos índios, que se autodenominam povo.

O termo "sociedade" não é o mais apropriado constitucional que afirma serem "reconhecidos aos índios seus costumes, línguas, crenças e tradições".

O termo tem conotação genérica, para caracterizar determinada época histórica, não contemplando as especificidades da realidade indígena atual.

Recebido na

Em, 26 de maio

26 / 05 / 94

PARLAMENTAR

Frederico M. A. de

A emenda visa explicitar que as ações de con-
aplicam ao território nacional.

INSTRUÇÕES NO VERSO

Recebid

Em, 26 d

PARLAMENTAR

26 / 05 / 94

Antônio

INSTRUÇÕES NO VERSO

A emenda visa assegurar a colaboração dos
União na assistência aos povos e comunidades indígenas
delegar a colaboração sob o argumento de que a comp
União.

Recebido

Em, 26 de

PARLAMENTAR

26 / 05 / 94

Antônio

Os requerimentos protocolados antes da promulgação de 1988 não geram aos seus titulares direitos adquiridos. Constituição em vigor nem na imediatamente anterior. Aderem ao privilégio concedido a tais requerentes.

INSTRUÇÕES NO VERSO

Recebido
Em, 26

26 / 05 / 94

PARLAMENTAR

Antônio Carlos

INSTRUÇÕES NO VERSO

O dispositivo emendado faz referência a recur
especificidade que o gás natural, o que recomenda a sua inc

Recebido
Em, 26 de

26 / 05 / 94

PARLAMENTAR

Ass. O. V.

INSTRUÇÕES NO VERSO

A sistemática prevista neste capítulo joga sobre indígenas a responsabilidade pela formulação dos planos de aproveitamento dos recursos florestais madeireiros, o que é uma aplicação. Isto é agravado pelo fato de as comunidades indígenas não terem tido o acúmulo de debate sobre o assunto. Além disto, a experiência demonstra que, por falta de adequada fiscalização por parte do Estado e das empresas madeireiras, sob pressão principalmente dos interesses das empresas, impõem seus interesses às comunidades indígenas, provocando danos ao meio ambiente e danos à organização social dos índios. Esta é a mesma com outra de minha autoria que proíbe temporariamente a exploração de madeira em área indígena.

Recebido

Em, 26 de

26 / 05 / 94

PARLAMENTAR

Antônio

em qualquer caso a aplicação de tortura e pena de morte.

Parágrafo único - Na hipótese prevista no *caput* deste artigo optar pelo processo e julgamento da Justiça Federal.

Art. 144 - Aplica-se ao índio autor de delito contra não indígena brasileira.

Parágrafo único - Extingue-se o processo na hipótese de comunidades de suas instituições penais, comprovadas nos autos mediante perícia antropológica.

Art. 145 - Não há crime se o agente indígena pratica o fato com caráter delituoso de sua conduta, em razão dos valores culturais.

Parágrafo único - No caso deste artigo o curso da ação penal é decisão em processo em separado, sobre a exclusão da ilicitude.

Art. 146 - As penas de reclusão e de detenção serão cumpridas na comunidade onde vive o índio, salvo manifestação em contrário.

Parágrafo único - Compete ao juiz da vara de execução criminal o cumprimento da pena nos casos de decisão contrária da comunidade, ocorrência de distúrbios e transgressões praticadas pelo condenado.

Art. 147 - Constituem circunstâncias agravantes, nos crimes praticados por índios, se o agente pretendeu vantagem material e se for funcionário.

Art. 148 - Nos crimes praticados contra a pessoa do índio e se forem agravados pela metade, salvo as previstas nesta lei.

Justificativa

Ao propor a modificação do disposto neste artigo, tem-se em vista garantir a definição de normas penais específicas aos povos indígenas, para assegurar tratamentos diferenciados em razão da especificidade de seus membros.



26 / 05 / 94

PARLAMENTAR

Assinatura

ASS

costumes e tradições a fonte reguladora das relações ju-
comunidades indígenas.

Da mesma forma que se propõe deixar claro que a
legislação penal brasileira, quando praticado algum delito contra
se, em razão do princípio penal de que uma pessoa não será punida
mesmo fato, que quando uma comunidade tiver aplicado suas penas
índio acusado, havendo a devida prova constituída nos autos,

Ao contrário de se prever a realização de período de
hipótese caracterizadora de irresponsabilidade penal, sugere-se a
previsão de excludente de criminalidade quando, em razão de
seu povo, não revele consciência do caráter delituoso de sua conduta.

Embora não haja discordância quanto ao disposto no
Substitutivo, entende-se conveniente dispor sobre a possibilidade
indígena não aceitar o cumprimento da pena na comunidade.

No mais sugere-se a previsão de circunstâncias
consideradas relevantes, uma delas em vigor em razão do
Estatuto do índio.

Recebido na Comissão

Em, 26 de maio

26/ 05/94

PARLAMENTAR

Assinatura

INSTRUÇÕES NO VERSO

Justificativa

Com a modificação proposta pretende-se p
modalidade culposa do delito de Genocídio, cuja previsão le
apenas como elemento subjetivo o dolo.

Recebido na
Em, 26 de ma

26 / 05 / 94

PARLAMENTAR

Frederico

culturalmente distinta.

Pena - reclusão, de 10 (dez) a 20 (vinte) anos.

Justificativa

A modificação proposta altera o tipo penal de criminalizada seja a imposição e não a própria remoção. em amplia-se a conduta penalizada.

INSTRUÇÕES NO VERSO



Recebiu na C
Em, 26 de ma

26/05 /94

PARLAMENTAR

Assinatura

Justificativa

Tratam-se de alterações de mera adequação
norma fique melhor compreensível.

INSTRUÇÕES NO VERSO



Recebido
Em, 26 de

26 / 05 / 94

PARLAMENTAR

Assinatura

§ 1º - É assegurado às comunidades indígenas afetadas pelas políticas e estratégias a que se refere o caput direito de participação na discussão e elaboração dessas ações.

Justificação

A proposição visa assegurar aos índios e participação democrática nas decisões que lhes digam respeito sua cidadania. Ademais, interessa aos não-índios o tratamento dada aos índios.

Recebido na C
Em, 26 de ma

26 / 05 / 94

PARLAMENTAR

Michon

11. Art. 126 - Compete ao Conselho Distrital:

I - adequar a política nacional de saúde indígena à realidade e situação das áreas jurisdicionadas aos Distritos Sanitários Indígenas.

Justificativa

É necessário que esta instância seja responsável pela política nacional de saúde indígena adaptada às especificidades da realidade indígena.



Recebido na

Em, 26 de maio de 1994

26 / 05 / 94

PARLAMENTAR

Assinado

ASSINADO

costumes, crenças e tradições.

Justificativa

A proposição visa resguardar a participação d como método adequado à garantia de que os programas sintonia com suas necessidades. Neste sentido torna-se mais participação indígena que as finalidades relacionadas nos formulado pelo Substitutivo do relator, que limitam a conce projetos.

INSTRUÇÕES NO VERSO

Recebido na Comissão
Em, 26 de maio

26/ 05 / 94

PARLAMENTAR

Amorim

uso de tecnologias indígenas e de outras consideradas apropriadas
ambiental e antropológico, respeitada a premissa de não g
tecnológica.

Justificativa

Esta emenda aditiva pretende resgatar o disposto no art.
141, cuja redação sugere-se a modificação, tendo em vista a
oportunidade quanto às cautelas nele previstas.

INSTRUÇÕES NO VERSO



Recebido na
Em, 26 de maio de 1994

26 / 05 / 94

PARLAMENTAR

Assinatura

Indígenas para a realização de programas, ações e projetos de sobrevivência autônoma.

Justificativa

Com a redação proposta pretende-se regular a adequação, o esforço do poder público federal nas atividades com as comunidades indígenas, fixando a atribuição do órgão responsável pelo encaminhamento das solicitações e necessidades aos órgãos especializados nas diversas áreas produtivas, como a mineração e outras. Atribuir apenas ao órgão indigenista a competência para coordenar as ações, programas e projetos voltados à produção representa uma carga excessiva e que a experiência administrativa recente do órgão indigenista não possui estrutura suficiente para responder às tarefas desta ordem.

INSTRUÇÕES NO VERSO



Recebido na

Em, 26 de maio de 1994

26 / 05 / 94

PARLAMENTAR

Assinatura

a membros de comunidades indígenas que preencham os requisitos de formação e escolaridade e que tenham sido recomendados pela organização indígena a que sua comunidade estiver associada, e o acompanhamento especial da Instituição em razão de suas peculiaridades culturais.

Justificativa

Considera-se mais adequado adotar-se as cautelas expressas no comando previsto no dispositivo modificado, que por serem justificáveis.



Recebido na Comissão Esp
Em 26 de maio de

26/ 05/ 94

PARLAMENTAR

Ass. M.

participação em todas as instâncias consultivas e deliberativas
responsáveis pela educação escolar indígena.

Justificativa

A proposição visa assegurar a necessária e relevante participação
indígenas nas questões que lhes dizem respeito.

INSTRUÇÕES NO VERSO



Recebido na
Em, 26 de ...

26 / 05 / 94

PARLAMENTAR

Mei...

Justificativa

Respeitar a autonomia das comunidades indígenas no funcionamento de sua escola bem como quanto aos programas adequando-o à sua realidade sócio, político e cultural.



Recebido na Comissão Especial
Em, 26 de maio

26 / 05 / 94

PARLAMENTAR

Ass. MA

ASS.

suas comunidades e organizações, podendo solicitar assessoria

Justificativa

O que se pretende é a autonomia das comunidades indígenas para o melhor funcionamento das suas escolas, como também aos projetos que se destinam, adequando à sua realidade sócio-política e cultural.

INSTRUÇÕES NO VERSO

Recebido na Comissão
Em, 26 de maio

26 / 05 / 94

PARLAMENTAR

Amorim

ASS

INSTRUÇÕES NO VERSO

III - Elaborar e manter programas de formação e reciclagem destinados à educação escolar indígena, garantindo aos índios acesso a esses programas;

Justificativa

Com a modificação proposta pretende-se explicitar que o texto é amplo que a atividade de formação. Além disso a preposição dos programas de formação e reciclagem traduz o correto em PARA e não de professores.



Recebido na Comissão
Em, 26 de maio

26 / 05 / 94

PARLAMENTAR

Amorim

155

representantes indígenas, representantes do governo federal, profissionais de educação, antropologia e linguística e entidades da sociedade civil de apoio aos índios.

Parágrafo Único - Será garantida a representação paritária da Coordenação de Educação Escolar Indígena de que trata este

Justificativa

A emenda sugere que a Coordenação Nacional Indígena seja composta por representantes indígenas, representantes de entidades que desenvolvam atividades educacionais diretamente relacionadas com a educação indígena, respeitando o sistema de paridade entre índios e não índios.

A matéria de que trata o parágrafo único deve ser regida pelo regimento interno da coordenação nacional.



Recebido na

Em, 26 de maio de 1994

26 / 05 / 94

PARLAMENTAR

Frederico

INSTRUÇÕES NO VERSO



Recebido na
Em, 26 de m

PARLAMENTAR

Am M

26 / 05 / 94

dos Povos Indígenas;

II - Criar e dispor sobre as áreas de abrangência dos Distritos Indígenas, assegurada a participação das Comunidades Indígenas;

III - coordenar, acompanhar e avaliar as ações pedagógicas indígenas no país;

IV - definir critérios de habilitação dos professores indígenas das comunidades;

V - definir critérios norteadores para a elaboração de currículos das escolas indígenas;

VI - publicar sistematicamente material didático em línguas indígenas e material bilíngue destinados à educação escolar em cada comunidade;

VII - definir as áreas geográficas de jurisdição dos Distritos Indígenas;

VIII - assegurar o desenvolvimento e a implementação de projetos de ensino, aprendizagem e pesquisa, diferenciada e específica para cada comunidade indígena, de acordo com seu universo sócio-linguístico;

IX - nomear os membros dos Conselhos Distritais de que trata o inciso III;

X - promover Conferências Nacionais e regionais de Educação Indígena.

Justificativa

Com a modificação proposta visa-se detalhar a atuação da Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena, por complementar o Substitutivo limitado.



Recebido
Em, 26 de...

26/05/94

PARLAMENTAR

Amorim

Nacional de Educação Escolar Indígena assegurar às comunidades

I - uma educação escolar específica e diferenciada;

II - promover o respeito aos processos educativos e de transmissão próprios das comunidades indígenas;

III - proporcionar conhecimentos necessários para que possam exercer seus interesses em igualdade de condições com quem venham a se relacionar;

Parágrafo único: As escolas destinadas às comunidades indígenas integram o Sistema de ensino da União.

Justificativa

Pretende-se garantir uma educação escolar adequada às necessidades indígenas compreendendo que o seu papel não se restringe ao ensino sistematizado, mas também de contribuir no fortalecimento da identidade do povo e proporcionar maiores condições de igualdade aos indígenas estabelecidas com a sociedade envolvente.



Recebido na Comissão
Em, 26 de maio

26 / 05 / 94

PARLAMENTAR

Assinatura

As instituições podem desenvolver além de p
saúde.

INSTRUÇÕES NO VERSO

Recebido na Comissão
Em, 26 de maio

26 / 05 / 94

PARLAMENTAR

Amorim

INSTRUÇÕES NO VERSO

Art. 121.

O disposto no artigo cuja supressão se propõe

Recebido na Comissão
Em, 26 de maio

26 / 05 / 94

PARLAMENTAR

Frederico

INSTRUÇÕES NO VERSO

Recebido na C
Em, 26 de m

PARLAMENTAR

26 / 05 / 94

Inicou

ASS

Esta é uma competência da Comissão Interseção

INSTRUÇÕES NO VERSO

Recebido na
Em, 26 de ...

26/ 05/ 94

PARLAMENTAR

Mi O V

ASS.

Art. 125 - Os Distritos Sanitários Indígenas serão dirigidos por comitês compostos por representantes das comunidades indígenas, do Ministério da Saúde, do órgão indigenista federal, por profissionais dos respectivos distritos e por representantes de entidades indígenas que atuam nas respectivas áreas dos distritos.

Justificativa

A expressão Conselho Distrital está de acordo com a utilizada no SUS.

Deverá ser garantida nos Conselhos Distritais a participação das comunidades indígenas dos respectivos distritos.

Recebido na C

Em, 26 de maio

PARLAMENTAR

26 / 05 / 94

Incio

Desnecessário em razão do disposto no inciso I.

INSTRUÇÕES NO VERSO

Recebido na
Em, 26 de m

PARLAMENTAR

26 / 05 / 94

Início

155

A palavra é desnecessária, já que se considera rede de relações inter-comunitárias e as relações estabelecidas envolvente por cada comunidade indígena.

INSTRUÇÕES NO VERSO

Recebido na Com
Em, 26 de maio

26/ 05/ 94

PARLAMENTAR

AmOw

A expressão é redundante, considerando o dispo

INSTRUÇÕES NO VERSO

Recebido na
Em, 26 de ...

26/ 05/ 94

PARLAMENTAR

Frei

ASS

Justificativa

Pretende-se garantir a necessária fiscalização dos recursos orçamentários.

INSTRUÇÕES NO VERSO

Recebido na Com
Em, 26 de ma

PARLAMENTAR

26 / 05 / 94

Ass

ASS

recursos humanos específicos para a saúde indígena;

Justificativa

A presente proposição é mais abrangente por
projetos de formação de agentes e técnicos de saúde, m
estratégias e políticas destinadas ao desenvolvimento de recur

INSTRUÇÕES NO VERSO

Recebido na Comissão
Em, 26 de maio

26 / 05 / 94

PARLAMENTAR

Ass. O...

Art. 122 - Será criada, no âmbito do Ministério da Saúde, relativa à área de saúde, composta por representantes representantes indígenas, representantes dos profissionais de antropologia e representantes de entidades da sociedade civil.

§ 1º - Será garantida a representação paritária entre índios e Intersectorial de que trata o *caput* deste artigo.

§ 2º - Quando da análise de projetos de saúde, a comunidade na Comissão através de um representante com direito a voz paridade a que dispõe o parágrafo anterior.

Justificativa

É desnecessário quantificar os representantes Intersectorial, no caso o relevante está no atendimento às diretrizes paridade entre usuários e prestadores de serviço. Daí a paridade entre índios.

Recebido na Comissão
Em, 26 de maio

26 / 05 / 94

PARLAMENTAR

Amor

ASS

INSTRUÇÕES NO VERSO

Justificativa

A complementação proposta justifica-se pelo fato de que os serviços sanitários deverão contar com estrutura administrativa e assessoria técnica. A União.

Recebido

Em, 26 de

26 / 05 / 94

PARLAMENTAR

Amo

155

Justificativa

É nas comunidades indígenas que se dá o s
primário a saúde. E não no interior das terras indígenas.

INSTRUÇÕES NO VERSO

Recebido na
Em, 26 de

26 / 05 / 94

PARLAMENTAR

Amorim

Art. 113 - Para os fins previstos neste Título, serão promovidos e
órgão indigenista federal, as organizações indígenas, entidades
instituições governamentais ou privadas, a fim de assegurar
científico e operacional indispensável à eficiência das ações.

Justificativa

A proposição visa harmonizar a participação
e interessados no esforço sinalizado pelo dispositivo. Com
inadequação de que o suporte técnico, científico e operac
consecução da assistência aos povos indígenas esteja submetido
um único órgão. O caráter colegiado que o entendimento pro
suficiente para atingir-se o objetivo almejado por esta regulament

INSTRUÇÕES NO VERSO

Recebido na

Em, 26 de m

PARLAMENTAR

26 / 05 / 94

Assinatura

ASS

Art. 116 - É assegurado aos povos indígenas atenção integral diferenciada, determinada em função das especificidades éticas e situação sanitária.

Justificativa

A atenção integral a saúde compreende todas as ações de proteção e recuperação da saúde respeitadas as especificidades culturais, atendendo a situação sanitária de cada povo.

O sistema tradicional de saúde de cada povo é reconhecido e garantido no Art. 118 deste capítulo.

Com esta modificação deve-se destacar o fato de que a saúde devida pelo Estado aos povos indígenas não pode ser substituída por ações complementares às práticas de medicina indígena, o que significaria uma obrigação pública. A questão relevante nesta matéria reside no reconhecimento devidos aos sistemas médicos tradicionais e na sua complementação.

Recebido na
Em, 26 de maio

PARLAMENTAR

26 / 05 / 94

Amador

355

JUSTIFICATIVA

INSTRUÇÕES NO VERSO

É desnecessário dispor nesse parágrafo sobre a legitimidade dos índios, suas comunidades e organizações e do Ministério, vez que o Art. 49 trata dessa mesma matéria.

Também é inócuo manter um dispositivo dizendo do direito dos índios e suas comunidades já que essa matéria é regulada pelo Brasil, sendo também aplicável a eles.

Recebido na
Em, 26 de maio

26/05/94

PARLAMENTAR

Amorim

JUSTIFICATIVA

Existe em vários momentos do procedimento administrativo a possibilidade de participação, manifestação e informações por parte de órgãos públicos federais, estaduais e interessados (Art. 63, IV; Art. 63, VI, § 4º; Art. 66, § 1º), bem como o acesso permanente e gratuito a todas as informações relativas ao processo demarcatório (Art. 66) o que torna a audiência pública desnecessária.

Assim, não se está negando ou sequer cerceando o direito de terceiros interessados. Busca-se com a supressão desse inciso o aumento da hostilidade, que já é grande, nas regiões onde há a demarcação.

INSTRUÇÕES NO VERSO

Recebido na
Em, 26 de maio

PARLAMENTAR

26 / 05 / 94

Frederico

ASS

Acrescente-se um inciso ao § 5º do Art. 65 com a seguinte

I - Em até 30 dias após o ato de que trata o § acima, o indigenista federal dará início ao processo licitatório para a demarcação da terra indígena.

JUSTIFICATIVA

O estabelecimento de prazo para o início do processo licitatório se postergue a demarcação da terra indígena como frequente

Recebido na Comissão

Em, 26 de maio

26/05/94

PARLAMENTAR

Assinatura

ASS

Modifique-se o § 4º do art. 63, dando-lhe a seguinte redação:

§ 4º- A equipe técnica poderá convidar, para acompanhar outros técnicos do órgão indigenista federal, de outras instituições privadas, membros da comunidade científica, ou especialistas indígenas envolvida.

JUSTIFICATIVA

O dispositivo não deixava claro de que modo esses outros participantes poderiam integrar a equipe. Desse modo poderia ser considerado como sendo possível à qualquer pessoa que queira acompanhar trabalhos, fazê-lo. Isso poderia levar ao absurdo de se ter um grupo tão grande que, além de incomodar e prejudicar o dia-a-dia da comunidade estudada, inviabilizar também o seu trabalho.

Não se pretende com o proposto cercear o direito à informação, de ser um direito garantido constitucionalmente, o Art. 66 do Constituição prevê o "acesso permanente e gratuito a todas as informações sobre o procedimento demarcatório às comunidades indígenas, às suas autoridades e aos demais interessados."

Recebido na

Em, 26 de maio de 1994

26 / 05 / 94

PARLAMENTAR

Amorim

§ único: O trabalho de identificação será concluído no prazo prorrogável por mais 30 em caso de comprovada necessidade justificativa.

JUSTIFICATIVA

O ilustre Relator preocupou-se em fixar prazos para a realização dos atos no procedimento administrativo para demarcação das terras, inclusive a possibilidade de se recorrer à via judicial caso haja necessidade de realização dos mencionados atos. No entanto, deixou de fixar prazo para conclusão dos trabalhos da equipe técnica.

Sem dúvida, a fixação desse prazo significa uma garantia para as comunidades indígenas de que não assistirão à postergação dos trabalhos da equipe técnica.

Ademais, a consumação da postergação é mais facilmente verificada com a existência de um prazo.



Recebido na Comissão
Em, 26 de maio

26 / 05 / 94

PARLAMENTAR

Amorim

ASSINATURA

Art. 50

§ 2º - Sem prejuízo da ação penal cabível, os bens apreendidos em condições do inciso III deste artigo, uma vez aplicada a pena o vendidos em hasta pública, e o produto da venda será depositado específica da comunidade indígena prejudicada.

JUSTIFICATIVA

Do modo como fora proposto pelo ilustre Relator o produto dos bens apreendidos seriam depositados em conta do órgão indigenista para ser aplicado em benefício de qualquer comunidade indígena, podendo ser aplicado em benefício da comunidade que fora prejudicada.

Assim, com a emenda sugerida supera-se esse equívoco, dando à comunidade prejudicada possibilidade de utilização desses recursos.

Recebido na Comissão
Em, 26 de maio

26 / 05 / 94

PARLAMENTAR

Amorim

ASSINATURA

O *caput* do referido artigo não confere às sociedades in processual ativa reservando a elas somente a possibilidade de passivo da relação processual.

Ademais, o art. 8º desse projeto de lei reconhece pers apenas às comunidades indígenas.

Desse modo é suficiente que apenas às comunidades f passivo da relação processual.

Recebido
Em, 26 de

26 / 05 / 94

PARLAMENTAR

Inc. ON

ASS.

Dá-se ao § 1º, Art. 66 a seguinte redação:

§ 1º - Os órgãos públicos federais, estaduais e municipais de sua competência, e às entidades civis e demais interessadas prestar, perante a equipe técnica, informações sobre a terra em estudo, no prazo de 60 dias contados a partir da publicação da referida equipe, que serão analisadas de maneira circunstanciada e técnica.

JUSTIFICATIVA

Para que se garanta que o laudo técnico contemple todas as informações prestadas à equipe afastando com isso qualquer dúvida quanto

CÂMARA
COM

Recebido na Com

Em, 26 de maio

26 / 05 / 94

PARLAMENTAR

Luiz

Com esse dispositivo se alterará um princípio geral de d a teoria da responsabilidade, que é aquele que impõem a quem outrem o dever de o reparar. É o que reza o Art. 159 do Código *por ação ou omissão voluntária, negligência, ou imprudência, causar prejuízo a outrem, fica obrigado a reparar o dano*".

Possui, ainda, este dispositivo, um agravante. Em se tra de dano de outrem pela União esta, obviamente, o fará dispon Como justificar que a União disponha do dinheiro público para n não deu causa?

Recebido

Em, 26 de ..26 / 05 / 94

PARLAMENTAR

Luciano

Distritos de Educação Escolar Indígenas e dos Distritos Especializados em Saúde.

Parágrafo único - Fica assegurada a colaboração da União, do Estado e do Município no estabelecimento da transição das escolas e dos atendimentos nos respectivos sistemas da União.

Justificativa

Pretende-se com este dispositivo de caráter transitório a passagem de sistemas que estão sendo atendidos pela União para a federação para, ao garantir sua provisória manutenção, evitar a interrupção da continuidade.

Recebido na Comissão
Em 26 de maio

26 5 / 94

PARLAMENTAR

Art. 95 - Não se aplicará o direito o trata o artigo 11, letra "a", do Decreto-Lei fevereiro de 1967 (Código de Mineração), aos pesquisa incidentes em terras indígenas prot Departamento Nacional da Produção Mineral at cia desta lei.

Parágrafo único - Os requerimentos a deste artigo serão indeferidos de plano pelo mento Nacional da Produção Mineral.

JUSTIFICATIVA

Não havia base legal que amparasse os colados no Departamento Nacional de Produção gência da Constituição Federal de 1988; tão desta carta Magna.

Em não havendo base legal tais requer deferidos pelos DNPM.

Recebido na Ccmis

Em, 26 de maio

PARLAMENTAR

26 / 5 / 94

ria, a sistemática a ser adotada pela equi
da identificação e delimitação das terras
te ocupadas.

JUSTIFICAÇÃO:

O detalhamento necessário das normas t
ger a identificação e delimitação das terr
padas pelos índios deve ser realizado por
encarregado de promover e coordenar os tra
tamento pertinentes.

Recebido

Em, 26 de maio de

26 / 5 / 94

DATA

PARLAMENTAR

cumprimento das normas estabelecidas
órgão indigenista federal, r
disposto no § 2º do Art. 3º d

J U S T I F I C A T I V A:

A presença de terceiros em
sido alvo de preocupação do Congresso Naci
mentos ligados a segurança Nacional do Est
salto que alguns setores, que desenvolvem
o órgão indigenista federal, terão sérias
procedimentos legais adotados, em função d
indígena sem o acompanhamento proposto. A
de Relações Exteriores - Departamento de M
tamento de Imigração. Ministério da Justiç
Permanência de Estrangeiro. Ministério da
Conselho de Desenvolvimento Científico e T
ses setores, têm normas atreladas a um pos
indigenista federal, as questões afetas a
ante emissão de parecer favorável. A consu
quanto ao ingresso em áreas indígenas é pro
e a autorização emitida pelo órgão é uma pr
próprios índios.

Na proposta de Lei referente
tritos os mecanismos do órgão indigenista f
respeito ao acompanhamento de ingresso de t
indígenas que a rigor, são terras da União,
de medidas normatizadoras do órgão indigeni

Recebido na Comissão Especial

Em 26 de maio de 1994

INSTRUÇÕES NO VERSO

26 15 94
DATA

PARLAMENTAR

Art. 67 - Simultaneamente ao procedimento administrativo, o órgão fundiário federal promoverá o reassentamento dos ocupantes não-índios localizados nas terras indígenas, cabendo à União Federal indenizar as benfeitorias realizadas pelos ocupantes de boa-fé, nos termos do § 6º do Art. 6º da Constituição Federal.

JUSTIFICAÇÃO:

O momento adequado para o reassentamento dos ocupantes não-índios incidentes em terra indígena não deve ser condicionado à concomitância da demarcação física das terras indígenas, que, embora louvável, quase nunca se realiza. Tornada obrigatória inviabilizaria ou retardaria a demarcação de diversas terras indígenas. A exigência de superar este possível embargo através da realização de estudos e circunstâncias para o reassentamento dos ocupantes não-índios é uma atribuição do órgão fundiário federal.

Recebido na Comissão
Em, 26 de maio

PARLAMENTAR

26 / 5 / 94

DATA

Art. 64 - (...)

I - um ou mais técnicos agrícolas ou do órgão indigenista federal;

II- um ou mais técnicos agrícolas ou órgão fundiário federal ou estadual, encarregado de levantamento circunstanciado, informações a respeito da qualidade das posses dos ocupantes não-indígenas e da utilização econômica da área, obedecendo às normas técnicas de levantamento do órgão indigenista federal;

JUSTIFICAÇÃO:

A modificação proposta visa explicitar a necessidade de técnicos e engenheiros responsáveis pelo levantamento, já omissão no texto da lei poderia levar à ineficiência das equipes inabilitadas para este gênero de trabalho.

Recebido na Comissão

Em, 26 de maio

PARLAMENTAR

26/5/94

ATA

INSTRUÇÕES NO VERSO

Incluir, onde couber, artigo com
órgão federal indigenista promoverá o acom
dos programas, projetos e ações voltados p
comunidades indígenas."

JUSTIFICATIVA:

A União, através do órgão federa
mover o acompanhamento e avaliação das ins
tais e não governamentais com o fim de gar
dígenas os direitos constitucionais de pre
ras, línguas, processos próprios de transm

Recebido na C
Em, 30 de m

26 / 05 / 94

DATA

PARLAMENTAR

INSTRUÇÕES NO VERSO

JUSTIFICATIVA:

Os artigos 136, 137 e 138 tratam um modelo pré-estabelecido de administração sociedades indígenas. Por se tratar de um administrativa é mais apropriado que sua definição Poder Executivo. Some-se a isso a necessidade são por parte das instituições ligadas à qual ao modelo a ser adotado, tendo em vista as cultura indígena.

Recebido na
Em, 30 de

26 / 05 / 94
DATA

PARLAMENTAR

JUSTIFICATIVA

Os artigos 136, 137 e 138 tratam de um modelo pré-estabelecido de administração das sociedades indígenas. Por se tratar de uma administração é mais apropriado que sua definição do Poder Executivo. Some-se a isso a necessidade de discussão por parte das instituições ligadas à adoção do modelo a ser adotado, tendo em vista a realidade da escola indígena.

INSTRUÇÕES NO VERSO

Recebido na Comissão

Em, 30 de maio

PARLAMENTAR

26 05 / 94

DATA

Suprimir o Art. 135.

JUSTIFICATIVA:

O assunto não deve ser tratado de lei, já que não diz respeito aos princípios indígenas. Trata-se, na verdade, de uma questão sendo, portanto, a definição de seus aspectos ao Poder Executivo. É mais apropriado que veja apenas a existência de uma Comissão Intermissões Setoriais de Assistência à Saúde, e Apoio às Atividades Produtivas, sem estabelecer organização ou funcionamento das mesmas.

INSTRUÇÕES NO VERSO

Recebido na Co

Em, 30 de maio

26 / 05 / 94

DATA

PARLAMENTAR

JUSTIFICATIVA:

O assunto não deve ser tratado de lei, já que não diz respeito aos princípios indígena. Trata-se, na verdade, de uma questão bendo, portanto, a definição de seus aspectos Poder Executivo. É mais apropriado que o projeto apenas a existência de uma Comissão Intermissoes Setoriais de Assistência à Saúde, E Apoio Às Atividades Produtivas, sem estabelecimento ou funcionamento das mesmas.

INSTRUÇÕES NO VERSO

Recebido na
Em, 30 de 7

26 / 05 / 94

DATA

PARLAMENTAR

No inciso II do art. 133, substituições sócio-culturais da língua indígena" práticas sócio-culturais, a língua indígena

JUSTIFICATIVA:

Não se trata de "fortalecer as práticas da língua indígena", mas fortalecer as práticas das línguas indígenas.

Recebido n

Em, 30 de

26 / 05 / 94

DATA

PARLAMENTAR

II - um técnico em cartografia do órgão
a quem caberá a elaboração do memorial descritivo
com seus limites;

JUSTIFICAÇÃO:

A modificação proposta visa suprimir a
indicação de técnico não especificado do órgão
na composição da equipe técnica, cuja presença é
garantida no § 4º do mesmo artigo.

INSTRUÇÕES NO VERSO

Recebido na C

Em, 30 de maio

25 / 05 / 94

ATA

PARA VENTAR

meo

Art. 50 - (...)

I - Interditar, por prazo determinado, indígenas para resguardo do território e física e cultural das comunidades que o ocupam.

Art. 52 - Constatada a existência de indígenas isoladas, o órgão indigenista federação das terras onde se encontrem até que se conclua dos estudos e levantamentos previstos na lei.

Parágrafo Único - Sociedades ou comunidades são as que raras ou acidentalmente entram em contato com a sociedade envolvente.

JUSTIFICAÇÃO:

A interdição de terras indígenas, seja de índios isolados, deve ser realizada pelo órgão pois a ele cabe diretamente a responsabilidade dos territórios e comunidades indígenas frente a sua integridade física e cultural. No entanto, a interdição se realiza como recurso à lei, uma vez que a execução dos estudos e levantamentos para a identificação e delimitação das terras atualmente ocupadas somente se torna possível após a conclusão com a sociedade envolvente. A modificação no Art. 52 visa precisar a definição proposta.

Recebido na Comissão Especial
Em, 30 de maio de 1974

25 / 05 / 94

DATA

PARA VOTAR

Amorim

Art. 102 - "O aproveitamento das
restais para exploração madeireira em terra
rá ser realizado através do manejo florestal
to sustentado, por empreendimentos integral-
mentados por comunidades indígenas, nas re-
pam, ou por suas organizações, desde que at-
dições:

I - estar a terra indígena co-
declarados e livre de turbação.

II - Realização de prévio zone-
da terra indígena, especificando a parte a-
as áreas por eles habitadas em caráter perm-
is à preservação dos recursos naturais nece-

III - Apresentação de laudo ant-
as áreas necessárias à reprodução física e
dígena segundo seus usos, costumes e tradiç-
econômicas e culturais, as medidas para seu
ção ou afastamento de efeitos negativos, em
to no inciso II.

IV - Limitação da área objeto
20% do total da Terra Indígena, segundo as
nos inciso II e III, respeitada legislação

V - Elaboração e fiel cumprimento
do Plano Florestal que contemple:

Recebido na
Em, 30 de m

25 / 05 / 94

DATA

PARLAMENTAR

Ass. O

a produção sustentada;

d) definição de sistemas silv

e) definição da técnica de ex

danos sobre a floresta residual;

f) especificação dos objetivos, técnicas e econômicas do manejo;

g) caracterização do meio físico e econômico;

h) realização de inventário,

i) apresentação de estudo de

j) apresentação de índice de

k) apresentação de modelo de

e análise dos tratamentos silviculturais ap

l) análise e proposta de mini
tivos;

m) apresentação do Plano de A

VI - apresentação do plano de
micro-zoneamento da área de exploração que

a) inventário;

b) número e localização das á

c) dimensionamento real do vo

d) configuração do volume;

e) natureza do solo;

f) planimetria;

g) planificação de vias de ac

25 / 05 / 94

DA

PARLAMENTAR

Amorim

mente por comissão formada por representantes
Federal e de Proteção Ambiental da União, c
to.

VIII - Fiscalização regular e pe
Plano de Manejo de Exploração por ação conj
ta federal e de Proteção Ambiental da União

IX - Anotação de responsabilid
do responsável pela elaboração e execução d
veitamento e Exploração.

X - Utilização dos recursos o
dos produtos florestais explorados, em proj
a comunidade indígena ocupante da área.

§ 1º - As atividades de que t
prometerão a existência e utilização futura
bem como as demais atividades produtivas de
dades indígenas.

§ 2º - O zoneamento previsto
ter informações sobre a estratificação vege
dos, solo, topografia, rede viária, área a
das unidades amostrais e outras informações

§ 3º - O descumprimento do Pl
de Exploração previsto nos incisos V e VI implica
empreendimento, por ato administrativo ou j
responsabilidade civil e criminal pelos dan

25 / 05 / 94

AK

PARLAMENTAR

Antônio

quer tempo, a realização de perícias para as condições estabelecidas para as atividades

§ 6º - Os órgãos públicos e s
veis pela fiscalização do que trata o incis
e criminalmente em caso de omissão.

§ 7º - Os representantes de o
indígenas responsáveis pelos empreendimento
responderão pelo cumprimento do disposto no
sarcir a comunidade indígena em caso de dan
correntes.

§ 8º - Caso se verifique a qu
finalidade na utilização dos recursos proven
ção dos produtos Florestais, o Órgão Indigen
membro da comunidade poderá representar ao M
ral para que este adote as providências judi
disposto no parágrafo anterior.

§ 9º - Não se aplica o previst
ção de madeira para consumo próprio.

Art. 103 - O aproveitamento co
plantadas, não vinculadas à Reposição Flores
estará sujeito aos procedimentos estabelecid
ção Ambiental da União para todo Território

Art. 104 - A comercialização d
existente em áreas indígenas, estará condici

PARLAMENTAR

25 /05 / 94

DA

Amorim

§ 1º Comprovada em perícia, a de indígena em atos intencionais que resultem em madeira, esta deverá ser leiloadada em hasta pública e os recursos revertidos aos cofres públicos.

§ 2º - Os casos que não se enquadrarem no disposto no parágrafo anterior, terão sua comercialização sujeita às normas estabelecidas pelo Órgão de Proteção Ambiental.

§ 3º - Os recursos provenientes da exploração de madeira desvitalizada, deverão ser revertidos para a comunidade, através de um plano de aplicação.

§ 4º - O plano de aplicação aprovado no parágrafo anterior, deverá ser acompanhado pelo Órgão de Proteção Ambiental.

JUSTIFICATIVA

Apresentar-se uma nova proposta de alteração da Lei nº 6.664/79, com o seguinte conteúdo:

1) Melhorar a redação referente aos procedimentos e condições para a exploração de madeira em áreas indígenas;

2) adequar conceitos objetivos da Lei e seu fiel cumprimento;

3) permitir uma maior participação da comunidade indígena, uma vez que é de sua responsabilidade a defesa do Patrimônio Indígena ;

25 / 05 / 94

ATA

PARLAMENTAR

Frederico

indígenas;

5) incluir a questão referente à área indígena, a fim de adequar-se à realidade das regiões do Sul do País.

INSTRUÇÕES NO VERSO

25 / 05 / 94

DATA

PARLAMENTAR

trio

INSTRUÇÕES NO VERSO

pazo de 60 (sessenta) dias, a propor regul
lícia e os procedimentos de aplicação de pe
go sem prejuízos do disposto nos incisos e

JUSTIFICATIVA

§ 3º - Apesar do exercício do
previsto no inciso 7, art. 1º da Lei 5.371,
desde Dez/1967, esse nunca foi regulamentad

Assim é necessário a definição
regulamentação por se tratar de instrumento
da defesa das Comunidades Indígenas e seu P

Além disso, o exercício do po
gulamentação, exige o detalhamento de proced
ser efetuados nesta Lei e sim em um instrume
esse fim, sem prejuízo do disposto nos incisi
riores.

Recebido na Co

Em, 30 de me

25 / 05 / 94

DATA

PARLAMENTAR

Ass. O

Art. 50 - "Compete ao Federal exercer o poder de polícia, dentro Terras Indígenas, na defesa e proteção dos índes, terras e patrimônio, podendo:"

JUSTIFICATIVA

Caput - A redação, tal q não deixa claro a caracterização sobre o que se dispõe nos incisos e parágrafos.

Além disso, faz-se necessá das comunidades indígenas e seu patrimônio, pelo poder público, definido em lei.

Recebido na Comissão

Em, 30 de maio

25 / 05 / 94

PARLAMENTAR

M. O. N. A.

INSTRUÇÕES NO VERSO

IV - (reordenamento)

(...)

3º - (reordenamento)

Art. 64 - (...)

III - um técnico indicado pelo Govern
da comunidade indígena, ou um por Estado se
de uma unidade da Federação.

Parágrafo Único - Na falta de indicaç
nos incisos II e III no prazo de 30 dias ap
indigenista federal, o mesmo poderá complem
cos a seu critério.

JUSTIFICAÇÃO:

A Constituição Federal de 1988 consid
XI, as terras tradicionalmente ocupadas pel
União, cabendo expressamente a ela, pelo ca
sua demarcação. Os trabalhos de identificaç
ras tradicionalmente ocupadas orientam-se p
nidos no § 1º do art. 231, e não podem, por
considerações políticas a que inevitavelmen
na equipe técnica responsável pela sua exec
governos estaduais, muitas vezes compromet
cos locais anti-indígenas.

Por outro lado, a participação de téc
verno estadual na fase do levantamento fund
informações sobre a dimensão e qualidade da

Recebido na Comissão Especial

Em 30 de maio de 1994

25 / 05 / 94

DATA

PARLAMENTAR

Ass. IV

INSTRUÇÕES NO VERSO

político e jurídico.

Concomitantemente sugere-se a transformação em Parágrafo Único do art. 64, evitando que seja emperrado pela falta de indicação dos seus incisos.

PARLAMENTAR

25 / 05 / 94
DATA

Inc

comunidade indígena afetada, o Poder Executivo temporariamente, os trabalhos de pesquisa ou Ministério Público Federal analise o encaminhamento Nacional, pelo cancelamento da autorização.

Parágrafo 1º - O cancelamento pelo Congresso Nacional assegurará à comunidade indígena a indenização, pela empresa mineradora, de danos decorrentes ao seu Meio Ambiente, nos termos do 2º do artigo 91.

JUSTIFICATIVA

A atividade minerária existente em áreas indígenas constitui tradição de exploração em áreas indígenas. Por isso, as comunidades indígenas tornar-se-ão mais vulneráveis. Nesse contexto, é provável que ocorram danos nos estudos preliminares. Assim, se isso acontecer, a atividade minerária deverá ser imediatamente suspensa, para garantir a sobrevivência das comunidades. A indenização, nesse caso, se destina à recuperação de danos ambientais indígenas.



25 / 05 / 94

ATA

PARLAMENTAR

de 90 dias após aprovação desta Lei, normas transferência às comunidades ou sociedades i trata o inciso II do art. 13."

JUSTIFICATIVA

Todos os bens móveis e imóveis "Renda do Patrimônio Indígena", por força da trados pelo órgão indigenista oficial, que a lados e atualizados permanentemente, com inv trimônio da FUNAI, e submetido anualmente às externas (AUD/FUNAI, SICET, TCU).

O dispositivo ora sugerido vis transferência dos bens em questão, responsab gos administradores, evitando assim, prejuíz na.

Recebido na Comis
Em, 30 de maio

25/05/94

ATA

PARLAMENTAR

"O Órgão Indigenista Federal, que trata o Inciso I do art. 13, podendo admissíveis ao Inciso II do mesmo artigo, por existência ou sociedade indígena interessada, e terá o arrolamento dos bens permanentemente à fiscalização rigorosa de sua gestão, mediante externo."

JUSTIFICATIVA

As modificações propostas virão de controle sobre os bens móveis e imóveis formando efetiva a responsabilidade dos seus do a cargo do Órgão Indigenista Oficial e s

Recebido na Com.
Em, 30 de maio

PARLAMENTAR

25 / 05 / 94

ATA

INSTRUÇÕES NO VERSO

JUSTIFICATIVA

A expressão " enquanto não for limites", não satisfaz à condição de que as ser demarcadas para submeterem-se ao process

Recebido na Co
Em, 30 de m

25/ 05 / 94

DATA

PARLAMENTAR

INSTRUÇÕES NO VERSO

... de licença, anteriores a esta Lei, que
em terras indígenas, serão arquivadas por do
Órgão Federal de gestão dos Recursos Minera

JUSTIFICATIVA

É de extrema irresponsabilidade
Federal, permitir que empresas mineradoras a
gena sem o total cumprimento do estabelecido
total extermínio físico e cultural das popul
vem nessas áreas. Tal afirmação reside no fa
95,96 3 97 não obrigam aqueles que têm reque
tes da constituição de 1988, a cumprirem tod
tas nesta Lei. Tal questão é reforçada també
possível quantificar o número de requeriment
dentes em áreas indígenas.

Recebido na Co

Em, 30 de m

PARLAMENTAR

25 / 05 / 94

DATA

INSTRUÇÕES NO VERSO

de de que trata o artigo 11, letra "a" do C

JUSTIFICATIVA

As áreas indígenas devem ter pro
às suas especificidades. Por conseguinte, o
de Mineração, referente ao direito de prior
a essas localidades. Além disso, a atividade
serida no universo indígena a partir da prom
tuição, em 1988, enquanto o Código de minera
sa data.

Recebido na
Em, 30 de

25 / 05 / 94

DATA

PARLAMENTAR

JUSTIFICATIVA

Tal expressssão é desnecessária
a comunidade terá autorizado previamente o 1
básico.

INSTRUÇÕES NO VERSO

Recebido na
Em, 30 de m

25/ 05/ 94

DATA

PARLAMENTAR

Deve-se garantir aos índios o
o que eles pretendem em relação à sua
que o mapeamento geológico tende a induzir o
mineral.

INSTRUÇÕES NO VERSO



Recebido na C

Em, 30 de m

25 / 05 / 94

DATA

PARLAMENTAR

A previsão de prejuízos devem
nilha de custo / benefício do empreendimento
arcar com tal ônus.

INSTRUÇÕES NO VERSO

Recebido na Co
Em, 30 de ...

PARLAMENTAR

25 / 05 / 94

DATA

Substituir no Art. 140: "independen
so ..." por "mediante processo específico

JUSTIFICATIVA:

É importante garantir e estimular
ensino de 3º Grau, entretanto, devem ser e
para esse acesso, ainda que sejam diferenci

INSTRUÇÕES NO VERSO

Recebido na Comissão
Em, 30 de maio

25 / 05 / 94

DATA

PARLAMENTAR

Maria B.

ter programas de formação de recursos humanos
sibilitando a condução pedagógica da educação
próprias comunidades indígenas, preferencialmente
mação de professores índios".

JUSTIFICATIVA:

A redação proposta deixa mais clara
com esse inciso, isto é, estabelecer um vínculo
do professor índio e a condução do processo
nas indígenas.

Recebido na C
Em, 30 de maio

25 / 05 / 94

DATA

PARLAMENTO

Maria B.

ção: "Será criado no quadro de magistério professor Indígena".

JUSTIFICATIVA:

A especificidade da educação escolar requer a participação de professores da própria sociedade, para que o ensino possa atender o disposto no §

Recebido na Comissão
Em, 30 de maio

25 / 05 / 94

DATA

PARLAMENTAR

Maria B.

Incluir, onde couber, artigo com órgão federal indigenista promoverá o acompanhamento dos programas, projetos e ações voltados para comunidades indígenas."

JUSTIFICATIVA:

Garantir o acompanhamento e avaliativo indigenista, dos programas, projetos e ações dos organismos governamentais e não-governamentais e sociedades indígenas.

Recebido na Comissão
Em, 30 de maio

25 / 05 / 94
DATA

PARLAMENTAR

Maria B. F.

INSTRUÇÕES NO VERSO

No artigo 12º substituir: "e observadas as normas desta Lei", por: "..., e observadas as normas em vigor em terras indígenas".

JUSTIFICATIVA:

Existem outras normas regulamentadoras indígenas.

Recebido na Ccm
Em, 30 de mai

25/ 05/ 94
DATA

PARLAMENTAR

Maria B F

Art. 6º - (...)

I - Sociedade indígena, a coletividade que
tificada de forma diferenciada da soci-
tude de seus vínculos históricos com p-
nas.

JUSTIFICAÇÃO:

Aprimora o conceito de sociedade indíg-
to antropológico contemporâneo, eliminando a
à noção biológica de descendência, apresenta-
ção consensualmente usada pela moderna etn-
leira.

Recebido na Co
Em, 30 de mar

25/ 05/ 94

DATA

PARENTAL

Maria B

INSTRUÇÕES NO VERSO

ção escolar" e acrescentar ao final do artigo
contexto sócio-linguístico".

JUSTIFICATIVA:

Nem todas as sociedades indígenas
aquelas que são monolíngües e as multilíngües
dar ênfase ao contexto sócio-linguístico des
derando-se que é a partir dele que se define
priada à alfabetização e demais etapas da esc

Recebido na C
Em, 30 de m

25 / 05 / 94
DATA

PARLAMENTAR

Maria B. V.

Incluir no título VIII artigo com
União promoverá pesquisa científica sobre o
des ou comunidades, em todos os campos do c
mente o inventário e registro do saber, tec
genas, de modo a garantir suporte técnico-c
à ação indigenista.

JUSTIFICATIVA:

A grande diversidade das populações
tes no país não permite a adoção de uma pol
ção genérica válida para todo o território
prescindível o estudo científico dos aspect
da situação de contato destas sociedades, a
metros mais adequados para as relações do E
ções.

Recebido na Com
Em, 30 de maio

25 / 05 / 94
DATA

PARLAMENTAR

Maria B.

Incluir, no capítulo I do Título
fo único, com a seguinte redação: "Criação de uma Comissão Interministerial no âmbito da Justiça, com a participação dos órgãos governamentais e de representantes da sociedade civil e organizações com a finalidade de definir diretrizes e guidelines das ações de governo na proteção e assistência às comunidades indígenas. Parágrafo único - Serão criadas comissões de saúde, de educação escolar e de apoio às comunidades indígenas com finalidade de definir diretrizes e ações de ação para cada uma destas áreas, nas comunidades indígenas."

JUSTIFICATIVA:

Uma vez que as ações voltadas à proteção dos índios e suas sociedades ou comunidades indígenas é da iniciativa de um conjunto de órgãos governamentais, é necessário que o Estatuto das Sociedades Indígenas estabeleça instâncias colegiadas para garantir o estabelecimento das diretrizes e a articulação destas ações de governo.

Recebido na Comissão
Em, 30 de maio

25 / 05 / 94

DATA

PARLAMENTAR

Maria J. B.

redação: "As ações de assistência aos índios
educação e apoio às atividades produtivas da
tação e acompanhamento antropológico."

JUSTIFICATIVA:

O conhecimento sobre o modo de vida
comunidade indígena, à luz da ciência antro
orientar as ações de assistência às comunid
tando erros cometidos até então. Garante o
do Art. 231 da Constituição Federal.

Recebido na C
Em, 30 de m

25 / 05 / 94
DATA

PARLAMENTAR

Maria F
AS

Acrescentar novo artigo, ao final do Capítulo III ("D
consequência, alterar o artigo 32 e suprimir o § 2º do artigo 32.

Novo artigo a ser acrescentado, após o artigo 40

Art. - Fica criado o Conselho Nacional de Direito A
fiscalização, consulta e assistência, no que diz respeito
comunidades, sociedades e indivíduos indígenas, com as seguintes

I - determinar, orientar, coordenar e fiscalizar o cum
contidas neste Capítulo;

II - por solicitação dos titulares de direitos autorais
representação, exibição, execução, transmissão ou utilização
comunicação ao público, de obras indígenas, sem a respectiva a
exigida por disposições deste Capítulo;

III - impedir a destruição, danificação ou deturpação d
evitar prejuízos culturais, morais ou patrimoniais, tanto coletivos

IV - estabelecer normas que regulamentem o sistema d
distribuição dos direitos autorais das comunidades, sociedades e

V - funcionar, como árbitro, em questões que versem s
autores, intérpretes ou executantes;

VI - manifestar-se sobre a conveniência da alteraç
proteção de direitos autorais indígenas, na ordem interna ou inter
problemas a elas concernentes;

Recebido na Comissão
Em, 30 de maio

PARLAMENTAR

26 / 05 / 94

as normas que estabelecer, vedada, porém, a sua utilização ou de manutenção do próprio Conselho;

VIII - manter serviço permanente de orientação, comunidades, sociedades e indivíduos indígenas sobre as no direitos autorais;

IX - desenvolver outras atividades úteis ou necessárias atribuições ou que lhe sejam atribuídas por ato do Poder Execu

Parágrafo único - Sem prejuízo das atribuições do C Autoral Indígena previstas neste artigo, as comunidades e soci direitos autorais poderão praticar todos os atos necessários à de de seus direitos autorais.

Art. - Ao Conselho Nacional de Direito Autoral Indígena comunidades e sociedades indígenas e aos índios, recebe decorrência da utilização de obras indígenas, e repassá-las int respectivos direitos.

§ 1º - Quando se tratar de obras indígenas cuja autor uma comunidade ou sociedade indígena determinada, os re Fundo de Direito Autoral Indígena.

§ 2º - Além dos recursos previstos no parágrafo anterior de Direito Autoral Indígena o produto das multas impostas p Direito Autoral Indígena, doações de pessoas físicas ou jurídicas e recursos oriundos de outras fontes.

representantes de organizações indígenas, um representante índios, um representante do órgão indigenista federal, um Público Federal e um representante da Associação Brasileira

Art. - O Poder Executivo, mediante decreto, estabelecerá, no partir da entrada em vigor desta lei, as normas e condições funcionamento do Conselho Nacional de Direito Autoral Indígena

- Alterar o artigo 32, substituindo a expressão "competentes" por "no Conselho Nacional de Direito Autoral Indígena"

- Suprimir o § 2º do artigo 32

JUSTIFICATIVA

O Conselho Nacional de Direito Autoral foi extinto pelo Decreto Administrativo do governo Collor, sendo, portanto, necessária a criação feita ao mesmo no § 2º do artigo 32, por ser descabida.

Na ausência deste, inexistem instâncias definidoras dos direitos autorais indígenas de que trata este Capítulo, bem como decorrentes. Torna-se, assim, indispensável a criação de um órgão para garantir a efetividade destes direitos e fiscalizar as formas de proteção. O Conselho Nacional de Direito Autoral Indígena, cuja criação pelo presente artigo, supre esta lacuna, e deve ser o órgão específico responsável pelos direitos indígenas, razão pela qual se propõe a alteração do art. 32, bem como a supressão do § 2º deste artigo, que se torna desnecessária.

PARLAMENTAR

26 / 05 / 94

redação:

Incluir novo § 1º no art. 89, renumerando-se

"§ 1º - A concessão de lavra estará condicionada ao estudo de impacto ambiental e à apresentação deste em audiência pública pelo órgão federal de proteção ambiental".

JUSTIFICATIVA:

Não havendo previsão de autorização do Congresso Nacional para lavra mineral em terras indígenas, torna-se indispensável a real legislação ambiental, não se aplica a todas as situações. Da legislação pública do RIMA, facultativa nos termos daquela legislação, em casos, dada a gravidade particular dos impactos ambientais previstos e as suas implicações antropológicas.

Recebido na Comissão
Em, 30 de maio

PARLAMENTAR

26 / 05 / 94

- Alterar o artigo 36, substituindo a expressão "aos direitos autorais previstas neste Capítulo" por "excepcionar o art.39". Consequentemente, suprimir a atual redação do § 1º pelos seguintes termos:

- " Art. 36 -

§ 1º - As comunidades e sociedades indígenas, sob a assessoria do Ministério Público Federal e do órgão indigenista, têm direito de seus direitos autorais e situações de seu interesse. "

JUSTIFICATIVA

- Deve-se deixar claro que são as modalidades de obras indígenas previstas no art. 39 que estão excepcionadas da autorização das comunidades e sociedades indígenas. Exigir o que está previsto no art.39, significaria restringir atividades de pesquisa cultural em prejuízo dos próprios índios. A redação atual possui o mesmo sentido e a abrangência da exceção.

Além disso, como se está prevendo uma autorização pelas comunidades ou sociedades indígenas autoras, e cuja remuneração devem ser tomada por estas e não pelo Ministério, mais adequado reservar às comunidades a possibilidade, a seu critério, de assessoria desta instituição, e não impor uma assistência obrigatória.



Recebido na Comissão
Em, 30 de maio

PARLAMENTAR

26 / 05 / 94

Substituir, no § 2º do art. 84, a expressão "p
definitivo das licenças das referidas empresas para o exercício
em todo o território nacional" por

"os declarará inabilitados para o exercício
minerárias em terras indígenas".

JUSTIFICATIVA:

É excessiva a extensão para todo o território nac
neste parágrafo, sendo mais adequada a sua aplicação quanto
disso, pode-se dar redação simplificada ao dispositivo, sem vinv
da "licença" para o exercício de atividades minerárias, já
Congresso Nacional projeto de lei que prevê a sua supressão no

Recebido na Com

Em, 30 de ma

PARLAMENTAR

26 / 05 / 94

Substituir, no inciso I do art. 6º, a expressão "conjunto da sociedade por descenderem ...", por:

" ... no conjunto da sociedade por se cons

JUSTIFICATIVA:

As sociedades indígenas são partes da sociedade que pertencem dentro dela e não dela própria. Assim, a expressão "conjunto da sociedade" é mais apropriada que "do conjunto da sociedade" de auto identificação é o único adequado para se aferir pois o critério biológico não é verificável porque não há base acumulada sobre as populações pré-colombianas para estabelecer uma identidade em relação a sociedades indígenas que sofreram

Recebido na Comissão
Em, 30 de maio

26 / 05 / 94

PARLAMENTAR

Suprimir do inciso I do art. 63 a expressão
incluindo-se neste artigo um novo parágrafo primeiro,
com a seguinte redação:

"§ 1º - O ato do órgão indigenista federal
trabalho a que se refere este artigo designará o seu
bros previstos nos incisos I e II:"

JUSTIFICATIVA:

Em muitos casos poderá ser conveniente q
de trabalho encarregado da identificação de terra indí
representante do órgão indigenista previsto no inciso
deve ser obrigatoriamente do antropólogo indicado pela
por das condições de articulação com outros órgãos e i
volvidas.

Recebido na Comi
Em, 30 de mai

PARLAMENTAR

26 / 05 / 94

substituir, no § 3º do art. 63, a expressão
" nos incisos I e IV".

JUSTIFICATIVA:

O prazo estabelecido no § 3º do art. 63 de de se dar prosseguimento aos procedimentos demarcar a indicação de representante do governo local para encarregado da identificação de terra indígena. No entanto, vê a indicação pela ABA de outro componente, devendo ser, da mesma forma, assegurar-se a continuidade dos trabalhos indigenista.

Recebido na Comissão
Em, 30 de maio

PARLAMENTAR

26 / 05 / 94

entre si e do conjunto da sociedade por descenderem d
" ... indentificam como tais em decorr
tóricos com ...".

JUSTIFICATIVA:

A auto identificação de uma sociedade
da sua organização social, usos, costumes e tradições
lações internas comuns. Basta, portanto, que elas se i
pelos vínculos históricos que guardam com populações p
los históricos são verificáveis através de laudo antro
de descendência sô poderiam ser comprovadas por critêr
gicos não verificáveis cientificamente para este fim.

Recebi o ...
Em, 30 de ma

26 / 05 / 94

PARLAMENTAR

JUSTIFICATIVA:

Há muitos problemas em relação aos nomes indígenas, sendo que, na maioria dos casos não se trata de autratar-se inclusive de designação genérica, atribuída a comunidade identificam como integrantes de uma mesma sociedade. Não é o questão dos nomes das sociedades indígenas entre seus direito gerar situações indevidas de cerceamento a obras de terceiros mesmos.

Recebido na Comissão Espe
Em, 30 de maio de

26 / 05 / 94

PARLAMENTAR

ASSINAT

demaís:

"Art. - O presidente do órgão indigenista normatizando os trabalhos referentes à demarcações.

§ único - Conluídos os trabalhos de campo, o presidente do órgão indigenista, em 10 dias, os autos do procedimento demarcatório correção."

JUSTIFICATIVA:

Entre os dispositivos que articulam os parâmetros não há referência expressa à demarcação física e ao processo de homologação. A inclusão deste artigo, com seu parágrafo, evita a omissão.

Recebido na C
Em. 30 de m

26 / 05 / 94

PARLAMENTAR

biliária..." por

" ... cópias do registro no SPU e da matr

JUSTIFICATIVA:

A expressão "matrícula do imóvel" é mais a mobiliária". Será útil para as comunidades indígenas do registro no SPU.

Recebido no SPU
Em, 30 de maio

26 / 05 / 94

PARLAMENTAR

por:

"... competente..."

JUSTIFICATIVA:

Emenda de redação, que simplifica o texto anterior.

Recebido
Em, 30 de maio

26 / 05 / 94

PARLAMENTAR

Art. 73 - Substituir a redação do caput do art. 73 parágrafos 3º e 4º, com a seguinte redação:

"Art. 73 - A demarcação de terra indígena por quando:

I -

II -

III - não houver concordância da comunidade sobre os limites definidos pelas autoridades com

§ 1º -

§ 2º -

§ 3º - Verificada a hipótese do inciso III de termos dos arts. 950 e seguintes do Código de M arbitadores referidos no art. 956 serão antropól

§ 4º - O juiz deverá interditar a área requerida decisão final, que obras, serviços ou ações po ambiental da área.

JUSTIFICATIVA:

Além de suprir omissões de autoridades púb procedimentos demarcatórios, a via judicial deveria também comunidades indígenas caso os limites propostos para as suas efetiva ocupação. Para tanto, se propõe a inclusão dos inciso III no § 4º é providência acauteladora contra eventuais danos que trâmites em juízo extensiva às demais hipóteses já previstas no t



Recebido na Comissão
Em, 30 de maio

PARLAMENTAR

26 / 05 / 94

a seguinte redação:

"Dos Recursos Minerais".

JUSTIFICATIVA:

Há redundância e exclusão no texto. "Lavra" é a fase de aproveitamento que se segue regulada no capítulo. Ambas são atividades de "mineração dos recursos minerais", que concorda com a titulação do Título.

Recebido na Comissão
Em, 30 de maio

PARLAMENTAR

26 / 05 / 94

das em terras indígenas" por

"áreas situadas em terras indígenas"

JUSTIFICATIVA:

O artigo "as" dá sentido indiscriminado em terras indígenas para a pesquisa ou lavra de minérios. O título é regular concessões de áreas determinadas em terrenos declarados, ainda que provisórios, como se vê nos artigos 17 e 18. Isso justifica-se também precisar neste artigo inicial "delimitadas", condição indispensável para os procedimentos.

Recebido na Comissão
Em, 30 de maio

26 / 05 / 94

PARLAMENTAR

Incluir, ao final do Capítulo II ("Da Propriedad
seguinte redação:

"Art. - Não se aplicam as exigências e restrições
1º e 2º e no artigo 19 e seus §§ 1º, 2º, 3º e 4º às pesquisas ou c
acadêmica, ou a suas publicações e demais produtos derivados

Consequentemente, suprimir o § 5º do art.19, c
esta nova redação.

JUSTIFICATIVA

Os dispositivos de proteção aos direitos de prop
constantes deste capítulo, especificamente os art. 17, §§ 1º e 2º
não devem ser aplicados às obras acadêmicas que produza
sociedades indígenas e suas culturas próprias. Artigos, livros, tes
publicações que, ainda que comercializáveis, sejam de natureza
não deveriam sofrer restrições aplicáveis às situações de uso c
lucrativas, comerciais ou industriais.

Recebido

Em, 30 de maio

PARLAMENTAR

26 / 05 / 94

Incluir um novo artigo no Capítulo IV, do Título V, "Do Aproveitamento dos Recursos Minerais" com a seguinte redação:

" Art. - O acesso e a utilização, por recursos biogenéticos existentes nas terras indígenas, respeito exclusivo das comunidades indígenas, e dependerá das mesmas, bem como de prévia comunicação ao órgão indigenista.

JUSTIFICATIVA:

Não existem atualmente normas legais esboçadas para os recursos biogenéticos existentes em terras indígenas, que devem incluir entre "as riquezas naturais do solo, rios e florestas" do § 2º do art. 231 da Constituição Federal quanto ao direito "exclusivo" dos índios. Há notícias sobre a ocorrência de recursos em várias terras indígenas, sem que as comunidades indígenas sobre os mesmos os autorizem e sem que o órgão indigenista tenha conhecimento, o que impossibilita a sua ação fiscalizadora e a defesa do interesse nacional.

Recebido na Comissão E
Em, 30 de maio
Edu

Substituir a redação do art. 100 por:
"Aplica-se no que couber o disposto nos arts.
recursos hídricos em terras indígenas para fins de g
ca."

JUSTIFICATIVA:

Não se deve aplicar às terras indígenas as m
ao pagamento aos municípios pelos aproveitamentos ene
No caso dos municípios, são as distribuidoras de ene
lo pagamento, o que não é apropriado para o caso das
O pagamento aos municípios é previsto constitucional
do duvidosa a legalidade da sua aplicação às comunid
seria, aplicar-se, no que couber, os critérios estab
mentos referentes à pesquisa e à lavra de minérios p

Recebido na Comissão
Em, 30 de maio
Elev

Substituir a parte inicial do texto do a
"O órgão federal de proteção ambiental c
um ano a partir da promulgação desta lei, sob pena c
aram unidades de conservação ambiental parcial ou to
ras indígenas ao procedimento previsto no artigo ant

JUSTIFICATIVA:

É indispensável indicar a instância resp
previstas neste artigo, bem como as consequências de
omissão. Sem tais modificações o artigo resultará in
prios objetivos.

Recebido na Comissão
Em, 30 de maio

Incluir no art. 98, após a palavra "nucleares", a

JUSTIFICATIVA:

Da mesma forma que ao petróleo e aos minerais, os procedimentos deste capítulo deveriam estender-se ao aproveitamento das águas minerais, recobrando todas as hipóteses de atividades similares.

Recebido na Comissão Especial
Em, 30 de maio de 1994

TEXTO:

Substituir, no § 1º do art. 96, a palavra "Os..."
"Os titulares dos ...".

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de correção necessária, já que "requer"
lugar dos seus titulares.

Recebido
Em, 30 de maio

INSTRUÇÕES NO VERSO

..." por

Substituir, no § 1º do art. 83, a expressão "A

"À comunidade indígena caberá administrar as

JUSTIFICATIVA:

Embora esteja implícita a competência da comunidade administrar os recursos decorrentes de compensações por terras, sugere-se que seja claramente explicitada, para que não haja interpretação que possam gerar dificuldades futuras para as comunidades.

Recebido na Comissão

Em, 30 de maio

PARLAMENTAR

26 / 05 / 94

Substituir, no § 2º do art. 84, a expressão "terceiros".

JUSTIFICATIVA:

A hipótese de manipulação prevista neste parágrafo da atuação de pessoas físicas é não apenas de empresas, mas de maior abrangência e eficácia ao dispositivo em questão.

Recebido na
Em, 30 de m

TEXTO:

Substituir no § 1º do art. 80, a expressão "em laudo"
"em laudos antropológico e geológico".

JUSTIFICATIVA:

A elaboração de laudo geológico, assim como o laudo antropológico, é um subsídio importante para a atuação do DNPM, em conformidade com o procedimento previsto por este artigo. Não havendo laudo geológico, não há base técnica para cumprir sua parte, sem que o órgão minerário possa emitir parecer similar.

Recebido na Comissão
Em, 30 de maio

PARLAMENTAR

INSTRUÇÕES NO VERSO

Art. Ficam revogados os Decretos nº 97.544, de 1º de março de 1989 que criaram, respectivamente, o Parque Nacional de Roraima e a Floresta Nacional do Amazonas, e o Parque Nacional do Pico da Neblina, criados pelo Decreto de 5 de junho de 1979, excluindo-se a área compreendida pela terra indígena Yanomami homologados pelo Decreto nº 1.000, de 1º de maio de 1992.

J U S T I F I C A T I V A

Dada a disposição do inciso III do art. 225 da Constituição, deve-se colher a oportunidade para acrescentar disposições transitórias do Estatuto das Sociedades Indígenas para sanar as ilegalidades incidentes sobre a terra indígena Yanomami.

Recebido na Comissão

Em, 31 de maio de 1992

PARLAMENTAR

de Educação, através".

Nova redação: "O Sistema de Ensino da União
Municípios com a colaboração do órgão federal...".

Justificativa: O texto do Estatuto do Índio deveri
tange ao capítulo da educação, ao que está contid
atualmente na Comissão de Educação do Senado F
em nenhum momento o texto do Estatuto do Índio
três níveis, isto é, dos três sistemas de ensino pa
indígena. No texto da LDB não há a conceituaçã
nacional de educação: fala-se em educação nacio
sistemas, mas não há referência ao termo sistema na

INSTRUÇÕES NO VERSO

Recebido na Comissão

Em, 31 de maio

26/ 05 / 94

PARLAMENTAR

ASSINAT

Acrescenta-se ao Inciso I - o termo "nacional" após
com o objetivo de melhorar a redação.

Nova redação "I - Garantia aos índios de acesso
sociedade nacional, com o domínio..."

INSTRUÇÕES NO VERSO

Recebido na C
Em, 31 de maio

26/05 / 94

PARLAMENTAR

ASSINATURA

transmissão do conhecimento das comunidades indi

Justificativa: cada comunidade possui processos e
se liga a suas formas de transmissão de conhecime
de falar em "instituições educativas" é melhor re
educativos.

INSTRUÇÕES NO VERSO

Recebido na
Em, 31 de ma

26 / 05 / 94

PARLAMENTAR

Gale

G

Nova redação: "Art. 130 - É assegurada as condições para a utilização de suas línguas maternas e processos próprios do ensino escolar".

INSTRUÇÕES NO VERSO

Recebido na Comissão
Em, 31 de maio

26 / 05 / 94

PARLAMENTAR

João Guedes

ASSINATURA

Estados e dos Municípios articular-se-ão para ass
situadas em áreas indígenas ou em suas proxim
qualquer dos sistemas, observem as características
nas comunidades indígenas estabelecidas nos artigo
quanto à formação permanente dos professores in
atualização e acompanhamento regular do processo

Justificativa: Este dispositivo levaria à federa
indígenas, o que poderia causar grande retroces
educação indígena vem sendo administrada atualme
sobre isto, pelo contrário, a tendência parece ser de
cada vez mais responsabilidade dos municípios e
lembrar que atualmente há escolas indígenas em to
pela Funai, Secretarias Municipais e Secretarias Es
necessidade do texto do Estatuto do Índio se adequa

Recebido na Comissão Esp
Em, 31 de maio de

26 / 05 / 94

PARLAMENTAR

Edna J.

ASSINATU

culturais, a língua indígena..."

Justificativa: Provavelmente houve um erro de digitação que foi retirada do projeto de LDB. Não se trata de conteúdos sócio-culturais da língua, mas fortalecer as práticas das línguas.

INSTRUÇÕES NO VERSO

Recebido na _____
Em, 31 de maio

26 / 05 / 94

PARLAMENTAR

João Carlos

recursos humanos especializados, possibilitando a
da educação escolar pelas próprias com
preferencialmente por meio da formação de professor

Justificativa: A redação acima, retirada da LD
apresentada na proposta do Estatuto do Índio, po
professor índio com a condução do processo pedagógico

Recebido na Comissão
Em, 31 de maio

26 / 05 / 94

PARLAMENTAR

INSTRUÇÕES NO VERSO

culturais correspondentes a cada comunidade, buscando o fortalecimento do conhecimento tradicional das comunidades.

Justificativa: A nova redação é mais apropriada. A redação anterior poderia ser mal interpretada ou confundida, na prática, por isso a nova redação é desnecessária.

Recebido na Comissão Especial
Em, 31 de maio de 1994

26 / 05 / 94

PARLAMENTAR

[Assinatura]

ASSINAT

professores indígenas de cada uma das regiões do p

Justificativa: Propõe-se um aumento de três para representantes indígenas na Coordenação. Estes dev das organizações de professores indígenas, represen do país.

Recebido no
Em, 31 de m

26 / 05 / 94

PARLAMENTAR

ASSINAT

Brasileira de Linguística.

Acrescenta-se ao Inciso IX - "um representante dos Secretários Estaduais de Educação".

Justificativa: Além de um antropólogo é fundamental um linguísta. Por outro lado, o atual Comitê de Educação do MEC conta com a representação de um linguísta. O Estado da Educação, representando o Consed, em s

INSTRUÇÕES NO VERSO

Recebido na Comissão
Em, 31 de maio

26 / 05 / 94

PARLAMENTAR

Guilherme

ASSINATURA

a investigação, o registro e a sistematização dos processos...".

Justificativa: A Coordenação Nacional deve auxiliar a investigação possa ocorrer, mas ela não pode realizar um trabalho constante e que deve envolver equipes locais.

Recebido na Comissão
Em, 31 de maio

26 / 05 / 94

PARLAMENTAR

Fernando

ASSINATURA

de um índio para um mesmo curso caberá à Comissão de Educação Escolar Indígena, juntamente com a Instituição, estabelecer o critério de seleção entre os índios interessados.

Justificativa: Seria interessante acrescentar a Instituição no estabelecimento dos critérios de seleção.

Recebido na Comissão

Em, 31 de maio

26 / 05 / 94

PARLAMENTAR

Julio

estaduais, de núcleos de educação escolar indígena.

Justificativa: A Coordenação, em princípio, não
poder para poder criar Núcleos de Educação Indígena
estaduais, mas sim apoiar e incentivar a sua criação.
respaldo legal para tal interferência em nível estadual.
estados já contam com Núcleos de Educação Indígena
fundados espontaneamente ou a partir de alianças e

INSTRUCOES NO VERSO

Recebido na Comissão
Em, 31 de maio

PARLAMENTAR

26 / 05 / 94

ASSINATURA

linguístico".

Nova redação: Art. 131 "... para oferta de educação
e específica para cada comunidade indígena, d
universo sócio-linguístico".

INSTRUÇÕES NO VERSO

Recebido na Comissão
Em, 31 de maio

26 / 05 / 94

PARLAMENTAR

ASSINA

INSTRUÇÕES NO VERSO

.....
Inciso II - Propomos uma nova redação
"respeito aos processos educ
do conhecimento das comunid

J U S T I F I C A T I V A

.....
cada comunic
educativos próprios que se ligam às suas fo
conhecimentos. Assim, ao invés de falar
educativas" é melhor referir-se aos "proces
.....

Recebido na Comissão E
Em, 1^o de junho

01 / 06 / 94

PARLAMENTAR

[Assinatura]
ASSI

INSTRUÇÕES NO VERSO

Acrescentar o termo "escolar" no final do a
Nova redação: "Art. 130
comunidades indígenas a utilização de su
processos próprios de aprendizagem no ensin
.....

Recebido na Comissão Es
Em, 1^o de junho

01 / 06 / 94

PARLAMENTAR

ASSI

retirando "O Sistema Nacional de Educação,

Nova redação: "O Sistema de Ensino dos Estados e dos Municípios com a colaboração

INSTRUÇÕES NO VERSO

J U S T I F I C A T I V A

O texto do Es
se adequar, no que tange ao capítulo da
contido no projeto de LDB, atualmente na
Senado Federal. Por outro lado, em nenh
Estatuto do Índio fala da articulação dos t
três sistemas de ensino para oferta de educ
de LDB não há a conceituação de nenhum
educação: fala-se em educação nacional form
mas não há referência ao termo sistema nac.

Acrescentar na última linha
acordo com o seu universo sócio-linguístico

Nova redação: Art. 131 "...p
bilingue, diferenciada e específica para cad
de acordo com o seu universo sócio-linguíst

01 / 06 / 94

PARLAMENTAR

Recebido na Comissão Especial
Em 1º de junho 1994

INSTRUÇÕES NO VERSO

desenvolvimento de currículos, materiais
escolar diferenciado, programas e proce
adequados às diversas comunidades indígenas,
fim do processo dessa escolarização haja equ
ensino fundamental obrigatório, para fin
estudos do aluno".

J U S T I F I C A T I V A

para que se cu
de oferta do ensino fundamental a todos os b
se faz garantir ao índio uma educação
específica em estrutura e funcionamento, ass
direito constitucional, mas, também, a conti
assim o desejar.

.....

Recebido na Comissão Espe
Em, 1º de junho de

01 / 06 / 94

PARLAMENTO

Propõe-se a seguinte alteração
Na formação de professores
das comunidades indígenas será dada preferência

INSTRUÇÕES NO VERSO

J U S T I F I C A T I V A

A proposta visa somente dar maior c
.....

Recebido na
Em, 1º de

01 / 06 / 94

PARLAMENTAR

INSTRUÇÕES NO VERSO

completa alteração. Neste caso recomendam-se
"Os sistemas de Ensino da
Municípios articular-se-ão para assegurar
em áreas indígenas ou em suas proximidades
dos sistemas, observem as características e
comunidades indígenas estabelecidas nos
inclusive quanto à formação permanente dos
por meio de atualização e acompanhamento
educação escolar".

J U S T I F I C A T I V A

Este dis
federalização das escolas indígenas, o que
retrocesso na forma como a educação indígena
atualmente. A tendência é que tais esc
fundamental sejam, cada vez mais, responsab
e dos estados, embora não se exclua as f
disso, tal redação melhor coaduna-se com a
.....



PARLAMENTAR

01 / 06 / 94

INSTRUÇÕES NO VERSO

Inciso II -

Propõe-se alterar a primeira
"II - fortalecer as práticas
língua indígena...".

J U S T I F I C A T I V A

Provavelmente
digitação nesta frase. Não se trata de "fo
sócio-culturais da língua", mas fortalecer
culturais e as línguas
.....

Recebido no
Lm. 1º de Junho

01 / 06 / 94

PARLAMENTAR

[Handwritten signature]
ASSIN.

INSTRUÇÕES NO VERSO

formação de recursos humanos possibilitando a condução escolar pelas próprias comunidades preferencialmente, por meio de professores índios".

J U S T I F I C A T I V A

A redação proposta liga a formação do professor índio à pedagogia na escola.

.....

Recebido na Comissão
em, 1^o de Junho

01 / 06 / 94

PARLAMENTAR

ASSINADO

comunidade, buscando a v
do conhecimento trad
indígenas".

INSTRUÇÕES NO VERSO

J U S T I F I C A T I V

A nova re
palavra "vigente" pode ser mal interp
prática. Em todo o caso ela é desnecess
.....

Recebido
Em, 1º de

01 / 06 / 94

PROLIXA



INSTRUÇÕES NO VERSO

- Indígena, a ser composta por:
- I- Um representante do Minis Desporto;
 - II- Um representante do órgão f índio;
 - III- Um representante das univer
 - IV- Um representante do Co Estaduais de Educação - COM
 - V- Um representante da União Municipais de Educação - UM
 - VI- Um representante da Ass Antropologia;
 - VII- Um representante da Ass linguística;
 - VIII- Um representante de organiz de apoio ao índio;
 - VIX- Cinco representantes de orga indígenas, um por região;

J U S T I F I C A T I V O

A composição propo
Comitê já existente neste Ministério e o
funcionamento a contento. Além disso, propo
para cinco do número de representantes i
Estes devem ser representativos de organ
indígenas e representando as cinco regiões

.....

Recebido em missão Especial
Em 1º de Junho de 1994

01 / 06 / 94

PARLAMENTAR

INSTRUÇÕES NO VERSO

Inciso I -

Nova redação: "Propor dire
Nacional de Educação escolar

J U S T I F I C A T I V A

Não é possível uma c
constituída, principalmente, por representantes
do país, ter caráter executivo, vez que a
propostas iria requerer viagens constantes
permanência por longos períodos no órgão exe

Recebido na Comissão F
Em, 1º de junho

01 / 06 / 94

PARLAMENTAR

Inciso II - " Criar mecanismos de a
investigação, o registro e
conhecimentos e processos.

INSTRUÇÕES NO VERSO

J U S T I F I C A T I V A

A Comissão Nacional
auxiliar, criar meios para que a investiga
ela não pode realizar estas tarefas. Seria
que deve envolver equipes locais.

.....

Recebido na Comissão
Em, 1º de julho

01 / 06 / 94

PARLAMENTAR

INSTRUÇÕES NO VERSO

Inciso III

Propõe-se nova redação: "III - Propor e i
nas circunscrições estaduais, de núcleos
indígena....".

J U S T I F I C A T I V A

A Comissão, a
autonomia, nem poder para criar Núcleos de
circunscrições estaduais, mas deverá apoiar
criação. Não há respaldo legal para tal
estadual. Além disso, vários estados já
Educação Indígena que foram fundados espont
de alianças e pressões locais.



Recebido na Com
Em, 1º de junho

01 / 06 / 94

PALESTRA

[Handwritten signature]

ASSIN

INSTRUÇÕES NO VERSO

Propõe-se nova redação: "IV - análise para distribuição na rede de ensino".

J U S T I F I C A T I V A

A comissão é consultada e a elaboração de materiais é tarefa de especialistas indígenas.



Recebido na
Em, 1^o de Junho

01 / 06 / 94

PARLAMENTAR

ASSINADO

Inciso V

Propõe-se alteração da redação: "V -
avaliar programas, projetos ...".

INSTRUÇÕES NO VERSO

J U S T I F I C A T I V O

Tais programas
criados pelas próprias escolas indí-
gumas necessidades.

Recebido na C
Em, 1º de jun

01 / 06/94

PARLAMENTAR

INSTRUÇÕES NO VERSO

J U S T I F I C A T I V A

para se adequar ao restante
.....

Recebido na Comissão E
Em, 1^o de junho

01 / 06 / 94

PARLAMENTAR

[Assinatura]
ASSINATURA

INSTRUÇÕES NO VERSO

J U S T I F I C A T I V O

a criação de dispositivos administrativos não é competência de lei, desde que se for o caso, em instrumentos como a LDB, autonomia dos Estados e Municípios quanto a sistemas de ensino.

.....



Recebido na Comissão
Em, 1^o de Junho

01 / 06 / 94

PARLAMENTAR

ASSINATURA

INSTRUÇÕES NO VERSO

J U S T I F I C A T I V A

Tal proposta esta
condição de cidadania diferenciada e privi
sobre os demais e sobre os outros brasile
índio que terá direito a tal vaga? Ent
assegurado a todos um ensino de qualida
igualdade de condições ao concorrerem
Universidade, mas em qualquer sistema de se
a participar.

Recebido na Comissão
Em, 1º de junho

01 / 06 / 94

PARLAMENTAR

ASSINAT

Art. 99 - O aproveitamento de recursos indígenas, incluídos os potenciais energéticos, requer a autorização do Congresso Nacional, observados os mesmos procedimentos estabelecidos para a mineração, através dos órgãos federais responsáveis, mediante a elaboração de laudo antropológico e ambiental.

Art. 100 - Aplicar-se-ão ao pagamento das indenizações dos indígenas pelo aproveitamento dos recursos potenciais energéticos, as mesmas normas aplicadas aos municípios.

Art. 101 - Quando o aproveitamento de recursos incluídos os potenciais energéticos, em terras indígenas, acarretar a perda da ocupação, do domínio ou posse da terra, a comunidade afetada terá direito à reposição com novas terras, de igual qualidade e valor ambiental, à indenização por danos materiais e morais, além da participação nos resultados do empreendimento.

§ 1º Quando a perda for de parte da área indígena, a reposição será em terras contíguas às remanescentes.

§ 2º As receitas provenientes dos pagamentos previstos nos artigos 99, 100 e 101 desta Lei, serão aplicadas exclusivamente das comunidades indígenas afetadas.

§ 3º As receitas a que se referem o inciso II do art. 101 desta Lei serão depositadas em contas bancárias específicas, vinculadas a um orçamento programa.

PARLAMENTAR

1º 106/94*huc*

rá a seus membros, num prazo de 30 dias após a
to entre a comunidade indígena e a empresa mir
estatuto e regimento, para análise e aprovação

JUSTIFICATIVA

Esta proposta tem por objetivo detalh
forma de participação da comunidade indígena n
rio decorrente dos impactos advindos do empree
em terras indígenas, uma vez que esse não foi
no capítulo substituído.

Recebido na
Em, 1^o de 1994

1^o / 06 / 94

PARLAMENTAR

AmC

ASS

Entendemos que a regulamentação dos minerais em terras indígenas não deveria se tratar de riquezas finitas, estabelecendo o equilíbrio do aspecto econômico entre as populações envolvente.

Definimos que o Estatuto é um conjunto que regula as ações do Estado com os povos indígenas, conforme refere o caput do artigo 231 da Constituição.

Desta forma, não é apropriado insistir em tratar de aspectos puramente econômicos. Além disso, houve um novo encaminhamento por parte do Poder Executivo, com a criação da Comissão de Exploração Mineral em Terras Indígenas.

Recebido na Comissão
Em, 1º de junho



1º 106/94

PARLAMENTAR

MIC

da pelo parágrafo II, artigo 231 da Constituição, que se refere a atividade econômica que demanda adoção de uma política complexa, definida através de manejo florestal sustentável, visando manter o ecossistema.

§ único: cabe ao Poder Executivo regulamentar o disposto no caput, no prazo de 30 dias após a publicação da Lei."

JUSTIFICATIVA

O pedido de supressão da capítulo II, no fato de que tal matéria, ora tratada, vem sendo discutida em várias instâncias, o que tange à participação das comunidades locais na atividade econômica.

As produções sustentadas das florestas só poderão persistir pelo conhecimento e uso adequado, as quais demandam um alto custo, tanto na implantação, quanto na execução.

Neste aspecto, tal atividade tornar-se-á viável como forma de alternativa econômica para as comunidades locais. Além disso, não é uma atividade tradicional, dificultando ainda mais a adaptação de tais normas.

Porém, decorrente de inúmeras pressões que vêm sofrendo com a exploração ilegal dos recursos naturais, o Órgão Indigenista Federal tem como prioridade promover discussões mais aprofundadas entre o órgão, as autoridades locais, as entidades da sociedade civil e as próprias comunidades indígenas, a fim de identificar e adaptar os diferentes aspectos sócio-culturais.

PARLAMENTAR

1º / 06 / 94

Ass. O. C.

INSTRUÇÕES NO VERSO

Recebido na

Em, 1^o de jun

1^o 106 194

PARLAMENTAR

Alcova

JUSTIFICATIVA:

O assunto não deve ser tratado detalhada em lei, já que não diz respeito da política de saúde para os povos indígenas em verdade, de uma questão organizacional, portanto a definição de seus aspectos materiais cabe ao Poder Executivo. É mais apropriado que o Congresso defina apenas os princípios desse modelo de saúde para as populações indígenas, deixando em detalhamentos que poderão tornar-se necessários a adequação às diferentes realidades locais e a atualização de sua estrutura.

Recebido na Comissão

Em, 1^o de junho

PARLAMENTAR

1^o / 06 / 1974

DATA

JUSTIFICATIVA:

O assunto não deve ser tratado detalhada em lei, já que não diz respeito da política de saúde para os povos em verdade, de uma questão organizacional a definição de seus aspectos mais executivos. É mais apropriado que o presidente apenas os princípios desse modelo organizacional para as populações indígenas, sem entrar em detalhes que poderão tornar inviável a sua adaptação às realidades tanto quanto a atualização de

Recebido na Comissão

Em, 12 de junho

PARLAMENTAR

12 / 06 / 94

DATA

JUSTIFICATIVA:

O assunto não deve ser tão detalhada em lei, já que não o princípios da política de saúde para os Trata-se, em verdade, de uma questão cabendo, portanto a definição de seus específicos ao Poder Executivo. É que o presente Estatuto defina apenas desse modelo organizacional de saúde para indígenas, sem entrar em detalhamento tornar viável a sua adequação às diferenças tanto quanto a atualização de sua estrutura

INSTRUÇÕES NO VERSO



Recebido na Comissão

Em, 1^o de Junho1^o / 06 / 1994

DATA

PARLAMENTAR

INSTRUÇÕES NO VERSO

JUSTIFICATIVA:

O assunto não deve ser tratado detalhada em lei, já que não diz respeito política de saúde para os povos indígenas. Trata-se de uma questão organizacional, cabendo, portanto, de seus aspectos mais específicos ao Poder apropriado, que o presente Estatuto defina desse modelo organizacional de saúde indígenas, sem entrar em detalhamentos inviável a sua adequação às diferentes realidades a atualização de sua estrutura.



Recebido na Comissão
Em, 1^o de junho

1^o / 6 / 1994
DATA

PARLAMENTAR

INSTRUÇÕES NO VERSO

de modelo organizacional de âmbito
ser implementado sob a forma de
Especiais Indígenas."

JUSTIFICATIVA:

Pretende-se tratar dos p
organizacional de saúde para as pop
um único artigo, evitando-se assim o
essa modificação os artigos 124, 125
ser supridos sem nenhum prejuízo, v
desnecessários.

Sobre os modelos assi
para as populações indígenas vale a
citação: " Surge a necessidade de se a
sobre modelos assistenciais em saú
indígenas. Estes deverão ser flexíveis
particularidades sócio-culturais de c
contato com a sociedade nacional, pr
urbanos e demais polos de atração, den
(Confanolieri, 1989, para uma discuss

Recebido na Comissão Especial
Em 10 de junho de 1994

10 / 06 / 1994
DATA



PARLAMENTAR

INSTRUÇÕES NO VERSO

são sobre a atuação de unidades sanitárias
à saúde indígena)." Coimbra J. Carlos E
e Desenvolvimento" - Volume II, pág
Hucitec- Abrasco, São Paulo - Rio de Jan

Recebido na Com
Em, 1º de junho



RECEBIDO

1º / 06 / 1994

DATA

PARLAMENTAR

Incluir, no § 2º do art. 3º, após a expressão "teção e segurança ..." a expressão: "... nacional ..."

INSTRUÇÕES NO VERSO

JUSTIFICATIVA:

Emenda de redação, que objetiva alterar o objeto das ações discriminadas na



Recebido na Comissão
Em, 1º de junho

1º / 06 / 1994

DATA

PARLAMENTAR

INSTRUÇÕES NO VERSO

... e permanência."
Substituir "... e de prévia com
"... acompanhamento administrativo do ...

JUSTIFICATIVA:

A prévia comunicação ao órgão i
ingresso de terceiros em terras indígenas
ra que se possa identificar possíveis ris
índios e ao patrimônio indígena causados
junto às comunidades que as ocupam. O aco
indigenista federal é instrumento necessá
o registro administrativo da presença de
indígenas e garantia de proteção aos dire
inclusão da expressão "... ressalvada a a
Federal em virtude de ..." visa especific
que independem do disposto neste artigo p
indígena.



Recebido na
Em, 1º de jul

1º / 06 / 1994
DATA

PARLAMENTAR

tos no artigo anterior serão aplicadas em benefício da comunidade indígena afetada.

§ 1º - As receitas a que se refere o artigo serão depositadas em contas bancárias especializadas vinculadas a um orçamento programa.

§ 2º - Cada orçamento programa será elaborado pelo Gestor formado por representante da comunidade, do órgão indigenista federal e membros da sociedade, nomeados por ato do Presidente do órgão indigenista.

§ 3º - O conselho de que trata o parágrafo anterior apresentará a seus membros, um prazo de 30 dias após a assinatura do contrato entre a comunidade indígena e a empresa, a proposta de estatuto e regimento para análise e aprovação.

JUSTIFICATIVA

A administração dos recursos que trata o artigo, através do Conselho Gestor, visa, sobretudo, a garantia de sua aplicação, proteção do Patrimônio das Comunidades e a garantia de que todos os seus membros sejam beneficiados equitativamente.

A experiência tem mostrado que grandes empreendimentos sem planejamento adequado, e sem a estipulação de normas racionalizadas da gestão dos mesmos, não colaboram para a criação de estruturas comunitárias de organização sócio-econômica.

Recebido na Comissão Especial

Em 1º de junho

de 1994

PARLAMENTAR

1º / 06 / 1994

DATA

Art. - Aplica-se as terras de domínio indígena à posse permanente e usufruto exclusivo das comunidades indígenas o disposto no art. 5º. Além disso, as ações do órgão indigenista federal obedecerão à lei para a proteção e regularização fundiária das terras tradicionalmente ocupadas ou reservadas.

JUSTIFICATIVA:

Muito embora não se constitua em direito, na prática essas terras são administrativamente controladas pelo Poder Executivo, concorrendo o órgão indigenista federal para sua proteção e registro no Cartório de Imóveis na comarca de sua localização. Além disso, as terras dominiais que destinam-se à posse permanente das sociedades ou comunidades indígenas não são, portanto, como substrato territorial para sua existência socio-cultural enquanto coletividades, não devendo ser caracterizadas de alienabilidade e disponibilidade, características que caracterizam os demais bens imóveis do patrimônio



Recebido
Em, 6 de junho de 1955

PARLAMENTAR

DATA

JUSTIFICATIVA:

Os artigos 136, 137 e 138 tratam
um modelo pré-estabelecido de administração
sociedades indígenas. Por se tratar de um
administrativa é mais apropriado que sua
go do Poder Executivo. Some-se a isso a ne
pla discussão por parte das instituições
gena quanto ao modelo a ser adotado, tendo
cidaes da escola indígena.

Recebido na Comissão F
Em, 6 de julho

DATA

PARLAMENTAR

Incluir, no capítulo III do Título
quinte redação: "É garantido às comunidades
mento de escolas de ensino fundamental no in
ras."

JUSTIFICATIVA:

Se pretende garantir que os estudantes
tenham que se afastar do convívio de suas fam
até que tenham concluído o ensino fundamental

Recebido na Comissão
Em, 6 de julho

PARLAMENTAR

ASSIN

do órgão indigenista federal promover e coord

JUSTIFICATIVA:

É uma repetição desnecessária do ar

INSTRUÇÕES NO VERSO



Recebido na
Em, 6 de Junho

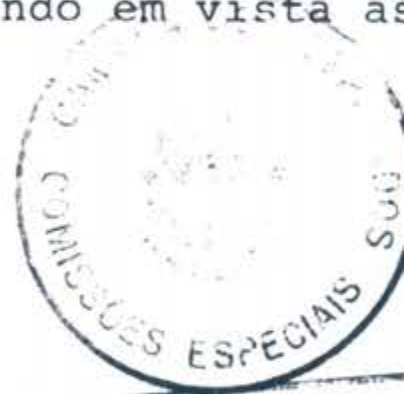
PARLAMENTAR

Tricou

ASSINA

JUSTIFICATIVA:

Os artigos 136, 137 e 138 tratam de um modelo pré-estabelecido de administração de sociedades indígenas. Por se tratar de um assunto administrativo é mais apropriado que sua definição seja do Poder Executivo. Some-se a isso a necessidade de discussão por parte das instituições ligadas à educação indígena, quanto ao modelo a ser adotado, tendo em vista a situação da escola indígena.



Recebido no
16 de julho

INSTRUÇÕES NO VERSO

PARLAMENTAR

DATA

INSTRUÇÕES NO VERSO

a vinte e cinco (25) dias-multa até cem (100)

Art. Realizar atividade econômica em terras in
rização ou à revelia das disposições legais ap
Pena - multa, equivalente a duas vezes o valor
auferida pelo agente, estabelecido o mínimo co
(cincoenta) dias-multa.

J U S T I F I C A T I V O

As atividades que se penalizam nesta e
no Substitutivo, e visam a garantir eficácia às
cidas,



Recebido por
Em, 6 de julho

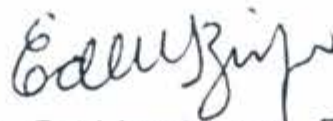
PARLAMENTAR

TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS

PROJETO DE LEI Nº 2.057/1991

Nos termos do art. 119, Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a 10, I, da Resolução nº 10/91, o Sr. Presidente abriu a discussão e a abertura e divulgação na Ordem do Dia das C para apresentação de emendas ao Substitutivo relator, a partir de 23/5/1994, por cinco s término, este Órgão Técnico recebeu 177 emend

Sala da Comissão, em 6 de



Edla Calheiros Bispo
Secretária

Autor: Deputado A

Relator: Deputado

I - RELATÓRIO

Ao Substitutivo foram apresentadas sugestões do Ministério Público Federal, uma sugestão do Senado Federal e duas sugestões do Deputado Elio Dalla Vecchia, distribuídas em 1991, explicitado a seguir.

1. TÍTULO I

1.1. CAPÍTULO I

Art. 3º, § 2º - Foram apresentadas duas emendas (Emenda nº 1 e nº 2) à expressão "do território nacional" após ex

§ 3º - Substituir a expressão "poderão" por "colaborarão quando solicitados" (Emenda nº 3)

Art. 10, **caput** - Estabelece que os registros de nascimentos sejam gratuitos (Emenda 013).

Art. 10, parágrafo único - Obrigatoriedade de constar registro civil (Emenda 012).

Emendas Aditivas - Participação dos povos, comunidades tradicionais nas questões que lhes digam respeito (Emenda 072);

- acompanhamento de programas sociais para as sociedades ou comunidades indígenas tradicionais federal (Emendas 073 e 094).

2. TÍTULO II

2.1. CAPÍTULO II

Art. 14, parágrafo único - Obrigação do órgão indigenista de fiscalizar a gestão desses bens e recursos das comunidades indígenas e fiscalizar a gestão desses bens e recursos das comunidades indígenas;

Emendas Aditivas - Novo art., estabelecendo prazo para a transferência às sociedades e comunidades indígenas dos bens e recursos das comunidades indígenas no art. 13, II (Emenda 086);

Art. 36, § 1º - Preve o assessoramento do MPO e da
defesa dos direitos autorais indígenas (Emenda 112)

Art. 37 - É suprimido (Emenda 112)

3. TÍTULO III

3.1. CAPÍTULO I

Art. 41 - São suprimidos seus parágrafos 1º
066).

Art. 48 - Duas emendas estabelecendo a necessi
cumprimento das normas estabelecidas p
para ingresso nas áreas indígenas, ressalv
2º do art. 3º (Emendas 070 e 170).

Art. 49 - Suprime a expressão "sociedades" do t

Art. 50, **caput** - Atribui ao órgão indigenista federal
do poder de polícia nas terras indígenas (Emenda 070)

Art. 50, I - Determina que a interdição previst
determinado, prorrogável (Emenda 080).

Art. 52

- Atribui ao órgão indigenista federal a onde seja constatada a presença de indígenas isoladas, até a execução dos arts. 62 e 63 desta lei e acrescenta a expressão texto do parágrafo único do art. (Emenda

Emenda aditiva - Aplica às terras de domínio permanente e usufruto exclusivo as ações terras tradicionalmente ocupadas ou reser

Art. 61

- Insere no texto do artigo a necessidade de procedimento administrativo o princípio do contraditório e do devido processo legal, a demarcação pelo Congresso Nacional (Emenda

Art. 62

- Estabelece o prazo de 120 dias, para a identificação das terras indígenas (Emenda

Art. 63, I e § 1º

- Retira do antropólogo da ABA a competência para a identificação das terras indígenas e remete a competência para designar o coordenador da equipe previstos nos incisos I e II (Emenda

Art. 63, II

- Suprime um técnico do órgão indigenista

Art. 64, IV e § 3º

- Desloca o inciso IV e o § 3º para o

Art. 65 - Introduz novo § 6º, estabelecendo declaratório de identificação de limites por demarcação da terra indígena (Emenda 004).

Art. 66, § 1º - Acrescenta à parte in fine a expressão "em forma circunstanciada no laudo técnico" (Emenda 059).

Art. 66, § 2º - Suprime este parágrafo (Emenda 059).

Art. 67 - Substitui a expressão "competência" por "procedimento de demarcação administrativo" (Emenda 060).

Emenda aditiva - Atribui competência ao presidente do Conselho Nacional de Índias para normatizar os trabalhos de demarcação e fixa prazo de 10 dias para, concluídos os trabalhos, o órgão indigenista federal remeter o declaratório de demarcação para homologação (Emenda 061).

Art. 72 - Substitui a expressão "escritura imobiliária" por "matrícula do imóvel" (Emenda 114).

Art. 73 - Altera a redação do **caput** do art. 73, permitindo que a terra indígena poderá ser requerida em juízo por qualquer indígena, nos termos do inciso III, criando a hipótese de demarcação por iniciativa privada, não houver concordância da comunidade indígena com os limites definidos pelas autoridades competentes (Emenda 115).

4. TÍTULO V

4.1. CAPÍTULO I

Emenda supressiva - Suprime o Capítulo I (Emenda 10)

Emenda modificativa - Dá ao Capítulo a denominação "

Art. 79 - Inclui um § 2º, renumerando o atual § 1º, definindo o que é interesse nacional para a exploração de recursos minerais em terras indígenas (Emenda 090)

Emenda aditiva - Exclui de aplicação à exploração de recursos minerais em terras indígenas o direito de prioridade previsto no Código de Mineração (Emenda 090)

Art. 80 - Inclui a expressão "delimitadas" após a expressão "terras indígenas" (Emenda 118).

Art. 80, § 1º - Inclui laudo geológico como base para a exploração de recursos minerais em terras indígenas

Art. 80 - Insere novo § 3º proibindo a exploração de recursos minerais em terras indígenas sem o devido empreendimento mineral em terra indígena

Art. 84, § 2º - Substitui a expressão "terceiras" por "terceiros" e substitui a pena de cancelamento das atividades de mineração, em todo território nacional, por inabilitação para exercício de atividades minerárias (Emenda 107).

Art. 89 - Acrescenta um novo § 1º, condicionando a concessão de lavra à realização de estudos de impacto ambiental (Emenda 105).

- Acrescenta um novo § 2º, condicionando a concessão de lavra à realização de estudos de impacto ambiental (Emenda 011).

Art. 91, § 1º - Suprime a expressão "prejuízos" da alínea "a" (Emenda 093).

Emenda aditiva - Estabelece a possibilidade de suspensão temporariamente a lavra de minérios, até o fim do primeiro Congresso Nacional, em caso de grave crise econômica (Emenda 085).

Art. 93 - Estabelece a necessidade da anuência do Conselho Nacional de Meio Ambiente para o levantamento geológico básico do Brasil (Emenda 092).

Art. 95, **caput** e parágrafo único - Insere a expressão "Lei" à parte in fine do **caput** e modifica a redação, indeferindo de plano todos os requerimentos sobre terras indígenas, apresentados até 31/12/93 (Emenda 068).

Art. 95, **caput** - Determina arquivamento de requerimentos que objetivem lavra de recursos minerais (Emenda 089).

Art. 96, **caput** - Recebeu três emendas, duas suprimidas (Emendas 022 e 089) e uma insere a expressão "são válidos" após o inciso III (Emenda 003).

Art. 96, § 1º - Insere na parte in fine a expressão "e as demais atividades específicas que venham a ser estabelecidas pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente, órgão indigenista federal e do Departamento Nacional do Mineral (Sugestão do Dep. Elio Dalla Vecchia)".

- Insere a expressão "titulares de direitos de exploração de recursos minerais" e "requerimentos" (Emenda 124).

Art. 97 - Suprime o dispositivo (Emenda 089).

Art. 98 - Inclui o gás natural dentre os materiais minerais (Emenda 023).

nos arts. 82 e 83 no que respeita à exp
(Emenda 121).

- Altera a redação do artigo, suprim
se, quanto à administração destes recurso
lei." (Emenda 161)

Art. 101 - Altera a redação do artigo, acrescen
disposições referentes ao local da m
comunidade e à criação de um co
indenizatórios (Emenda 161).

4.2. Capítulo III - Da Exploração Florestal Madeirei Emenda Supressiva - Suprime todo o capítulo (Emenda

Art. 102 - Altera a redação do artigo, introdu
(Emenda 081).

- Altera a redação do artigo, introdu
de recursos naturais florestais e remete
Poder Executivo para regulamentar a ati
(Emenda 163).

Emenda Adicional - Acrescenta um artigo dispo
comercial de florestas plantadas, sujeita

Art. 110

- Altera a redação do caput do
(Emenda 018).

Art. 111

- Determina a retificação dos
ambiental incidentes em terras indígenas,
da promulgação desta Lei, sob pena de n
(Emenda 005).

- Determina ao órgão federal de pro
à apreciação das sociedades ou comun
criação de áreas de proteção ambiental in
no prazo de um ano a contar da promul
nulidade dos atos que as criou (Emenda 1

Emendas adicionais - Fixa que a exploração dos rec
indígenas respeitará o direito do usufrut
indígenas e depende de prévia autorização

5. Título VI - Da assistência especial

5.1. Capítulo I - Das disposições gerais

Art. 113

- Retira do órgão indigenista fe
entendimentos com organizações indíge

- Substitui o colegiado dos Distritos
Distrital e introduz alteração formal no in

- Altera redação do inciso III, substituído
pela Comissão Intersetorial de Saúde Indígena
dos Distritos Especiais (Emenda 046).

- Suprime o inciso V (Emenda 045).

Art. 127

- Suprimem o art. (Emendas 044 e 164)

Art. 128

- Inclui as ações de saúde dentre as atividades
instituições nas áreas indígenas (Emenda 047)

- Submete as outras instituições à observância
sobre ingresso em terras indígenas (Emenda 048)

Capítulo III - Da Educação

Art. 129

- Altera a redação do artigo e acrescenta
competência à União para assegurar educação
diferenciada para a comunidade, através da
Educação Escolar Indígena (Emenda 042)

- Acrescenta a palavra "nacionalidade"
"conhecimentos da sociedade", no inciso

- Acrescenta § 4º, criando quadro de cargo de professor indígena (Emenda 096).

- Altera a redação do caput, substituindo por "nacional", e acrescentando expressão "contexto sócio lingüístico" (Emenda 100).

- Altera a redação do caput, substituindo por "Sistema Nacional de Educação, através do Sistema de Ensino da União, dos Estados e do Distrito Federal" (Emenda 129).

- Altera a redação do caput, acrescentando expressão "de acordo com o contexto sócio lingüístico" (Emenda 130).

- Altera a redação do caput, substituindo por "Sistema Nacional de Educação, através do Sistema de Ensino da União, dos Estados e do Distrito Federal" (Emenda 145).

- Altera a redação do parágrafo seguinte, acrescentando expressão "e desenvolver a competência para desenvolverem necessários a um processo de desenvolvimento adequado à cultura indígena" (Emenda 146).

Art. 133

- Não introduz modificações significativas no texto do artigo (Emenda 078).

- Altera a redação do inciso III, sobre "educação indígena" por "possibilitando a educação escolar pelas próprias comunidades indígenas, preferencialmente através da formação de professores indígenas, em emenda de consenso das entidades (Emenda 079).

- Não introduz modificações significativas no texto do artigo (Emenda 134).

- Altera a redação do inciso III, sobre "educação indígena" por "possibilitando a educação escolar pelas próprias comunidades indígenas, preferencialmente através da formação de professores indígenas, em emenda de consenso das entidades (Emenda 135).

- Altera a redação do inciso VI, sobre "comunidade" por "à cada comunidade" (Emenda 136).

- Não introduz modificações significativas no texto do artigo (Emenda 149).

- Altera a redação do inciso III, sobre "educação indígena" por "possibilitando a educação escolar pelas próprias comunidades indígenas, preferencialmente através da formação de professores indígenas, em emenda de consenso das entidades (Emenda 150).

entidades, que sugerem ainda o acres-
"podendo solicitar assessoria especializada

- Acrescenta artigo determinando
das escolas indígenas aos respectivos meios

- Acrescenta artigo atribuindo
indígenas para a elaboração dos currículos
escolares da comunidade (Emenda 037).

- Acrescenta artigo assegurando
funcionamento de escolas de ensino
terras. É emenda de consenso das entidades

Art. 134

- Altera a redação do artigo, suprimindo
composição da Coordenação Nacional
assegurando, em parágrafo único, a repre-
não-índios na Coordenação (Emenda 039)

- Suprime o dispositivo (Emenda 077)

- Altera a redação do inciso V
participação de cinco representantes de
indígenas de cada uma das regiões do país

- Inclui dois incisos ao artigo acresce-
pela Associação Brasileira de Lingüístas
Conselho de Secretários Estaduais de Edu-

mecanismos de apoio e incentivar a sistematização dos conhecimentos" (Emenda

- Altera a redação do inciso III, substituído por "incentivar a criação" (Emenda 141).

- Dá ao inciso I a seguinte redação: "política nacional de educação escolar ind

- Altera a redação do inciso II do art. 135 para "investigar, registrar e sistematizar mecanismos de apoio e incentivar a sistematização dos conhecimentos" (Emenda

- Altera a redação do inciso III, substituído por "propor e incentivar a criação" (Emenda

- Dá a seguinte redação para o inciso IV: "material didático para distribuição na rede de ensino

- Substitui no inciso V, a palavra "criação" por "produção" (Emenda 157).

- Não introduz alterações significativas no texto único (Emenda 158).

- Suprime o dispositivo (Art. 136).

- Suprime o dispositivo (Emenda 159).

- Suprime o dispositivo (Emenda 17)

Art. 140

- Suprime o dispositivo (Emenda 160)

- Altera a redação do artigo, subm
para indígenas pelas instituições públicas
constatada pela Coordenação de Educ
assegurará o acompanhamento dos índios

- Altera a redação do artigo,
"independente de qualquer processo
processo específico de seleção" (Emenda

- Altera a redação do parágrafo
decisão quanto à seleção de candi
estabelecimentos públicos federais de ter
participação das próprias instituições (Em

Emendas Adicionais - Acrescenta artigo garantindo aos
e organizações indígenas a participa
consultivas e deliberativas de órgãos
educação escolar do índio. É emenda
(Emenda 035).

- Acrescenta artigo estabelece
escolas indígenas serão elaborados de
particularidades culturais (Emenda 036).

- Altera a redação do artigo, suprindo a expressão "competência", atribuindo competência à União para, em caráter de urgência, e de caráter federal, encaminhar aos órgãos competentes as providências necessárias à sobrevivência das comunidades indígenas (Emenda 033).

- Altera a redação do artigo, excluindo a expressão "por meio de", através do órgão indigenista federal para não considerar repetição desnecessária do artigo 139, inciso II.

Emendas Adicionais - Acrescenta artigo proibindo a exploração de madeira em terras indígenas, pelo prazo de 10 (dez) anos, a partir da promulgação desta lei. Atribui competência exclusiva do Congresso Federal para apresentar projeto de lei regulando a exploração de madeira em debate público com os interessados (Emenda nº 100, de 1997).

- Acrescenta artigo determinando que, no âmbito do artigo 141, será incentivado o uso de tecnologias digitais, a fim de que daí não decorra dependência tecnológica e

6. Título VII - Das normas penais

6.1. Capítulo I - Dos principios

prática a infração em decorrência do
culturais da sociedade envolvente. Acres
suspensão do processo até a definição
exclusão da ilicitude da conduta. Acres
metade os crimes praticados contra
cominados em outros dispositivos
determinado que as penas de reclusão e
pelo agente indígena em regime aberto
manifestação em contrário da mesma; inc
competência ao Juízo de Execuções sob
pena, quando da ocorrência da situação
Acrescenta artigo que constitui como c
crimes praticados contra os índios, a con
a pretensão de obter vantagem material (1

6.2. Capítulo II - Dos crimes contra os índios

Art. 145 - Altera a redação do artigo, modific
remoção forçada (Emenda 027).

Art. 146 - Altera a redação do artigo, comina
metade das penas previstas na Lei nº 2.89

Emendas Adicionais - Acrescenta dois artigos comina
em terras indígenas, ou aí realize atividade
autorização (Emenda 177).

riquezas minerais, bem como dos demais
único determinando que todos os atos de
indígenas, editados na atual constituição
indigenista, no prazo de um ano (Emenda

Emendas Adicionais - Acrescenta artigo que determina
postos de atendimento indígenas que este
aos Municípios até a criação dos Distritos
Saúde. Inclui parágrafo único que assegura
Estados e Municípios no estabelecimento
atendimento de saúde (Emenda 067).

- Acrescenta artigo que determina
pesquisas no sentido de garantir suporte
política e para a ação indigenista (Emenda

- Revoga os Decretos nº 97.545
respectivamente, as Florestas Nacionais
preservando, no entanto, os limites d
(Emenda 128).

Encerrando o Relatório, cabe res
Parecer, que dele faz parte integrante, contém a
identificação de todas as emendas apresentadas ao Sub

II - VOTO DO RELATOR

contrapartida à eliminação da tutela civil pelo Estado, proteção das especificidades culturais de cada sociedade;

- a adoção de mecanismos que assegurem a participação social ao procedimento administrativo de identificação das terras indígenas; e

- a regulamentação da exploração dos recursos dos potenciais energéticos em terras indígenas.

Em complemento a essas propostas, igualmente, valendo-nos das valiosas contribuições e sugestões apresentadas, escoimar do texto do Substituto as incorreções jurídicas e imprecisões terminológicas.

A análise detalhada de cada emenda encontra-se no Anexo 01 a este Parecer que, como já afirmamos, é integrante.

Por fim, cabe ressaltar que estão em vigor o disposto no art. 150, § 6º, da Carta Magna de 1988 e a Emenda Constitucional nº 3, de 17 de março de 1993, que isentou tributária dos rendimentos auferidos pelo país, com a consequência, retirado do Substitutivo o seu art. 16.

EM FACE DO EXPOSTO, voto pelo acolhimento do Substitutivo em Anexo, das emendas nºs. 6, 10, 11,

Ministério Público Federal e uma das três sugestões
Vecchia, porque se destinavam a aprimorar o texto que
alteração de mérito.

Sala da Comissão, em 15 de



Deputado Lucio
Relat

O Congresso Nacional decreta:

TÍTULO I

Dos Princípios e Definições

CAPÍTULO I

Dos Princípios

Art. 1º - Esta lei regula a situação das comunidades e de suas sociedades, com o propósito de organizar a organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e as terras que tradicionalmente ocupam e todos os seus bens.

Art. 2º - Aos índios, às comunidades e sociedades indígenas, estende a proteção das leis do País, em condições de igualdade, resguardados os usos, costumes e tradições indígenas, bem como as reconhecidas nesta lei.

Art. 3º - Cumpre à União proteger e promover os direitos reconhecidos pela Constituição Federal e regulados por esta, e a colaboração de entidades públicas e privadas.

Art. 4º - A política de proteção e sociedades ou comunidades indígenas terá como finalidades:

- I - assegurar aos índios a proteção das
- II - prestar assistência aos índios e indígenas;
- III - garantir aos índios o acesso ao brasileira e sobre o seu funcionamento;
- IV - garantir aos índios e às sociedades meios para sua auto-sustentação, respeitadas as suas diferenças;
- V - assegurar aos índios e às sociedades possibilidade de livre escolha dos seus meios de vida e de subsistência;
- VI - assegurar o reconhecimento dos comunidades como grupos etnicamente diferenciados, suas tradições, usos, costumes, línguas e tradições, seus modos de vida culturais e artísticos e demais formas de expressão;
- VII - executar, com anuência dos índios, a sua participação, programas e projetos que beneficiem suas atividades;
- VIII - garantir aos índios e às sociedades posse e a permanência nas suas terras;
- IX - garantir aos índios o pleno exercício de seus direitos políticos;
- X - proteger os bens de valor artístico, histórico, arqueológicos e as demais formas de referência à identidade das sociedades ou comunidades indígenas.

Art. 6º - Para efeito desta lei consideram-se:

I - Sociedades indígenas, as coletividades indígenas no conjunto da sociedade em virtude de seus vínculos históricos pré-colombiana;

II - Comunidade indígena, o grupo social existente na sociedade indígena;

III - Índio, o indivíduo que se consigna na sociedade ou comunidade indígena, e é por seus membros reconhecido;

Art. 7º - Nenhum índio, comunidade indígena ou sociedade indígena será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, opressão, e será punido na forma da lei qualquer atentado, contra os direitos fundamentais.

Art. 8º - As comunidades indígenas são reconhecidas pelo direito público interno e sua existência legal independe de registro no Poder Público.

Art. 9º - Os índios são brasileiros natos e gozam de todos os direitos civis, políticos, sociais e trabalhistas, bem como das garantias estabelecidas na Constituição Federal.

Parágrafo único. Aos índios é assegurada a mesma relação aos demais trabalhadores e a eles se estende o regime jurídico.

Art. 10 - Os nascimentos, os casamentos, a sociedade conjugal e os óbitos dos índios poderão ser registrados na legislação comum, gratuitamente, atendidas as diferenças culturais da comunidade indígena.

comunidade indígena, indicando o nome e, no caso de erro, deverá ser publicada anualmente pelo órgão indigenista feder

Art. 12 - É assegurado aos povos indígenas o direito de participação em todas as instâncias que digam respeito.

Art. 13 - O órgão federal indigenista e a avaliação dos programas, projetos e ações voltados para indígenas.

TÍTULO II

Do patrimônio e administração

CAPÍTULO I

Do patrimônio indígena

Art. 14 - Integram o patrimônio indígena:

I - os direitos originários sobre terras e das reservas pelos índios e a posse permanente dessas terras e das reservas;

II - o usufruto exclusivo de todas as águas, rios e dos lagos existentes nas terras indígenas, incluídos os direitos de exercício de caça, pesca, coleta, garimpagem, fiação e cat

III - os bens móveis e imóveis das comunidades indígenas, a qualquer título;

IV - o direito autoral, e sobre obras das comunidades indígenas, incluídos os direitos de imagem;

indígenas determinadas;

II - a comunidade ou sociedade indígena e os bens considerados disponíveis localizados na terra indígena e caracterizados como a ela pertencentes.

Parágrafo único. Os bens adquiridos na exploração do patrimônio indígena pertencem à comunidade indígena explorada, independentemente de estarem registrados em nome dos membros ou representantes.

Art. 16 - Cabe à comunidade ou sociedade indígena a administração dos bens que a constituem.

Parágrafo único. O órgão indigenista de que trata o inciso I do art. 15, podendo administrar também os bens do mesmo artigo, por expressa delegação da comunidade ou sociedade indígena, em ambos os casos, manterá o arrolamento dos bens pertencentes à comunidade, cedendo à fiscalização rigorosa da sua gestão, mediante controle.

Art. 17 - Cabe ao órgão indigenista federal, para que a comunidade indígena exerça a administração efetiva dos bens.

CAPÍTULO II

Da propriedade intelectual

Art. 18 - É assegurado às comunidades indígenas o direito fundamental de manter sob absoluto sigilo e confidencialidade o conhecimento tradicional que detenham, em especial sobre

nesta lei, bem como a responsabilidade civil por todos os danos causados às comunidades indígenas.

Art. 19 - É assegurado às comunidades indígenas, como a qualquer um de seus membros, o direito de requerer patente de utilidade, modelo industrial ou registro de desenho industrial para seus conhecimentos tradicionais coletivos.

§ 1º - As patentes ou registros a que se refere o **caput** deste artigo são concedidos em nome da comunidade ou sociedade indígena detentora da invenção, modelo ou desenho industrial desenvolvidos e transmitidos a novas gerações de acordo com usos, costumes e tradições. Nestes casos, a concessão de patente ou registro em nome individual é nula.

§ 2º - As comunidades e sociedades indígenas são obrigadas ao pagamento das respectivas anuidades e de quaisquer tributos de proteção à propriedade industrial, em qualquer hipótese, sob pena de cassação de patente ou registro por falta de pagamento dos tributos devidos.

Art. 20 - O acesso, a utilização e a exploração dos conhecimentos tradicionais indígenas em pesquisas científicas que tenham finalidade econômica só podem ser realizados mediante o consentimento prévio e exclusivo das comunidades indígenas, sob pena de responsabilidade criminal, definida no art. 230 da Constituição Federal.

§ 1º - O ato de consentimento das comunidades indígenas, a que se refere o **caput**, está subordinado a contrato escrito, celebrado com o Ministério Público Federal, que estipule as condições específicas de acesso, a utilização ou aplicação dos conhecimentos tradicionais indígenas, a remuneração justa e equitativa para a comunidade indígena, e os benefícios auferidos com a utilização industrial ou comercial dos conhecimentos tradicionais indígenas.

§ 2º - Qualquer utilização ou aplicação dos conhecimentos tradicionais indígenas, não previstos no artigo anterior, e que se refere o parágrafo anterior, é considerada ilícita e sujeita à sanção criminal, definida no art. 230 da Constituição Federal.

co-titularidade da propriedade de todos os resultados das produtos derivados.

§ 5º - Não se aplicam as exigências das pesquisas científicas ou acadêmicas desenvolvidas em áreas não lucrativas.

Art. 21 - As comunidades ou povos indígenas, se seus conhecimentos ou modelos tenham sido utilizados, no desenvolvimento de invenção, modelo de utilidade, modelo de ornato, serão sempre co-titulares das patentes ou registros industriais, independentemente de formulação de pedido por parte das comunidades ou povos indígenas.

§ 1º - Os requerentes de patentes de invenção, de modelo de utilidade, de modelo de ornato, de desenhos desenvolvidos nas condições a que se refere o artigo 21, não poderão alegar nulidade absoluta da mesma.

§ 2º - As comunidades, sociedades indígenas ou povos indígenas poderão impugnar, administrativa ou judicialmente, a indicação de nulidade absoluta da mesma.

Art. 22 - As comunidades ou povos indígenas legítimas para requerer, administrativa ou judicialmente, a nulidade de patentes de invenções, e modelos ou registros de desenhos, indiretamente resultantes de conhecimentos tradicionais indígenas, nos termos dos dispositivos desta lei.

Parágrafo único. A nulidade a que se refere o artigo 22 terá efeitos a partir da data do depósito do pedido, e obrigará os titulares dos registros declarados nulos a ressarcir as comunidades ou povos indígenas danos morais e patrimoniais que lhe tenham sido causados por violação da propriedade industrial.

Art. 23 - Nas patentes concedidas a terceiros e a comunidades ou sociedades indígenas, serão

desenvolvidos sem qualquer utilização ou aplicação, direta ou indireta, das técnicas tradicionais indígenas.

Art. 24 - São nulos de pleno direito a transferência gratuita ou por preço vil da propriedade de patentes de invenção e de modelos de utilidade previstos nos artigos anteriores.

Parágrafo único. Os co-titulares de patentes de invenção e de modelos de utilidade, quando concedidas, na forma dos artigos anteriores, seus herdeiros ou sucessores não podem conceder licença para sua exploração a terceiros com a participação das comunidades ou sociedades indígenas, com a assistência do Ministério da Justiça.

Art. 25 - Independentemente da natureza das pessoas físicas ou jurídicas envolvidas, as autoridades judiciais têm competência exclusiva para dirimir quaisquer litígios oriundos de contratos, negócios jurídicos que tenham por objeto direitos das comunidades indígenas brasileiras.

Parágrafo único. Aos juizes federais competem julgar as causas a que se refere o **caput**, que poderão ser aforadas na comarca localizada a área indígena envolvida ou na seção judiciária da respectiva circunscrição.

Art. 26 - Os direitos de propriedade intelectual das sociedades indígenas regulados nesta lei são imprescritíveis e não se extinguem por qualquer tempo.

Art. 27 - Aplicam-se subsidiariamente as disposições da legislação de propriedade intelectual de comunidades e sociedades indígenas, naquilo que não contrariar o espírito e a letra desta lei, as disposições da legislação que trata de direitos relativos à propriedade industrial.

Art. 28 - A proteção prevista nesta lei para conhecimentos tradicionais indígenas sobre características culturais e habitats naturais, espécies vivas, vegetais ou animais, essências naturais, ou quaisquer recursos ou processos tecnológicos, independentemente de sua patenteabilidade.

índios, de forma individual, aplicam-se as normas de p
estabelecidas na legislação em vigor.

Art. 31 - As comunidades e sociedades indígenas têm os direitos morais e patrimoniais sobre as suas obras intelectuais, literárias, artísticas ou científicas, criadas, coletivamente produzidas, e de qualquer modo exteriorizadas:

I - as composições musicais, tenham ou não sido escritas;

II - as conferências, alocuções e outras obras de natureza literária;

III - as coreográficas e pantomímicas, tenham ou não sido escritas;

IV - as obras dramáticas e dramático-musicais, tenham ou não sido escritas;

V - as obras artesanais, gráficas, plásticas, literárias, ilustrações, desenhos, pinturas, gravuras, litografia, esculturas, tenham ou não sido escritas;

VI - as obras arquitetônicas e cenográficas, tenham ou não sido escritas;

VI - todas e quaisquer outras obras intelectuais, literárias, artísticas ou científicas, criadas pelo espírito das próprias comunidades ou sociedades indígenas, independentemente de sua origem temporal, e independentemente de sua origem temporal.

Art. 32 - Os direitos morais das comunidades e sociedades indígenas sobre as suas obras e criações intelectuais são inalienáveis e imprescritíveis.

Art. 33 - Os direitos morais e patrimoniais das comunidades e sociedades indígenas sobre as suas obras e criações são imprescritíveis e limitados por quaisquer prazos de proteção ou duração estabelecidos em lei.

Art. 34 - O órgão indigenista federal e os órgãos indigenistas estaduais e municipais, assim como as comunidades ou sociedades indígenas poderão efetuar o registro das suas obras e criações intelectuais independentemente do pagamento de quaisquer taxas.

indígenas, a fim de evitar prejuízos culturais, morais ou patrimoniais individuais;

IV - estabelecer normas que regulam a arrecadação e distribuição dos direitos autorais das comunidades indígenas;

V - arbitrar questões que versem sobre autores, intérpretes ou executantes;

VI - manifestar-se sobre a conveniência de medidas relativas à proteção de direitos autorais indígenas, na ordem administrativa ou sobre problemas a elas concernentes;

VII - gerir o Fundo de Direito Autoral Indígena e seus recursos segundo as normas que estabelecer, vedada, porém, a utilização administrativa ou de manutenção do próprio serviço;

VIII - orientar, informar e assessorar os indivíduos indígenas sobre as normas concernentes aos seus direitos autorais;

§ 2º - Ao serviço caberá, subsidiariamente, atender as comunidades indígenas e aos índios, receber as quantias devidas por obras indígenas, e repassá-las integralmente aos titulares dos direitos, o seguinte:

I - quando se tratar de obras indígenas, a remuneração atribuída a uma comunidade ou sociedade indígena de origem recolhidos ao Fundo de Direito Autoral Indígena;

II - além dos recursos previstos no artigo anterior, ainda o Fundo de Direito Autoral Indígena o produto das multas e sanções previstas nas normas deste capítulo impostas pelo órgão indigenista federal ou jurídicas nacionais ou estrangeiras e recursos oriundos de

sociedades indígenas criadoras de obras intelectuais usarem sinal convencional.

Art. 35 - As publicações, fotografias, registros catalogados em arquivos constantes de instituições universitárias ou de particulares, constituirão prova de autoria.
Capítulo.

Art. 36 - As obras intelectuais de comunidades ou sociedades indígenas, não passarão, em qualquer hipótese, ao domínio público, ou à propriedade da União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, ainda que transmitidas pela tradição oral, e independentemente de registro.

Art. 37 - Cabe às comunidades e sociedades indígenas o direito de utilizar, fruir e dispor de suas obras e criações, sem a utilização ou fruição por terceiros, no todo ou em parte.

Art. 38 - Depende de prévia e expressa autorização das comunidades ou sociedades indígenas autoras qualquer forma de comunicação ao público, direta ou indireta, por qualquer meio, de obras ou criações coletivas, excepcionadas as limitações ao direito de acesso art. 40.

§ 1º - A autorização das comunidades ou sociedades indígenas, se refere o **caput**, está subordinada a contrato escrito, com o Ministério Público Federal, que estipulará as condições especiais de reprodução, utilização ou comunicação ao público de suas obras, e fixará remuneração justa e equitativa para as comunidades envolvidas.

§ 2º - A autorização das comunidades ou sociedades indígenas, se refere o **caput**, será sempre por prazo determinado, sob pena de caducidade.

§ 3º - Cabe às comunidades e sociedades indígenas a gestão dos recursos auferidos a título de remuneração por seus membros.

II - A reprodução ou citação de obras em periódicos, artigos, teses, monografias acadêmicas, exposições, fins informativos, didáticos, de estudo científico, inclusive a polêmica.

Parágrafo único. Nos casos de responsabilidade deverão indicar as comunidades ou sociedades as mesmas uma cópia de quaisquer trabalhos ou publicações de obras intelectuais.

Art. 41 - Aplicam-se, subsidiariamente, as disposições da Lei nº 5.988, de 14 de dezembro de 1973, que regula os direitos autorais e aqueles que lhe são conflitantes com os dispositivos contidos neste Capítulo.

TÍTULO III

Dos bens, garantias, negócios e pr

CAPÍTULO I

Dos bens, garantias e negócios

Art. 42 - São nulos e extintos, não produzem efeitos os atos e negócios realizados entre índios e terceiros, que causem danos às comunidades indígenas, praticados com dano a índio, comun

e lagos nelas existentes.

Art. 44 - São respeitados os usos e costumes das comunidades indígenas nos atos ou negócios realizados com indígenas, salvo se optarem pela aplicação do direito comum.

§ 1º - No regime de sucessão, havendo índio falecido e membros da sua comunidade, a esta pertencem os bens que tenham sido adquiridos com a exploração do patrimônio indígena.

§ 2º - Em todo processo de inventário de bens indígenas registrados em órgãos públicos, deverá o juiz dar ciência ao Ministério Público Federal, e ao Ministério Público Federal.

Art. 45 - Aplicam-se as normas do direito comum entre índios e terceiros, ressalvado o disposto nesta lei.

Art. 46 - Os contratos de qualquer natureza celebrados com comunidades indígenas com pessoas, entidades ou empresas, sob a supervisão da União, que defenderá subsidiariamente os interesses nacionais e internacionais.

Art. 47 - As autoridades públicas da União, dos Estados e seus funcionários, que tomarem conhecimento de qualquer ato lesivo à comunidade indígena, ou seus integrantes, lesivos ao patrimônio indígena, no prazo de 10 dias contados da ciência do mesmo, comunicarão ao Ministério Público Federal, sob pena de responsabilidade.

Art. 48 - Toda autoridade pública que tomar conhecimento de qualquer ato lesivos à pessoa do índio, à suas comunidades e formas de organização, ao patrimônio indígena, é obrigada a, no prazo de 24 horas, comunicar ao Ministério Público Federal e ao órgão indigenista federal.

Art. 49 - O ingresso de terceiros em terras indígenas requer autorização das comunidades indígenas e de prévia comunicação ao Ministério Público Federal, ressalvado o disposto no § 2º do art. 3º desta Lei.

II - os índios, suas comunidades e org

III - o órgão indigenista federal.

§ 1º - Os índios, suas comunidades e aldeias gozarão das mesmas vantagens asseguradas por lei à União, quanto a imunidades judiciais e impenhorabilidade de seus bens, rendas e serviços.

§ 2º - Nenhuma medida judicial será proferida em causas em que as comunidades indígenas figurem no polo passivo sem a sua prévia audiência e do Ministério Público Federal.

§ 3º - Ficam os índios, suas comunidades e aldeias com os mesmos direitos de propor ações reivindicatórias para reaver a posse subtraída na posse.

§ 4º - Aos índios é assegurado o acesso a escolas maternais junto ao Poder Judiciário, que providenciará tradução.

Art. 51 - Compete ao órgão indigenista federal a fiscalização da polícia dentro dos limites das terras indígenas, na defesa das comunidades, terras e patrimônio, podendo:

I - interditar, por prazo determinado, o acesso de não indígenas para resguardo do território e das comunidades ali existentes;

II - proibir a entrada de terceiros e estabelecer o controle de acesso, quando houver evidência de prejuízo ou risco para as comunidades indígenas, sem se dar a ciência;

III - apreender veículos, bens e objetos encontrados explorando o patrimônio indígena sem a devida autorização;

IV - aplicar multas e penalidades.

artigo, sem prejuízo da aplicabilidade imediata do disposto em artigos anteriores..

Art. 52 - As relações internas a um povo indígena serão reguladas por seus usos, costumes e tradições.

Art. 53 - Constatada a existência de povos indígenas isolados, o órgão indigenista federal promoverá, por prazo determinado, para garantir-lhes a integridade física e o direito de permanecerem como tais.

Parágrafo único. Sociedades ou comunidades indígenas que raramente ou acidentalmente travam contato com a sociedade nacional.

Art. 54 - A Polícia Federal prestará assistência jurídica ao Ministério Público Federal e às comunidades indígenas, quando necessário à proteção dos bens do patrimônio indígena e das comunidades indígenas e de seus membros.

Art. 55 - As Forças Armadas, por seus poderes constituídos federais deverão colaborar na proteção e aplicação do art. 53.

Art. 56 - Aos Juizes Federais competem:

I - a disputa sobre direitos indígenas;

II - os crimes praticados contra os povos indígenas e suas terras e seus bens;

III - os crimes praticados por índios.

Parágrafo único. Nos crimes a que se refere este artigo, a Polícia Federal exercerá a função de Polícia Judiciária.

I - as terras tradicionalmente ocupadas

II - as terras reservadas pela União, c
pelos índios.

§ 1º - São terras tradicionalmente oc
habitadas em caráter permanente, as utilizadas para s
imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais nec
necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus

§ 2º - São terras reservadas aquelas
Estados ou Municípios, em qualquer parte do território
patrimônio da União e destinadas à posse e à ocupação per
possam nelas viver e obter meios de subsistência, com dir
riquezas naturais dos solos, dos rios e dos lagos nelas existe

Art. 58 - Os direitos dos índios
ocupam são originários e imprescritíveis, e independem de r
do Poder Público.

Art. 59 - As terras tradicionalmente
lhes forem reservadas são bens da União, inalienáveis e in
posse permanente, não podendo ser objeto de quaisquer ato
pleno exercício da posse direta pelos próprios índios.

Parágrafo único. Aplica-se às terras
à posse permanente e usufruto exclusivo das sociedades
disposto neste artigo e, no que couber, as ações do órgão in
lei para a proteção e regularização fundiária das terras
reservadas.

Art. 60 - Os direitos territoriais e
aplicam-se a todas as terras indígenas, independentem
denominações que os atos administrativos lhes conferem.

Art. 62 - As terras indígenas, por iniciativa do órgão indigenista federal, serão administrativamente demarcadas pelo procedimento e as disposições previstas nesta lei.

Art. 63 - A demarcação das terras indígenas será precedida de identificação por equipe técnica com levantamentos com o fim de atender ao disposto no § 1º do art. 62.

Parágrafo único. O trabalho de identificação terá prazo de 180 (cento e oitenta) dias, prorrogável por igual prazo por necessidade e após prévia justificativa.

Art. 64 - A equipe técnica de identificação será designada pelo Presidente do órgão indigenista federal para a realização de levantamentos sociológicos, ambientais, cartográficos e fundiários necessários à identificação da área, com seus limites;

I - um antropólogo credenciado pelo Conselho Nacional de Antropologia, que a coordenará;

II - um técnico do órgão indigenista federal, responsável pela cartografia, do mesmo órgão, a quem caberá a elaboração do mapa da área, com seus limites;

III - uma pessoa facultativamente indicada pelo órgão indigenista federal, representante da comunidade indígena ocupante da terra objeto da identificação;

IV - um técnico indicado pelo Governo do Estado, representante da comunidade indígena, ou um por Estado se envolverem áreas de fronteira com a federação.

§ 1º - Todos os membros da equipe técnica deverão ter, sempre que possível, conhecimento específico sobre a comunidade indígena a ser identificada.

§ 2º - A equipe técnica deverá realizar a identificação com a participação das comunidades indígenas que a ocupam, observando-se o disposto no art. 62.

técnica.

Art. 65 - A equipe técnica de identificação e levantamento fundiário, deverá se fazer acompanhar por:

I - um ou mais técnicos ou engenheiros

II - um ou mais técnicos ou engenheiros ou estadual, encarregados de coletar, em levantamento, respeito da dimensão e qualidade das posses dos ocupantes, benfeitorias e da utilização econômica da área, obedecendo ao levantamento do órgão indigenista federal.

Art. 66 - A comunidade indígena interessada no órgão indigenista federal podem requerer a instauração do procedimento de identificação e levantamento fundiário, que deverá fazê-lo no prazo de 30 dias, contado do protocolo do pedido.

§ 1º - Caso o pedido de abertura de procedimento de identificação e levantamento fundiário seja indeferido, o presidente do órgão indigenista federal deverá apresentar as razões dentro do prazo estabelecido no parágrafo anterior, publicada no Diário Oficial da União.

§ 2º - A equipe técnica submeterá ao órgão indigenista federal a identificação e levantamento fundiário da terra objeto da identificação e levantamento fundiário, fundamentada de limites a serem demarcados.

§ 3º - O antropólogo participante da equipe técnica, através de estudo etno-histórico e antropológico, para fundamentar o levantamento fundiário, no parágrafo anterior, explicitando os seus elementos de identificação e levantamento fundiário, fazendo a descrição do modo como foi realizado o levantamento fundiário.

§ 4º - Se considerar incompleto o levantamento fundiário, no parágrafo anterior, o presidente do órgão indigenista federal deverá determinar a complementação do trabalho, que deverá ser concluída no prazo de 30 dias.

nesta lei terão seu início e conclusão, e o nome dos encarregados no Diário Oficial da União, garantido o acesso permanente às informações relativas ao procedimento demarcatório às comunidades indígenas, organizações, e aos demais interessados.

§ 1º Os órgãos públicos federais, estaduais e municipais, no âmbito de sua competência, e às entidades civis e demais interessados, perante a equipe técnica, informações sobre a terra indígena, no prazo de 60 dias contados a partir da publicação do ato de designação.

§ 2º As comunidades locais, Governos estaduais e municipais, entidades civis e população em geral, tomarão conhecimento da equipe técnica, em audiência pública, a ser promovida pelo órgão técnico, preferencialmente na região ou Estado da proposta de demarcação, e do relatório final da equipe técnica.

Art. 68 - Simultaneamente ao processo de demarcação, o órgão fundiário federal promoverá o reassentamento dos índios localizados nas terras indígenas, cabendo à União Federal, daqueles considerados de boa fé, nos termos do § 6º do art. 67.

Parágrafo único. Não se aplica aos índios o direito de retenção por suas benfeitorias.

Art. 69 - O órgão fundiário federal promoverá o reassentamento previsto no artigo anterior, inadmitindo qualquer retardamento do procedimento de demarcação da terra indígena.

Art. 70 - É assegurado às comunidades indígenas a demarcação das terras por elas ocupadas tradicionalmente, pelo órgão indigenista federal de:

I - elementos comprobatórios da terra ocupada através de laudo antropológico e étnico-histórico la-

Parágrafo único. Concluídos os trabalhos, o competente relatório ao presidente do órgão indigenista, (dez) dias, os autos do procedimento demarcatório correspo-

Art. 73 - O procedimento de demarcação concluído por ato homologatório do Presidente da República, a partir da data do recebimento do respectivo procedimento ao

Parágrafo único. O ato homologatório das terras indígenas referidas no inciso I e II do art. 56 desta Lei será registrado no Cartório do Registro de Imóveis da União, no Departamento de Patrimônio da União - DPU, sendo título de propriedade, nos termos do art. 20, inciso XI, da Constituição Federal.

Art. 74 - Após o registro, o órgão indigenista fornecerá cópias do registro no Serviço do Patrimônio da União e no Serviço da comunidade indígena.

Art. 75 - A demarcação das terras indígenas obedecerá às etapas e o cumprimento dos prazos estabelecidos nesta lei, em cada comunidade indígena, exigíveis através de mandado judicial, quando:

I - o pedido de abertura do procedimento de demarcação, previsto no art. 66 desta Lei, não for atendido dentro do prazo legal;

II - ficar caracterizada negligência ou omissão da autoridade pública competente, em qualquer fase do procedimento.

§ 1º - Recebido o pedido, o juiz solicitante será apontada como coatora, que as prestará em dez dias.

dos limites das terras indígenas consideradas insuficientes
cultural das comunidades indígenas.

TÍTULO V

Do Aproveitamento dos Recursos Naturais Minerais

CAPÍTULO I

Dos Recursos Minerais

Art. 79 - As atividades de pesquisa e lavra em terras indígenas reger-se-ão pelo disposto nesta lei e, no que couber, pela Lei de Mineração e pela legislação ambiental.

Art. 80 - A pesquisa e a lavra das minerais em terras indígenas só podem ser realizados mediante autorização do Poder Executivo, observadas as necessidades das comunidades afetadas, sendo-lhes assegurada participação nos resultados da pesquisa e da lavra.

Art. 81 - A pesquisa e a lavra das minerais em terras indígenas serão efetivadas, no interesse nacional, sob os regimes de concessão e de concessão de lavra de que trata o Código de Mineração, observado o disposto no artigo 174 da Constituição Federal.

Parágrafo único. O aproveitamento das minerais em terras indígenas pelo regime de garimpagem é privativo dos indígenas, observado o disposto no artigo 174 da Constituição Federal, e delimitadas para este fim por Portaria conjunta do Departamento Nacional da Produção Mineral e do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, dispensada a edição da Portaria prevista na Lei 7.805, de 18 de julho de 1989.

for o caso, sobre pre-qualificação de concorrentes.

Art. 83 - O Edital conterá o memoria de mineração, estabelecerá os critérios para habilitação à p condições técnicas, econômicas, sociais, ambientais e fina sobre outras condições relativas à proteção dos direitos indígena afetada.

Art. 84 - As condições financeira incluem o pagamento às comunidades indígenas afetadas de:

I - renda pela ocupação do solo;

II - participação nos resultados da lav

§ 1º - A renda pela ocupação do sol anual a ser pago por hectare ocupado e será devida por todo de pesquisa a partir da data de ingresso na área, que será a c dos trabalhos de pesquisa, podendo essa obrigação ser ob garantia ou caução de títulos.

§ 2º - A participação da comunidade não poderá ser inferior a 2 % (dois por cento) do fa comercialização do produto mineral, obtido após a ú beneficiamento adotado e antes de sua transformação indust

§ 3º - Estende-se aos subproduto extraído a base de cálculo sobre a qual se define a participa resultado da lavra.

Art. 85 - As receitas provenientes artigo anterior serão aplicadas em benefício direto e ex indígena afetada, segundo plano de aplicação previamente custeio de atividades de responsabilidade legal do Poder F este integralmente ressarcida.

§ 4º - Caso se verifique a qualquer utilização das referidas receitas, o órgão indigenista federal e a comunidade poderão representar ao Ministério Público Federal providências judiciais cabíveis.

Art. 86 - Sem prejuízo de outras obrigações, as empresas concorrentes deverão satisfazer as seguintes condições:

I) experiência comprovada, como pessoa física ou jurídica, próprio, ou por empresa controladora;

II) firmar carta-compromisso de apresentar seguro garantia ou caução de títulos, para sustentar os despesas do plano de pesquisa, a ser apresentada ao Departamento Nacional de Registro de Imóveis;

III) apresentar termo de compromisso de apresentar caução no montante da renda pela ocupação do solo;

IV) comprovar, diretamente ou através de representante legal, capital social mínimo não inferior a 50% do valor do orçamento a ser desenvolvido na área, através do último balanço anterior;

V) comprovar, diretamente ou através de representante legal, disponibilidade financeira, medida através dos índices de liquidez inferior a 1,5 do último balanço auditado anterior à data do Edital;

VI) apresentar certidão negativa de débitos municipais, e comprovação de regularidade de recolhimento de impostos municipais;

§ 1º - O Edital de que trata o artigo anterior poderá, excepcionalmente, alterar as condições estabelecidas neste artigo, desde que necessário viabilizar a participação de empresas de mineração em comunidades indígenas ocupantes da terra indígena objeto do Edital.

de definição de prioridade somente caberá a empresas nacionais,
sistemática prevista no Edital ou em Portaria interministerial.

Art. 88 - O órgão indigenista federal, ouvido o Conselho Indigenista Brasileiro, poderá, a pedido das comunidades indígenas afetadas, assistida por representante dessas comunidades, emitir parecer prévio que atestará a legitimidade da manifestação da vontade dos indígenas.

§ 1º - A empresa declarada prioritária poderá participar dos procedimentos de audiência das comunidades indígenas.

§ 2º - Definir-se-á imediatamente e por escrito a comissão arbitral, a qual será composta por instituição ou pessoa para, na qualidade de árbitro, intermediar a negociação, quando venham a ocorrer quando da negociação do contrato previsto no artigo 87.

Art. 89 - Concluída a tramitação administrativa, o órgão indigenista federal encaminhará o processo ao Congresso Nacional para que este, mediante lei, determine os trabalhos de pesquisa e lavra, segundo o § 3º do artigo 231 da Constituição, observadas as condições peculiares à cultura e organização social das comunidades indígenas.

Parágrafo único. A autorização a ser concedida será formalizada por decreto legislativo, cabendo ao Departamento Nacional de Mineral a outorga do alvará de pesquisa.

Art. 90 - A União assegurará que os membros abster-se-ão de atos lesivos à segurança das equações indígenas durante a autorização da pesquisa.

Art. 91 - Concluída, tempestivamente, a pesquisa, o órgão federal de gestão dos recursos minerais o relatório final, o qual deverá conter que fiquem demonstradas a existência de jazida e a viabilidade econômica da exploração.

§ 3º - Respeitado o limite mínimo estabelecido nesta lei, é admitida, nesta fase, a renegociação do percentual limitada a variação do valor em 25% (vinte e cinco por cento).

Art. 92 - A outorga dos direitos para lavra será consubstanciada em portaria do Ministro de Estado da legislação pertinente, baixada com estrita observância da autorização do Congresso Nacional e das demais exigências mineral, ambiental e de proteção aos índios.

Art. 93 - Caso a União Federal não outorga dos trabalhos de lavra por fato não atribuível ao titular uma indenização, a ser paga pela União, em valor equivalente aos prejuízos efetivamente ocorridos.

§ 1º - As partes estabelecerão, de comum acordo, uma comissão independente para realização do levantamento das despesas com o trabalho.

§ 2º - O valor a ser pago a título de indenização será atualizado monetariamente com base no índice oficial de correção do valor.

Art. 94 - O Ministério Público Federal promoverá os procedimentos decorrentes da aplicação do disposto neste artigo no Congresso Nacional na eventualidade de descumprimento das condições fixadas no ato autorizativo.

Art. 95 - A União, por seu órgão competente, promoverá o levantamento geológico básico das terras indígenas, fazendo programas regulares de mapeamento.

Parágrafo único. Os trabalhos geológicos básicos serão executados com assistência de comunidade indígena que dará prévio conhecimento do trabalho à comunidade indígena.

indígenas ocupadas por índios isolados ou de contato
declaração dos respectivos limites.

§ 3º - Havendo autorizações de pe
terras indígenas referidas no **caput**, aplicar-se-á no que cou
Lei, cabendo nestes casos à União a obrigação de reparar
não sejam de responsabilidade do minerador.

Art. 97 - Não se aplicará o direito de
11, letra "a", do Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de
aos requerimentos de pesquisa incidentes em terras indí
Departamento Nacional da Produção Mineral após 5 de outu

Parágrafo único. Os requerimento
entre 5 de outubro de 1988 e a data de vigência desta Lei
Diretor do Departamento Nacional da Produção Mineral.

Art. 98 - Os requerimentos de autori
de licença que objetivem áreas situadas em terras in
protocolizados antes de 5 de outubro de 1988, serão
Nacional da Produção Mineral para fins de declaração de pri

§ 1º - Os titulares dos requerimentos
concessão de pesquisa e a autorização de lavra, indepen
disponibilidade a que se refere o art. 80, desde que atend
nesta lei e aquelas condições específicas que venham a
conjunta do órgão indigenista federal e do Departamento Na

§ 2º - O Departamento Nacional da
no Diário Oficial da União as relações dos requerime
devendo os respectivos requerentes, no prazo de 120 dias
junto ao Departamento Nacional da Produção Mineral que
desta lei, admitida neste período a transferência da titularida

Art. 99 - As empresas declaradas prioritárias para o pagamento da renda pela ocupação do solo e participação em bens minerais e petrolíferos, cujas quotas e ações, quando não de livre negociação com a comunidade indígena, poderão ser objeto de livre negociação com a comunidade indígena, observados os procedimentos de audiência previstos no art. 86 desta Lei.

Parágrafo único. Não havendo empresa prioritária e a comunidade indígena e a empresa prioritária, poder-se-á declarar a área do art. 80 desta Lei, podendo a antiga empresa prioritária exercer a exploração em termos do Edital.

Art. 100 - Aplica-se aos minerais e petróleo, no que couber, o disposto nesta Lei, ficando o Poder Executivo autorizado a editar normas complementares para exploração destes bens minerais e petrolíferos.

CAPÍTULO II

Dos recursos hídricos

Art. 101 - O aproveitamento de recursos hídricos, em terras indígenas deverá ser autorizado pelo Congresso Nacional, observadas as mesmas condições e o processo de exploração da mineração em terras indígenas, através dos órgãos federais competentes, mediante a elaboração de laudo antropológico e relatório de impacto ambiental, licitatório e sua subordinação a contrato escrito entre a comunidade indígena, a privada, e a comunidade indígena.

Art. 102 - Aplicar-se-á ao pagamento da renda da terra das comunidades indígenas pelo aproveitamento dos recursos hídricos ou seus derivados, o disposto nos arts. 84 e 85 desta lei.

X - utilização dos recursos obtidos nas florestais explorados em projetos de interesse de toda a comunidade área.

§ 1º - As atividades de que trata este artigo, a existência e utilização futura dos recursos naturais, bem como as produtivas desenvolvidas pelas comunidades indígenas.

§ 2º - O zoneamento previsto no inciso I, sobre a estratificação vegetal, hidrografia, banhados, solo, topografia, manejada, localização das unidades amostrais e outras informações.

§ 3º - O plano de manejo previsto no inciso II, objetivos e justificativas sociais, técnicas e econômicas do manejo do meio físico, biológico e sócio-econômico, inventário das parcelas, estudo de regeneração, índice de biodiversidade, avaliação e análise dos tratamentos silviculturais aplicados.

§ 4º - O descumprimento do plano de exploração previstos nos incisos IV e V implicará em empreendimento, por ato administrativo ou judicial, sem prejuízo criminal pelos danos eventualmente causados.

§ 5º - O Ministério Público Federal, no prazo de tempo, a realização de perícias para atestar o cumprimento das atividades previstas neste artigo.

§ 6º - Os órgãos públicos e seus agentes, na fiscalização do que trata o inciso IX, responderão civilmente por omissão.

§ 7º - Os representantes de organizações não governamentais responsáveis pelos empreendimentos previstos neste artigo, quando disposto no inciso X e deverão ressarcir a comunidade pelos prejuízos deles decorrentes.

§ 1º - comprovada em pericla, ato de desvitalização da madeira, esta deverá ser leiloada em ha revertidos aos cofres públicos.

§ 2º - Os casos que não se aplicam ao (sic), terão sua comercialização sujeita aos procedimentos proteção ambiental da União para todo território nacional.

§ 3º - Os recursos provenientes de desvitalizada, deverão ser revertidos em benefício de toda plano de aplicação.

§ 4º - O plano de aplicação a que deverá ser acompanhado pelo órgão indigenista federal.

CAPÍTULO IV

Da proteção ambiental

Art. 107 - Constitui encargo da União federais de meio ambiente e indigenista, a manutenção do indígenas e de seu entorno, mediante:

I - diagnóstico sócio-ambiental, pa como base para as intervenções necessárias;

II - recuperação das terras que degradação dos seus recursos naturais;

III - controle ambiental das atividades modificadoras do meio ambiente, mesmo aquelas desenvolvidas indígenas que afetam;

IV - educação ambiental, envolvendo sociedade regional na proteção ambiental das terras indígenas

II - formalizar contrato, anterior ao
onde se estabeleça a forma de compensação às comunidades

III - executar medidas de recuperação

Parágrafo único. As atividades de
quando realizadas em terras indígenas, somente se admitirão
público da União, conforme previsto em lei.

Art. 110 - A elaboração de projetos
envolvida, respeitando-se sua organização social, seus costumes

Art. 111 - Os atos não autorizados
qualquer natureza às terras indígenas e seus recursos, sujeitam-se à
obrigação de recuperar o dano, sem prejuízo de outras comp

Art. 112 - A reserva legal a que se refere
legislação correlata deverá ser mantida nas propriedades
preferencialmente nas suas divisas junto a estas terras.

Art. 113 - Será garantida a participação
na definição da política de ordenamento territorial e de estru
por projetos governamentais ou privados, sempre que haja in

Art. 114 - O estabelecimento de áreas
ambiental localizadas em terras indígenas dependerá de iniciativa
que as ocupam, e será formalizada em ato firmado entre elas
interessada..

§ 1º - O ato a que se refere o cap
compensação às comunidades indígenas pelas restrições c
destas áreas e a eventual participação em receitas.

retificação dos respectivos limites, excluindo-se a parte não ocupadas.

Art. 116 - O acesso e a utilização dos recursos biogenéticos existentes nas terras indígenas, respeitará o direito das comunidades indígenas, e dependerá de prévia autorização do órgão indigenista federal.

TÍTULO VI

Da assistência especial

CAPÍTULO I

Das disposições gerais

Art. 117 - É assegurado aos índios a assistência especial nas ações de saúde, educação, e de apoio à observância ao reconhecimento das comunidades indígenas diferenciadas.

Parágrafo único. A assistência especial prevista neste artigo não exclui o acesso dos índios e das comunidades indígenas assegurados aos demais brasileiros.

Art. 118 - Para os fins previstos neste artigo, os órgãos indigenistas, sob a coordenação do órgão indigenista federal, poderão instituir entidades governamentais ou privadas, com ou sem fins lucrativos, necessários, a fim de assegurar o suporte técnico, científico e a eficiência das ações.

Art. 121 - O sistema de prevenção das comunidades indígenas destina-se a complementar as práticas de saúde, visando a redução do risco de doenças e outros agravos e o estabelecimento de condições que assegurem aos índios e às comunidades indígenas o acesso às atividades e aos serviços de saúde.

Art. 122 - As ações de saúde voltadas para as comunidades terão como princípio:

I - o respeito e a valorização das culturas indígenas;

II - o tratamento diferenciado para as comunidades, considerados o perfil epidemiológico, a situação sanitária, as condições de vida, mental e social e as formas de interação dessas comunidades;

III - a participação da comunidade e de seus representantes, na formulação da política de saúde, e em todas as ações;

Art. 123 - É reconhecido e garantido o direito de cada comunidade indígena, componente de sua organização, de manter suas tradições.

Art. 124 - São assegurados os serviços de saúde nas comunidades indígenas.

Parágrafo único. Será incentivado o uso de profissionais oriundos da própria comunidade indígena como técnicos de atendimento primário.

Art. 125 - É garantido aos índios e às comunidades indígenas o acesso às ações do Sistema Único de Saúde.

IV - um representante do Congresso Nacional;

V - três representantes de organizações indígenas;

VI - dois representantes de organizações de saúde;

ao índio;

VII - dois médicos sanitaristas indicados;

Medicina;

VIII - um antropólogo indicado pelo Conselho Nacional de Antropologia;

Antropologia.

§ 1º - Quando da análise de projeto de lei ou de proposta de resolução de interesse de comunidade indígena interessada terá assento na Comissão através de um representante indígena com voz e voto.

§ 2º - Os representantes das organizações indígenas e das organizações de saúde aos índios terão mandato de três anos, permitida uma recondução de eleição entre tais organizações segundo normas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Saúde **ad referendum** da Comissão Intersetorial.

Art. 128 - Compete à Comissão Intersetorial:

I - formular os princípios, diretrizes e normas gerais de saúde para as comunidades indígenas, bem como controlar a execução;

II - estabelecer diretrizes a serem observadas nos planos de saúde para as comunidades indígenas;

III - analisar e aprovar as políticas, programas e projetos de saúde e outros que repercutam na situação sanitária das comunidades indígenas, compatibilizando-os com os princípios, diretrizes e ações de saúde indígena e a legislação pertinente;

art. 124 desta lei;

IX - fiscalizar a execução orçamentária específica.

Art. 129 - Para o planejamento e execução das comunidades indígenas serão estabelecidos Distritos Especiais compreendendo as terras indígenas, com as seguintes características:

I - configuração e delimitação dinâmica da comunidade ocupada, a rede de relações intercomunitárias e aquelas com o entorno envolvente por cada comunidade indígena;

II - delimitação funcional não necessariamente com as áreas municipais adjacentes;

III - organização interna diferenciada de acordo com a situação social, a situação sanitária, as necessidades, tradições e cultura da comunidade indígena;

IV - programação própria, que considere as prioridades de cada comunidade indígena, visando a melhoria da organização interna do Distrito, de maneira a criar condições para o desenvolvimento;

V - dotação de recursos e equipamentos adequados a cada comunidade indígena;

VI - metodologia autônoma de vinculação com o Sistema Único de Saúde.

Art. 130 - A direção dos Distritos Especiais será colegiada, que terá a participação de representantes dos órgãos e profissionais da área de saúde, possuidores de conhecimento das comunidades indígenas compreendidas pela área do distrito,

IV - organizar atividades que estimulem a efetiva integração entre as diversas equipes e os integrantes de

V - diligenciar junto ao Ministério das Condições necessárias ao desenvolvimento dos programas de

VI - definir as formas de integração desenvolvidos por outras instituições nas atividades realizadas

Art. 132 - Os Distritos Especiais são técnicas de âmbito federal no Sistema Único de Saúde.

Art. 133 - Outras instituições podem atuar em ações de saúde em áreas indígenas desde que as comunidades observadas as disposições desta Lei.

CAPÍTULO III

Da educação

Art. 134 - A educação escolar destinada aos indígenas terá como princípios:

I - garantia aos índios de acesso aos serviços de saúde com o domínio de seu funcionamento, de modo a assegurar a participação na vida nacional em igualdade de condições diferenciados;

II - respeito aos processos educacionais e ao conhecimento das comunidades indígenas.

§ 2º - São reconhecidos os currículos dos alunos poderão continuar os estudos subsequentes em outra qualquer complementação curricular.

§ 3º - Será dada prioridade aos índios para atuarem nas escolas destinadas às comunidades indígenas.

§ 4º - É obrigatória a isonomia salarial entre índios e não-índios.

Art. 137 - Os sistemas de ensino dos Municípios articular-se-ão para assegurar que as escolas situadas em suas proximidades, vinculadas a qualquer dos sistemas, observem as necessidades da educação nas comunidades indígenas estabelecidas no Plano Nacional de Educação quanto à formação permanente dos professores indígenas e ao acompanhamento regular do processo de educação escolar.

Art. 138 - Os programas referidos nos Planos Nacionais de Educação, com recursos específicos, serão financiados pelo órgão indigenista federal, além das dotações ordinárias das instituições, para os seguintes objetivos específicos:

I - valorizar a organização social das comunidades indígenas, seus costumes, línguas, crenças e tradições;

II - fortalecer as práticas sócio-culturais das comunidades indígenas, promover a comunidade e desenvolver metodologias específicas do processo de educação escolar indígena, especialmente na aprendizagem das línguas;

III - manter programas de formação especializados, possibilitando a condução pedagógica da educação nas comunidades indígenas, preferencialmente através da formação de professores indígenas.

Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena, composta

I - um representante do Ministério da

II - um representante do órgão federal

III - um representante das universidades

IV - um representante do Conselho

Educação - CONSED;

V - um representante da União Nacional

de Educação - UNDIME;

VI - um representante da Associação

VII - um representante da Associação

VIII - um representante de organizações

ao índio;

IX - cinco representantes de organizações

um por região.

Parágrafo único. Os representantes civil de apoio aos índios terão mandato de três anos, perfeitamente indicados através de eleição entre tais organizações segundas. O Ministério da Educação, **ad referendum** da Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena.

Indígena:

Art. 140 - Caberá à Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena:

indígena;

I - propor diretrizes para a política de educação escolar indígena;

Parágrafo único. Para o desenvolvimento do ensino junto às comunidades indígenas cujas línguas não são de origem tupi-guarani, a Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena deve promover pesquisas antropológicas e linguísticas, que contribuam para a elaboração de um plano de ensino dirigido às comunidades indígenas.

Art. 141 - Os Distritos de Educação Escolar Indígena são órgãos administrativas e técnicas do Sistema de Ensino da União, responsáveis pela definição de suas respectivas áreas de abrangência, as específicas das comunidades indígenas às quais se destinam.

Art. 142 - Os Distritos de Educação Escolar Indígena são administrados por Conselhos Educacionais compostos por representantes das comunidades e organizações indígenas locais, universidades, órgãos federais e estaduais de educação escolar indígena.

Art. 143 - Compete aos Distritos de Educação Escolar Indígena:

I - definir e executar as diretrizes e normas de ensino, de acordo com a Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena;

II - coordenar, acompanhar e avaliar o ensino desenvolvido pelas escolas indígenas e seus currículos e registros;

III - elaborar e manter programas de formação de professores destinados à educação escolar indígena, garantindo preferência a estes programas;

IV - habilitar os professores indígenas das comunidades assegurando-lhes a preferência em caso de concurso.

Art. 144 - É assegurado às comunidades indígenas o direito de escolher seus professores.

CAPÍTULO IV

Das atividades produtivas

Art. 147 - Cabe à União através promover e coordenar as ações, programas e projetos volt terão como princípios:

I - o respeito às especificidades culturais e sócio-econômicas de suas comunidades;

II - o incentivo ao uso de tecnologias consideradas apropriadas do ponto de vista ambiental sob a premissa de não geração de dependência tecnológica;

§ 1º - A interferência no processo de desenvolvimento das comunidades indígenas dar-se-á somente quando sua sobrevivência econômica estiver comprometida, atendendo-se aos interesses manifestos pelos índios, de acordo com o diagnóstico sócio-econômico-ambiental.

§ 2º - Fica garantida a participação das comunidades indígenas nas fases de elaboração, execução, avaliação e gestão dos projetos, sendo-lhes assegurados os objetos a serem desenvolvidas, visando alcançar a autogestão.

Art. 148 - As ações, programas e projetos terão como finalidade:

I - melhorar os níveis de nutrição das comunidades;

II - viabilizar, quando se fizer necessário, a produção, beneficiamento, armazenagem, escoamento e comercialização dos produtos.

Art. 150 - Será respeitada a aplicação de sanções de natureza coerciva ou disciplinar contra os seus instituições, desde que não revistam caráter cruel ou infamante pena de morte.

Parágrafo único. Na hipótese prevista a comunidade poderá optar pelo processo e julgamento da Justiça.

Art. 151 - Condenado o índio por crime cometido com não-índio, a pena será atenuada, e na aplicação o juiz considerará o réu.

§ 1º - Nos processos criminais com a realização de perícia antropológica, a fim de determinar o gênero do ato praticado, para efeito da aplicação do disposto no art. 151.

§ 2º - As penas de reclusão e de detenção, quando possível, em regime aberto, no local de funcionamento do órgão indigenista federal mais próxima do domicílio do condenado.

Art. 152 - Não há crime se o agente não tiver consciência do caráter delituoso de sua conduta, em razão do desconhecimento do povo.

Pena - Detenção, de três a doze anos.

Art. 154 - Ofender a integridade corporal de um mesmo grupo indígena, provocando o extermínio total ou a destruição da existência do grupo:

Pena - Reclusão, de três a doze anos.

§ 1º - Se o crime é culposo:

Pena - Detenção, de dois a oito anos.

§ 2º - Nas mesmas penas incorre quem:

I - submete ilicitamente o grupo a condições de existência capazes de ocasionar o seu extermínio total ou parcial;

II - adota medidas destinadas a impedir o desenvolvimento do grupo;

III - efetua a transferência ilícita de membros do grupo para outro.

Art. 155 - Proceder à remoção forçada de suas terras, ou à assimilação forçada de usos, costumes e tradições distintas:

Pena - Reclusão de dez a vinte anos.

Art. 156 - Utilizar o índio ou comunidade indígena sem seu consentimento expresso, com o objetivo de propaganda turística, promocionais ou lucrativos:

Pena - Detenção de um a três meses, ou multa, até o dobro da vantagem econômica auferida pelo agente ou a noventa vezes a multa.

auferida pelo agente ou a no mínimo 25 (vinte e cinco) dias-

Art. 158- Apropriar-se ou fazer uso, ou indiretamente, de conhecimentos tradicionais indígenas prévio consentimento, por escrito, da comunidade ou sociedade posse permanente.

Pena - multa igual a pelo menos o auferida pelo agente ou a no mínimo 25 (vinte e cinco) dias-

Art. 159 - Proporcionar, mediante fraude e a disseminação de bebidas alcoólicas entre membros da comunidade

Pena - Detenção de seis meses a dois (vinte e cinco) dias-multa.

Art. 160 - Escarnecer de cerimônia, culturais indígenas, vilipendiá-los ou perturbar, de qualquer modo

Pena - Detenção de dois a seis meses e cinco) dias-multa.

Art. 161 - Ingressar em terras indígenas declarados, sem a devida autorização:

Pena - detenção, de seis (6) meses correspondente a vinte e cinco (25) dias-multa.

Art. 162 - As penas estatuidas neste Código, quando o crime for praticado por servidor do órgão indigenista

Art. 163 - A prática de ato de discriminação contra os índios constitui crime de racismo, inafiançável e imprescritível, definido na Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, com as alterações introduzidas pela Lei nº 12.912, de 21 de setembro de 1990.

Art. 166 - Serão executadas por f
polícia que eventualmente tiverem de ser aplicadas em relação

Art. 167 - A União promoverá m
preservação e a difusão dos acervos documentais referente
genista brasileira, bem como facultará o acesso às informações

Art. 168 - À União, aos Estados
medidas de caráter educativo que visem despertar o inter
indígena, bem como eliminar preconceitos em relação aos índ

Art. 169 - A União, por meio
promoverá junto às comunidades indígenas a divulgação de
especial o disposto nesta Lei, utilizando-se todos os meios, i
línguas indígenas.

Art. 170 - O órgão indigenista federal
a partir da publicação desta Lei, levantamento, com diag
existentes de exploração ilegal das riquezas naturais em
necessárias correções.

Art. 171 - O órgão indigenista federal
dias, a partir da publicação desta Lei, para regularizar a sit
sejam de ocupação tradicional, e que por qualquer razão ter
índio, comunidade indígena ou de terceiros.

Art. 172 - Continuarão a ser mant
pelos Municípios e pelos Estados as escolas indígenas e o at
de vigência desta lei se encontrem vinculados a estas unida
dos Distritos de Educação Escolar Indígena e dos Distrit
Saúde.

inciso III e o parágrafo único, do art. 3º da Lei nº 6.001, de 1967, e o parágrafo único do art. 1º, e o art. 3º, todos da Lei nº 6.001, de 1967, e a Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973.

Sala da Comissão, em 15


Deputado Luciano
Relator

apresentadas na Comissão, de nºs 6, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 23, 26, 28, 32, 38, 43, 51, 52, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 70, 72, 74, 75, 76, 77, 78, 80, 81, 82, 83, 87, 95, 97, 99, 100, 101, 111, 112, 113, 114, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 128, 131, 133, 134, 135, 136, 138, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, pela rejeição das emendas de nºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 24, 25, 27, 29, 30, 31, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 70, 72, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 96, 98, 100, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, pela inconstitucionalidade e não do Projeto de Lei nº 2.451, de 1991, e do projeto de lei que, "Concede isenção de rendimentos auferidos pela sociedade ou razão de atos negociais envolvendo seu patrimônio do parecer do relator.

Estiveram presentes os
Domingos Juvenil, Presidente, João Fagundes
Alacid Nunes, Alceste Almeida, Aroldo Gomes
Getúlio Neiva, Luciano Castro, Luciano Pizzol
Ruben Bento, Sidney de Miguel, Tuga Anger
Zaire Rezende.

Sala da reunião, em 29 de

11/12/1992
Deputado Domingos Juvenil
Presidente

[Assinatura]
Deputado Luciano Pizzol
Relator

O Congresso Nacional decreta:

TÍTULO I

Dos Princípios e Definições

CAPÍTULO I

Dos Princípios

Art. 1º - Esta lei regula a situação das comunidades e de suas sociedades, com o propósito de organizar a organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e as terras que tradicionalmente ocupam e todos os seus bens.

Art. 2º - Aos índios, às comunidades e sociedades indígenas, estende a proteção das leis do País, em condições de igualdade, resguardados os usos, costumes e tradições indígenas, reconhecidas nesta lei.

Art. 3º - Cumpre à União proteger as comunidades e sociedades reconhecidas pela Constituição Federal e regulados por lei, com a colaboração de entidades públicas e privadas.

proteção e na assistência às sociedades e comunidades administrativas que promovam o respeito aos bens indig

Art. 4º - A política de proteção das sociedades ou comunidades indígenas terá como finalidade

I - assegurar aos índios a proteção

II - prestar assistência aos índios indígenas;

III - garantir aos índios o acesso à cultura brasileira e sobre o seu funcionamento;

IV - garantir aos índios e às sociedades os meios para sua auto-sustentação, respeitadas as suas diferenças;

V - assegurar aos índios e às sociedades a possibilidade de livre escolha dos seus meios de vida e de trabalho;

VI - assegurar o reconhecimento das sociedades e comunidades como grupos etnicamente diferenciados, com seus costumes, usos, línguas e tradições, seus modos de vida, culturais e artísticos e demais formas de expressão;

VII - executar, com anuência dos índios, a sua participação, programas e projetos que beneficiem as sociedades;

VIII - garantir aos índios e às sociedades a posse e a permanência nas suas terras;

IX - garantir aos índios o pleno e livre acesso à cultura brasileira;

Das definições e registros

Art. 6º - Para efeito desta lei cons

I - Sociedades indígenas, as coletivas, no conjunto da sociedade em virtude de seus vínculos históricos, culturais e econômicos, pré-colombiana;

II - Comunidade indígena, o grupo social dentro da sociedade indígena;

III - Índio, o indivíduo que se integra à sociedade ou comunidade indígena, e é por seus membros;

Art. 7º - Nenhum índio, comunidade ou indivíduo será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, violência, opressão, e será punido na forma da lei qualquer atentado contra os direitos fundamentais.

Art. 8º - As comunidades indígenas têm direito público interno e sua existência legal independe de reconhecimento pelo Poder Público.

Art. 9º - Os índios são brasileiros e gozam de todos os direitos civis, políticos, sociais e trabalhistas, bem como das garantias estabelecidas na Constituição Federal.

Parágrafo único. Aos índios e suas comunidades, na relação aos demais trabalhadores e a eles se estende o regime jurídico

§ 1º - O registro administrativo do documento hábil para proceder ao registro civil ou ato deste, como meio subsidiário de prova.

§ 2º - A relação dos nascimentos da comunidade indígena, indicando o nome e, no caso de óbito, deverá ser publicada anualmente pelo órgão indigenista federal.

Art. 12 - É assegurado aos povos indígenas o direito de participação em todas as instâncias que os digam respeito.

Art. 13 - O órgão federal indigenista promoverá e a avaliação dos programas, projetos e ações voltados para os indígenas.

TÍTULO II

Do patrimônio e da sua administração

CAPÍTULO I

Do patrimônio indígena

Art. 14 - Integram o patrimônio indígena:

I - os direitos originários sobre as terras por eles ocupadas, pelos índios e a posse permanente dessas terras e das reservas;

II - o usufruto exclusivo de todas as águas, rios e dos lagos existentes nas terras indígenas, incluindo o exercício de caça, pesca, coleta, garimpagem, faiscação e

VII - outros bens e direitos que
comunidades indígenas.

Art. 15 - São titulares do patrimônio

I - a população indígena do País,
destinados aos índios e que não se caracterizem como s
indígenas determinadas;

II - a comunidade ou sociedade i
bens considerados disponíveis localizados na terra
caracterizados como a ela pertencentes.

Parágrafo único. Os bens ad
exploração do patrimônio indígena pertencem à comun
explorado, independentemente de estarem registrados
membros ou representantes.

Art. 16 - Cabe a comunidade
indígena a administração dos bens que o constituam.

Parágrafo único. O órgão indige
que trata o inciso I do art. 15, podendo administrar ta
mesmo artigo, por expressa delegação da comunidade
em ambos os casos, manterá o arrolamento dos ben
cedendo à fiscalização rigorosa da sua gestão, mediante

Art. 17 - Cabe ao órgão indigen
para que a comunidade indígena exerça a administração

de ecossistemas e *habitats* naturais, espécies vivas, ve-
fármacos e essências naturais, ou quaisquer recursos ou

§ 1º - O direito das comunidades
inclui a faculdade de recusar, sem qualquer justific
conhecimentos tradicionais, ou de recusar autorização p
fins científicos, comerciais ou industriais, sob qualq
tradicionais.

§ 2º - A violação deste dire
indígenas, com a apropriação ou utilização indevi
conhecimentos tradicionais, sujeitará os infratores a res
lei, bem como à responsabilidade civil por todos os d
comunidades indígenas.

Art. 19 - É assegurado às comu
como a qualquer um de seus membros, o direito de requ
utilidade, modelo industrial ou registro de desenho in
seus conhecimentos tradicionais coletivos.

§ 1º - As patentes ou registros a
concedidos em nome da comunidade ou sociedade ind
invenção, modelo ou desenho industrial desenvolvi
tradicionais coletivos, pertencentes a toda a com
transmitidos a novas gerações de acordo com usos, cos
nestes casos, a concessão de patente ou registro em nor

§ 2º - As comunidades e soc
pagamento das respectivas anuidades e de quaisquer tr
de proteção à propriedade industrial, em qualquer hipó
concessão de patente ou registro por falta de pagamento

Art. 20 - O acesso, a utilizaç
tradicionais indígenas em pesquisas científicas que tenh

comunidade indígena, a que se refere o parágrafo anterior da comunidade; sendo expressamente proibida qualquer comercial não autorizada de conhecimentos tradicionais

§ 3º - Salvo estipulação em contrário, a comunidade indígena, quaisquer informações prestadas sobre conhecimentos tradicionais indígenas, de natureza científica, poderão ser transmitidas a terceiros sem a sua prévia autorização.

§ 4º - São nulos e extintos quaisquer atos ou contratos firmados por comunidades indígenas ou terceiros que permitam o acesso, a utilização ou a exploração de conhecimentos tradicionais indígenas em pesquisas científicas sem a co-titularidade da propriedade de todos os resultados e produtos derivados.

§ 5º - Não se aplicam as exigências legais para patentes científicas ou acadêmicas desenvolvidas em áreas indígenas.

Art. 21 - As comunidades indígenas cujos conhecimentos ou modelos tenham sido utilizados no desenvolvimento de invenção, modelo de utilidade, ou processo, serão sempre co-titulares das patentes ou registros, independentemente de formulação de pedido por parte do requerente.

§ 1º - Os requerentes de patentes de invenção, modelos de utilidade, ou processos desenvolvidos nas condições a que se refere o artigo anterior, cujas comunidades ou sociedades indígenas devem constar do pedido, sofrerão de nulidade absoluta da mesma.

§ 2º - As comunidades, sociedades indígenas ou sociedades indígenas poderão impugnar, administrativa ou judicialmente, a validade da patente anterior.

Art. 23 - Nas patentes concedidas a terceiros e a comunidades ou sociedades indígenas, não haverá quaisquer retribuições ou anuidades ao órgão oficial, cabendo o pagamento integral.

§ 1º - Na falta de pagamento da anuidade, refere o **caput**, as comunidades ou sociedades indígenas perderão todos os direitos decorrentes da concessão de patentes.

§ 2º - Nos casos em que as comunidades ou sociedades indígenas requererem, administrativa ou judicialmente, a declaração de nulidade sob a alegação de violação de seus direitos de propriedade intelectual, o contrário caberá ao requerente ou concessionário demonstrar, de forma cabal, que o produto ou processo desenvolvido sem qualquer utilização ou aplicação, de fato, é de tradição indígena.

Art. 24 - São nulos de pleno direito a transferência gratuita ou por preço vil da propriedade intelectual dos artigos anteriores.

Parágrafo único. Os co-titulares das patentes concedidas, na forma dos artigos anteriores, não poderão conceder licença para sua exploração a terceiros com exceção das comunidades ou sociedades indígenas, com a assistência do órgão oficial.

Art. 25 - Independentemente de qualquer recurso das pessoas físicas ou jurídicas envolvidas, as autoridades competentes têm competência exclusiva para dirimir quaisquer litígios oriundos de negócios jurídicos que tenham por objeto direitos de propriedade intelectual indígenas brasileiras.

relativas à propriedade industrial.

Art. 28 - A proteção prevista para os conhecimentos tradicionais indígenas sobre características e **habitats** naturais, espécies vivas, vegetais ou animais, essências naturais, ou quaisquer recursos ou produtos, independentemente de sua patenteabilidade.

Art. 29 - Não se aplicam as exigências do art. 20 e seus §§ 1º, 2º, 3º e 4º às pesquisas ou obras científicas e suas publicações e demais produtos derivados, ainda que

CAPÍTULO III

Do direito autoral

Art. 30 - Às obras intelectuais e artísticas, de forma individual, aplicam-se as normas estabelecidas na legislação em vigor.

Art. 31 - As comunidades e povos indígenas têm direitos morais e patrimoniais sobre as suas obras coletivamente produzidas, de qualquer modo exteriorizadas:

- I - as composições musicais, teatrais e coreográficas, escritas;
- II - as conferências, alocuções e discursos;
- III - as obras coreográficas e pantomímicas;
- IV - as obras dramáticas e dramaturgias.

Art. 33 - Os direitos morais e sociedades indígenas sobre as suas obras e criações são i por quaisquer prazos de proteção ou duração estabelecido

Art. 34 - O órgão indigenista federa das comunidades ou sociedades indígenas poderão efetuar independentemente do pagamento de quaisquer taxas.

§ 1º - O serviço a que se refer atribuições:

I - determinar, orientar, coordenar e executar as disposições contidas neste Capítulo;

II - por solicitação dos titulares de direitos, interdicar a representação, exibição, execução, transmissão de comunicação ao público, de obras indígenas, sem a autorização, se for exigida por disposições deste Capítulo;

III - impedir a destruição, das obras indígenas, a fim de evitar prejuízos culturais, morais ou individuais;

IV - estabelecer normas que regulem a arrecadação e distribuição dos direitos autorais das comunidades indígenas;

V - arbitrar questões que ver com os autores, intérpretes ou executantes;

VI - manifestar-se sobre a controvérsia relativas à proteção de direitos autorais indígenas, na o caso, como sobre problemas a elas concernentes;

I - quando se tratar de obras in-
atribuída a uma comunidade ou sociedade indígena
recolhidos ao Fundo de Direito Autoral Indígena;

II - além dos recursos previstos
ainda o Fundo de Direito Autoral Indígena o produto das
normas deste capítulo impostas pelo órgão indigenista
jurídicas nacionais ou estrangeiras e recursos oriundos de

§ 3º - Qualquer membro da
poderá requerer registro de suas obras ou criações co-
feito em nome da comunidade ou sociedade indígena,
benefícios morais e patrimoniais, salvo quando se tratar

§ 4º - O registro a que se r-
facultativo, e os direitos morais e patrimoniais das c-
sobre suas obras e criações serão exercidos independent

§ 5º - Salvo prova em contrári-
sociedade indígena em cujo nome foi registrada a obra o

§ 6º - Para identificarem-se como
sociedades indígenas criadoras de obras intelectuais usa-
sinal convencional.

Art. 35 - As publicações, fo-
registros catalogados em arquivos constantes de ins-
universidades ou de particulares, constituirão prova de a-
Capítulo.

Art. 36 - As obras intelectuais e
ou sociedades indígenas, não passarão, em qualquer
público, ou à propriedade da União, Estados, Distrito F-
transmitidas pela tradição oral, e independentemente de

se refere o **caput**, está subordinada a contrato escrito com o Ministério Público Federal, que estipulará as condições de reprodução, utilização ou comunicação ao público de forma que se fixará remuneração justa e equitativa para as comunidades envolvidas.

§ 2º - A autorização das comunidades indígenas, a que se refere o **caput**, será sempre por prazo determinado, sem prejuízo da renovação.

§ 3º - Cabe às comunidades e sociedades indígenas a gestão dos recursos auferidos a título de remuneração por reprodução, utilização ou comunicação.

Art. 39 - A reprodução, divulgação ou comunicação direta ou indireta, por qualquer meio ou processo, sem a autorização das comunidades ou sociedades indígenas, é desprovida dos requisitos legais, sujeitará os seus autores a penas e à obrigação de reparar todos os danos morais e materiais às comunidades ou sociedades indígenas.

Art. 40 - Não constituem crime as comunicações das comunidades ou sociedades indígenas:

I - A reprodução, representação ou comunicação de obra indígena ao público, por qualquer meio, com finalidade didática, educativa, científica ou beneficente.

II - A reprodução ou citação de obras publicadas em periódicos, artigos, teses, monografias acadêmicas, etc., para fins informativos, didáticos, de estudo científico, inclusive de polêmica.

Parágrafo único. Nos casos do inciso II, os autores deverão indicar as comunidades ou sociedades indígenas envolvidas e a cópia de quaisquer trabalhos ou publicações que façam referência às mesmas.

CAPÍTULO I

Dos bens, garantias e neg

Art. 42 - São nulos e extintos, natos e negócios realizados entre índios e terceiros, comunidades indígenas, praticados com dano a índio, com

§ 1º - Podem os índios, suas comunidades ou o Ministério Público Federal, ingressar em juízo para decidir se refere o **caput** deste artigo e para obter a indenização

§ 2º - A União responderá pelos danos causados por ou sociedade indígena por atos ou negócios a que se refere o **caput** deste artigo, por ação ou omissão relativas ao exercício das atribuições, cobrar regressivamente do terceiro causador.

Art. 43 - Não poderão ser objeto de direitos originários sobre as terras tradicionalmente ocupadas das comunidades indígenas permanentemente dessas terras e a das reservas e o usufruto delas e dos lagos nelas existentes.

Art. 44 - São respeitados os direitos das comunidades indígenas nos atos ou negócios realizados com elas, salvo se optarem pela aplicação do direito comum.

§ 1º - No regime de sucessão, herança do índio falecido e membros da sua comunidade, a esta pertencem os bens que tenham sido adquiridos com a exploração do patrimônio

Art. 48 - Toda autoridade pública que, por ato lesivo à pessoa do índio, a suas comunidades e formas de organização e patrimônio indígena, é obrigada a, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, comunicar os fatos ao Ministério Público Federal e ao órgão indigenista.

CAPÍTULO II

Art. 50 - São partes legítimas para propor a ação dos índios e das comunidades indígenas:

I - o Ministério Público Federal;

II - os índios, suas comunidades e

III - o órgão indigenista federal.

GER 20.01.0050.5 – (ABR/91)

Art. 51 - Compete ao órgão indigenista, a fiscalização da polícia dentro dos limites das terras indígenas, na defesa das comunidades, terras e patrimônio, podendo:

I - interditar, por prazo determinado, a entrada de terceiros nas terras indígenas para resguardo do território e das comunidades;

II - proibir a entrada de terceiros nas terras indígenas, se houver evidência de prejuízo ou risco para as comunidades, se dará ciência;

III - apreender veículos, bens e objetos explorando o patrimônio indígena sem a devida autorização;

IV - aplicar multas e penalidades.

§ 1º - Os veículos, bens e objetos apreendidos na forma do inciso III deste artigo ficam sujeitos a desapropriação pelo patrimônio público.

§ 2º - Sem prejuízo da ação punitiva prevista nas condições do inciso III deste artigo, uma vez aplicada a multa em hasta pública, e o produto da venda será depositado no Fundo Indigenista federal, para ser aplicado em benefício das comunidades indígenas.

§ 3º - Fica o órgão indigenista obrigado a publicar, em (sessenta) dias a partir da promulgação desta lei, a política e dos procedimentos de fixação e aplicação de multa deste artigo, sem prejuízo da aplicabilidade imediata dos dispositivos anteriores.

Art. 52 - As relações internas das comunidades indígenas reguladas por seus usos, costumes e tradições.

comunidades indígenas e de seus membros.

Art. 55 - As Forças Armadas e os demais poderes constituídos federais deverão colaborar na aplicação do art. 53.

Art. 56 - Aos Juizes Federais competem:

I - a disputa sobre direitos indígenas;

II - os crimes praticados contra as terras e seus bens;

III - os crimes praticados por indígenas.

Parágrafo único. Nos crimes a que se refere este artigo, a Polícia Federal exercerá a função de Polícia Judiciária.

TÍTULO IV

Das Terras Indígenas

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Art. 57 - São terras indígenas:

I - as terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas;

possam nelas viver e obter meios de subsistência, com as riquezas naturais dos solos, dos rios e dos lagos nelas existentes.

Art. 58 - Os direitos dos índios que ocupam são originários e imprescritíveis, e independem do Poder Público.

Art. 59 - As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, se não forem reservadas, são bens da União, inalienáveis e indisponíveis, com posse permanente, não podendo ser objeto de quaisquer transações que prejudiquem o pleno exercício da posse direta pelos próprios índios.

Parágrafo único. Aplica-se às terras indígenas a posse permanente e usufruto exclusivo das sociedades indígenas, conforme disposto neste artigo e, no que couber, as ações do órgão competente da lei para a proteção e regularização fundiária das terras indígenas reservadas.

Art. 60 - Os direitos territoriais dos índios aplicam-se a todas as terras indígenas, independentemente das denominações que os atos administrativos lhes conferirem.

Art. 61 - É vedada a remoção dos índios sem o **referendum** do Congresso Nacional, em casos de risco à sua população, ou no interesse da soberania do Brasil, garantindo, em qualquer hipótese, o retorno imediato.

índios será precedida de identificação por equipe técnica e levantamentos com o fim de atender ao disposto no § 1º.

Parágrafo único. O trabalho terá prazo de 180 (cento e oitenta) dias, prorrogável por igual período em caso de necessidade e após prévia justificativa.

Art. 64 - A equipe técnica designada pelo Presidente do órgão indigenista federal deverá ser composta por especialistas em sociológicos, ambientais, cartográficos e fundiários necessários.

I - um antropólogo credenciado em Antropologia, que a coordenará;

II - um técnico do órgão indigenista responsável pela cartografia, do mesmo órgão, a quem caberá a elaboração do mapa da área, com seus limites;

III - uma pessoa facultativamente indicada pelo ocupante da terra objeto da identificação;

IV - um técnico indicado pelo Conselho da comunidade indígena, ou um por Estado se envolvere a Federação.

§ 1º - Todos os membros da equipe deverão ter conhecimento específico sobre a comunidade indígena e sua cultura.

§ 2º - A equipe técnica deverá promover a participação das comunidades indígenas que a ocupam, mediante manifestação de vontade e permitindo-lhes o pleno exercício de suas atividades a serem desenvolvidas.

Art. 65 - A equipe técnica de id levantamento fundiário, deverá se fazer acompanhar por

I - um ou mais técnicos ou engenheiros

II - um ou mais técnicos ou engenheiros ou estadual, encarregados de coletar, em levantamento, respeito da dimensão e qualidade das posses dos beneficiários e da utilização econômica da área, objetivando o levantamento do órgão indigenista federal.

Art. 66 - A comunidade indígena do Brasil Federal podem requerer a instauração do procedimento perante o órgão indigenista federal, que deverá fazê-lo no prazo de 30 dias, a contar da data do protocolo do pedido.

§ 1º - Caso o pedido de abertura de procedimento demarcatório seja indeferido, o presidente do órgão indigenista federal deverá apresentar as razões dentro do prazo estabelecido no parágrafo anterior, publicada no Diário Oficial da União.

§ 2º - A equipe técnica submeterá ao órgão indigenista federal, o ocupante da terra objeto da identificação a proposta de limites a serem demarcados.

§ 3º - O antropólogo participante do trabalho, através de estudo etno-histórico e antropológico, para o fim do parágrafo anterior, explicitando os seus elementos de conhecimento dos índios, fazendo a descrição do modo como foi expresso.

§ 4º - Se considerar incompleto o trabalho do parágrafo anterior, o presidente do órgão indigenista federal, poderá determinar a complementação do trabalho, que deverá ser concluída no prazo de 30 dias.

Art. 67 - Os trabalhos da equipe nesta lei terão seu início e conclusão, e o nome dos encargo no Diário Oficial da União, garantido o acesso permanente relativas ao procedimento demarcatório às comunidades e aos demais interessados.

§ 1º Os órgãos públicos federais, no âmbito de sua competência, e às entidades civis e demais perante a equipe técnica, informações sobre a terra indígena em 60 (sessenta) dias contados a partir da publicação do ato.

§ 2º As comunidades locais, as entidades civis e população em geral, tomarão conhecimento da equipe técnica, em audiência pública, a ser promovida preferencialmente na região ou Estado da proposta de demarcação, no relatório final da equipe técnica.

Art. 68 - Simultaneamente à demarcação, o órgão fundiário federal promoverá o cadastramento dos índios localizados nas terras indígenas, cabendo à União, daqueles considerados de boa fé, nos termos do § 6º do art. 231 da Constituição Federal.

Parágrafo único. Não se aplicam às terras indígenas o direito de retenção por suas benfeitorias.

Art. 69 - O órgão fundiário federal, no âmbito de sua competência, previsto no artigo anterior, inadmitindo-se que se inicie o procedimento de demarcação da terra indígena.

Art. 70 - É assegurado às comunidades indígenas a demarcação das terras por elas ocupadas tradicionalmente, pelo órgão indigenista federal de:

5º do art. 65, as comunidades indígenas poderão p
conforme memorial homologado, com a supervisão do c

Art. 72 - O Presidente do órgão
normatizando os trabalhos referentes à demarcação física

Parágrafo único. Concluídos os
o competente relatório ao Presidente do órgão indige
(dez) dias, os autos do procedimento demarcatório corre

Art. 73 - O procedimento d
concluído por ato homologatório do Presidente da Repu
a partir da data do recebimento do respectivo procedime

Parágrafo único. O ato homol
indígenas referidas no inciso I e II do art. 56 dest
indigenista federal no Cartório do Registro de Imovei
Departamento de Patrimônio da União - DPU, sendo
art. 20, inciso XI, da Constituição Federal.

Art. 74 - Após o registro, o or
cópia do registro no Serviço do Patrimônio da U
comunidade indígena.

Art. 75 - A demarcação das ter
etapas e o cumprimento dos prazos estabelecidos nest
cada comunidade indígena, exigíveis através de mar
quando:

I - o pedido de abertura do proc
art. 66 desta Lei, não for atendido dentro do prazo legal

II - ficar caracterizada negligên
autoridade pública competente, em qualquer fase do pro

abertura ou tramitação do procedimento demarcatório.

Art. 78 - O órgão indigenista federação comunidade indígena interessada ou do Ministério Público dos limites das terras indígenas consideradas insuficientes cultural das comunidades indígenas.

TÍTULO V

Do Aproveitamento dos Recursos Naturais Minerais

CAPÍTULO I

Dos Recursos Minerais

Art. 79 - As atividades de pesquisa e lavra em terras indígenas reger-se-ão pelo disposto nesta lei e pela Mineração e pela legislação ambiental.

Art. 80 - A pesquisa e a lavra em terras indígenas só podem ser realizadas mediante autorização das comunidades afetadas, sendo-lhes asseguradas participações na produção e no comércio dos produtos.

Art. 81 - A pesquisa e a lavra em terras indígenas serão efetivadas, no interesse nacional, sob os termos e de concessão de lavra de que trata o Código de Mineração constituída no Brasil, nos termos da Constituição Federal.

Parágrafo único. O aproveitamento das terras indígenas pelo regime de garimpagem é privativo dos indígenas.

conjunto, apoiado em laudo antropológico e geológico como apta à mineração.

§ 2º - Os órgãos federais mencionados expedir normas peculiares a serem aplicadas no processo o caso, sobre pré-qualificação de concorrentes.

Art. 83 - O edital contera o menu mineração, estabelecerá os critérios para habilitação condições técnicas, econômicas, sociais, ambientais e sobre outras condições relativas à proteção dos direitos afetada.

Art. 84 - As condições financeiras incluem o pagamento às comunidades indígenas afetadas

I - renda pela ocupação do solo;

II - participação nos resultados da

§ 1º - A renda pela ocupação do solo anual a ser pago por hectare ocupado e será devida por de pesquisa a partir da data de ingresso na area, que ser dos trabalhos de pesquisa, podendo essa obrigação se garantia ou caução de títulos.

§ 2º - A participação da comunidade não poderá ser inferior a 2 % (dois por cento) da comercialização do produto mineral, obtido após beneficiamento adotado e antes de sua transformação in

§ 3º - Estende-se aos subprodutos extraído a base de cálculo sobre a qual se define a part resultado da lavra.

§ 2º - As receitas provenientes da comunidade indígena nos resultados da lavra serão bancária específica e aplicados nos fundos bancários mais conta o disposto no parágrafo anterior.

§ 3º - As referidas receitas e disponíveis após elaborado o plano de aplicação referida

§ 4º - Caso se verifique a qual utilização das referidas receitas, o órgão indigenista comunidade poderão representar ao Ministério Público providências judiciais cabíveis.

Art. 86 - Sem prejuízo de outras as empresas concorrentes deverão satisfazer as seguintes

I) experiência comprovada, com próprio, ou por empresa controladora;

II) firmar carta-compromisso de seguro garantia ou caução de títulos, para sustentar os plano de pesquisa, a ser apresentada ao Departamento N

III) apresentar termo de compro caução no montante da renda pela ocupação do solo;

IV) comprovar, diretamente ou capital social mínimo não inferior a 50% (cinquenta por programa de pesquisa a ser desenvolvido na área, através de publicação do Edital;

§ 2º - Caso se comprove a manobra por terceiros, com vistas à burla das condições estabelecidas no disposto no parágrafo anterior, o Departamento Nacional de Registro de Mineração é inabilitado para o exercício de quaisquer atividades minerais.

Art. 87 - Para a outorga da autorização de lavra, serão conjuntamente apreciados os requerimentos que for convenientemente fixado no Edital, definindo-se o melhor pretendente que melhor atender aos requisitos estabelecidos.

Parágrafo único. A interposição de recurso de definição de prioridade somente caberá a empresas que tenham a sistemática prevista no edital ou em Portaria interministerial.

Art. 88 - O órgão indigenista responsável pelas comunidades indígenas afetadas, assistida por representantes das comunidades, que atestará a legitimidade da manifestação da vontade das comunidades.

§ 1º - A empresa declarada priorizada poderá participar dos procedimentos de audiência das comunidades.

§ 2º - Definir-se-á imediatamente a comissão de arbitragem, instituição ou pessoa para, na qualidade de árbitro, intervir nos trabalhos quando da negociação do contrato prioritário.

Art. 89 - Concluída a tramitação, o órgão indigenista encaminhará o processo ao Congresso Nacional para que este determine os trabalhos de pesquisa e lavra, segundo o § 3º do artigo 17, observadas as condições peculiares à cultura e organização social das comunidades.

que fiquem demonstradas a existência de jazida e a viabilidade de aproveitamento, o titular da autorização requererá a outorga estabelecida no Código de Mineração e legislação complementar.

§ 1º - A concessão de lavra estará condicionada ao estudo de impacto ambiental e a apresentação deste em formulário padrão do órgão federal de proteção ambiental.

§ 2º - O requerimento de concessão de lavra será acompanhado de contrato firmado entre a empresa mineradora e a comunidade indígena com assistência do órgão indigenista federal, no qual ficarão estabelecidos os termos para o exercício da lavra e o pagamento da participação financeira, bem como as responsabilidades das partes.

§ 3º - Respeitado o limite mínimo estabelecido nesta lei, é admitida, nesta fase, a renegociação do preço da lavra limitada a variação do valor em 25% (vinte e cinco por cento) ao ano.

Art. 92 - A outorga dos direitos de lavra será consubstanciada em Portaria do Ministro de Minas e Energia, de legislação pertinente, baixada com estrita observância às disposições de autorização do Congresso Nacional e das demais exigências legais, ambientais e de proteção aos índios.

Art. 93 - Caso a União Federal não outorgue os trabalhos de lavra por fato não atribuível ao titular, este terá direito a uma indenização, a ser paga pela União, em valor equivalente aos prejuízos efetivamente ocorridos.

§ 1º - As partes estabelecerão o valor da indenização independente para realização do levantamento das despesas.

§ 2º - O valor a ser pago a título de indenização será atualizado monetariamente com base no índice oficial de correção de preços.

geológicos básicos serão executados com assistência de
que dará prévio conhecimento do trabalho à comunidade

Art. 96 - O órgão indigenista
portarias, limites provisórios para as terras indígenas
declarados, bem como aquelas nas quais tenha sido cons
ou de contato recente.

§ 1º - O Departamento Nacional
suspensão da tramitação dos processos minerários que
definidas pelas portarias mencionadas no **caput**, enqu
limites.

§ 2º - Serão indeferidos os requ
indígenas ocupadas por índios isolados ou de cont
declaração dos respectivos limites.

§ 3º - Havendo autorizações d
terras indígenas referidas no **caput**, aplicar-se-a no que
Lei, cabendo nestes casos à União a obrigação de rep
não sejam de responsabilidade do minerador.

Art. 97 - Não se aplicará o direit
11, letra "a", do Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro
requerimentos de pesquisa incidentes em terras i
Departamento Nacional da Produção Mineral após 5 de

Parágrafo único. Os requerimen
5 de outubro de 1988 e a data de vigência desta Lei ser
do Departamento Nacional da Produção Mineral.

Art. 98 - Os requerimentos de a
de licença que objetivem áreas situadas em terra

os respectivos requerentes, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, para comprovar junto ao Departamento Nacional da Produção Mineral, no art. 84 desta lei, admitida neste período a transferência de titularidade.

§ 3º - O não cumprimento do prazo ensejará o indeferimento do requerimento pelo Diretor do Departamento Nacional da Produção Mineral.

§ 4º - Os requerimentos prioritários serão deferidos pelo Departamento Nacional da Produção Mineral, por procedimento administrativo, desde que a atividade minerária seja considerada prejudicial ao meio ambiente com base em laudo antropológico específico.

§ 5º - Caso o Congresso Nacional não seja o requerente correspondente ao requerimento da empresa declarada prioritária, o Diretor do Departamento Nacional da Produção Mineral poderá, a qualquer tempo, indeferir o requerimento.

Art. 99 - As empresas declaradas prioritárias não estão sujeitas para o pagamento da renda pela ocupação do solo e para a alienação dos bens, os quais poderão ser objeto de livre negociação com a comunidade indígena, mediante procedimentos de audiência previstos no art. 86 desta Lei.

Parágrafo único. Não havendo comunidade indígena e a empresa prioritária, poder-se-á aplicar o disposto no art. 80 desta Lei, podendo a antiga empresa prioritária ser beneficiada nos termos do Edital.

Art. 100 - Aplica-se aos minerais não metálicos e ao petróleo, no que couber, o disposto nesta Lei, ficando o Poder Executivo autorizado a emitir normas complementares para exploração destes bens minerais.

licitatório e sua subordinação a contrato escrito entre
privada, e a comunidade indígena.

Art. 102 - Aplicar-se-a ao paga
indígenas pelo aproveitamento dos recursos hídricos ou
couber, o disposto nos arts. 84 e 85 desta lei.

Art. 103 - Quando o aproveitam
indígenas implicar a perda da ocupação, do domínio o
indígenas, o Poder Público é obrigado a ressarcir as cor
de igual tamanho, qualidade e valor ecológico, e a inden

Parágrafo único. Quando a per
reposição será em terras contíguas às remanescentes.

CAPÍTULO III

Da Exploração Florestal M

Art. 104 - O aproveitamento c
exploração madeireira em terras indígenas somente po
florestal em regime de rendimento sustentado, p
coordenados e implementados por comunidades ind
ocupam, ou por suas organizações, desde que atendidas

I - estar a terra indígena com os l
de turbação;

II - realização de prévio zone
indígena, especificando a parte a ser explorada, defin
caráter permanente, as imprescindíveis à preservação de

V - apresentação do sistema aproveitamento florestal com micro-zoneamento da área total a 100 % (cem por cento), número e localização, volume, configuração do terreno, natureza do solo, acesso, detalhamento da infra-estrutura e operações de aproveitamento;

VI - aprovação do zoneamento, exploração de que tratam os incisos II, IV e V, respectivos representantes e constituída em ato conjunto dos órgãos ambientais da União;

VII - anotação de responsabilidade do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia para a execução do plano de manejo e do plano de aproveitamento;

VIII - apresentação do laudo sobre as implicações sócio-econômicas e culturais para as comunidades e seu monitoramento e redução ou afastamento de efeitos negativos;

IX - fiscalização regular e periódica realizada por ação conjunta dos órgãos indigenista federal e de proteção ambiental;

X - utilização dos recursos obtidos das atividades florestais explorados em projetos de interesse de toda a área.

§ 1º - As atividades de que tratam os incisos II, IV e V, existência e utilização futura dos recursos naturais, produtivas desenvolvidas pelas comunidades indígenas.

§ 2º - O zoneamento previsto no inciso V, sobre a estratificação vegetal, hidrografia, banhados, solo manejada, localização das unidades amostrais e outras informações;

§ 5º - O Ministério Público Federal, no prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data da realização de perícias para atestar o cumprimento das atividades previstas neste artigo.

§ 6º - Os órgãos públicos e a fiscalização de que trata o inciso IX, responderão civil e

§ 7º - Os representantes de organizações não governamentais responsáveis pelos empreendimentos previstos neste artigo, quando disposto no inciso X e deverão ressarcir a comunidade pelos prejuízos deles decorrentes.

§ 8º - Não se aplica o previsto no inciso III para consumo próprio ou subsistência das comunidades.

Art. 105 - O aproveitamento econômico das áreas vinculadas à reposição florestal, em áreas indígenas estabelecidas pelo órgão de proteção ambiental da União para

Art. 106 - A comercialização de produtos das áreas indígenas, estará condicionada a perícia técnica da União, federal e de proteção ambiental da União, que ateste a origem intencional.

§ 1º - comprovada em perícia a origem intencional da desvitalização da madeira, esta deverá ser leiloada e os recursos revertidos aos cofres públicos.

§ 2º - Os casos em que não se comprovou a origem intencional, anterior, terão sua comercialização sujeita aos procedimentos de proteção ambiental da União para todo território nacional.

§ 3º - Os recursos provenientes da comercialização de madeira desvitalizada, deverão ser revertidos em benefício de um plano de aplicação.

I - diagnóstico socio-ambiental, p
base para as intervenções necessárias;

II - recuperação das terras e
degradação dos seus recursos naturais;

III - controle ambiental das at
modificadoras do meio ambiente, mesmo aquelas dese
indigenas que afetam;

IV - educação ambiental, envo
sociedade regional na proteção ambiental das terras indi

V - identificação e difusão de te
consideradas apropriadas do ponto de vista ambiental e

Art. 108 - Aplicam-se às terra
proteção ao meio ambiente, naquilo que não contrariem

Art. 109 - Qualquer agente,
desenvolver atividades potencialmente ou efetivamente
terras indigenas, estará obrigado a:

I - apresentar relatório de impa
porte do empreendimento;

II - formalizar contrato, anterior
se estabeleça a forma de compensação às comunidades

III - executar medidas de recupe

Parágrafo único. As atividades
quando realizadas em terras indigenas, somente se adm
público da União, conforme previsto em lei.

Art. 113 - Será garantida a participação na definição da política de ordenamento territorial e de projetos governamentais ou privados, sempre que h

Art. 114 - O estabelecimento ambiental localizadas em terras indígenas dependerá de que as ocupam, e será formalizada em ato firmado entre interessada..

§ 1º - O ato a que se refere o compensação às comunidades indígenas pelas restrições destas áreas e a eventual participação em receitas.

§ 2º - A compensação de que preferencialmente através da viabilização de prog econômica das comunidades indígenas.

§ 3º - O estabelecimento de área em terras indígenas em nenhuma hipótese prejudicará terras.

Art. 115 - As unidades de conservação totalmente incidentes em terras indígenas, deverão submeter-se ao art. 110 desta Lei no prazo de um ano após a sua promulgação de negociação ou autorização das comunidades indígenas respectivos limites, excluindo-se a parte incidente sobre

Art. 116 - O acesso e a utilização de recursos biogenéticos existentes nas terras indígenas, respeitará as comunidades indígenas, e dependerá de prévia autorização e comunicação ao órgão indigenista federal.

Art. 117 - É assegurado aos índios assistência especial nas ações de saúde, educação, e de observância ao reconhecimento das comunidades indígenas diferenciadas.

Parágrafo único. A assistência prevista neste artigo não exclui o acesso dos índios e das comunidades indígenas assegurados aos demais brasileiros.

Art. 118 - Para os fins previstos neste artigo, entendimentos, sob a coordenação do órgão indigenista, governamentais ou privadas, com ou sem fins lucrativos, e, se necessário, a fim de assegurar o suporte técnico, científico e a eficiência das ações.

Art. 119 - As ações de assistência social, educação e apoio às atividades produtivas dar-se-ão de modo a assegurar a proteção ambiental e defesa das terras indígenas.

Art. 120 - Os profissionais e técnicos de saúde especial deverão possuir habilitação profissional específica para os grupos indígenas.

CAPÍTULO II

Da saúde

Art. 121 - O sistema de prevenção e controle das doenças em comunidades indígenas destina-se a complementar as políticas de saúde e a redução do risco de doenças e outros agravos e o

III - a participação da comunidade
representantes, na formulação da política de saúde, e em

Art. 123 - É reconhecido e garantido
de cada comunidade indígena, componente de sua organização
tradições.

Art. 124 - São assegurados os serviços de
saúde nas comunidades indígenas.

Parágrafo único. Será incentivada a participação
da própria comunidade indígena, como técnicos de saúde
primário.

Art. 125 - É garantido aos índios o acesso
às ações do Sistema Único de Saúde.

Art. 126 - O Sistema Único de Saúde tem por
recuperar a saúde das comunidades indígenas, atender e
assistência aos mesmos, através de Distritos Sanitários Indígenas.

Art. 127 - Será criada, no âmbito do Conselho
Intersetorial relativa à área de saúde, composta de:

I - um representante do Ministério da Saúde;

II - um representante do órgão indigenista;

III - um representante do Ministério da Educação;

IV - um representante do Congresso Nacional;

V - três representantes de organizações indígenas.

§ 2º - Os representantes das organizações
aos índios terão mandato de 3 (três) anos, permitida
através de eleição entre tais organizações, segundo norma
Saúde, **ad referendum** da Comissão Intersectorial.

Art. 128 - Compete à Comissão Intersectorial

I - formular os princípios, diretrizes e prioridades
para as comunidades indígenas, bem como controlar a execução

II - estabelecer diretrizes e prioridades a serem
planos de saúde para as comunidades indígenas;

III - analisar e aprovar as políticas
de saúde e outros que repercutam na situação sanitária
compatibilizando-os com os princípios, diretrizes e ações
saúde indígena e com a legislação pertinente;

IV - definir as áreas de jurisdição
que serão constituídos por áreas indígenas;

V - formular e acompanhar o
desenvolvimento de recursos humanos específicos para

VI - definir mecanismos de avaliação
das comunidades indígenas nos seus aspectos demográficos

VII - apreciar e aprovar as normas
Sistema Único de Saúde, relativas às comunidades indígenas

VIII - nomear os membros dos
art. 124 desta lei;

IX - fiscalizar a execução orçamentária
específicos.

III - organização interna diferenciada, considerando a situação social, a situação sanitária, as necessidades, tradições e cultura da comunidade indígena;

IV - programação própria, que considere as prioridades de cada comunidade indígena, visando a melhoria da organização interna do Distrito, de maneira a criar condições para o desenvolvimento;

V - dotação de recursos e equipamentos adequados para cada comunidade indígena;

VI - metodologia autônoma de trabalho, dentro do Sistema Único de Saúde.

Art. 130 - A direção dos Distritos é exercida pelo Colegiado, que terá a participação de representantes dos profissionais da área de saúde, possuidores de conhecimento das comunidades indígenas compreendidas pela área do distrito.

Art. 131 - Compete ao Colegiado:

I - elaborar o planejamento estratégico e as atividades do Distrito;

II - definir os mecanismos de controle e avaliação das atividades desenvolvidas no distrito;

III - coletar, centralizar, organizar e analisar informações acerca da situação sanitária de cada comunidade, o desempenho das programações, instituições e serviços, e reportar periodicamente à direção do Ministério da Saúde;

IV - organizar atividades que estimulem a efetiva integração entre as diversas equipes e os integrantes do distrito.

CAPÍTULO III

Da educação

Art. 134 - A educação escolar terá como princípios:

I - a garantia aos índios de acesso com o domínio de seu funcionamento, de modo a assegurar e a participação na vida nacional em igualdade de condições diferenciados;

II - o respeito aos processos de conhecimento das comunidades indígenas.

Art. 135 - É assegurada às comunidades suas línguas e processos próprios de aprendizagem no ensino.

Art. 136 - O Sistema de Ensino dos Municípios, com a colaboração do órgão indigenista, promoverá o fomento à cultura, desenvolverá programas integrados com pesquisa, para oferta de educação bilingue, diferenciada e de nível indígena.

§ 1º - Os programas previstos no artigo anterior serão implementados com a participação das comunidades indígenas.

§ 2º - São reconhecidos os currículos das comunidades indígenas e os alunos poderão continuar os estudos subsequentes em qualquer complementação curricular.

Art. 138 - Os programas referidos nos Planos Nacionais de Educação, com recursos especiais, do órgão indigenista federal, além das dotações ordinárias, terão os seguintes objetivos específicos:

I - valorizar a organização social, os costumes, línguas, crenças e tradições;

II - fortalecer as práticas sócio-culturais da comunidade e desenvolver metodologias específicas do ensino e da educação escolar indígena, especialmente na aprendizagem;

III - manter programas de ensino especializados, possibilitando a condução pedagógica nas comunidades indígenas, preferencialmente através da formação de professores;

IV - desenvolver currículos, programas de aprendizagem e materiais pedagógicos e calendários escolares para as diversas comunidades indígenas;

V - publicar sistematicamente materiais de ensino em material bilíngüe, destinados a educação em cada comunidade, com os conteúdos curriculares;

VI - incluir os conteúdos científicos e tecnológicos em cada comunidade, buscando a valorização e fortalecimento das comunidades indígenas.

Art. 139 - O Ministério da Educação criará a Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena, com

VI - um representante da Associação

VII - um representante da Associação

VIII - um representante de organização

ao índio;

IX - cinco representantes de organizações

um por região.

Parágrafo único. Os representantes da Comissão
civil de apoio aos índios terão mandato de 3 (três) anos,
indicados através de eleição entre tais organizações,
Ministério da Educação, **ad referendum** da Comissão
Indígena.

Art. 140 - Caberá à Comissão

Indígena:

I - propor diretrizes para a política

indígena;

II - criar mecanismos de apoio e
e a sistematização dos conhecimentos e processos cognitivos
do saber das comunidades indígenas;

III - propor e incentivar a criação
núcleos de educação escolar indígena, com a participação
de organizações não governamentais e de Universidades
e apoiar as escolas indígenas;

IV - analisar o material didático produzido

V - propor, acompanhar e avaliar o
ensino junto às comunidades indígenas ou que as afetem

administrados por Conselhos Educacionais compostos de representantes de organizações indígenas locais, universidades, órgãos federais e educação escolar indígena.

Art. 143 - Compete aos Distritos

I - definir e executar as diretrizes de acordo com a Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena;

II - coordenar, acompanhar e avaliar as atividades desenvolvidas pelas escolas indígenas e seus currículos e programas;

III - elaborar e manter programas de formação de professores destinados à educação escolar indígena, com preferência a estes programas;

IV - habilitar os professores das comunidades assegurando-lhes a preferência em caso de concurso.

Art. 144 - É assegurado às comunidades indígenas o direito de escolher seus professores.

Art. 145 - Em todos os cursos de ensino médio, públicas federais, será garantida anualmente uma vaga para indígenas, independente de qualquer processo de seleção, após a conclusão do interessado do ensino de primeiro e segundo graus.

Parágrafo único. Nos casos de concorrência para um mesmo curso, caberá à Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena, com a instituição pública federal, estabelecer o critério de seleção dos interessados.

Art. 146 - É garantido às comunidades indígenas o ensino de escolas de ensino fundamental no interior de suas terras.

I - o respeito às especificidades sócio-econômicas de suas comunidades;

II - o incentivo ao uso de tecnologias consideradas apropriadas do ponto de vista ambiental e a não geração de dependência tecnológica;

§ 1º - A interferência no processo das comunidades indígenas dar-se-á somente quando sua sobrevivência estiver ameaçada, atendendo-se aos interesses manifestos pelos índios, mediante diagnóstico sócio-econômico-ambiental.

§ 2º - Fica garantida a participação das comunidades indígenas nas fases de elaboração, execução, avaliação e monitoramento dos projetos objetos a serem desenvolvidas, visando alcançar a autogestão.

Art. 148 - As ações, programas e projetos terão como finalidade:

I - melhorar os níveis de nutrição;

II - viabilizar, quando se fizer necessário, o armazenamento, beneficiamento, armazenagem, escoamento e comercialização dos produtos.

Art. 149 - Nas ações, programas e projetos será incentivado o uso de tecnologias indígenas e de modernas, do ponto de vista ambiental e antropológico, respeitada a não dependência tecnológica.

Art. 150 - Será respeitada a aplicação de sanções de natureza coerciva ou disciplinar contra os indivíduos das instituições, desde que não revistam caráter cruel ou infame, pena de morte.

Parágrafo único. Na hipótese de comunidade poderá optar pelo processo e julgamento da comunidade.

Art. 151 - Condenado o índio ou não-índio, a pena será atenuada, e na aplicação o juiz considerará o fato do réu.

§ 1º - Nos processos criminais de realização de perícia antropológica, a fim de determinar o ato praticado, para efeito da aplicação do disposto no art. 150.

§ 2º - As penas de prisão e de liberdade que possível, em regime aberto, no local de funcionamento do órgão indigenista federal mais próxima do domicílio do condenado.

Art. 152 - Não há crime se o indivíduo não tiver consciência do caráter delituoso de sua conduta, em razão de erro de fato.

CAPÍTULO II

Dos crimes contra os indivíduos

Art. 153 - Matar membros da comunidade, provocando o extermínio total ou parcial ou pondo em perigo a vida da comunidade.

Pena - prisão, de vinte a trinta anos.

Pena - detenção, de dois a oito anos.

§ 2º - Nas mesmas penas incorrerá quem:

I - submete ilicitamente o grupo a qualquer tratamento de existência capazes de ocasionar o seu extermínio total;

II - adota medidas destinadas a impedir o desenvolvimento do grupo;

III - efetua a transferência ilícita de membros do grupo para outro.

Art. 155 - Proceder à remoção das terras, ou à assimilação forçada de usos, costumes e tradições distintas:

Pena - reclusão de dez a vinte anos.

Art. 156 - Utilizar o índio ou a comunidade indígena sem o consentimento expresso, com o objetivo de propaganda política, promocionais ou lucrativos:

Pena - detenção de um a três meses, ou multa, ou o dobro da vantagem econômica auferida pelo agente ou do valor da multa.

§ 1º - Se o consentimento for fraudulento, a pena será agravada de dois terços.

§ 2º - Se da utilização resultar dano à comunidade indígena:

Pena - detenção de três a seis meses, ou multa.

posse permanente.

Pena - multa igual a pelo menos a auferida pelo agente ou a no mínimo 25 (vinte e cinco) d

Art. 159 - Proporcionar, mediante e a disseminação de bebidas alcoólicas entre membros da

Pena - detenção de seis meses a (vinte e cinco) dias-multa.

Art. 160 - Escarnecer de cerimônias culturais indígenas, vilipendiá-los ou perturbar, de qualqu

Pena - detenção de dois a seis me e cinco) dias-multa.

Art. 161 - Ingressar em terras declarados, sem a devida autorização:

Pena - detenção, de seis meses a 25 (vinte e cinco) dias-multa.

Art. 162 - As penas estatuídas ne terço, quando o crime for praticado por servidor do órgã

Art. 163 - A prática de ato de índios constitui crime de racismo, inafiançável e impres Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, com as alterações de 21 de setembro de 1990.

Art. 164 - O não cumprimento sujeitando-se o infrator às penas do art. 320 do Código

Art. 166 - Serão executadas por quem
que eventualmente tiverem de ser aplicadas em relação às

Art. 167 - A União promoverá a preservação e a difusão dos acervos documentais referidos no inciso I do artigo 161 desta Lei, bem como facultará o acesso às informações indígenas brasileiras, bem como facultará o acesso às informações indígenas brasileiras, bem como facultará o acesso às informações indígenas brasileiras.

Art. 168 - À União, aos Estados e aos Municípios caberá promover medidas de caráter educativo que visem despertar o interesse das comunidades indígenas, bem como eliminar preconceitos em relação aos indígenas.

Art. 169 - A União, por meio de programas especiais, promoverá junto às comunidades indígenas a divulgação da cultura indígena, especial o disposto nesta Lei, utilizando-se todos os meios disponíveis, inclusive as línguas indígenas.

Art. 170 - O órgão indigenista federal, no prazo de um ano a partir da publicação desta Lei, levantará, com o auxílio das comunidades existentes de exploração ilegal das riquezas naturais, as medidas necessárias correções.

Art. 171 - O órgão indigenista federal, no prazo de oitenta dias, a partir da publicação desta Lei, para a identificação das comunidades indígenas que sejam de ocupação tradicional, e que por qualquer motivo em nome de índio, comunidade indígena ou de terceiros.

Art. 172 - Continuarão a ser mantidos os Distritos de Educação Indígena, os Municípios e pelos Estados as escolas indígenas e o atendimento à educação indígena desta lei se encontrem vinculados a estas unidades de ensino. Os Distritos de Educação Escolar Indígena e dos Distritos de Educação Escolar Indígena.

Parágrafo único. Fica assegurada a participação dos Estados e Municípios no estabelecimento da transição da saúde para os respectivos sistemas da União.

Sala da Comissão, em 2

[Handwritten signature]
Deputado D
Pre

[Handwritten signature]
Deputado L
R

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º São isentos da incidência de quaisquer rendimentos auferidos pela sociedade ou comunidade indígena de atos negociais envolvendo seu patrimônio.

Art. 2º Para efeitos desta Lei, são isentas de impostos as sociedades ou comunidades indígenas:

I - os direitos originários sobre as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios e a posse permanente destas terras;

II - o usufruto exclusivo de todas as águas, rios e dos lagos existentes nas terras indígenas, inclusive os acréscimos e o exercício de caça, pesca, coleta, garimpo e mineração;

III - os bens móveis e imóveis adquiridos a qualquer título;

IV - o direito autoral, e sobre as obras de arte, artesanato e outras criações das próprias comunidades indígenas, incluídos os direitos conexos;

V - os direitos sobre as tecnologias desenvolvidas e a criação das comunidades indígenas;

aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os poços
nas terras indígenas;

II - os direitos autorais ou
titularidade seja de sociedade ou comunidade indígena;

III - o auferimento de renda por
indígenas.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Assim, o presente Projeto de L
esta isenção, obedecendo o mandamento constitucio
apoioamento de nosso Pares para a sua aprovaçao.

Sala da Comissão, em 29 de

[Handwritten signature]
Deputado Don
Presi

[Handwritten signature]
Deputado Luc
Rel

PROJETO DE LEI Nº , DE 2018

(Do Sr. ARNALDO JORDY)

Altera a Lei 6.015, de 31 de dezembro de 1973, para dispor sobre o registro civil de indígenas e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei 6.015, de 31 de dezembro de 1973, para dispor sobre o registro civil de indígenas e dá outras providências.

Art. 2º A Lei 6.015, de 31 de dezembro de 1973, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 46-A:

“Art. 46-A. As declarações de nascimento dos indígenas feitas após o decurso do prazo legal serão registradas:

I - mediante a apresentação do RANI;

II - mediante apresentação dos dados, em requerimento, por representante da Fundação Nacional do Índio – FUNAI a ser identificado no assento; ou

III - na forma do art. 46 desta Lei.

§ 1º Em caso de dúvida fundada acerca da autenticidade das declarações ou de suspeita de duplicidade de registro, o registrador poderá exigir a presença de representante da FUNAI e apresentação de certidão negativa de registro de nascimento das serventias de registro que tenham atribuição para os territórios em que nasceu o interessado, onde é situada sua aldeia de origem e onde esteja atendido pelo serviço de saúde.

§ 2º Persistindo a dúvida ou a suspeita, o registrador submeterá o caso ao Juízo competente para fiscalização dos atos notariais e registrais, assim definido na órbita estadual e do Distrito Federal, comunicando-lhe os motivos.

§ 3º O Oficial deverá comunicar o registro tardio de nascimento do indígena imediatamente à FUNAI, a qual informará o juízo competente quando constatada duplicidade, para que sejam tomadas as providências cabíveis.”

Art. 3º O §2º do art. 50 da Lei 6.015, de 31 de dezembro de 1973, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 50

§2º Em se tratando de indígenas que se encontrem isolados, o registro será facultativo.

.....” (NR)

Art. 4º A Lei 6.015, de 31 de dezembro de 1973, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 55-A:

“Art. 55-A. No assento de nascimento do indígena deve ser lançado, a pedido do apresentante, o nome indígena do registrando, não sendo caso de aplicação do art. 55, parágrafo único desta Lei.

§ 1º No caso de registro de indígena, a etnia do registrando pode ser lançada como sobrenome, a pedido do interessado.

§ 2º A pedido do interessado, a aldeia de origem do indígena e a de seus pais poderão constar como informação a respeito das respectivas naturalidades, juntamente com o município de nascimento.

§ 3º A pedido do interessado, poderão figurar, como observações do assento de nascimento, a declaração do registrando como indígena e a indicação da respectiva etnia.

§ 4º Em caso de dúvida fundada acerca do pedido de registro, o registrador poderá exigir o Registro Administrativo de Nascimento do Indígena – RANI, ou a presença de representante da FUNAI.

§ 5º Se o oficial suspeitar de fraude ou falsidade, submeterá o caso ao Juízo competente para fiscalização dos atos notariais e registrais, assim definido na órbita estadual e do Distrito Federal, comunicando-lhe os motivos da suspeita.

§ 6º O Oficial deverá comunicar imediatamente à FUNAI o assento de nascimento do indígena, para as providências necessárias ao registro administrativo.”

Art. 5º A Lei 6.015, de 31 de dezembro de 1973, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 55-B:

“Art. 55-B. O Poder Executivo poderá estabelecer disposições específicas para o registro de nascimento de remanescentes de quilombos, de ciganos e de outros grupos que, em razão de

sua localização, usos e costumes tenham maiores dificuldades para cumprimento do disposto nesta Lei.”

Art. 6º O art. 57 da Lei 6.015, de 31 de dezembro de 1973, passa a vigorar acrescido do seguinte §9º:

“Art. 57

.....
§9º O indígena poderá requerer ao juiz a alteração do seu assento de nascimento:

I - para incluir as informações constantes no art. 55-A; ou

II - para averbar alteração do nome ocorrida no decorrer da vida em razão da cultura ou do costume indígena, sendo, neste caso, obrigatório constar em todas as certidões do registro o inteiro teor destas averbações.” (NR)

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O registro civil, materializado pela certidão de nascimento, é o ato que oficializa a existência do indivíduo perante o Estado, sendo de suma importância para o exercício de uma série de atos na vida em sociedade, tais como a realização de matrícula escolar, do casamento civil, a participação em programas sociais, dentre outros.

A despeito de sua importância, em um País de dimensões e diversidades continentais, a extensão efetiva do registro civil a todos os brasileiros ainda representa um grande desafio. No que se refere aos indígenas, remanescentes de quilombos e ciganos, o desafio é ainda maior, tendo em vista, muitas vezes, a localização distante das comunidades, os meios de vida diferenciados e até mesmo o desconhecimento das condições adequadas para o registro por parte dessas populações minoritárias. Para se ter uma ideia do tamanho da problemática, nos moldes do Censo de 2010, cerca de um terço das crianças indígenas com até 10 anos de idade ainda não

possuíam nenhum registro de nascimento¹, enquanto que para os não-indígenas na mesma faixa etária a taxa de registro girava em torno de 98%.

Uma das causas identificadas para o baixo índice do registro civil indígena foi a falta de normatização específica, de forma a garantir aos mesmos as devidas condições para o efetivo registro.

Parte desta lacuna foi suprida pela Resolução Conjunta n. 3 do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, de 19 de abril de 2012, que “dispõe sobre o assento de nascimento de indígena no Registro Civil das Pessoas Naturais”.

Contudo, a ausência de previsão em Lei propriamente dita, considerando a tradição romano-germânica de nosso Direito, ainda é vista como obstáculo para o efetivo reconhecimento aos indígenas. Por exemplo, há diversas queixas no sentido de oficiais apresentarem rejeição a nomes indígenas, utilizando-se do art. 55, parágrafo único, da Lei 6.015/1973. Ocorre que referida disposição, por obvio, não deve ser aplicada aos nomes indígenas, ligados à identidade desses cidadãos, jamais podendo ser aos mesmos atribuído qualquer tom pejorativo (pelo contrário).

Dessa forma, de modo a garantir maior segurança jurídica, entendemos salutar a incorporação, na Lei de Registros Públicos, das disposições da Resolução Conjunta n. 3 do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, de 19 de abril de 2012. Contudo, optamos por retirar da norma o termo “integrados”, visto que não condizente com o paradigma encampado na Carta Magna de 1988, segundo o qual não se busca a integração do indígena, podendo o mesmo interagir com o restante da sociedade, em maior ou menor grau, mantendo sua condição de indígena. Por outro lado, para aqueles que se encontrem “isolados”, por razões, óbvias, dispensa-se a obrigatoriedade do registro.

No que se refere aos remanescentes de quilombos, ciganos e outros grupos que, por condições de sua localização ou especificidades culturais, venham a ter maiores dificuldades para a realização do registro, abre-

¹ CNJ regulamenta registro de nascimento de indígenas. Arpenpe, s./d., disponível em <http://arpenpe.org/?tag=registro-de-nascimento-indigena>, acesso em 29/05/2018.

se margem para regulamentação específica pelo Poder Público, de modo a garantir que todos sejam devidamente atendidos e que o País atinja a integralidade da população devidamente registrada.

Isso posto, em prol da segurança jurídica e, principalmente, do atendimento a todos brasileiros, independentemente de pertencerem a grupos minoritários, propomos a presente alteração legislativa.

Sala das Sessões, em de de 2018.

Deputado ARNALDO JORDY
PPS/PA

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI**

LEI Nº 6.015, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1973*

Dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....

**TÍTULO II
DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS**

.....

**CAPÍTULO III
DAS PENALIDADES**

Art. 46. As declarações de nascimento feitas após o decurso do prazo legal serão registradas no lugar de residência do interessado. *(“Caput” do artigo com redação dada pela Lei nº 11.790, de 2/10/2008)*

§ 1º O requerimento de registro será assinado por 2 (duas) testemunhas, sob as penas da lei. *(Parágrafo com redação dada pela Lei nº 11.790, de 2/10/2008)*

§ 2º *(Revogado pela Lei nº 10.215, de 6/4/2001)*

§ 3º O oficial do Registro Civil, se suspeitar da falsidade da declaração, poderá exigir prova suficiente. *(Parágrafo com redação dada pela Lei nº 11.790, de 2/10/2008)*

§ 4º Persistindo a suspeita, o oficial encaminhará os autos ao juízo competente. *(Parágrafo com redação dada pela Lei nº 11.790, de 2/10/2008)*

§ 5º Se o juiz não fixar prazo menor, o oficial deverá lavrar o assento dentro em cinco dias, sob pena de pagar multa correspondente a um salário-mínimo da região.

Art. 47. Se o oficial do registro civil recusar fazer ou retardar qualquer registro, averbação ou anotação, bem como o fornecimento de certidão, as partes prejudicadas poderão queixar-se à autoridade judiciária, a qual, ouvindo o acusado, decidirá dentro de cinco dias.

§ 1º Se for injusta a recusa ou injustificada a demora, o juiz que tomar conhecimento do fato poderá impor ao oficial multa de um a dez salários-mínimos da região, ordenando que, no prazo improrrogável de vinte e quatro horas, seja feito o registro, a averbação, a anotação ou fornecida certidão, sob pena de prisão de cinco a vinte dias.

§ 2º Os pedidos de certidão feitos por via postal, telegráfica ou bancária serão obrigatoriamente atendidos pelo oficial do registro civil, satisfeitos os emolumentos devidos, sob as penas previstas no parágrafo anterior.

Art. 48. Os juízes farão correição e fiscalização nos livros de registro, conforme as normas da Organização Judiciária.

Art. 49. Os oficiais do registro civil remeterão à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, dentro dos primeiros oito dias dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano, um mapa dos nascimentos, casamentos e óbitos ocorridos no trimestre anterior.

§ 1º A Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística fornecerá mapas para a execução do disposto neste artigo, podendo requisitar aos oficiais do registro que façam as correções que forem necessárias.

§ 2º Os oficiais que, no prazo legal, não remeterem os mapas, incorrerão na multa de um a cinco salários-mínimos da região, que será cobrada como dívida ativa da União, sem prejuízo da ação penal que no caso couber.

§ 3º No mapa de que trata o *caput* deverá ser informado o número da identificação da Declaração de Nascido Vivo. [*\(Parágrafo acrescido pela Lei nº 12.662, de 5/6/2012\)*](#)

§ 4º Os mapas dos nascimentos deverão ser remetidos aos órgãos públicos interessados no cruzamento das informações do registro civil e da Declaração de Nascido Vivo conforme o regulamento, com o objetivo de integrar a informação e promover a busca ativa de nascimentos. [*\(Parágrafo acrescido pela Lei nº 12.662, de 5/6/2012\)*](#)

§ 5º Os mapas previstos no *caput* e no § 4º deverão ser remetidos por meio digital quando o registrador detenha capacidade de transmissão de dados. [*\(Parágrafo acrescido pela Lei nº 12.662, de 5/6/2012\)*](#)

CAPÍTULO IV DO NASCIMENTO

Art. 50. Todo nascimento que ocorrer no território nacional deverá ser dado a registro, no lugar em que tiver ocorrido o parto ou no lugar da residência dos pais, dentro do prazo de quinze dias, que será ampliado em até três meses para os lugares distantes mais de trinta quilômetros da sede do cartório. [*\(“Caput” do artigo com redação dada pela Lei nº 9.053, de 25/5/1995\)*](#)

§ 1º Quando for diverso o lugar da residência dos pais, observar-se-á a ordem contida nos itens 1º e 2º do art. 52. [*\(Parágrafo acrescido pela Lei nº 9.053, de 25/5/1995\)*](#)

§ 2º Os índios, enquanto não integrados, não estão obrigados a inscrição do nascimento. Este poderá ser feito em livro próprio do órgão federal de assistência aos índios. [*\(Primitivo § 1º renumerado pela Lei nº 9.053, de 25/5/1995\)*](#)

§ 3º Os menores de vinte e um anos e maiores de dezoito anos poderão, pessoalmente e isentos de multa, requerer o registro de seu nascimento. [*\(Primitivo § 2º renumerado pela Lei nº 9.053, de 25/5/1995\)*](#)

§ 4º É facultado aos nascidos anteriormente à obrigatoriedade do registro civil requerer, isentos de multa, a inscrição de seu nascimento. [*\(Primitivo § 3º renumerado pela Lei nº 9.053, de 25/5/1995\)*](#)

§ 5º Aos brasileiros nascidos no estrangeiro se aplicará o disposto neste artigo, ressalvadas as prescrições legais relativas aos consulados. [*\(Primitivo § 4º renumerado pela Lei nº 9.053, de 25/5/1995\)*](#)

Art. 51. Os nascimentos ocorridos a bordo, quando não registrados nos termos do art. 64, deverão ser declarados dentro de cinco dias, a contar da chegada do navio ou aeronave ao local do destino, no respectivo cartório ou consulado.

Art. 52. São obrigados a fazer declaração de nascimento:

1º) o pai ou a mãe, isoladamente ou em conjunto, observado o disposto no § 2º do art. 54; [*\(Item com redação dada pela Lei nº 13.112, de 30/3/2015\)*](#)

2º) no caso de falta ou de impedimento de um dos indicados no item 1º, outro indicado, que terá o prazo para declaração prorrogado por 45 (quarenta e cinco) dias; [*\(Item com redação dada pela Lei nº 13.112, de 30/3/2015\)*](#)

3º) no impedimento de ambos, o parente mais próximo, sendo maior achando-se presente;

4º) em falta ou impedimento do parente referido no número anterior, os administradores de hospitais ou os médicos e parteiras, que tiverem assistido o parto;

5º) pessoa idônea da casa em que ocorrer, sendo fora da residência da mãe;

6º) finalmente, as pessoas (VETADO) encarregadas da guarda do menor.

§ 1º Quando o oficial tiver motivo para duvidar da declaração, poderá ir à casa do recém-nascido verificar a sua existência, ou exigir a atestação do médico ou parteira que tiver assistido o parto, ou o testemunho de duas pessoas que não forem os pais e tiverem visto o recém-nascido.

§ 2º Tratando-se de registro fora do prazo legal o oficial, em caso de dúvida, poderá requerer ao juiz as providências que forem cabíveis para esclarecimento do fato.

Art. 53. No caso de ter a criança nascido morta ou no de ter morrido na ocasião do parto, será, não obstante, feito o assento com os elementos que couberem e com remissão ao do óbito.

§ 1º No caso de ter a criança nascido morta, será o registro feito no livro "C Auxiliar", com os elementos que couberem.

§ 2º No caso de a criança morrer na ocasião do parto, tendo, entretanto, respirado, serão feitos os dois assentos, o de nascimento e o de óbito, com os elementos cabíveis e com remissões recíprocas.

Art. 54. O assento do nascimento deverá conter:

1º) o dia, mês, ano e lugar do nascimento e a hora certa, sendo possível determiná-la, ou aproximada;

2º) o sexo e a cor do registrando;

3º) o fato de ser gêmeo, quando assim tiver acontecido;

4º) o nome e o prenome, que forem postos à criança;

5º) a declaração de que nasceu morta, ou morreu no ato ou logo depois do parto;

6º) a ordem de filiação de outros irmãos do mesmo prenome que existirem ou tiverem existido;

7º) Os nomes e prenomes, a naturalidade, a profissão dos pais, o lugar e cartório onde se casaram, a idade da genitora, do registrando em anos completos, na ocasião do parto, e o domicílio ou a residência do casal.

8º) os nomes e prenomes dos avós paternos e maternos;

9º) os nomes e prenomes, a profissão e a residência das duas testemunhas do assento, quando se tratar de parto ocorrido sem assistência médica em residência ou fora de unidade hospitalar ou casa de saúde; [*\(Item com redação dada pela Medida Provisória nº 776, de 26/4/2017, convertida na Lei nº 13.484, de 26/9/2017\)*](#)

10) o número de identificação da Declaração de Nascido Vivo, com controle do dígito verificador, exceto na hipótese de registro tardio previsto no art. 46 desta Lei; e [*\(Item acrescido pela Lei nº 12.662, de 5/6/2012, com redação dada pela Medida Provisória nº 776, de 26/4/2017, convertida na Lei nº 13.484, de 26/9/2017\)*](#)

11) a naturalidade do registrando. [*\(Item acrescido pela Medida Provisória nº 776, de 26/4/2017, convertida na Lei nº 13.484, de 26/9/2017\)*](#)

§ 1º Não constituem motivo para recusa, devolução ou solicitação de retificação da Declaração de Nascido Vivo por parte do Registrador Civil das Pessoas Naturais:

I - equívocos ou divergências que não comprometam a identificação da mãe;

II - omissão do nome do recém-nascido ou do nome do pai;

III - divergência parcial ou total entre o nome do recém-nascido constante da declaração e o escolhido em manifestação perante o registrador no momento do registro de nascimento, prevalecendo este último;

IV - divergência parcial ou total entre o nome do pai constante da declaração e o verificado pelo registrador nos termos da legislação civil, prevalecendo este último;

V - demais equívocos, omissões ou divergências que não comprometam informações relevantes para o registro de nascimento. ([Parágrafo acrescido pela Lei nº 12.662, de 5/6/2012](#))

§ 2º O nome do pai constante da Declaração de Nascido Vivo não constitui prova ou presunção da paternidade, somente podendo ser lançado no registro de nascimento quando verificado nos termos da legislação civil vigente. ([Parágrafo acrescido pela Lei nº 12.662, de 5/6/2012](#))

§ 3º Nos nascimentos frutos de partos sem assistência de profissionais da saúde ou parteiras tradicionais, a Declaração de Nascido Vivo será emitida pelos Oficiais de Registro Civil que lavrarem o registro de nascimento, sempre que haja demanda das Secretarias Estaduais ou Municipais de Saúde para que realizem tais emissões. ([Parágrafo acrescido pela Lei nº 12.662, de 5/6/2012](#))

§ 4º A naturalidade poderá ser do Município em que ocorreu o nascimento ou do Município de residência da mãe do registrando na data do nascimento, desde que localizado em território nacional, e a opção caberá ao declarante no ato de registro do nascimento. ([Parágrafo acrescido pela Medida Provisória nº 776, de 26/4/2017, convertida na Lei nº 13.484, de 26/9/2017](#))

Art. 55. Quando o declarante não indicar o nome completo, o oficial lançará adiante do prenome escolhido o nome do pai, e na falta, o da mãe, se forem conhecidos e não o impedir a condição de ilegitimidade, salvo reconhecimento no ato.

Parágrafo único. Os oficiais do registro civil não registrarão prenomes suscetíveis de expor ao ridículo os seus portadores. Quando os pais não se conformarem com a recusa do oficial, este submeterá por escrito o caso, independente da cobrança de quaisquer emolumentos, à decisão do juiz competente.

Art. 56. O interessado, no primeiro ano após ter atingido a maioridade civil, poderá, pessoalmente ou por procurador bastante, alterar o nome, desde que não prejudique os apelidos de família, averbando-se a alteração que será publicada pela imprensa.

Art. 57. A alteração posterior de nome, somente por exceção e motivadamente, após audiência do Ministério Público, será permitida por sentença do juiz a que estiver sujeito o registro, arquivando-se o mandado e publicando-se a alteração pela imprensa, ressalvada a hipótese do art. 110 desta Lei. (["Caput" do artigo com redação dada pela Lei nº 12.100, de 27/11/2009](#))

§ 1º Poderá, também, ser averbado, nos mesmos termos, o nome abreviado, usado como firma comercial registrada ou em qualquer atividade profissional.

§ 2º A mulher solteira, desquitada ou viúva, que viva com homem solteiro, desquitado ou viúvo, excepcionalmente e havendo motivo ponderável, poderá requerer ao juiz competente que, no registro de nascimento, seja averbado o patronímico de seu companheiro, sem prejuízo dos apelidos próprios, de família, desde que haja impedimento legal para o casamento, decorrente do estado civil de qualquer das partes ou de ambas.

§ 3º O juiz competente somente processará o pedido, se tiver expressa concordância do companheiro, e se da vida em comum houverem decorrido, no mínimo cinco anos ou existirem filhos da união.

§ 4º O pedido de averbação só terá curso, quando desquitado o companheiro, se a ex-esposa houver sido condenada ou tiver renunciado ao uso dos apelidos do marido, ainda que dele receba pensão alimentícia.

§ 5º O aditamento regulado nesta Lei será cancelado a requerimento de uma das partes, ouvida a outra.

§ 6º Tanto o aditamento quanto o cancelamento da averbação previstos neste artigo serão processados em segredo de justiça.

§ 7º Quando a alteração de nome for concedida em razão de fundada coação ou ameaça decorrente de colaboração com a apuração de crime, o juiz competente determinará que haja a averbação no registro de origem de menção da existência de sentença concessiva da alteração, sem a averbação do nome alterado, que somente poderá ser procedida mediante determinação posterior, que levará em consideração a cessação da coação ou ameaça que deu causa à alteração. [*\(Parágrafo acrescido pela Lei nº 9.807, de 13/7/1999\)*](#)

§ 8º O enteado ou a enteada, havendo motivo ponderável e na forma dos §§ 2º e 7º deste artigo, poderá requerer ao juiz competente que, no registro de nascimento, seja averbado o nome de família de seu padrasto ou de sua madrasta, desde que haja expressa concordância destes, sem prejuízo de seus apelidos de família. [*\(Parágrafo acrescido pela Lei nº 11.924, de 17/4/2009\)*](#)

Art. 58. O prenome será definido, admitindo-se, todavia, a sua substituição por apelidos públicos notórios. [*\(“Caput” do artigo com redação dada pela Lei nº 9.708, de 18/11/1998\) \(Vide ADIN nº 4.275/2009\)*](#)

Parágrafo único. A substituição do prenome será ainda admitida em razão de fundada coação ou ameaça decorrente da colaboração com a apuração de crime, por determinação, em sentença, de juiz competente, ouvido o Ministério Público. [*\(Parágrafo único com redação dada pela Lei nº 9.807, de 13/7/1999\)*](#)

.....

.....

RESOLUÇÃO CONJUNTA Nº 3, DE 19 DE ABRIL DE 2012

Dispõe sobre o assento de nascimento de indígena no Registro Civil das Pessoas Naturais.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA e o PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso das suas atribuições constitucionais e regimentais,

CONSIDERANDO que compete ao Conselho Nacional de Justiça o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário;

CONSIDERANDO os direitos e garantias fundamentais previstos no caput do art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, que consagram a igualdade entre brasileiros;

CONSIDERANDO o disposto no art. 231 da Constituição Federal, no parágrafo único do artigo 12 e no parágrafo único do artigo 13 da Lei nº 6.001/73, bem como no § 2º do art. 50 da Lei nº 6.015/73;

CONSIDERANDO a tutela judicial dos índios conferida ao Ministério Público pelo art. 232 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a experiência positiva decorrente do disposto no Prov. n.º 22/09 da E. Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo e no Prov. n.º 18/09 da E. Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul;

CONSIDERANDO a positiva experiência dos registradores civis em mutirões de registro de etnias aldeadas;

CONSIDERANDO a necessidade de se regulamentar em âmbito nacional o assento de nascimento de indígenas nos Serviços de Registro Civil das Pessoas Naturais;

CONSIDERANDO a experiência positiva decorrente do disposto no Provimento n. 22/2009, da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, no Provimento n. 18/2009, da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul, e no Provimento n. 22/2009-CG, da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Rondônia;

RESOLVE:

Art. 1º O assento de nascimento de indígena não integrado no Registro Civil das Pessoas Naturais é facultativo.

Art. 2º. No assento de nascimento do indígena, integrado ou não, deve ser lançado, a pedido do apresentante, o nome indígena do registrando, de sua livre escolha, não sendo caso de aplicação do art. 55, parágrafo único da Lei n.º 6.015/73.

§ 1º. No caso de registro de indígena, a etnia do registrando pode ser lançada como sobrenome, a pedido do interessado.

§ 2º. A pedido do interessado, a aldeia de origem do indígena e a de seus pais poderão constar como informação a respeito das respectivas naturalidades, juntamente com o município de nascimento.

§ 3º. A pedido do interessado, poderão figurar, como observações do assento de nascimento, a declaração do registrando como indígena e a indicação da respectiva etnia.

§ 4º Em caso de dúvida fundada acerca do pedido de registro, o registrador poderá exigir o Registro Administrativo de Nascimento do Indígena – RANI, ou a presença de representante da FUNAI.

§ 5º Se o oficial suspeitar de fraude ou falsidade, submeterá o caso ao Juízo competente para fiscalização dos atos notariais e registrais, assim definido na órbita estadual e do Distrito Federal, comunicando-lhe os motivos da suspeita.

§ 6º. O Oficial deverá comunicar imediatamente à FUNAI o assento de nascimento do indígena, para as providências necessárias ao registro administrativo.

Art. 3º. O indígena já registrado no Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais poderá solicitar, na forma do art. 57 da Lei n.º 6.015/73, pela via judicial, a retificação do seu assento de nascimento, pessoalmente ou por representante legal, para inclusão das informações constantes do art. 2º, “caput” e § 1º.

§ 1º. Caso a alteração decorra de equívocos que não dependem de maior indagação para imediata constatação, bem como nos casos de erro de grafia, a retificação poderá ser procedida na forma prevista no art. 110 da Lei n.º 6.015/73.

§ 2º. Nos casos em que haja alterações de nome no decorrer da vida em razão da cultura ou do costume indígena, tais alterações podem ser averbadas à margem do registro na forma do art. 57 da Lei n.º 6.015/73, sendo obrigatório constar em todas as certidões do registro o inteiro teor destas averbações, para fins de segurança jurídica e de salvaguarda dos interesses de terceiros.

§ 3º. Nos procedimentos judiciais de retificação ou alteração de nome, deve ser observado o benefício previsto na lei 1.060/50, levando-se em conta a situação sociocultural do indígena interessado.

Art. 4º. O registro tardio do indígena poderá ser realizado:

- I. mediante a apresentação do RANI;
- II. mediante apresentação dos dados, em requerimento, por representante da Fundação Nacional do Índio – FUNAI a ser identificado no assento; ou
- III. na forma do art. 46 da Lei n.º 6.015/73.

§ 1º Em caso de dúvida fundada acerca da autenticidade das declarações ou de suspeita de duplicidade de registro, o registrador poderá exigir a presença de representante da FUNAI e apresentação de certidão negativa de registro de nascimento das serventias de registro que tenham atribuição para os territórios em que nasceu o interessado, onde é situada sua aldeia de origem e onde esteja atendido pelo serviço de saúde.

§ 2º Persistindo a dúvida ou a suspeita, o registrador submeterá o caso ao Juízo competente para fiscalização dos atos notariais e registrais, assim definido na órbita estadual e do Distrito Federal, comunicando-lhe os motivos.

§ 3º. O Oficial deverá comunicar o registro tardio de nascimento do indígena imediatamente à FUNAI, a qual informará o juízo competente quando constatada duplicidade, para que sejam tomadas as providências cabíveis.

Art. 5º. Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Brasília, 19 de abril de 2012.

Min. Ayres Britto
PRESIDENTE DO CNJ

Roberto Monteiro Gurgel Santos
PRESIDENTE DO CNMP

PROJETO DE LEI N.º 334, DE 2019

(Da Sra. Carmen Zanotto)

Altera a Lei 6.015, de 31 de dezembro de 1973, para dispor sobre o registro civil de indígenas e dá outras providências.

DESPACHO:
APENSE-SE À(AO) PL-10631/2018.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei 6.015, de 31 de dezembro de 1973, para dispor sobre o registro civil de indígenas e dá outras providências.

Art. 2º A Lei 6.015, de 31 de dezembro de 1973, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 46-A:

“Art. 46-A. As declarações de nascimento dos indígenas feitas após o decurso do prazo legal serão registradas:

I - mediante a apresentação do RANI;

II - mediante apresentação dos dados, em requerimento, por representante da Fundação Nacional do Índio – FUNAI a ser identificado no assento; ou

III - na forma do art. 46 desta Lei.

§ 1º Em caso de dúvida fundada acerca da autenticidade das declarações ou de suspeita de duplicidade de registro, o registrador poderá exigir a presença de representante da FUNAI e apresentação de certidão negativa de registro de nascimento das serventias de registro que tenham atribuição para os territórios em que nasceu o interessado, onde é situada sua aldeia de origem e onde esteja atendido pelo serviço de saúde.

§ 2º Persistindo a dúvida ou a suspeita, o registrador submeterá o caso ao Juízo competente para fiscalização dos atos notariais e registrais, assim definido na órbita estadual e do Distrito Federal, comunicando-lhe os motivos.

§ 3º O Oficial deverá comunicar o registro tardio de nascimento do indígena imediatamente à FUNAI, a qual informará o juízo competente quando constatada duplicidade, para que sejam tomadas as providências cabíveis.”

Art. 3º O §2º do art. 50 da Lei 6.015, de 31 de dezembro de 1973, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.50

.....

§2º Em se tratando de indígenas que se encontrem isolados, o registro será facultativo.” (NR)

Art. 4º A Lei 6.015, de 31 de dezembro de 1973, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 55-A:

“Art. 55-A. No assento de nascimento do indígena deve ser lançado, a pedido do apresentante, o nome indígena do registrando, não sendo caso de aplicação do art. 55, parágrafo único desta Lei.

§ 1º No caso de registro de indígena, a etnia do registrando pode ser lançada como sobrenome, a pedido do interessado.

§ 2º A pedido do interessado, a aldeia de origem do indígena e a de seus pais poderão constar como informação a respeito das respectivas naturalidades, juntamente com o município de nascimento.

§ 3º A pedido do interessado, poderão figurar, como observações do assento de nascimento, a declaração do registrando como indígena e a indicação da respectiva etnia.

§ 4º Em caso de dúvida fundada acerca do pedido de registro, o registrador poderá exigir o Registro Administrativo de Nascimento do Indígena – RANI, ou a presença de representante da FUNAI.

§ 5º Se o oficial suspeitar de fraude ou falsidade, submeterá o caso ao Juízo competente para fiscalização dos atos notariais e registrais, assim definido na órbita estadual e do Distrito Federal, comunicando-lhe os motivos da suspeita.

§ 6º O Oficial deverá comunicar imediatamente à FUNAI o assento de nascimento do indígena, para as providências necessárias ao registro administrativo.

” Art. 5º A Lei 6.015, de 31 de dezembro de 1973, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 55-B:

“Art. 55-B. O Poder Executivo poderá estabelecer disposições específicas para o registro de nascimento de remanescentes de quilombos, de ciganos e de outros grupos que, em razão de sua localização, usos e costumes tenham maiores dificuldades para cumprimento do disposto nesta Lei.”

Art. 6º O art. 57 da Lei 6.015, de 31 de dezembro de 1973, passa a vigorar acrescido do seguinte §9º:

“Art. 57.....

.....

§9º O indígena poderá requerer ao juiz a alteração do seu assento de nascimento:

I - para incluir as informações constantes no art. 55-A; ou

II - para averbar alteração do nome ocorrida no decorrer da vida em razão da cultura ou do costume indígena, sendo, neste caso, obrigatório constar em todas as certidões do registro o inteiro teor destas averbações.” (NR)

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O presente projeto de lei é originário de proposta legislativa apresentada pelo nobre deputado Arnaldo Jordy em 2018, que após discussões em seminário sobre o tema, teve a sensibilidade de apresentar um texto que pudesse resolver a situação dessa importante parcela da sociedade brasileira. Tendo em vista a importância do tema e no objetivo de atender as crianças indígenas, quilombolas e ciganas é que reapresento o referido projeto.

Destaco que o registro civil, materializado pela certidão de nascimento, é o ato que oficializa a existência do indivíduo perante o Estado, sendo de suma importância para o exercício de uma série de atos na vida em sociedade, tais como a realização de matrícula escolar, do casamento civil, a participação em programas sociais, dentre outros.

A despeito de sua importância, em um País de dimensões e diversidades continentais, a extensão efetiva do registro civil a todos os brasileiros ainda representa um grande desafio. No que se refere aos indígenas, remanescentes de quilombos e ciganos, o desafio é ainda maior, tendo em vista, muitas vezes, a localização distante das comunidades, os meios de vida diferenciados e até mesmo o desconhecimento das condições adequadas para o registro por parte dessas populações minoritárias. Para se ter uma ideia do tamanho da problemática, nos moldes do Censo de 2010, cerca de um terço das crianças indígenas com até 10 anos de idade ainda não possuíam nenhum registro de nascimento, enquanto que para os não indígenas na mesma faixa etária a taxa de registro girava em torno de 98%.

Uma das causas identificadas para o baixo índice do registro civil indígena foi a falta de normatização específica, de forma a garantir aos mesmos as devidas condições para o efetivo registro.

Parte desta lacuna foi suprida pela Resolução Conjunta n. 3 do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, de 19 de abril de 2012, que “dispõe sobre o assento de nascimento de indígena no Registro Civil das Pessoas Naturais”.

Contudo, a ausência de previsão em Lei propriamente dita, considerando a tradição romano-germânica de nosso Direito, ainda é vista como obstáculo para o efetivo reconhecimento aos indígenas. Por exemplo, há diversas queixas no sentido de oficiais apresentarem rejeição a nomes indígenas, utilizando-se do art. 55, parágrafo único, da Lei 6.015/1973.

Ocorre que referida disposição, por óbvio, não deve ser aplicada aos nomes indígenas, ligados à identidade desses cidadãos, jamais podendo ser aos mesmos atribuído qualquer tom pejorativo (pelo contrário).

Dessa forma, de modo a garantir maior segurança jurídica, entendemos salutar a incorporação, na Lei de Registros Públicos, das disposições da Resolução Conjunta n. 3 do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, de 19 de abril de 2012. Contudo, optamos por retirar da norma o termo “integrados”, visto que não condizente com o paradigma encampado na Carta Magna de 1988, segundo o qual não se busca a integração do indígena, podendo o mesmo interagir com o restante da sociedade, em maior ou menor grau, mantendo sua condição de indígena.

Por outro lado, para aqueles que se encontrem “isolados”, por razões, óbvias, dispensa-se a obrigatoriedade do registro. No que se refere aos remanescentes de quilombos, ciganos e outros grupos que, por condições de sua localização ou especificidades culturais, venham a ter maiores dificuldades para a realização do registro, o CNJ regulamentou registro de nascimento de indígenas se margem para regulamentação específica pelo Poder Público, de modo a garantir que todos sejam devidamente atendidos e que o País atinja a integralidade da população devidamente registrada. Isso posto, em prol da segurança jurídica e, principalmente, do atendimento a todos brasileiros, independentemente de pertencerem a grupos minoritários, propomos a presente alteração legislativa.

Sala das Sessões, em 4 de fevereiro de 2019.

Deputada CARMEM ZANOTTO
PPS/SC

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG
Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL
Seção de Legislação Citada - SELEC

LEI Nº 6.015, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1973

Dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....
TÍTULO II
DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
.....

CAPÍTULO III
DAS PENALIDADES

Art. 46. As declarações de nascimento feitas após o decurso do prazo legal serão registradas no lugar de residência do interessado. (*[“Caput” do artigo com redação dada pela Lei nº 11.790, de 2/10/2008](#)*)

§ 1º O requerimento de registro será assinado por 2 (duas) testemunhas, sob as penas da lei. (*[Parágrafo com redação dada pela Lei nº 11.790, de 2/10/2008](#)*)

§ 2º (*[Revogado pela Lei nº 10.215, de 6/4/2001](#)*)

§ 3º O oficial do Registro Civil, se suspeitar da falsidade da declaração, poderá exigir prova suficiente. (*[Parágrafo com redação dada pela Lei nº 11.790, de 2/10/2008](#)*)

§ 4º Persistindo a suspeita, o oficial encaminhará os autos ao juízo competente. (*[Parágrafo com redação dada pela Lei nº 11.790, de 2/10/2008](#)*)

§ 5º Se o juiz não fixar prazo menor, o oficial deverá lavrar o assento dentro em cinco dias, sob pena de pagar multa correspondente a um salário-mínimo da região.

Art. 47. Se o oficial do registro civil recusar fazer ou retardar qualquer registro, averbação ou anotação, bem como o fornecimento de certidão, as partes prejudicadas poderão queixar-se à autoridade judiciária, a qual, ouvindo o acusado, decidirá dentro de cinco dias.

§ 1º Se for injusta a recusa ou injustificada a demora, o juiz que tomar conhecimento do fato poderá impor ao oficial multa de um a dez salários-mínimos da região, ordenando que, no prazo improrrogável de vinte e quatro horas, seja feito o registro, a averbação, a anotação ou fornecida certidão, sob pena de prisão de cinco a vinte dias.

§ 2º Os pedidos de certidão feitos por via postal, telegráfica ou bancária serão obrigatoriamente atendidos pelo oficial do registro civil, satisfeitos os emolumentos devidos, sob as penas previstas no parágrafo anterior.

Art. 48. Os juízes farão correição e fiscalização nos livros de registro, conforme as normas da Organização Judiciária.

Art. 49. Os oficiais do registro civil remeterão à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, dentro dos primeiros oito dias dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano, um mapa dos nascimentos, casamentos e óbitos ocorridos no trimestre anterior.

§ 1º A Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística fornecerá mapas para a execução do disposto neste artigo, podendo requisitar aos oficiais do registro que façam as correções que forem necessárias.

§ 2º Os oficiais que, no prazo legal, não remeterem os mapas, incorrerão na multa de um a cinco salários-mínimos da região, que será cobrada como dívida ativa da União, sem prejuízo da ação penal que no caso couber.

§ 3º No mapa de que trata o *caput* deverá ser informado o número da identificação da Declaração de Nascido Vivo. [*\(Parágrafo acrescido pela Lei nº 12.662, de 5/6/2012\)*](#)

§ 4º Os mapas dos nascimentos deverão ser remetidos aos órgãos públicos interessados no cruzamento das informações do registro civil e da Declaração de Nascido Vivo conforme o regulamento, com o objetivo de integrar a informação e promover a busca ativa de nascimentos. [*\(Parágrafo acrescido pela Lei nº 12.662, de 5/6/2012\)*](#)

§ 5º Os mapas previstos no *caput* e no § 4º deverão ser remetidos por meio digital quando o registrador detenha capacidade de transmissão de dados. [*\(Parágrafo acrescido pela Lei nº 12.662, de 5/6/2012\)*](#)

CAPÍTULO IV DO NASCIMENTO

Art. 50. Todo nascimento que ocorrer no território nacional deverá ser dado a registro, no lugar em que tiver ocorrido o parto ou no lugar da residência dos pais, dentro do prazo de quinze dias, que será ampliado em até três meses para os lugares distantes mais de trinta quilômetros da sede do cartório. [*\(“Caput” do artigo com redação dada pela Lei nº 9.053, de 25/5/1995\)*](#)

§ 1º Quando for diverso o lugar da residência dos pais, observar-se-á a ordem contida nos itens 1º e 2º do art. 52. [*\(Parágrafo acrescido pela Lei nº 9.053, de 25/5/1995\)*](#)

§ 2º Os índios, enquanto não integrados, não estão obrigados a inscrição do nascimento. Este poderá ser feito em livro próprio do órgão federal de assistência aos índios. [*\(Primitivo § 1º renumerado pela Lei nº 9.053, de 25/5/1995\)*](#)

§ 3º Os menores de vinte e um anos e maiores de dezoito anos poderão, pessoalmente e isentos de multa, requerer o registro de seu nascimento. [*\(Primitivo § 2º renumerado pela Lei nº 9.053, de 25/5/1995\)*](#)

§ 4º É facultado aos nascidos anteriormente à obrigatoriedade do registro civil requerer, isentos de multa, a inscrição de seu nascimento. [*\(Primitivo § 3º renumerado pela Lei nº 9.053, de 25/5/1995\)*](#)

§ 5º Aos brasileiros nascidos no estrangeiro se aplicará o disposto neste artigo, ressalvadas as prescrições legais relativas aos consulados. [*\(Primitivo § 4º renumerado pela Lei nº 9.053, de 25/5/1995\)*](#)

Art. 51. Os nascimentos ocorridos a bordo, quando não registrados nos termos do art. 64, deverão ser declarados dentro de cinco dias, a contar da chegada do navio ou aeronave ao local do destino, no respectivo cartório ou consulado.

Art. 52. São obrigados a fazer declaração de nascimento:

1º) o pai ou a mãe, isoladamente ou em conjunto, observado o disposto no § 2º do art. 54; [*\(Item com redação dada pela Lei nº 13.112, de 30/3/2015\)*](#)

2º) no caso de falta ou de impedimento de um dos indicados no item 1º, outro indicado, que terá o prazo para declaração prorrogado por 45 (quarenta e cinco) dias; [Item com redação dada pela Lei nº 13.112, de 30/3/2015](#)

3º) no impedimento de ambos, o parente mais próximo, sendo maior achando-se presente;

4º) em falta ou impedimento do parente referido no número anterior, os administradores de hospitais ou os médicos e parteiras, que tiverem assistido o parto;

5º) pessoa idônea da casa em que ocorrer, sendo fora da residência da mãe;

6º) finalmente, as pessoas (VETADO) encarregadas da guarda do menor.

§ 1º Quando o oficial tiver motivo para duvidar da declaração, poderá ir à casa do recém-nascido verificar a sua existência, ou exigir a atestação do médico ou parteira que tiver assistido o parto, ou o testemunho de duas pessoas que não forem os pais e tiverem visto o recém-nascido.

§ 2º Tratando-se de registro fora do prazo legal o oficial, em caso de dúvida, poderá requerer ao juiz as providências que forem cabíveis para esclarecimento do fato.

Art. 53. No caso de ter a criança nascido morta ou no de ter morrido na ocasião do parto, será, não obstante, feito o assento com os elementos que couberem e com remissão ao do óbito.

§ 1º No caso de ter a criança nascido morta, será o registro feito no livro "C Auxiliar", com os elementos que couberem.

§ 2º No caso de a criança morrer na ocasião do parto, tendo, entretanto, respirado, serão feitos os dois assentos, o de nascimento e o de óbito, com os elementos cabíveis e com remissões recíprocas.

Art. 54. O assento do nascimento deverá conter:

1º) o dia, mês, ano e lugar do nascimento e a hora certa, sendo possível determiná-la, ou aproximada;

2º) o sexo e a cor do registrando;

3º) o fato de ser gêmeo, quando assim tiver acontecido;

4º) o nome e o prenome, que forem postos à criança;

5º) a declaração de que nasceu morta, ou morreu no ato ou logo depois do parto;

6º) a ordem de filiação de outros irmãos do mesmo prenome que existirem ou tiverem existido;

7º) Os nomes e prenomes, a naturalidade, a profissão dos pais, o lugar e cartório onde se casaram, a idade da genitora, do registrando em anos completos, na ocasião do parto, e o domicílio ou a residência do casal.

8º) os nomes e prenomes dos avós paternos e maternos;

9º) os nomes e prenomes, a profissão e a residência das duas testemunhas do assento, quando se tratar de parto ocorrido sem assistência médica em residência ou fora de unidade hospitalar ou casa de saúde; [Item com redação dada pela Medida Provisória nº 776, de 26/4/2017, convertida na Lei nº 13.484, de 26/9/2017](#)

10) o número de identificação da Declaração de Nascido Vivo, com controle do dígito verificador, exceto na hipótese de registro tardio previsto no art. 46 desta Lei; e [Item acrescido pela Lei nº 12.662, de 5/6/2012, com redação dada pela Medida Provisória nº 776, de 26/4/2017, convertida na Lei nº 13.484, de 26/9/2017](#)

11) a naturalidade do registrando. [Item acrescido pela Medida Provisória nº 776, de 26/4/2017, convertida na Lei nº 13.484, de 26/9/2017](#)

§ 1º Não constituem motivo para recusa, devolução ou solicitação de retificação da Declaração de Nascido Vivo por parte do Registrador Civil das Pessoas Naturais:

- I - equívocos ou divergências que não comprometam a identificação da mãe;
- II - omissão do nome do recém-nascido ou do nome do pai;
- III - divergência parcial ou total entre o nome do recém-nascido constante da declaração e o escolhido em manifestação perante o registrador no momento do registro de nascimento, prevalecendo este último;
- IV - divergência parcial ou total entre o nome do pai constante da declaração e o verificado pelo registrador nos termos da legislação civil, prevalecendo este último;
- V - demais equívocos, omissões ou divergências que não comprometam informações relevantes para o registro de nascimento. ([Parágrafo acrescido pela Lei nº 12.662, de 5/6/2012](#))

§ 2º O nome do pai constante da Declaração de Nascido Vivo não constitui prova ou presunção da paternidade, somente podendo ser lançado no registro de nascimento quando verificado nos termos da legislação civil vigente. ([Parágrafo acrescido pela Lei nº 12.662, de 5/6/2012](#))

§ 3º Nos nascimentos frutos de partos sem assistência de profissionais da saúde ou parteiras tradicionais, a Declaração de Nascido Vivo será emitida pelos Oficiais de Registro Civil que lavrarem o registro de nascimento, sempre que haja demanda das Secretarias Estaduais ou Municipais de Saúde para que realizem tais emissões. ([Parágrafo acrescido pela Lei nº 12.662, de 5/6/2012](#))

§ 4º A naturalidade poderá ser do Município em que ocorreu o nascimento ou do Município de residência da mãe do registrando na data do nascimento, desde que localizado em território nacional, e a opção caberá ao declarante no ato de registro do nascimento. ([Parágrafo acrescido pela Medida Provisória nº 776, de 26/4/2017, convertida na Lei nº 13.484, de 26/9/2017](#))

Art. 55. Quando o declarante não indicar o nome completo, o oficial lançará adiante do prenome escolhido o nome do pai, e na falta, o da mãe, se forem conhecidos e não o impedir a condição de ilegitimidade, salvo reconhecimento no ato.

Parágrafo único. Os oficiais do registro civil não registrarão prenomes suscetíveis de expor ao ridículo os seus portadores. Quando os pais não se conformarem com a recusa do oficial, este submeterá por escrito o caso, independente da cobrança de quaisquer emolumentos, à decisão do juiz competente.

Art. 56. O interessado, no primeiro ano após ter atingido a maioridade civil, poderá, pessoalmente ou por procurador bastante, alterar o nome, desde que não prejudique os apelidos de família, averbando-se a alteração que será publicada pela imprensa.

Art. 57. A alteração posterior de nome, somente por exceção e motivadamente, após audiência do Ministério Público, será permitida por sentença do juiz a que estiver sujeito o registro, arquivando-se o mandado e publicando-se a alteração pela imprensa, ressalvada a hipótese do art. 110 desta Lei. (["Caput" do artigo com redação dada pela Lei nº 12.100, de 27/11/2009](#))

§ 1º Poderá, também, ser averbado, nos mesmos termos, o nome abreviado, usado como firma comercial registrada ou em qualquer atividade profissional.

§ 2º A mulher solteira, desquitada ou viúva, que viva com homem solteiro, desquitado ou viúvo, excepcionalmente e havendo motivo ponderável, poderá requerer ao juiz competente que, no registro de nascimento, seja averbado o patronímico de seu companheiro, sem prejuízo dos apelidos próprios, de família, desde que haja impedimento legal para o casamento, decorrente do estado civil de qualquer das partes ou de ambas.

§ 3º O juiz competente somente processará o pedido, se tiver expressa concordância do companheiro, e se da vida em comum houverem decorrido, no mínimo cinco anos ou existirem filhos da união.

§ 4º O pedido de averbação só terá curso, quando desquitado o companheiro, se a ex-esposa houver sido condenada ou tiver renunciado ao uso dos apelidos do marido, ainda que dele receba pensão alimentícia.

§ 5º O aditamento regulado nesta Lei será cancelado a requerimento de uma das partes, ouvida a outra.

§ 6º Tanto o aditamento quanto o cancelamento da averbação previstos neste artigo serão processados em segredo de justiça.

§ 7º Quando a alteração de nome for concedida em razão de fundada coação ou ameaça decorrente de colaboração com a apuração de crime, o juiz competente determinará que haja a averbação no registro de origem de menção da existência de sentença concessiva da alteração, sem a averbação do nome alterado, que somente poderá ser procedida mediante determinação posterior, que levará em consideração a cessação da coação ou ameaça que deu causa à alteração. [*\(Parágrafo acrescido pela Lei nº 9.807, de 13/7/1999\)*](#)

§ 8º O enteado ou a enteada, havendo motivo ponderável e na forma dos §§ 2º e 7º deste artigo, poderá requerer ao juiz competente que, no registro de nascimento, seja averbado o nome de família de seu padrasto ou de sua madrasta, desde que haja expressa concordância destes, sem prejuízo de seus apelidos de família. [*\(Parágrafo acrescido pela Lei nº 11.924, de 17/4/2009\)*](#)

Art. 58. O prenome será definido, admitindo-se, todavia, a sua substituição por apelidos públicos notórios. [*\(“Caput” do artigo com redação dada pela Lei nº 9.708, de 18/11/1998\) \(Vide ADIN nº 4.275/2009\)*](#)

Parágrafo único. A substituição do prenome será ainda admitida em razão de fundada coação ou ameaça decorrente da colaboração com a apuração de crime, por determinação, em sentença, de juiz competente, ouvido o Ministério Público. [*\(Parágrafo único com redação dada pela Lei nº 9.807, de 13/7/1999\)*](#)

.....

.....

RESOLUÇÃO CONJUNTA Nº 3, DE 19 DE ABRIL DE 2012

Dispõe sobre o assento de nascimento de indígena no Registro Civil das Pessoas Naturais.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA e o PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso das suas atribuições constitucionais e regimentais,

CONSIDERANDO que compete ao Conselho Nacional de Justiça o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário;

CONSIDERANDO os direitos e garantias fundamentais previstos no caput do art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, que consagram a igualdade entre brasileiros;

CONSIDERANDO o disposto no art. 231 da Constituição Federal, no parágrafo único do artigo 12 e no parágrafo único do artigo 13 da Lei nº 6.001/73, bem como no § 2º do art. 50 da Lei nº 6.015/73;

CONSIDERANDO a tutela judicial dos índios conferida ao Ministério Público pelo art. 232 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a experiência positiva decorrente do disposto no Prov. n.º 22/09 da E. Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo e no Prov. n.º 18/09 da E. Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul;

CONSIDERANDO a positiva experiência dos registradores civis em mutirões de registro de etnias aldeadas;

CONSIDERANDO a necessidade de se regulamentar em âmbito nacional o assento de nascimento de indígenas nos Serviços de Registro Civil das Pessoas Naturais;

CONSIDERANDO a experiência positiva decorrente do disposto no Provimento n. 22/2009, da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, no Provimento n. 18/2009,

da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul, e no Provimento n. 22/2009-CG, da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Rondônia;

RESOLVE:

Art. 1º O assento de nascimento de indígena não integrado no Registro Civil das Pessoas Naturais é facultativo.

Art. 2º. No assento de nascimento do indígena, integrado ou não, deve ser lançado, a pedido do apresentante, o nome indígena do registrando, de sua livre escolha, não sendo caso de aplicação do art. 55, parágrafo único da Lei n.º 6.015/73.

§ 1º. No caso de registro de indígena, a etnia do registrando pode ser lançada como sobrenome, a pedido do interessado.

§ 2º. A pedido do interessado, a aldeia de origem do indígena e a de seus pais poderão constar como informação a respeito das respectivas naturalidades, juntamente com o município de nascimento.

§ 3º. A pedido do interessado, poderão figurar, como observações do assento de nascimento, a declaração do registrando como indígena e a indicação da respectiva etnia.

§ 4º Em caso de dúvida fundada acerca do pedido de registro, o registrador poderá exigir o Registro Administrativo de Nascimento do Indígena – RANI, ou a presença de representante da FUNAI.

§ 5º Se o oficial suspeitar de fraude ou falsidade, submeterá o caso ao Juízo competente para fiscalização dos atos notariais e registrais, assim definido na órbita estadual e do Distrito Federal, comunicando-lhe os motivos da suspeita.

§ 6º. O Oficial deverá comunicar imediatamente à FUNAI o assento de nascimento do indígena, para as providências necessárias ao registro administrativo.

Art. 3º. O indígena já registrado no Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais poderá solicitar, na forma do art. 57 da Lei n.º 6.015/73, pela via judicial, a retificação do seu assento de nascimento, pessoalmente ou por representante legal, para inclusão das informações constantes do art. 2º, “caput” e § 1º.

§ 1º. Caso a alteração decorra de equívocos que não dependem de maior indagação para imediata constatação, bem como nos casos de erro de grafia, a retificação poderá ser procedida na forma prevista no art. 110 da Lei n.º 6.015/73.

§ 2º. Nos casos em que haja alterações de nome no decorrer da vida em razão da cultura ou do costume indígena, tais alterações podem ser averbadas à margem do registro na forma do art. 57 da Lei n.º 6.015/73, sendo obrigatório constar em todas as certidões do registro o inteiro teor destas averbações, para fins de segurança jurídica e de salvaguarda dos interesses de terceiros.

§ 3º. Nos procedimentos judiciais de retificação ou alteração de nome, deve ser observado o benefício previsto na lei 1.060/50, levando-se em conta a situação sociocultural do indígena interessado.

.....

PROJETO DE LEI N.º 4.912, DE 2023

(Da Sra. Laura Carneiro)

Altera o art. 55 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, para dispor sobre o prenome indígena.

DESPACHO:
APENSE-SE À(AO) PL-10631/2018.

PROJETO DE LEI Nº , DE 2023
(Da Sra. Deputada Federal LAURA CARNEIRO)

Altera o art. 55 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, para dispor sobre o prenome indígena.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera o art. 55 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, para dispor sobre o prenome indígena.

Art. 2º O art. 55 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, passa a vigorar acrescido do seguinte § 5º:

“Art. 55.

.....

§ 5º É assegurado aos indígenas a indicação de prenomes de acordo com sua etnia, cultura e costumes, sendo vedada a recusa ao registro de que trata o § 1º deste artigo.” (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O nome é um atributo da personalidade do indivíduo, integrando a sua identidade perante o meio social em que vive. É imperioso, portanto, o respeito à atribuição de prenomes por membros de comunidades indígenas, independentemente de qualquer avaliação por parte do oficial do registro civil das pessoas naturais.

Infelizmente, constata-se ainda a recusa de oficiais ou de seus prepostos em efetuar o registro, valendo-se indevidamente do disposto no art. 55 da Lei de Registros Públicos, sob a alegação de que, não sendo o nome



indicado grafado no vernáculo, é provável que o seu titular venha a passar por situações vexatórias no curso de sua vida.

Exemplo dessa conduta burocrática foi registrada em reportagem da BBC Brasil:

Nas duas vezes em que foi registrar seus filhos, o engenheiro agrônomo Julio Cezar Inácio ouviu o mesmo argumento: Kasóhn (pronuncia-se Kaxói) e Kãgfér (pronuncia-se Konfer) não eram nomes brasileiros. Criou-se um problema, pois Inácio não só é brasileiro, como é indígena da tribo kaingang. Na língua de seus ancestrais, o nome do mais velho, hoje com 11 anos, significa árvore de espinhos. O do segundo, de 2 anos, significa orvalho.¹

O que se observa nesses casos é uma extrapolação da atribuição do oficial de registro que, no afã de assegurar o interesse da criança, erige um obstáculo para a plena vivência da cultura e da cosmovisão de seus pais e da comunidade que integram ou de que são originários.

É verdade que a lei permite que os pais recorram ao juiz, por meio da suscitação de um procedimento de dúvida.² No entanto, não se afigura adequado submeter os indígenas, em razão de sua diferente tradição cultural, a desnecessário procedimento burocrático sempre que pretendam preservar os traços característicos de sua origem familiar.

Assim, considerando que o Brasil se orienta pelo princípio da igualdade, admitindo a diversidade inerente às sociedades humanas, e se pauta pela não discriminação em razão de raça, cor e quaisquer outros motivos (CF, art. 3º, IV), é importante reforçar o respeito aos indígenas brasileiros no campo do direito civil.

Ante o exposto, rogo aos ilustres pares o indispensável apoio para a aprovação deste projeto de lei, que submeto à apreciação desta Casa Legislativa.

1 ESCÓSSIA, Fernanda. “Como assim Kãgfér não é brasileiro?": a luta de pais por nomes indígenas e africanos. In: BBC News Brasil. 18 jul. 2016. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-36799201>.

2 O § 1º do art. 55 da Lei de Registros dispõe que “[...] quando os genitores não se conformarem com a recusa do oficial, este submeterá por escrito o caso à decisão do juiz competente, independentemente da cobrança de quaisquer emolumentos”.



Sala das Sessões, em 09 de outubro de 2023.



Deputada Federal LAURA CARNEIRO

2023-14885



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

LEI Nº 6.015, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1973[*] Art. 55	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:197312-31;6015
----------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

FIM DO DOCUMENTO